UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX:
estudo historiográfico - versão corrigida

Bruna Soares Polachini

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do Departamento de Linguística, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção de Título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX:
estudo historiográfico - versão corrigida

Bruna Soares Polachini

São Paulo
2013

*Aos meus pais,
Alita e Renato.*

"A história é vital para a formação da cidadania porque nos mostra que para compreender o que está acontecendo no presente é preciso entender quais foram os caminhos percorridos pela sociedade brasileira; senão parece que tudo começou quando tomamos consciência de nossas vidas." (Boris Fausto)

"Na verdade, irmãos, para jogar o jogo dos criadores é preciso ser uma santa afirmação; o espírito quer agora a sua própria vontade; tendo perdido o mundo, conquista o seu próprio mundo. Disse-vos as três metamorfoses do espírito: como o espírito se mudou em camelo, o camelo em leão, e finalmente o leão em criança." (Friedrich Nietzsche)

Agradecimentos

Agradeço à FAPESP e ao CNPq pelas bolsas concedidas, alternadamente, ao longo dos últimos dois anos de trabalho, com as quais pude me dedicar exclusivamente à pesquisa. Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Olga Coelho, pelo apoio e, sobretudo, pelas preciosas orientações com as quais esse trabalho foi constantemente lapidado. Agradeço à Profa. Dra. Cristina Altman, que esteve presente nas minhas bancas de arguição, qualificação e em minha defesa, além de apresentações de trabalho que fiz em congressos, cujos conselhos e comentários foram sempre muito esclarecedores e animadores. Ao Prof. Dr. José Borges Neto, que esteve presente na banca de minha defesa, na qual me apresentou textos e ideias muito relevantes. Ao Prof. Dr. Jairo Nunes pelas ideias e bibliografia oferecidas na banca de arguição. Ao Prof. Dr. Marcos Lopes pelos conselhos metodológicos, oferecidos na banca de qualificação, cujo rigor tentei introduzir neste trabalho. À Profa. Dra. Evani Viotti, a qual foi minha supervisora na disciplina Elementos de Linguística I pelo Estágio Supervisionado do PAE, pela possibilidade de aprender a ensinar. Aos gentis funcionários das Bibliotecas da FFLCH, do IEB e da Faculdade de Direito da USP, que me permitiram fotografar diversas obras de seu acervo. Ao Departamento de Linguística e à Pró-Reitoria, que, com concessões e auxílios financeiros, possibilitaram minha participação em dois eventos internacionais, em Buenos Aires e Montpellier, para apresentar parte dessa dissertação.

Agradeço ao amigo Renan Viani que foi responsável, em 2009, por me introduzir na Historiografia Linguística, em leituras do famoso Aurox (1992), e me apresentar ao grupo do CEDOCH. Aos colegas (em verdade, amigos) do CEDOCH, tanto pelos momentos sérios quanto pelos descontraídos, ambos de extrema importância: Adan Cunha, Jéssica Luiz, Julia de Crudis, Mariana Viel, Patrícia Borges, Stela Danna, Rebecca Tamachiro, Roberta Ragi e Wellington Silva. À Ceda Hackerott, pelos conselhos. À Helen Hwang, agradeço por ter me auxiliado a apreender autoconfiança, sem a qual esse trabalho não seria o mesmo. Ao Gastón Guillaux, pelas casuais conversas intermináveis e inspiradoras, e pelo incansável apoio. À Saarah Miranda pelas conversas animadoras. Aos colegas da Linguística que me acompanharam firmemente em momentos diversos da minha formação, Danilo

Murakami, Jéssica Costa e Marcus Martins. À Marcia Mariana Pereira, minha professora de Yoga há dez anos, que com certeza teve influência sobre a forma como conduzo meu pensamento. Aos meus queridos amigos, pelo apoio sempre presente (e necessário): Aline Sardinha, Amanda Whitaker, Joyce Faustino, Natália Mawakdiye, Nathália Juvenal, Marcio Whitaker e Ted Weber.

Por último, mas certamente não menos importante, aos meus pais, Alita Soares Polachini e Renato Polachini Filho, e meus irmãos, Iris Soares Polachini e Renato Polachini Neto, por me apoiarem incondicionalmente na minha escolha profissional, e, é claro, por serem aqueles que me ensinaram as primeiras palavras e as coisas mais importantes da vida.

Resumo

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar continuidades e discontinuidades no tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do português do século XIX. Para tanto, as seis obras selecionadas, a saber, Moraes Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866), Freire da Silva (1875), Ribeiro (1881), Maciel (1894[1902]), foram examinadas em relação às quatro *capas*, ou dimensões, que Swiggers distingue no conhecimento linguístico. Na análise da *capa teórica*, correspondente a visão global da linguagem e concepção das tarefas e do estatuto dos estudos linguísticos, foram analisados os termos ‘gramática’, ‘língua’ e ‘linguagem’. Na análise da *capa técnica*, relativa a técnicas de análise e métodos de apresentação dos dados, abordaram-se termos da seção de tratamento da sintaxe das obras presentes em seis temas: a definição mesma de ‘sintaxe’, ‘sentença’ e seus membros, ‘concordância’, ‘hierarquia dos itens da sentença’, ‘sintaxe figurada’ e ‘vícios’. Já a *capa documental*, definida por Swiggers como a documentação linguística e filológica (número de línguas, tipos de fontes de dados, por exemplo) sobre o qual se baseia o estudo linguístico, permitiu a análise dos dados linguísticos eleitos como exemplos nas gramáticas e um exame, ainda que tangencial, das formas de incorporação do português do Brasil a esses trabalhos. Por fim, a *capa contextual* ensejou a exploração de elementos *externos* que tiveram algum impacto sobre o tratamento da sintaxe nas obras selecionadas. Os resultados apontam para a emergência e queda do aspecto dual da linguagem; para a persistência de uma tensão *usus* vs. *ratio* ao longo de todo o século; a diversas continuidades e discontinuidades no tratamento da sintaxe, que resultaram numa periodização complexa em que, apesar de notarmos rupturas, mais e menos profundas, ao longo de todo século, demonstra haver rupturas *transversais* (i.e. em todas as capas) na gramática de Ribeiro (1881) e também de Maciel (1902[1894]).

Palavras-chave: Historiografia Linguística; Século XIX; Gramáticas brasileiras; Sintaxe; Português brasileiro.

Abstract

The main objective of this work was to analyze continuities and discontinuities regarding the way syntax was treated in Brazilian Portuguese grammars from the 19th century. With such a purpose, the following six works were selected: Morais Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866), Freire da Silva (1875), Ribeiro (1881), and Maciel (1894[1902]). Those works were analyzed according to the four layers, or dimensions, which Swiggers distinguish regarding linguistic knowledge. In the analysis of the *theoretical layer*, which corresponds to a global view of the language and the conception of the role of linguistic studies, the concepts of ‘grammar’ and ‘language’ were analyzed. In the analysis of the technical layer, which is related to the investigation techniques and methods of presenting data, the approach of terms regarding the section of syntactic studies was conducted: the definition of ‘syntax’, the ‘sentence’ and its elements, ‘agreement’, ‘hierarchy of sentence items’, ‘figurative syntax’ and ‘vices’. The documental layer, defined by Swiggers as linguistic and philological documentation (number of languages, types of data sources, for example) on which the linguistic studies are based, led to the analysis of the linguistic data selected as examples in the grammar books and to an examination, albeit tangential, of the forms of incorporation of Brazilian Portuguese in those works. At last, the contextual layer gave rise to the treatment of external elements which had some impact over the treatment of syntax in the works analyzed. The results point out to the emergence and decay of the dual aspect of language; to the persistence of a tension *usus* vs. *ratio* throughout the whole century; to many continuities and discontinuities in the treatment of syntax which resulted in a complex periodization which shows that, although some disruptions – more or less profound – could be noticed throughout the whole century, there are *transversal* disruptions (i.e. in all layers) in Ribeiro’s (1881) and also Maciel’s (1902[1894]) works.

Key-words: Linguistic Historiography; 19th Century; Brazilians grammars; Syntax; Brazilian Portuguese.

Índice de quadros

Quadro 1 - Programas de Investigação (Swiggers 2004).....	20
Quadro 2 - Síntese das periodizações da gramaticografia brasileira do século XIX	29
Quadro 3 - Gramáticas brasileiras do português do século XIX	73
Quadro 4 - Semelhanças nos <i>significado</i> de ‘gramática’	106
Quadro 5 – Subtipos de gramática separados por <i>significante</i>	108
Quadro 6 – Aproximações de <i>significados</i> dos subtipos de gramática.....	108
Quadro 7 – Subtipos de ‘linguagem’	111
Quadro 8 – Taxionomia do <i>termo</i> ‘sentença’	118
Quadro 9 – Seções e temas do texto de tratamento da sintaxe de Moraes Silva (1806).....	119
Quadro 10 – Seções e temas do texto de tratamento da sintaxe de Coruja (1873[1835]).....	120
Quadro 11 – Seções e temas do texto de tratamento da sintaxe de Sotero dos Reis (1866).....	121
Quadro 12 – Seções e temas do texto de tratamento da sintaxe de Freire da Silva (1875).....	122
Quadro 13 – Seções e temas do texto de tratamento da sintaxe de Ribeiro (1881).....	123
Quadro 14 – Seções e temas do texto de tratamento da sintaxe de Maciel (1902[1894]).....	125
Quadro 15 - <i>Significantes</i> de ‘proposição’, ‘sentença’, ‘oração’ etc.....	128
Quadro 16 - <i>Aspecto holístico</i> e <i>aspecto analítico</i> da sentença.....	131
Quadro 17 - <i>Exemplos</i> de ‘sentença’	131
Quadro 18 - <i>Taxionomia</i> de ‘oração’ em Coruja (1873[1835]).....	133
Quadro 19 - <i>Taxionomia</i> de ‘oração’ em Coruja (1873[1835]).....	133
Quadro 20 - <i>Taxionomia</i> de ‘oração’ em Coruja (1873[1835]).....	133
Quadro 21 - <i>Taxionomia</i> de ‘proposição’ em Sotero dos Reis (1866).....	134
Quadro 22 - <i>Taxionomia</i> de ‘proposição’ em Sotero dos Reis (1866).....	135
Quadro 23 - <i>Taxionomia</i> de ‘proposição’ em Freire da Silva (1875).....	136
Quadro 24 - <i>Taxionomia</i> de ‘sentença’ em Ribeiro (1881).....	137
Quadro 25 - <i>Taxionomia</i> de ‘sentença’ em Ribeiro (1881)	138
Quadro 26 - <i>Taxionomia</i> de ‘sentença’ em Ribeiro (1881).....	138
Quadro 27 - <i>Taxionomia</i> de ‘proposição’ em Maciel (1902[1894]).....	138
Quadro 28 - <i>Taxionomia</i> de ‘proposição’ em Maciel (1902[1894]).....	138
Quadro 29 - <i>Taxionomia</i> de ‘proposição’ em Maciel (1902[1894]).....	139
Quadro 30 - Aproximação de <i>significado</i> dos subtipos de ‘sentença’	139
Quadro 31 - <i>Significados</i> de ‘sujeito’	139
Quadro 32 - <i>Exemplos</i> de ‘sujeito’	141
Quadro 33 - <i>Taxionomia</i> de ‘sujeito’ em Sotero dos Reis (1866).....	142
Quadro 34 - <i>Taxionomia</i> de ‘sujeito’ em Freire da Silva (1875).....	142
Quadro 35 - <i>Taxionomia</i> de ‘sujeito’ em Ribeiro (1881).....	142
Quadro 36 - <i>Taxionomia</i> de ‘sujeito’ em Maciel (1902[1894]).....	142
Quadro 37 - Aproximações de <i>significado</i> dos subtipos de ‘sujeito’	142
Quadro 38 - <i>Significado</i> de ‘atributo’	144
Quadro 39 - <i>Significado</i> de ‘predicado’	144
Quadro 40 - <i>Exemplos</i> de ‘atributo’ e ‘predicado’	145
Quadro 41 - <i>Taxionomia</i> de ‘predicado’	146
Quadro 42 - <i>Significado</i> de ‘verbo’ na seção de tratamento da sintaxe.....	147
Quadro 42 - <i>Significado</i> de ‘verbo’ na seção de tratamento da sintaxe.....	148
Quadro 44 - <i>Significado</i> de ‘verbo substantivo’	149
Quadro 45 - Dados das definições de ‘verbo unipessoal’ e ‘verbo impessoal’	150
Quadro 46 - Subtipos de ‘concordância’ em Maciel (1902[1894]).....	151
Quadro 47 - Aproximações de <i>significado</i> dos subtipos de ‘concordância’	156
Quadro 48 - <i>Taxionomia</i> de ‘complemento’ em Coruja (1873[1835]).....	157
Quadro 49 - <i>Taxionomia</i> de ‘complemento’ em Sotero dos Reis (1866).....	160
Quadro 50 - Organização da <i>taxionomia</i> de ‘complemento’ em Sotero dos Reis (1866).....	160
Quadro 51 - Organização da <i>taxionomia</i> de ‘complemento’ em Freire da Silva (1875).....	161
Quadro 52 - <i>Taxionomia</i> de ‘complemento’ em Freire da Silva (1875).....	161
Quadro 53 - <i>Taxionomia</i> de ‘relações’ em Ribeiro (1881).....	162
Quadro 54 - <i>Taxionomia</i> de ‘funções’ em Maciel (1902[1894]).....	163

Quadro 55 - Síntese de dados relativos à hierarquia dos membros da sentença.....	163
Quadro 56 - Aproximações de <i>significado</i> entre ‘complementos’ e ‘funções/relações’.....	164
Quadro 57 - <i>Taxionomia</i> de ‘sintaxe figurada’.....	168
Quadro 58 - <i>Taxionomia</i> de ‘sintaxe figurada’ acrescida das figuras de cada categoria.....	168
Quadro 59 - <i>Significado</i> de ‘silepse’.....	169
Quadro 60 - <i>Exemplos</i> de ‘silepse’.....	170
Quadro 61 - <i>Significado</i> de ‘enálage’.....	171
Quadro 62 - <i>Exemplos</i> de ‘enálage’.....	171
Quadro 63 - <i>Taxionomia</i> de ‘sintaxe figurada’ ao longo do tempo.....	199
Quadro 64 - Síntese das periodizações da gramaticografia brasileira do século XIX acrescida de Polachini 2013.....	206

Índice de tabelas

Tabela 1 - Números de exemplos e páginas no tratamento da sintaxe.....	181
Tabela 2 - Número e percentual de exemplos de acordo com a cinco espécies.....	182

Sumário

Agradecimentos	3
Apresentação	11
Capítulo 1 Bases teóricas.....	14
1.1. Conservação e mudança na Historiografia Linguística	15
1.2. A função da análise de aspectos externos	22
1.3. Algumas reflexões acerca da questão da metalinguagem	24
1.4. O Português do Brasil: <i>usus</i> vs. <i>ratio</i>	27
1.5. Dialogando com outras revisões históricas da produção gramatical do século XIX	28
Capítulo 2 Aspectos metodológicos.....	30
2.1. A cobertura	31
2.1.1 Tema	31
2.1.2 Periodização	33
2.1.3 Contexto geográfico e social	34
2.1.4 Agentes	35
2.2 Procedimentos e critérios de análise.....	35
Capítulo 3 Análise: contexto de produção e aspectos teórico-metodológicos mais gerais.....	39
3.1 Capa contextual.....	40
3.1.1 O Brasil no século XIX.....	40
3.1.2 As gramáticas brasileiras do português	71
3.1.3 Termos externos	87
3.2 Capa teórica	98
3.2.1. Escolha de retórica.....	98
3.2.2 Gramática, linguagem e Língua	103
Capítulo 4 Análise: Técnicas de análise e fontes de dados no tratamento da sintaxe	112
4.1. Capa técnica: análise de termos	113
4.1.1. O termo ‘sintaxe’	113
4.1.2. <i>Termos</i> ‘sentença’, ‘oração’, ‘proposição’	127
4.1.3. Membros da ‘sentença’	140
4.1.4. Concordância.....	153
4.1.5. Hierarquia das partes da sentença: ‘regência’, ‘complemento’, ‘relações’ e ‘funções’	156
4.1.6. Figuras de Sintaxe	164
4.2. Capa documental.....	179
4.2.1. <i>Retórica</i> acerca das fontes.....	179
4.2.2. Números das fontes explicitamente utilizadas	180
Capítulo 5 Resultados: conteúdo contrastivo e periodização	187

5.1. Emergência e queda do aspecto dual da linguagem	188
5.2. A norma: <i>usus</i> vs. <i>ratio</i> e o português brasileiro.....	193
5.3. Permanências e mudanças	196
5.4. Uma periodização complexa.....	200
Capítulo 6 Conclusões.....	207
Referências Bibliográficas	210

Apresentação

Esta dissertação é a primeira que se conclui no âmbito do **Projeto Documenta Grammaticae et Historiae** (Altman e Coelho 2006)¹, iniciativa coletiva que toma a terminologia de descrição gramatical como fator particularmente relevante para acompanhar persistências e transformações que têm caracterizado a história da gramática no contexto ibero-americano. Nasceu da reflexão sobre o debate, no Brasil, entre a gramática geral e a gramática histórico-comparativa ao longo do século XIX. Nesse debate, Julio Ribeiro (1845-1890) e sua **Grammatica Portugueza** (1881) teriam desempenhado, segundo diferentes revisões históricas do período, papéis centrais. Nossa ideia inicial, assim, era observar em que medida a alegada ruptura – que teria levado a um maior prestígio do modelo histórico-comparativo –, tão frequentemente relacionada a esse autor e a essa obra, efetivamente teria ocorrido nos anos 1880. Para tanto, optamos por observar o tratamento da sintaxe em seis gramáticas brasileiras incluídas no banco de dados do **Documenta**, a saber: Moraes Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866), Freire da Silva (1875), Ribeiro (1881) e Maciel (1902[1894]). Examinamos, assim, a tensão entre as duas tendências supracitadas nas seções de sintaxe de textos gramaticais brasileiros, selecionados segundo os seguintes critérios: 1) seu prestígio no período; 2) sua data de publicação (usamos textos publicados ao longo de todo o século) e 3) sua distribuição em relação ao espaço geográfico brasileiro (selecionamos gramáticas publicadas nas diferentes regiões do país).

Além dos pressupostos teóricos dos autores, de suas técnicas de análise, também nos interessou checar os dados de língua usados como exemplos. Como o debate trouxe impacto sobre a história da sintaxe (cf. Graffi 2001), como o século XIX é frequentemente tomado como o nascedouro da questão da autonomia linguística nacional (cf. Pinto 1978, Coelho 2008) e como fenômenos sintáticos que começam a se manifestar naquele século posteriormente passaram a ser identificados como

¹ Neste projeto coletivo desenvolvido no CEDOCH (Centro de Documentação e Historiografia Linguística da USP) temos como objetivo organizar e disponibilizar dados referentes a gramáticas da tradição ibero-americana do século XVI ao século XIX, a partir de fichas descritivas, digitalização e digitação das obras e dicionários de metatermos gramaticais. A primeira fase do projeto, relativa às gramáticas de tupinambá já foi concluído e se encontra no site: <http://www.fflch.usp.br/dl/documenta/>. A segunda fase, relativa às gramáticas do português -- e com a qual essa dissertação se relaciona mais diretamente --, está em andamento.

característicos do PB (cf. Tarallo & Kato 1993, Duarte 1993, Cyrino 1993, 1997; Nunes 1991), pareceu-nos que a observação do tratamento conferido à sintaxe e dos tipos de dados linguísticos examinados pelos gramáticos fosse particularmente apropriada para caracterizar as formas assumidas no contexto brasileiro pela mencionada controvérsia.

Visto que esta dissertação opera muito diretamente com a questão da ruptura histórica, para a sua composição, em primeiro lugar, elaboramos um capítulo teórico, no qual expusemos teorias de continuidade e ruptura e também observamos o papel da persuasão e da *escolha de retórica* (cf. Murray 1994) nesses contextos de “enfrentamento científico”. Além disso, nesse mesmo capítulo, explicitamos os pressupostos gerais da Historiografia Linguística que se mostraram mais produtivos para a nossa análise. Entre esses pressupostos, destacamos o que aponta para a extrema complexidade do conhecimento linguístico e para a necessidade de ele ser examinado em detalhe. Disso resultou nossa opção por analisar, tal como propõe Swiggers (2004), a produção gramatical selecionada em suas *capas teórica, técnica, documental e contextual* (v. Capítulo 1, adiante).

Em seguida, escrevemos um capítulo de método, em que apresentamos os parâmetros que pautaram nossa forma de conduzir esta investigação.

Posteriormente, desenvolvemos dois capítulos de análise: os de números 3 e 4. No capítulo 3, a partir de literatura secundária, discutimos fatos político-sociais que parecem ter tido impacto sobre a produção e a circulação das obras selecionadas. Em seguida, fizemos um panorama da educação e uma tentativa de reconstrução do *clima de opinião intelectual* brasileiro no século XIX, tanto a partir de bibliografia secundária quanto a partir da análise de textos oitocentistas, gramaticais ou não. Nesse capítulo, também abordamos o tema da identidade nacional brasileira e sua eventual relação com o tratamento conferido a especificidades do português falado no país; os estudos sobre a linguagem que tiveram impacto sobre as gramáticas brasileiras selecionadas, e os autores e contextos específicos de produção dessas obras. Realizamos, além disso, o exame de 12 *termos externos* (v. Capítulo 2) que acreditamos ter alguma relação com a identificação de um português “brasileiro” e também com diferentes correntes teóricas adotadas pelos gramáticos. Lidamos, ademais, com a *escolha de retórica* presente, sobretudo, em trechos das seções introdutórias das gramáticas, nas quais há a enunciação de ruptura com alguma corrente teórica ou a assunção de continuidade. Ainda nesse capítulo de contextualização, exploramos as concepções de ‘gramática’,

‘língua’ e ‘linguagem’, por meio do exame dos valores atribuídos a esses *termos* nas gramáticas do nosso *corpus*.

O Capítulo 4 traz a análise de elementos especificamente referentes ao tratamento da sintaxe. Assim, inicialmente observamos, o *termo* ‘sintaxe’. Em seguida, foi feita a análise da *capa técnica* das obras, a partir do exame de *termos internos* (v. Capítulo 2) que separamos em cinco núcleos temáticos diferentes, a saber: a ‘sentença’, os ‘membros da sentença’, a ‘concordância’, a ‘hierarquia dos membros da sentença’, e a ‘sintaxe figurada’. Os critérios de análise desses *termos*, e daqueles subsumidos por eles, foram *significante*, *significado*, *exemplos*, *taxionomia*. Ainda neste capítulo, observamos, a partir das referências fornecidas nas próprias gramáticas, qual a proveniência dos *exemplos* utilizados em suas seções de sintaxe.

O capítulo 5 corresponde aos resultados, ou ao que, posteriormente à análise, poderíamos chamar de ‘síntese’. O primeiro item diz respeito à emergência e queda do aspecto dual da linguagem, no qual avaliamos, em diversos aspectos, internos e externos, como esse ponto de vista sobre a linguagem predominou por certo período na gramaticografia brasileira, mas perdeu prestígio no fim do século XIX. O segundo item é referente à noção de norma do período, no qual expusemos uma relação entre a concepção de gramática e de linguagem dos autores e os dados linguísticos privilegiados. O terceiro item diz respeito rupturas e continuidades, relativas especificamente ao tratamento da sintaxe. Verificamos até que ponto é possível falar que existe uma ou mais tradições nesse período. Por fim, com base nas *capas* de Swiggers (2004), que guiaram a confecção desse trabalho, fizemos uma proposta de “periodização complexa” para essa produção gramatical.

Além desta *Apresentação*, o trabalho contém algumas considerações finais, em que fazemos um apanhado dos resultados da pesquisa e avaliamos suas contribuições para os estudos historiográficos da gramática no Brasil.

Capítulo 1|

Bases teóricas

1| Bases teóricas

O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX, como vimos, envolve uma série de debates e controvérsias acerca do que seja gramática, da natureza da língua, de sua sintaxe, de suas variedades. Nessa medida, exigiu que refletíssemos sobre conservação e mudança na História, e sobre modos possíveis de apreender essa relação entre o tradicional e o inovador nos textos selecionados. Neste capítulo, apresentamos uma síntese dessas reflexões e dos modos como as exploramos nos demais capítulos da dissertação.

1.1. Conservação e mudança na Historiografia Linguística

Como se sabe, o famoso ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), de Thomas Kuhn é, em geral, dado como iniciador de um novo ponto de vista a respeito da ciência e sua história². O autor afirma haver uma série de rupturas, que ele denomina *revoluções científicas*³ ao longo do desenvolvimento das ciências e, com isso, põe sob suspeita a ideia de *progresso científico unilinear e cumulativo*, interpretação mais afinada com os pressupostos de uma história mais *tradicional*.

As rupturas identificadas por Kuhn se dariam num percurso cíclico, válido para as *ciências amadurecidas*, isto é, válido para aquelas que, em seu desenvolvimento histórico, têm sido guiadas por sucessivos *paradigmas*⁴. Estaria, com o amadurecimento da ciência, ultrapassado o estágio anterior, chamado de *pré-paradigmático*, no qual

² É interessante lembrar o irônico contexto de publicação da obra de Kuhn (1962), nas palavras de Obregón (2002:55) “Otto Neurath, Rudolf Carnap y Charles Morris, miembros eminentes del círculo de Viena y editores de la *Enciclopedia de la ciencia unificada*, solicitaron a Kuhn que escribiera un capítulo para esta publicación. La gran ironía consistió en que el resultado, *La estructura de las revoluciones científicas*, señalo el momento del rechazo definitivo del positivismo lógico.”

³ “[Revoluções científicas] são os complementos desintegradores da tradição à atividade da ciência normal, ligada à tradição. [...] Cada um [dos eventos de revoluções científica] forçou a comunidade a rejeitar a teoria científica anteriormente aceita em favor de uma outra incompatível com aquela. Como consequência, cada um desses episódios produziu uma alteração nos problemas à disposição do escrutínio científico e nos padrões pelos quais cada um desses episódios transformou a imaginação científica, apresentando-as como uma transformação do mundo no interior do qual era realizado o trabalho científico.” (Kuhn 2009[1962]:24-5)

⁴ “Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada.”(Kuhn 2009[1962]:30)

diferentes teorias disputariam o prestígio e a adesão da comunidade. A emergência de um *paradigma* propiciaria o desenvolvimento de a um período de *ciência normal*, no qual se buscaria, acima de tudo, por meio de uma prática *esotérica* direcionada para a solução de *quebra-cabeças*, aperfeiçoar e atualizar as promessas do *paradigma*. No entanto, cedo ou tarde, e até como uma das consequências dessa busca por aperfeiçoamento, surgiriam *anomalias*, que poderiam trazer dúvidas sobre o *paradigma* vigente. Essas dúvidas, se consideradas relevantes, levariam, primeiramente, a um momento de *ciência extraordinária* – isto é, à formação de hipóteses e ao desenvolvimento de estudos distintos dos previstos pelo *paradigma* vigente – e, posteriormente, a um período de *crise* – isto é, à proliferação dessas práticas *extraordinárias* unida à descrença no *paradigma*. Fechando o circuito, seria necessário que surgisse outro *paradigma* que, como o primeiro, obtivesse ampla adesão da comunidade. O novo *paradigma* e o anterior seriam *incomensuráveis*.

O texto de Kuhn (2009[1962]:35) parece ter sido escrito para ciências naturais; o autor mesmo menciona, na introdução, que existem dúvidas sobre se as chamadas “ciências sociais” não se classificariam melhor como ciências *pré-paradigmáticas*, já que, aparentemente, não haveria nelas um *paradigma* a regular as atividades de toda a comunidade, tal como proposto pelo autor para as ciências amadurecidas. De fato, isso se torna um problema para as ciências humanas e, para o caso de nosso interesse, para a linguística. As críticas de Percival (1976:288) e de Dell Hymes (1983) ao texto de Kuhn giram em torno da discussão da possibilidade, ou não, de se aplicar tais propostas aos estudos da história dos estudos da linguagem.

Percival (1976:288) comenta o impacto que a obra de Kuhn teve sobre a história da linguística e cita, como exemplo, que, nas décadas de 1960 e 70, o modelo estaria sendo aplicado, principalmente, em duas direções: em uma se dava a recente emergência da gramática gerativa transformacional como prova da *revolução* kuhniana; em outra, alguns historiadores da linguística tentavam descrever partes da tradição gramatical ocidental como uma sucessão de *paradigmas*. Entretanto, o autor desconfia da possibilidade de utilizar esse modelo para o estudo da história da linguística, pois chega à conclusão paradoxal, como ele mesmo a define, de que, para aplicar esse modelo, seria antes necessário mudar a concepção de ciência de Kuhn, visto que, ao se considerar que a linguística não teve ainda um *paradigma* amplamente aceito pela comunidade, ela não poderia ainda ser considerada uma *ciência (amadurecida)*. Assim, o autor afirma que a noção de *paradigma* de Kuhn não é aplicável à história da

linguística e que, portanto, o melhor seria não utilizar o modelo ao buscar reconstruir essa história.

Dell Hymes (1983) faz crítica semelhante à de Percival, ao demonstrar, com uma série de exemplos, que na história da linguística, além de não existir um único *paradigma* a cada período, é possível encontrar uma abordagem dominante e, ao mesmo tempo, a presença de abordagens com menos destaque (mais antigas (e relativamente esgotadas) ou novas, ainda em fase articulação). Ademais, para o autor, diferentemente do que pensava Kuhn, poderia haver diálogo entre essas abordagens (que, com isso, não poderiam ser consideradas *incomensuráveis*). Assim, o autor propõe o conceito de *cynosura* [*cynosure*], como uma opção ao conceito de *paradigma* de Kuhn. Uma *cynosura* seria cada abordagem dominante (e não de completa autoridade, como no caso do *paradigma*), em um determinado contexto de desenvolvimento histórico de uma disciplina.

Murray (1980:83 *apud* Koerner 1989:50) também critica a concepção kuhniana de *revolução* ao argumentar que a novidade absoluta de um paradigma não é possível num contexto realista; assim, nenhuma comunidade paradigmática seria totalmente inovadora. Afinal, uma completa e universal renovação não se daria nem mesmo com as revoluções sociais (veja-se, por exemplo, a Revolução Bolchevique), de onde, por analogia, Kuhn extraiu seu conceito de *revolução* científica. Assim, para Murray, seria preciso considerar a possibilidade de *revoluções* não-absolutas.

Em outro texto, Murray (1994) insiste na reflexão sobre a noção kuhniana de *revolução científica* e propõe que, em vez dela, se empregue a noção de *retórica revolucionária*. Com essa proposta, pretende deslocar a ruptura do campo puramente epistemológico para um campo que inclua a dimensão discursiva da produção de conhecimento⁵. A *retórica revolucionária* se constituiria a partir de afirmações de *ruptura* com as ideias que norteavam trabalhos conduzidos por grupos mais antigos de pesquisadores. A *escolha de retórica (revolucionária ou de continuidade)* dependeria da *condição de elite*, da *idade profissional* e do *acesso ao reconhecimento* de participantes do novo grupo. Em relação ao primeiro aspecto, Murray constata que tanto os pesquisadores em situação marginal quanto os que fazem parte da elite podem adotar

⁵ Embora para Kuhn (1962) a *revolução científica* tenha consequências externas, como a dificuldade de aceitação das anomalias pelos cientistas, ela se dá, efetivamente, no interior do *paradigma* e, portanto, privilegia o domínio epistemológico da ciência, em que se constroem tanto novos problemas como novas formas de solucioná-los, por meio de um novo paradigma. Para Murray (1994), as revoluções têm um importante componente discursivo, relacionando-se diretamente à autopercepção dos cientistas e a suas estratégias de persuasão.

uma postura inovadora (*retórica revolucionária*), mas pondera que, quando é percebido um ‘risco’ na adoção de um modelo, os indivíduos pertencentes a grupos marginais são os primeiros a adotá-lo; já quando a inovação parece ser segura, como uma aposta em pesquisa, figuras centrais da comunidade acadêmica também tenderão a adotá-la. A *idade profissional*, por sua vez, é um fator relevante porque distingue estudantes e cientistas já certificados; os primeiros, por estarem menos moldados por um *paradigma* e terem menores comprometimentos institucionais e científicos, seriam mais suscetíveis a adotar a *retórica revolucionária*. Por fim, a percepção de falta de *acesso ao reconhecimento* pode também levar um pesquisador ou um grupo a adotar uma *retórica revolucionária*, de ruptura, ao menos discursiva, com os grupos teóricos previamente estabelecidos.

Tanto as propostas de Kuhn quanto as de Murray enfatizam o papel da *persuasão* na constituição de *paradigmas* ou de *grupos de especialidade*, embora apenas o segundo autor desenvolva um modelo específico para lidar com ela (o *modelo de conflito*, brevemente exposto no parágrafo anterior).

Nas gramáticas que estudamos neste trabalho, as epígrafes, introduções, prólogos, prefácios trazem inúmeras críticas, elogios e ponderações sobre certas tradições e certos autores. Esses fragmentos de discursos mais continuístas ou revolucionários ajudam a desenhar os perfis retóricos dessas obras que analisamos. Assim, utilizamos o conceito de *persuasão* de Kuhn (1962) e o de *escolha de retórica (de continuidade ou revolucionária)* de Murray (1994) ao analisarmos essas seções das gramáticas.

Tendo em vista o mesmo objetivo de melhor compreender a produção gramatical brasileira do século XIX, operaremos com o conceito de *capas* do conhecimento de linguístico, proposto por Swiggers (2004: 133-4). Preocupado com as complexas questões que envolvem o conhecimento linguístico e os seus processos históricos, Swiggers propõe, baseando-se em Peter Galison (1987,1997)⁶, que se distingam, nas diferentes manifestações de conhecimento linguístico, quatro *capas*: uma *teórica* (correspondente a visão global da linguagem e concepção das tarefas e do estatuto dos estudos linguísticos), uma *técnica* (correspondente a técnicas de análise e métodos de apresentação dos dados), uma *documental* (correspondente à documentação linguística e filológica, número de línguas, tipos de fontes de dados, por exemplo, sobre o qual se baseia o estudo linguístico), e uma *contextual e institucional* (correspondente ao

⁶ Galison, Peter. 1987. *How Experiments End*. Chicago, University of Chicago Press.; Galison, Peter. 1997. *Image and Logic. A material culture of microphysics*. Chicago, University of Chicago Press.

contexto cultural e à contextura institucional). Essas *capas*, constitutivas das diferentes manifestações de conhecimentos linguísticos, poderiam, em períodos de emergência de novos paradigmas, se deslocar de diferentes modos. Assim, consideradas ao menos duas propostas em competição, poderia haver profunda distinção em algumas ou uma das *capas* enquanto outras se manteriam estáveis; apenas no caso de ocorrerem mudanças significativas em todas as *capas* ao mesmo tempo – a chamada ‘mudança transversal’ – poderíamos pensar em processos equiparáveis ao de *revolução científica* kuhniana. A proposta de Swiggers permite lidar com movimentos mais sutis de mudança, tanto quanto com *revoluções*. Além disso, permitiria operar com a noção de permanência como constitutiva, tal como a de ruptura, da história. A tensão continuidade-ruptura estaria, assim, sempre em jogo nos momentos de controvérsia nos estudos linguísticos. Em vista desses aparentes benefícios da proposta, nossa análise está fundamentalmente organizada em torno da busca de um exame mais minucioso dessas *capas* em cada uma das obras gramaticais selecionadas.

Tal como o de *capas*, mobilizamos o conceito de *programa de investigação*, sobretudo para fundamentar a problematização que pretendemos fazer das periodizações já existentes acerca da gramaticografia brasileira do português do século XIX (cf. Nascentes 1939; Elia 1975; Cavaliere 2002; Parreira 2011). Os *programas de investigação*, segundo Swiggers (1981, 2004) são como um sistema conceptual que aproxima abordagens da linguagem e das línguas que compartilhariam uma certa *visão*, uma certa *focalização*, uma certa *técnica* (cf. Swiggers 2004:130). Como sistema conceptual, cada programa agrupa múltiplas e heterogêneas aproximações do objeto de estudo desenvolvidas ao longo da história, que, no entanto, compartilham aqueles três pilares. Assim, o autor identifica quatro programas principais ao longo da história do conhecimento sobre as línguas e a linguagem. São eles: o *programa de correspondência*, o *programa descritivista*, o *programa sociocultural* e o *programa de projeção*. Abaixo, um diagrama em que uma síntese das características de cada *programa* é proposto:

Programa de Correspondência	<i>visão:</i> correlação língua–pensamento—realidade
	<i>incidência:</i> relações entre estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais
	<i>técnica:</i> semantização de estruturas gramaticais (estabelecimento de classes lógico-semânticas); estabelecimento de correlações entre os processos mentais e as regras gramaticais.
	<i>Autores e grupos cujas propostas que se vinculariam a esse programa:</i> Platão, Aristóteles, os modistas, os gramáticos filosóficos dos séculos XVII e XVIII, Gustave Guillaume e Noam Chomsky (e seus discípulos).
Programa Descritivista	<i>visão:</i> descrição das línguas como objetos
	<i>incidência:</i> análise (segmentação/colar em oposição/cominação) de formas observáveis; comparação de formas de diversas línguas (para fins contrativos/para fins comparativos; reconstrução); função de formas.
	<i>técnica:</i> determinação de contextos, segmentação, estudo de relações de proporção entre os elementos; estabelecimento de relações entre formas linguísticas e funções comunicativas.
	<i>Autores e grupos cujas propostas que se vinculariam a esse programa:</i> os gramáticos sânscritos, os gramáticos alexandrinos (e seus comentadores bizantinos), os gramáticos romanos e carolíngios, os autores das gramáticas de uso da Renascença, e, nos últimos séculos, os comparatistas e os linguistas estruturalistas (que trabalham com sincronia ou com diacronia).
Programa Sociocultural	<i>visão:</i> a língua como um fato social e cultural
	<i>incidência:</i> determinação dos usos linguísticos; a competência comunicativa; a variação sociolinguística; a expressão de uma cultura através da língua.
	<i>técnica:</i> integrativa ou sintética; (inserção de fatos linguísticos em uma análise das sociedades ou das culturas; inserção de análises linguísticas em uma teoria da estratificação social ou da evolução social e cultural).
	<i>Autores e grupos cujas propostas que se vinculariam a esse programa:</i> discussões sobre o uso linguístico e as reflexões filosóficas-linguísticas, desde a Renascença, sobre a diversidade (social das línguas); linguística “idealista” neo-humboldtiana; sociolinguística.
Programa de Projeção	<i>visão:</i> línguas como conjuntos de fragmentos lógicos (predicativos)
	<i>incidência:</i> sub-sistemas gramaticais particulares
	<i>técnica:</i> tradução de estruturas linguísticas em linguagem formalizada.
	<i>Autores e grupos cujas propostas que se vinculariam a esse programa:</i> os trabalhos de Montague, Hintikka, Cresswell, Dowty, Partee,

Quadro 1 - Programas de Investigação (Swiggers 2004)

Os *programas de investigação* seriam, assim, uma maneira de organizar a, pode-se dizer, pulverização de abordagens, própria da área, além de possibilitar a observação de diferenças mais sutis (dentro de um mesmo *programa de investigação*) e mais drásticas (que extrapolam os domínios de um *programa*) na exploração de controvérsias. Tal como o conceito de *capa*, este também abre lugar para a consideração da tensão entre continuidade e descontinuidade ao longo da história, neste caso, da história da gramática no Brasil do século XIX.

Ainda buscando um lugar para as continuidades históricas, ao lado dos movimentos de descontinuidade, mobilizamos, em nossas análises, o conceito de *tradição de pesquisa*. Alonso (2012:72) afirma que o conceito autêntico de *tradição* funda-se numa dupla perspectiva: uma em que “*la tradición en la que se inserta el objeto cultura que nos disponemos a analizar y aquella [outra dimensão] en la que, como investigadores contemporáneos, estamos insertos – ambas pueden ser o no coincidentes en el tiempo y en el espacio*”. A primeira dimensão pode ser definida, seguindo Hassler (2003)⁷, como um conjunto seriado de obras, organizado a partir de um modelo claro ou implícito, de um objetivo geralmente comum, definido sobre fins comuns, e que tenham sido gestadas em condições comparáveis, em contextos social e cultural semelhantes. Em alguns casos, pode existir uma série metodológica, que mantém um *paradigma* e uma terminologia comum, ou, por oposição, uma série pragmática, em que um mesmo problema específico e diferenciado é focalizado por métodos não comuns. Ademais, haveria, normalmente, um ponto de partida para o discurso seriado, o qual em geral seria um texto constituído como referência, um texto modelo, que adquire significados novos em contextos novos. A segunda dimensão do conceito de *tradição* para a qual Alonso chama atenção não seria um defeito, mas uma obviedade epistemológica, a qual se deve ter em conta no trabalho historiográfico, visto que o pesquisador dessa área também integra um certo contexto temporal e epistemológico.

Swiggers (2010b:7) apresenta quatro maneiras diferentes de se compreender (e de tornar operacional) a noção de *tradição*:

- (1) como tradição nacional, *tradição étnica* ou uma *tradição geograficamente definida*;
- (2) “como uma tradição ligada a um paradigma científico ou a um tipo de investigação científica (ex., a tradição da gramática histórico-comparativa) [...], essa concepção de tradição pode, claro, ser combinada com um foco ‘nacional’);
- (3) “como uma tradição de ‘investimento linguístico’ em função de um alvo cultural, ideológico e/ou político”, como a linguística missionária;

⁷ HASSLER, G. “Textos de referencia y conceptos en las teorías lingüísticas de los siglos XVII e XVIII” In: ESPARZA TORRES, M. A.; FERNÁNDEZ SALGADO, B.; NIEDEREHE, H. J. (Ed.). *SEHL 2001*. Estudios de Historiografía Lingüística. Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística. Vigo, 7-10 de febrero de 2001. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 2003, v.2, p. 559-586.

(4) “uma tradição, entendida de maneira muito ampla, que se define pelo foco em um subgênero da prática linguística (ex. a tradição da lexicografia bilíngue/multilíngue) ou por um foco ‘tópico’ em uma língua particular”.

A dupla perspectiva do conceito de *tradição* exposto por Alonso (2012) nos lembra que, como historiógrafos também integramos um contexto intelectual, concepção necessária para que o historiógrafo não acredite estar escrevendo uma versão da história única ou absoluta. Os conceitos de *tradição* explorados por Hassler (2003), que Alonso (2012) menciona, parecem produtivos para lidar com textos como os gramaticais, de história longa e vigorosa no Ocidente. A tipologia proposta por Swiggers (2010b), por sua vez, aponta para a possibilidade de, além de caracterizar, em diferentes perspectivas, o horizonte de retrospectiva das obras, buscar encontrar, em todas as gramáticas, algo que as caracterize dentro de uma tradição nacional – mesmo considerando que muito provavelmente encontraremos mais de uma *cinosura* no Brasil ao longo do século XIX.

1.2. A função da análise de aspectos externos

Como já se observa no conjunto de reflexões teóricas apresentados até este ponto, é nossa intenção analisar a gramaticografia do português desenvolvida no Brasil durante o século XIX tanto nos *aspectos internos* à configuração das obras, quanto nos *aspectos externos* ou *contextuais*.

Do ponto de vista *interno*, nossas análises se concentram no exame da metalinguagem de descrição da sintaxe da língua e dos modos de incorporação do português do Brasil nas diferentes obras.

Os fatores *externos*, tais como dados biográficos, institucionais, sociopolíticos, entre outros, serão acionados em conformidade com sua força explicativa dos fatores internos. Entre os fatores *externos*, conferimos especial destaque ao *clima de opinião*. Koerner (1996:51) define *clima de opinião*, citando Carl Lotus Becker (1873-1945):

“Se argumentos são aceitos ou não, depende menos da lógica que veiculam do que do clima de opinião em que são sustentados. O que torna a argumentação de Dante, ou a definição de São Tomás sem sentido para nós – não é má lógica ou falta de inteligência, mas o clima de opinião medieval – aquelas concepções instintivamente sustentadas, no sentido amplo, aquela *Weltanschauung*, ou visão de mundo – que impuseram a Dante ou a São Tomás um uso peculiar da inteligência e um tipo especial de lógica. Para compreender porque nós não

conseguimos seguir facilmente Dante ou São Tomás, é necessário entender (e saber como pode ser) a natureza desse clima de opinião.”⁸

O exame do *clima de opinião*, assim como de outros fatores *externos*, nos parece importante para compreender, mais amplamente, o significado histórico dos materiais que selecionamos. De acordo com Bloor (2009[1976]), muitas vezes se pensa que algumas crenças, ou conhecimentos, não necessitam de explicações causais, e isso se dá quando tais crenças são tomadas por verdadeiras, racionais, científicas ou objetivas. A lógica e a razoabilidade bastam para explicar esse tipo de crença, ao passo que um engano ou um lapso podem ter sua causa em uma infinidade de fatores. A partir dessa interpretação, alguns conhecimentos teriam causalidade, outros não, e estes se tornariam, assim, um domínio autônomo, nos quais a atividade passa a ser *autoexplicativa* e *autopropelida*. Bloor cita Lakatos (1971)⁹, cujo ponto de vista é justamente o que ele está criticando. De acordo com o filósofo húngaro, que diferencia a *história externa* da *reconstrução racional* ou *história interna*, esta é primária, enquanto aquela é secundária, útil apenas para lidar com o resíduo irracional da ciência. Para Bloor, teorias do conhecimento e da sua história que carregam tal visão têm uma concepção finalista ou teleológica do conhecimento e da racionalidade, isto é, para elas, haveria um progresso autopropelido para a verdade que é, por vezes, impedido por certos empecilhos, em geral *extrateóricos*. Para se opor a esse tipo de visão acerca da história da ciência, Bloor propõe o conceito de *simetria*, no qual, em um período de *controvérsia* da história, o historiador deveria dar o mesmo tratamento àquele posicionamento científico que foi descontinuado (que ele chama, considerando as visões de época, de *falsas*) como àquele que foi continuado (que ele nomeia de *verdadeiras*). A visão de Lakatos é oposta ao conceito de *simetria*, na medida em que não se está tratando de crenças dadas como “*verdadeiras*” e como “*falsas*” nos mesmos termos, visto que, sendo o conhecimento autopropelido, o mais recente é sempre tratado como correto, ao passo que o conhecimento do passado é descartado. O conceito de *simetria* é, pois, central nesta investigação.

Por fim, numa interseção entre o que estamos, com Swiggers (2009), chamando de aspectos *internos* e *externos*, lidamos com os modos de diálogo das gramáticas do século XIX produzidas no Brasil com outros textos, autores, *tradições*. Para isso,

⁸ BECKER, Carl L. 1932. *The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers*. New Haven: Yale Univ. Press, (35ª impressão), p. 5.

⁹ LAKATOS, I. 1971. “History of Science and its Rational Reconstructions”. In: BUCK, R. C., COHEN, R. S. (ed.). *Boston Studies*. Dordrecht: Reidel, v. 8.

mobilizamos, em alguns passos da análise, o conceito de *influência*. Como se sabe, podemos frequentemente, ao observar a obra de um autor (escola, período, tradição), encontrar aspectos semelhantes aos que vimos em outros autores (escolas, períodos, tradição). Muitas vezes se diz indiscriminadamente que houve *influência* de um sobre outro. Koerner (1989b) discute o conceito *influência*, que é frequentemente utilizado em textos de historiografia linguística sem critérios claros. O autor pondera que é pertinente distinguir uma influência geral ou contextual (ligada a *clima de opinião*, educação compartilhada, aos ambientes de circulação e interação de textos e agentes) e outra mais direta, relacionada ao diálogo efetivo entre textos. Assim, após apresentar três exemplos problemáticos da utilização do conceito de influência na historiografia linguística, Konrad Koerner defende que um contexto mais seguro de utilização do conceito de *influência* poderia ser configurado em ocasiões em que um autor cita outro explicitamente, e, ainda mais, quando essa referência é endossada por meio de comparação textual. Assim, nesta dissertação, o termo *influência* é empregado somente nesse tipo de situação. Para questões mais amplas (influência contextual), como o fato de a *Grammaire* de Port-Royal (1660), como um texto *exemplar* na gramaticografia ocidental, ter iniciado algumas concepções gramaticais que serão seguidas por um longo período, direta e indiretamente, optamos por utilizar a noção mais ampla de *impacto*.

1.3. Algumas reflexões acerca da questão da metalinguagem

No cerne de nossa abordagem dos *aspectos internos* das gramáticas do português produzidas no Brasil ao longo do século XIX está o estudo da metalinguagem. De acordo com Rey-Debove (1978), existem metalinguagens não-linguísticas e linguísticas. As primeiras corresponderiam às metalinguagens lógica e semiótica. Na lógica, a metalinguagem seria, necessariamente, mais rica que a linguagem-objeto, e também, para Tarski (1931)¹⁰, seria composta por símbolos lógicos. A metalinguagem semiótica, considerando, com Hjelmslev (1943)¹¹, que uma linguagem é E R C (Expressão em Relação com Conteúdo), é esquematizada da seguinte forma E R (E R C), i.e., uma expressão cujo conteúdo é constituído por uma linguagem. Já a metalinguagem

¹⁰ TARSKI, Alfredi. “Le concept de vérité dans les langages formalisés” (1931, em polonês), in *Logique, Sémantique, Métamathématique*, t. I, viii, pp. 159-269. Ed. Armand, Colin, Paris, 1972.

¹¹ HJELMSLEV, Louis. *Prolègomènes à une théorie du langage*. Ed. de Minuit, Paris, 1968 (1943 em Hobbec, Thomas).

linguística, sem ser necessariamente mais rica do que a linguagem, seria o falar sobre a linguagem, algo necessário ao linguista, e, assim, poder-se-ia artificialmente hipotetizar a oposição entre um mundo sem linguagem, ao qual a linguagem se refere, e a linguagem em si mesma, à qual a metalinguagem se refere. Ademais, pode-se pensar que há dois tipos de metalinguagem linguística, uma *científico-didática*, que, formalizada, é utilizada pelo especialista (o estudioso da linguagem), e outra *corrente*, que, não-formalizada e confusa, se manifesta quando um usuário da língua fala sobre a língua (sobre esta última, vale lembrar a *função metalinguística* da linguagem de Jakobson 1960¹²). Interessamo-nos pela metalinguagem *científico-didática*.

Koerner (1996) disserta acerca do problema da metalinguagem (*científico-didática*) em historiografia linguística. Ele define metalinguagem, como “vocabulário técnico aplicado à descrição de teorias do passado”. Após expor três estudos de história da linguística em que o tema da metalinguagem não foi bem tratado, sobretudo por conta de anacronismos, o autor apresenta três princípios para evitar que esses erros ocorram. O primeiro princípio é o da *contextualização*, em que se deve estabelecer, ente outros fatores, o *clima de opinião* intelectual do período em questão. O segundo é o da *imanência*, no qual se analisa internamente a metalinguagem empregada nos documentos estudados. Por fim, o *princípio da adequação* permite, apenas após realizar os dois primeiros princípios, que o historiógrafo, em benefício de um diálogo mais produtivo entre o passado e o presente, se aventure a fazer aproximações entre a metalinguagem atual e aquela que é apresentada nos trabalhos estudados pelo historiógrafo.

Swiggers (2010a) distingue metalinguagem e terminologia. Para ele, a terminologia seria

“l’ensemble des termes techniques faisant partie d’un vocabulaire « théorique » (circonscriit par rapport à un auteur, une école, une (sous-)discipline”.

Ao passo que a metalinguagem seria :

“la terminologie et le vocabulaire¹³, étudiés en rapport avec leur champ d’applicabilité et leur fonctionnement syntaxique, qui sont mis en oeuvre dans l’étude d’un champ d’objets spécifiques, par un auteur, par une école, par une (sous-)discipline, etc.”

¹² “Linguística e poética”, publicado originalmente em *Style in Language*, org. por Thomas A. Sebeok (Nova York, M.I.T., 1960) (cf. edição brasileira de *Linguística e Comunicação* de 2010).

¹³ O vocabulário, por sua vez, seria “l’ensemble des termes, des procédures, et es définitions qui représentent de cadre théorique (conceptuel, méthodologique et « instrumental ») d’une approche (scientifique ou « phénoménologique ») particulière (à un auteur, à une école, à une (sous-)discipline, etc.)”.

Visto isso, o autor trata especificamente de terminologia, enfatizando, sobretudo, dois pontos: a *definição* e a *calibragem* dos termos. Deste primeiro ponto, utilizamos, em nossa análise, um dos parâmetros clássicos para a definição dos termos apresentados por Swiggers, que é a distinção entre um *conteúdo focal* (relação bilateral entre um termo e o que ele significa) e um *conteúdo contrastivo* (a rede, implícita ou explícita de conteúdos no interior da qual um termo assume seu conteúdo dinâmico). Algumas distinções conceptuais nos auxiliaram a compreender de forma mais minuciosa a definição dos termos.

Uma dessas distinções, no que diz respeito à seleção e à análise dos termos empregados nas seções de sintaxe das obras que analisamos, foi a feita entre os *aspectos analítico* e *holístico* da *sentença*, termo que consideramos central no *corpus* que levantamos, distinção proposta por Graffi (2001). De acordo com Graffi (2001:113) pode-se encontrar na mais conhecida definição de ‘sentença’ da tradição clássica — “*oratio est ordinatio dictionum congrua, sententiam perfectam demonstrans*” de Prisciano¹⁴ (fl. 500d.C.)—, dois aspectos: um chamado *analítico* e outro, *holístico*. O *aspecto analítico* se refere ao arranjo da sentença, que não pode ser feito por qualquer organização de palavras, mas por uma que seja coerente. O *aspecto holístico* é referente à afirmação de que em tal arranjo de palavras é expresso um ‘sentido perfeito’. Contudo, Prisciano não define exatamente nem o que seria um ‘sentido perfeito’, nem qual seria a organização de palavras mais correta para expressá-lo. Essa distinção entre um aspecto correspondente às partes da sentença e outro referente à sentença como um todo, nos auxiliou a compreender como o termo *sentença*, tão essencial ao tratamento da sintaxe, por vezes alinha-se, em uma mesma obra, a mais de uma *tradição*, como pudemos constatar em alguns casos (ver Capítulo 4).

Um exemplo dessa possível mescla de tradições é também dado pelo próprio Graffi (2001:113-4). O autor afirma que, na *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660), o aspecto analítico que é definido como sujeito, cópula e atributo, e o aspecto holístico é dado na equação *sentença = julgamento*. Graffi ressalta que esse

¹⁴ “A sentence is a coherent word combination, expressing a complete thought” na tradução de Graffi (2001:113). “Sentença/discurso [*oratio*] é um arranjo coerente de palavras, que expressa um pensamento [*sententiam*] perfeito” em tradução livre do latim para o português. A definição de Prisciano, como diz o próprio Graffi (*idem*), remonta à definição de Dionísio de Trácia (170 a.C. – 90 a. C.): “A sentence is a combination of words, either in prose or in verse, making complete sense” (tradução de Davidson 1874:8). Além disso, como se sabe, no que diz respeito a noções sintáticas, Prisciano, em seu *Institutiones Grammaticae*, aplica para o latim as noções também já presentes no *Perì Syntaxeōs* de Apolônio Díscolo. A maior fama de Prisciano em relação às suas fontes pode se dever à língua que descrevem, já que o latim adquiriu uma importância muito maior que o grego no mundo ocidental (Weedwood 2002:31-2).

modelo sobrevive como preponderante por cerca de 150 anos, contudo, na primeira metade do século XIX, ele passa a não ser aceito completamente, havendo casos como o de Karl Ferdinand Becker (1775-1849), gramático alemão citado por Júlio Ribeiro (1881), para quem há na sentença o mesmo aspecto holístico da *Grammaire*, isto é, define ainda a ‘sentença’ como juízo, mas um aspecto analítico diferente, não mais referente a ‘sujeito’, ‘cópula’ e ‘atributo’, mas a ‘sujeito’ e ‘predicado’ apenas.

1.4. O Português do Brasil: *usus* vs. *ratio*

Além da análise dos termos em seus *conteúdos* (*focal* e *dinâmico*), neste trabalho observamos também os exemplos dados pelos autores, com destaque para a presença de exemplos referentes a um português brasileiro. A escolha dos exemplos pode basear-se em critérios teóricos dos gramáticos. Considerando isso, pode-se dizer, junto com Serbat (1981), que a norma linguística tem comumente como eixo o *usus* ou a *ratio*. O primeiro diz respeito à definição de uma norma linguística através de trechos de escritores consagrados ou do que é considerado o bom falar, e tem como base, portanto, a autoridade. Já a *ratio* consiste na criação de (poucas) regras abstratas cujo objetivo é recobrir, ao menos, a língua que se está descrevendo, porém, muitas vezes, chega mesmo a proclamar um aparelho descritivo universal das línguas, visto que geralmente tem como base a razão, que é humana e, portanto, não pode ser diferente de língua para a língua.

De acordo com Serbat (1981) e Padley (2001), o privilégio do *usus* ou da *ratio* pode ser notado em distintos períodos ao longo da história, principalmente do Renascimento em diante, quando uma série de debates tanto no que diz respeito a gramáticas latinas – como a de Valla (1444)¹⁵, centrada no *usus*, e a de Sánchez (1587) que privilegia a razão –, quanto no que se refere às gramáticas vulgares, desde aquelas que, a princípio, buscaram adequar a língua que descreviam ao latim, como a de Nebrija (1492)¹⁶, até aquelas que buscavam suas próprias regras tendo como base o bom falar, como a de Vauguelas (1647)¹⁷, ou aquelas que privilegiam a razão, como a **Grammaire** de Port Royal (1660).

¹⁵ *Elegantiae Latinae Semonis*, de Lorezo Valla.

¹⁶ *La Grammatica de la lengua catellana*, de Antonio de Nebrija.

¹⁷ *Remarques sur la langue française, utiles à ceux qui veulent bien parler et bien écrire*, de Claude Favre de Vauguelas.

1.5. Dialogando com outras revisões históricas da produção gramatical do século XIX

O trabalho aqui apresentado, como já enunciamos, trata da gramaticografia brasileira do português ao longo do século XIX. Alguns estudos que exploram essa produção têm propostas de periodização para esse século, como os textos de Nascentes (1939), Elia (1975), Cavaliere (2001) e Parreira (2011). Para os três primeiros autores, existe uma ruptura, pode-se dizer “abrupta”, nos processos de elaboração de gramáticas da língua na década de 1880, iniciada com a publicação da **Grammatica Portuguesa**, de Julio Ribeiro, em 1881. Para Parreira (2011), no entanto, essa ruptura seria gradual, se iniciando em Freire da Silva (1875) e se completando com outras rupturas significativas com a publicação das gramáticas de Ribeiro (1881) e de Maciel (1894).

Nascentes (1939:22) entende que os estudos filológicos do Brasil desenvolveram-se, até a data de publicação de sua obra, em três fases ou períodos: *período embrionário*, que vai “dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1835, data da publicação do ‘Compêndio da gramatica da lingua nacional’, de Antonio Alvares Pereira Coruja”; *período empírico*, que se inicia em 1835 e termina em 1881, com a publicação da **Grammatica Portuguesa**, de Júlio Ribeiro; e, finalmente, o *período gramatical*, que “vai de 1881 a 1939, ano da fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil”. Para Elia (1975), há “dois períodos: 1º *vernaculista*: de 1820 (data aproximada de nossa independência política) a 1880 (data aproximada da publicação da Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro); 2º *científico*, daí até 1960.” (p. 117).

Em Cavaliere (2002), encontramos uma periodização que apresenta quatro momentos: o primeiro é o *embrionário*, que vai das origens a 1802. Em seguida, o período *racionalista* inicia-se em 1802, com o término da redação da **Epítome** de Morais Silva, e vai até 1881, ano da publicação da **Grammatica Portuguesa** de Júlio Ribeiro, e tem como característica o estudo da língua pelo viés filosófico de Port-Royal e a imposição da norma literária. O terceiro período, chamado *científico*, que vai de 1881 a 1941, tem como característica principal o cientificismo, baseado no método histórico-comparativo. Por fim, o período *linguístico* vai de 1941 até os dias de hoje. Para Parreira (2011), há três grandes inovações de bases teóricas e metodológicas no século XIX, que se dariam em Freire da Silva (1875), Ribeiro (1881) e Maciel (1894).

A autora também estudará Moraes Silva (1806), dada como a primeira gramática da língua portuguesa escrita por autor nascido em território brasileiro.

No quadro abaixo, fazemos uma síntese das gramáticas dadas como aquelas que iniciaram um novo período na gramaticografia brasileira, pelos diferentes autores que revisaram essa produção:

Nascentes (1939)	Elia (1975)	Cavaliere (2002)	Parreira (2011)
		Moraes (1806)	Moraes (1806)
Coruja (1835)			
			Freire da Silva (1875)
Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)
			Maciel (1894)

Quadro 2 - Síntese das periodizações da gramaticografia brasileira do século XIX

Moraes Silva (1806) e Coruja (1873[1835]) são aqueles que, segundo alguns desses autores, teriam iniciado a gramaticografia brasileira do português. Exceto por Parreira (2011) que apresenta a primeira ruptura do século XIX como realizada por Freire da Silva (1875), os outros três autores afirmam ter sido Ribeiro (1881) o agente dessa primeira ruptura.

Neste trabalho, discutimos, a partir sobretudo da análise do tratamento dado à sintaxe pelas gramáticas selecionadas, em que medida essas periodizações se confirmam.

Os próximos capítulos foram desenvolvidos com base no conjunto de conceitos e reflexões teórico-metodológicos apresentados aqui.

Capítulo 2|

Aspectos metodológicos

2| Aspectos metodológicos

Neste capítulo, procuramos expor e justificar nossas opções em relação à condução deste trabalho. Buscamos explicitar os nossos métodos, seguindo aquilo que Koerner (1999:12) chama de historiografia metodologicamente consciente. Diferentemente de outros modelos de historiografia¹⁸, o objetivo desta é apresentar o passado como uma parte integral da disciplina, a linguística, e, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada em princípios bem definidos, que necessariamente se explicitam a cada investigação.

Para a explicitação dos princípios seguidos, partimos das escolhas mais amplas, relacionadas à delimitação do tema e ao estabelecimento de uma periodização inicial, e chegamos às mais específicas, relativas aos critérios e aos procedimentos com que procuramos desenvolver as análises.

2.1. A cobertura

Swiggers (2009:70) ressalta que, para fazer um trabalho historiográfico, é necessário ter plena consciência de alguns parâmetros, entre os quais gostaríamos de destacar um: a *cobertura*. O autor compreende por *cobertura* de um trabalho historiográfico o conjunto de recortes referentes à periodização, à delimitação de um espaço (geográfico e também social) e à temática. Ao lado da explicitação dos critérios para realizar esses recortes mais amplos, apresentamos nesta seção também os critérios que nos permitiram selecionar determinadas obras e, em função delas, determinados agentes.

2.1.1 Tema

A seleção do tema, relativo ao tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do português do século XIX, se deu, como dissemos na *Apresentação* deste trabalho,

¹⁸ Pode-se considerar também a existência de uma *historiografia retrospectiva complacente* (que valoriza demasiadamente o passado, justamente por ser passado), uma *historiografia polêmica* (que descreve o passado como se estivesse a serviço do presente), e uma historiografia do tipo *antológico e panorâmico* (cujo objetivo é delinear o desenvolvimento do pensamento linguístico, de forma ampla) (Cf. Koerner 1999; Swiggers 2004; Swiggers 2012).

levando em conta o importante debate entre duas correntes na gramaticografia do período (debate explicitado, ao menos no *nível retórico*) e a questão de como o português do Brasil e as possíveis alterações por que passava foram percebidos e tratados em seis gramáticas publicadas em momentos distintos do século.

Embora haja um número relevante de textos sobre gramáticas do século XIX, em nenhum deles se procurou fazer um estudo do tratamento da sintaxe e das formas de incorporação do português do Brasil à análise desse nível de articulação. Cavaliere (2000), por exemplo, trata da fonologia e da morfologia de gramáticas publicadas de 1880 ao final do século; Hackerott (1994), por outro lado, fala da tradição portuguesa dos séculos XVI e XVII e termina seu estudo tratando, amplamente, da obra de Antônio de Moraes Silva (1806); a tese de Parreira (2011) explora detidamente algumas gramáticas brasileiras do século XIX, mas, embora trate do assunto, não dá ênfase ao tratamento da sintaxe. Os outros trabalhos que realizam revisões históricas a respeito dessas gramáticas, como Maciel (1910), Hackerott (1992), Moraes (1997), Fávero & Molina (2006), são geralmente artigos ou conjunto de artigos que têm pretensão de fazer uma descrição mais geral das gramáticas. Visamos, assim, ao lado de uma revisão da periodização estabelecida para a gramaticografia do século, oferecer uma contribuição para o estudo mais específico do tratamento da sintaxe do PB em gramáticas dos anos 1800.

Na seleção de subtemas de interesse para esta pesquisa, selecionamos:

- 1) Das epígrafes, dos prefácios e das introduções das gramáticas:
 - a) Os termos ‘linguagem’, ‘língua’, e ‘gramática’;
 - b) Críticas ou elogios a determinadas tradições e técnicas de análise ou métodos de apresentação;
 - c) Comentários acerca das fontes de dados linguísticos utilizados como exemplos nas gramáticas;
 - d) *Termos externos* dentre os selecionados.
- 2) Das seções de sintaxe:
 - a) O *termo* ‘sentença’, ‘proposição’ ou ‘oração’ e seus membros, ‘sujeito’, ‘atributo’, ‘predicado’, ‘verbo’;
 - b) O *termo* ‘concordância’;

- c) Os *termos* ‘caso’, ‘regência’, ‘complemento’, ‘relação’ e ‘função’, que são relativos a hierarquia dos membros da oração;
- d) O *termo* ‘sintaxe figurada’;
- e) Menções a um português especificamente brasileiro;
- f) As referências acerca de fonte de dados (seja da literatura, como referência bibliográfica, seja com referências de tipos de falares, como, por exemplo, o falar caipira) presentes nos exemplos apresentados;
- g) *Termos externos* dentre os selecionados.

3) Das seções de morfologia e etimologia:

- a) O *termo* ‘verbo substantivo’;
- b) Os *termos* ‘verbo impessoal’ e ‘verbo unipessoal’;
- c) Construções com o verbo ‘impessoal’ ou ‘unipessoal’ “haver”.

2.1.2 Periodização

A seleção temporal, i.e., a periodização inicial desse estudo está vinculada tanto a parâmetros externos quanto a parâmetros internos (cf. Swiggers 2004). Entendemos como parâmetros internos aqueles que se referem diretamente a aspectos epistemológicos das obras, ao passo que os parâmetros externos seriam aqueles que dizem respeito a aspectos sociais mais gerais. Em relação aos aspectos externos, o século XIX é, em primeiro lugar, um período de diversas transições políticas para o Brasil, como, por exemplo: a vinda da família real e da corte portuguesa em 1808, a independência política (embora promovida pela própria casa de Bragança), em 1822, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, a proclamação da república em 1889, como veremos com maior detalhe no Capítulo 3. Em segundo lugar, a primeira gramática brasileira surge apenas em 1806.

A periodização baseia-se também em critérios internos, na medida em que supomos haver, como descrevem diversas periodizações da gramaticografia brasileira do português (cf. Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2002, Parreira 2011), uma ruptura epistemológica no que se concebia como gramática e como língua/linguagem. Ter-se-ia, no início da década de 1880, passado de um estudo baseado em noções lógico-filosóficas, provenientes sobretudo de gramáticas gerais e filosóficas francesas,

para um estudo baseado em “fatos” linguísticos, desenvolvidos principalmente a partir de estudos germânicos e comparativos. Um de nossos objetivos seria observar, por uma série de aspectos diferentes, relativos às ideias e também às práticas linguísticas, como, se e quando essa suposta ruptura teria se dado, mais especificamente no tratamento da sintaxe do português. Está pressuposta, portanto, uma revisão das periodizações anteriormente propostas para a gramaticografia brasileira do português.

A opção por não estender a periodização para além do século XIX – embora a corrente epistemológica supostamente iniciada na década de 1880, segundo as periodizações, se estenda para além dele, e as questões políticas continuarem a produzir efeitos importantes na configuração do novo país –, resulta de decisão arbitrária, mas tomada como necessária para as dimensões de uma pesquisa de mestrado. De todo modo, caso se confirme a persistência de tradições identificadas no período em momentos posteriores, cremos ter um subconjunto coeso de obras avaliado, o daquelas que circularem ao longo dos anos 1800.

Fixamos, assim, como marco cronológico inicial deste trabalho 1806, data da publicação da primeira edição do *Epitome* de Morais Silva, e como marco cronológico final 1902, ano de publicação da terceira edição da *Grammatica Descriptiva* de Maciel.

2.1.3 Contexto geográfico e social

A pesquisa pretende oferecer elementos para uma análise da gramaticografia brasileira do século XIX. A seleção espacial e social põe em foco o Brasil. O país é vasto; com vistas a uma maior representatividade, foram selecionados gramáticos brasileiros provenientes de regiões diferenciadas, como Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo e Sergipe.

Do ponto de vista da história dos estudos da linguagem no período, um de nossos objetivos relacionados a aspectos espaciais e sociais é a análise da ausência ou presença de descrição de português brasileiro nas gramáticas. Considerando que no século XIX há uma série de aspectos que começam a separar a sintaxe do português brasileiro da sintaxe do português europeu, como parecem demonstrar pesquisas realizadas a partir do final do século XX (cf., por exemplo, Tarallo & Kato 1993; Duarte 1993; Cyrino 1993, 1997), além de haver uma série de polêmicas a respeito da existência de uma variedade brasileira da língua portuguesa no período (cf., por

exemplo, Pinto 1978; Coelho 2008). Interessa-nos, além disso, avaliar possíveis particularidades em gramáticas brasileiras, i.e., verificar se é possível observar uma ou algumas *tradição/ões nacional/is*, e, por outro lado, avaliar as formas de diálogo dessa produção com os estudos da escola de gramática filosófica francesa, das gramáticas comparativas alemãs, das gramáticas lusitanas do português etc.

2.1.4 Agentes

Em relação aos agentes, selecionamos seis autores e textos gramaticais de todo o século XIX brasileiro: Morais Silva, Coruja, Sotero dos Reis, Freire da Silva, Julio Ribeiro e Maciel .

Para a seleção das gramáticas, pensamos em dois critérios: *pioneirismo* e *prestígio*. Em relação ao primeiro, como já dito, no século XIX é publicada a primeira gramática do português feita por um brasileiro, que também seria a primeira, no contexto luso-brasileiro, de acordo com Hackerott (1994), a utilizar o modelo da **Grammaire de Port-Royal** sem resquícios da tradição de Sánchez de las Brozas; trata-se de Morais Silva (1806). Nesse mesmo século, também é publicada a gramática de Júlio Ribeiro (1881), dada, em geral, como a iniciadora de um novo momento teórico-metodológico da gramática brasileira (cf. Nascentes 1939; Elia 1975; Cavaliere 2000, 2002). Como nosso trabalho refere-se a continuidades e descontinuidades, nos importam os momentos pré e pós-ruptura; deste modo, há em nosso *corpus* gramáticas, por hipótese, dos dois períodos epistemológicos. Considerando o grande número de gramáticas depreendidas por esses dois critérios iniciais e o desejo de fazer uma análise vertical dos textos, em 24 meses, levamos em conta também outros aspectos. Procuramos selecionar os textos que parecem ter tido maior repercussão, avaliada pela sua inclusão nas diferentes crônicas históricas sobre o período que citamos anteriormente. Utilizando, pois, o critério do prestígio, chegamos às gramáticas de Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866) e Maciel (1902[1894]). O prestígio foi aferido pelo número de edições e pelo impacto que diferentes revisões históricas do século XIX lhes atribuem.

2.2 Procedimentos e critérios de análise

Swiggers (2012:43-4) afirma que a metodologia geral da historiografia consiste de três passos. O primeiro seria a *metodologia heurística*, que envolve a constituição do *corpus* e a procura por textos críticos a respeito do *corpus* escolhido. O segundo passo, chamado *metodologia hermenêutica*, diz respeito à interpretação contextualizada dos textos e o estabelecimento de relações entre textos, autores, grupos de pesquisa, tradições etc. Por fim, o último passo seria uma *metodologia para escrever a história*, a qual é um esforço para fazer uma reconstrução sistemática dos dados aferidos. Como já falamos a respeito do primeiro passo neste capítulo e expusemos nossas opções relativas à organização dos resultados desta pesquisa nos capítulos e itens desse capítulo anteriores, falaremos adiante do segundo passo.

Para a construção de nossa *metodologia hermenêutica*, acatamos algumas propostas de Koerner, Swiggers, Murray, entre outros.

Assim, a análise e interpretação do tratamento que os autores selecionados dão à sintaxe é feita, de forma mais geral, a partir do conceito de *capas* do conhecimento linguístico de Swiggers (2004), apresentadas anteriormente, no capítulo teórico. Dentro das *capas teórica, técnica e contextual*, a análise foi prioritariamente feita por meio do exame do *conteúdo focal* (v. Capítulo 1) de *termos internos* e *termos externos*. Entre os *termos internos*, incluímos os mais gerais, como ‘gramática’, ‘língua’, ‘linguagem’ e ‘sintaxe’, os quais são normalmente explicitamente definidos nas introduções das obras; neste caso, o foco está justamente sobre a *definição* ou o *significado* desses termos. Em alguns casos, foi também possível explorar distintos *significantes* e específicas *taxionomias* propostos pelos autores.

Outros *termos internos* referem-se a palavras ou expressões referentes a entidades gramaticais, como ‘sentença’, por exemplo. Todos os *termos internos* que fazem referência a unidades linguísticas foram analisados neste trabalho por meio de quatro parâmetros:

- (1) *significante*, a palavra ou expressão mesma utilizada para nomear algum fenômeno ou elemento sintático;
- (2) *significado*, o conteúdo dessas palavras no contexto específico de cada obra;
- (3) *exemplos*, o que, da língua, é oferecido para exemplificar o conceito dado;
- (4) *taxionomia*, a hierarquia em que estes conceitos são arranjados nos textos analisados.

Distinguímos, desses *termos (internos)* mais especificamente voltados para a exploração linguística, de termos que contextualizam conceitualmente, essas visões

acerca da linguagem, da gramática, da língua e da sintaxe do português. Esses *termos*, que denominamos *externos*, serviram como guia para o mapeamento de aspectos externos relativos às obras estudadas¹⁹. Nesse conjunto, inserimos: nomes dados a locais, tradições, nomes de pessoas, entre outros (Cf. Swartjes, Farfán e Altman 2006). A análise desses termos se fez em complementação a uma retrospectiva de aspectos político-econômicos, educacionais e intelectuais do Brasil do século XIX (v. Capítulo 3).

Abaixo, apresentamos todos os termos que analisamos neste trabalho

- *Termos internos*

Grupo I: ‘gramática’, ‘língua’, ‘linguagem’, ‘sintaxe’.

Grupo II: ‘sentença’ (‘proposição’, ‘oração’), ‘sujeito’, ‘atributo’, ‘predicado’, ‘verbo’, ‘concordância’, ‘regência’, ‘complemento’, ‘relação’, ‘função’, ‘sintaxe figurada’.

- *Termos externos:* ‘metafísica’, ‘fatos’, ‘ciência’, ‘lógico’, ‘racional’, ‘geral’, ‘descritivo’, ‘orgânico’.

A análise da *capa documental* das gramáticas foi feita com base na distinção de cinco espécies de fontes de dados. Ela embasa nossa discussão sobre a forma de incorporação do português do Brasil a esses textos.

2.3 Avaliação dos resultados da análise:

Feitas as análises em conformidade com os parâmetros mencionados, procuramos cruzar e avaliar os resultados obtidos no exame das quatro capas. No capítulo 5 desta dissertação, há dois movimentos a serem destacados: um primeiro em que, no cruzamento dos dados das *capas*, observamos quatro temas gerais em que se podem notar rupturas e aspectos indicativos da formação de tradições, e um segundo, em que propusemos, a partir do cruzamento e do exame minucioso dos resultados, uma *periodização complexa* (cf. Swiggers 2004) para essas produções. Os conceitos teóricos

¹⁹ Agradeço a Stela Maris Danna por ter me atentado para esse detalhe.

de *programa de investigação e tradição*, tal como apresentados no capítulo teórico, foram fortemente mobilizados na construção dessa seção deste trabalho.

No capítulo a seguir, apresentamos a análise do contexto de produção e circulação das gramáticas brasileiras do português produzidas no século XIX.

Capítulo 3|

Análise: contexto de produção e aspectos teórico-metodológicos mais gerais

3| Análise: contexto de produção e aspectos teórico-metodológicos mais gerais

Neste capítulo, procuramos organizar uma série de informações que podem funcionar como um contexto (sociopolítico, biográfico e também intelectual) para as descrições sintáticas do português feitas em gramáticas brasileiras do século XIX.

Iniciamos com algumas considerações mais gerais, feitas com base em pesquisa bibliográfica em textos sobre história do Brasil e de Portugal, história intelectual, história da educação no Brasil e em Portugal, história dos estudos da linguagem. Essas informações são, em seguida, entrecruzadas a dados, construídos ao longo desta pesquisa, acerca dos autores, das gramáticas e das concepções (linguísticas e também gerais) que elas condensam. Para tanto, exploramos a capa contextual e a capa teórica, cabendo a essa última o traçado de um perfil conceptual mais geral das gramáticas estudadas.

Esse perfil conceptual enfatiza, por um lado, os referenciais teóricos preferencialmente adotados – a que chegamos a partir de um mapeamento de termos externos, referentes a escolas teóricas, movimentos filosóficos e outras ideias de época e, por outro lado, enfatiza as concepções de língua, linguagem, gramática e língua portuguesa (no Brasil). Assim, o percurso de reconstrução de contexto proposto é o de estabelecimento de um cenário mais amplo que, paulatinamente, se estreita para que façamos descrições mais particularmente voltadas para as seções de sintaxe, que analisamos no Capítulo 4.

3.1 Capa contextual

3.1.1 O Brasil no século XIX

3.1.1.1 Transformações políticas e sociais

O ano de 1808 é tão importante para o Brasil que alguns dizem que, para o país, o século XIX se inicia nele (cf. Lopez & Mota 2012), pois é em 1808 que D. João, príncipe regente de Portugal, no contexto do Bloqueio Continental (1806-1807) de Napoleão decide ficar do lado da Inglaterra e fugir das tropas napoleônicas, que

invadiam seu país, aportando no Brasil. Entretanto, entendemos que seja preciso começar nosso mapeamento sociopolítico em meados do século XVIII, quando as reformas pombalinas são responsáveis por algumas mudanças no Brasil que influenciariam fortemente o século XIX.

O Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), exerceu importantes cargos governativos no reinado de D. José I (1714-1777), que se deu entre 1750 e 1777, e nesse período promoveu uma série de reformas cujo principal objetivo declarado era modernizar o “atrasado” Portugal, tanto economicamente quanto em “mentalidade”. Para tanto, o estado procurou fomentar o aparecimento de uma burguesia (e não o contrário, como era mais comum ocorrer), ao mesmo tempo em que procurava centralizar o poder, destituindo aqueles com os quais mais o dividiam, isto é, os jesuítas. Assim, no decreto de 3 de setembro de 1759, a Companhia de Jesus foi expulsa, com confisco de bens, de todos os domínios de Portugal, inclusive o Brasil. A Companhia de Jesus se encontrava na colônia desde 1534 e foi a grande responsável pela educação na colônia brasileira até a expulsão.

Ademais, o Marquês defendia que, para dominar a colônia, era necessário ter um bom relacionamento com os nativos, isto é, os índios; assim, a escravidão indígena foi abolida em 1757 e o aprendizado da língua portuguesa tornou-se obrigatório, em detrimento, sobretudo, do nhengatu (cf. Fausto 2010; Lopez & Mota 2012; Vilalta 2008; Bessa Freire 2003; Macena 2009; Crudis 2009).

Quando D. Maria I torna-se rainha, após a morte de D. José em 1777, Pombal é demitido e torna-se exilado desse ano até sua morte, em 1783. Inicia-se, assim, o período que costumam chamar de “viradeira”, que seria a busca pelo retorno ao que havia em Portugal antes das reformas pombalinas. Porém, não foi possível retornar ao que havia antes, as ideias ilustradas já haviam penetrado Portugal. Também já haviam adentrado às colônias, como se pode perceber pelas insurreições do final do século XVIII: Insurreição Mineira, em 1789, e a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, em 1798 (cf. Lopez & Mota 2012, entre outros).

De acordo com Eric Hobsbawm (2000), entre os anos de 1789 e 1848, o mundo passou por uma era de revoluções. Revoluções estas que se espalharam a partir da França, e sua revolução política com a queda do *ancien régime*, e da Inglaterra, e sua revolução industrial – e, talvez, seja possível ainda lembrar a Independência dos EUA, em 1776, como algo que auxiliaria na promoção dessas transformações. A crença secular na razão e o surgimento de uma forte burguesia conjuntamente com o

fortalecimento do liberalismo, político e econômico²⁰, foram capazes de promover diversas modificações no mundo. No que diz respeito ao Brasil, Boris Fausto (2010:107-109) destaca que ambos os aspectos foram importantes para iniciar a crise do sistema colonial, a qual se expressava nas três insurreições – além das duas já mencionadas, a Insurreição Mineira, em 1789, e a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, em 1798 – também a Revolução Pernambucana de 1817. O Brasil ficaria instável e teria diversas revoltas e insurreições até por volta de 1850, como veremos adiante.

Após as declarações de que Maria I estava louca, D. João, seu filho, torna-se o príncipe regente de Portugal em 1799. Entre 1807 e 1808, como já citamos acima, por conta das guerras napoleônicas, torna-se necessária a instalação da família real portuguesa e sua corte no Brasil, dado que o Bloqueio Continental napoleônico não estava sendo cumprido pelos portugueses em razão de sua proximidade com a Inglaterra. As causas da vinda da família real e da corte à colônia e também a viagem são narradas por Hallewall (2005:106-7) da seguinte forma:

Ao longo de 1807, a política francesa na península Ibérica começou a forçar as autoridades portuguesas a uma escolha extremamente incômoda: ou colaborariam com Napoleão, na esperança de manter sua posição em Portugal mas enfrentando a certeza da perda de seu império colonial para a Grã-Bretanha, ou apoiariam seu antigo aliado e correriam o risco de anexação do território metropolitano português, por parte da França. O rei da Espanha, diante de idêntico dilema, escolhera a colaboração, pois perderia o trono e o império. Seu genro português tomou a decisão contrária e aceitou a oferta britânica de escoltar toda a corte e o governo em sua viagem pelo Atlântico, rumo ao Brasil. [...] A decisão final só foi tomada na noite de 24 de novembro. Entre este momento e a noite de 27, centenas de funcionários e suas famílias foram embarcados – sob uma chuva torrencial – em apenas seis pequenos navios de linha [...] e quatro fragatas. [...] Em 22 de janeiro, a família real fora forçada a aportar em Salvador, onde, por uma questão de cortesia para com seus habitantes e pelo desejo de repousar e reconquistar sua dignidade (e seus cabelos)²¹, vira-se obrigada a uma estada bastante prolongada. Assim, o Príncipe Regente e sua *entourage* desembarcaram no Rio somente em 7 de março de 1808.

Logo que chegou ao Brasil, ainda na Bahia, D. João decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Chegando ao Rio de Janeiro, capital da colônia, em março de 1808, iniciaram-se diversas mudanças. Dentre elas estava a criação de

²⁰ De acordo com Fausto (2010:106-7), pode-se definir os liberalismos da seguinte forma: “As concepções ilustradas deram origem no campo sociopolítico ao pensamento liberal, em seus diferentes matizes. Um fundo comum às várias correntes do liberalismo se encontra na noção de que a história humana tende ao progresso e ao aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade, a partir de critérios propostos pela razão. [...] No plano político, em sua versão extremada, o liberalismo sustenta o ponto de vista de que o Estado não deve interferir na iniciativa individual, limitando-se a garantir a segurança e a educação dos cidadãos. A concorrência as aptidões pessoais se encarregariam de harmonizar, como uma mão invisível, a vida em sociedade. No plano político, a doutrina liberal defende o direito de representação dos indivíduos, sustentando que neles, e não no poder dos reis, se encontra a soberania. Esta é entendida como o direito de organizar e não a partir de uma lei básica – a Constituição.”.

²¹ Conta-se que os viajantes foram acometidos por piolhos, precisando todos raspar os cabelos.

entidades culturais e educacionais. Para citar algumas delas: Imprensa Régia (13-5-1808), a Biblioteca pública (1814), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1810), Museu Nacional (1818) (cf. Ribeiro 1992:40). Além da fundação de diversas faculdades profissionalizantes, de caráter utilitário, pelo país, como a Academia da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), dentre outras (ver item 3.1.1.2).

Assim, pode-se ver que o território brasileiro, sobretudo o Rio de Janeiro e a Bahia, deixaram de ser somente uma parte de uma colônia extrativista para tornarem-se centros culturais e educacionais. Ademais, em dezembro de 1815, D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. É necessário, porém, ter cuidado em pensar que essa inclusão da colônia não tinha interesses portugueses. Dois anos depois, em 1817, ocorria a Revolução Pernambucana, a qual tinha como justificativa o favorecimento de portugueses em detrimento de brasileiros, sobretudo com a alta de impostos.

No início de 1821, D. João VI retorna a Portugal, onde ocorria naquele momento uma revolução. Em seu lugar, permanece no Brasil o príncipe regente D. Pedro. No fim de 1821, porém, foi determinado que D. Pedro também deveria retornar para Portugal. O receio de que o país retornasse a sua condição de colônia faz com que o príncipe fosse pressionado a ficar, acontecendo, assim, em 9 de janeiro de 1822, o “Dia do fico”. A partir desse momento, iniciavam-se as rupturas formais com Portugal, que culminariam com a proclamação da Independência, pelo mesmo D. Pedro, que acabava de se tornar D. Pedro I, imperador do Brasil. É importante ressaltar, porém, que a independência brasileira só foi reconhecida por Portugal em 1825, mediante o pagamento de uma multa de 2 milhões de libras, a qual fez o Brasil adquirir sua primeira dívida externa, com a Inglaterra.

A emancipação do Brasil, porém, não resultou de alterações econômicas ou sociais tão grandes como havia acontecido na América espanhola. Isto, de acordo com Fausto (2010:146), deveu-se à vinda da família Real para a colônia, uma ação sem precedentes.

Em 25 de março 1824, o Brasil tem sua primeira Constituição, que, embora tenha apresentado princípios liberais, não se elabora com a participação do povo ou de uma constituinte, mas provém do próprio imperador. A constituição era centralizadora, pois diminuía a autonomia das províncias. Isto causava diversos problemas, sobretudo porque, enquanto o Rio de Janeiro era a província que mais importava (produtos manufaturados), não era a que mais exportava; assim, eram

principalmente as províncias nordestinas que tinham que arcar com os gastos de importação feitos frequentemente pela capital. Em oposição a tal desigualdade, é proclamada a Confederação do Equador em 2 de julho de 1824, que reunia as províncias do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará. O descontentamento com o governo de D. Pedro I era tal, que ele decidiu abdicar em 7 de abril de 1831, e em seguida retornou a Portugal, onde tornou-se rei, D. Pedro IV. Uma ação importante do governo de Pedro I foi a criação das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, em 1827, pois isso tornou o Brasil autônomo na formação superior em leis, sobretudo em relação à Universidade de Coimbra.

Como o sucessor de D. Pedro I, seu filho D. Pedro II, tinha apenas cinco anos, o país passou por um período de regências que durou nove anos. Nesse momento, a questão mais preocupante no país era sua unidade territorial e o grau de autonomia das Províncias. Em 1834, é decretado o *Ato Adicional à Constituição de 1824*, no qual é retomada grande parte da autonomia das Províncias. As revoltas provinciais, porém, foram muitas: Guerra dos Cabanos (1832-1835), em Pernambuco; Cabanagem (1835-1840), no Pará; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; a Balaiada (1838-1840), no Maranhão; e a Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul. Por conta delas e das mudanças de governo, o período da regência é considerado o de maior instabilidade no século XIX. Nele, porém, foram criados dois importantes centros de cultura para o Brasil: o Colégio Pedro II, como um modelo para os colégios provinciais, em 1837, e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, que tinha como objetivo a descrição geográfica e histórica do país como uma forma de “criar” um passado e um futuro para o país recém-independente (cf. Reis 2000).

Com o “golpe da maioria”, D. Pedro II assumiu, com 15 anos de idade, o trono em julho de 1840. No Império de D. Pedro II, o país começa a prosperar economicamente, sobretudo com o sucesso da lavoura cafeeira. Além disso, a interrupção do tráfico de escravos em 1850 remodela a sociedade e, algum tempo depois, inicia-se a chegada em massa dos imigrantes europeus. O contato com a Europa torna-se mais constante, trazendo não só instrumentos e maquinários importados, mas também ideias (Ribeiro 1992), como se verá adiante. A Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança (1864-1870), porém, trouxe a inflação, além de modificar o estatuto social dos militares, cujos interesses positivistas e abolicionistas abalariam a política do Brasil tempos depois, levando à crise do Império e à Proclamação da República. A respeito do último quartel do século, afirma Azevedo (1996:604):

Em nenhuma época do século XIX, depois da Independência, se prepararam e se produziram acontecimentos tão importantes para a vida nacional como no último quartel desse século em que se verificou o primeiro surto industrial, se estabeleceu uma política imigratória, se aboliu o regime da escravidão, se iniciou a organização do trabalho livre e se inaugurou, com a queda do Império, a experiência de uma novo regime político.

Logo após a abolição da escravidão, de 1888, é proclamada, sem sangue, a república em 15 de novembro de 1889, justamente pelos militares, que eram apoiados também pelos paulistas da lavoura cafeeira (Lopez & Mota 2012). A política de imigração já havia se iniciado desde meados do século e agora se intensificava.

A Constituição Republicana de 1891 teve como destaque a separação entre a Igreja e o Estado; não havia, assim, mais religião oficial no país. Acabaram-se também os foros de nobreza. O país tornou-se federalista e, dessa forma, mais descentralizado, com mais autonomia para os estados, o que trouxe benefícios sobretudo para São Paulo, que era o estado que mais enriquecia no país no período, por conta da lavoura cafeeira. O positivismo, embora estivesse bastante presente no contexto intelectual em que se desenvolviam as carreiras militares, perde o viço até o fim do século XIX e não obtém o impacto que muitos pretendiam. Foram criadas diversas instituições científicas de ciências naturais e matemáticas, mas, de acordo com Azevedo (1996), a cultura brasileira não mudou muito ainda no século XIX, continuando mais ligada às letras do que à ciência.

3.1.1.2. A educação

Após observarmos, por meio das fontes secundárias apontadas ao longo do item anterior, uma síntese das questões políticas e sociais que permearam o século XIX, agora pretendemos observar com mais cuidado os eventuais reflexos que algumas dessas questões podem ter tido na educação brasileira do século XIX. É certo que não pretendemos fazer neste trabalho uma história da pedagogia, mas, considerando que as gramáticas foram concebidas como livros escolares, é importante observar como a história da educação se deu, dando ênfase aos elementos que acreditamos terem impacto sobre as gramáticas que analisamos. Novamente nos valemos de fontes secundárias para a seleção e organização que propomos dos aspectos que tomamos como relevantes.

Primeiramente, interessam-nos as reformas pombalinas referentes à educação, cujos atos de maior impacto para o Brasil foram a expulsão dos jesuítas de todo território dominado por Portugal, a reforma educacional da Universidade de Coimbra e

a prioridade do ensino da língua portuguesa, em detrimento da latina e línguas das colônias (cf. Crudis 2009; Maciel & Shigunov Neto 2006; Lopez & Mota 2012, entre outros).

No século XVI, a direção do ensino público português deslocou-se da Universidade de Coimbra para a Companhia de Jesus (Maciel & Shigunov Neto 2006:469). Posteriormente, a Companhia de Jesus, com seu método educacional, também controlaria o ensino no Brasil (cf., entre outros, Altman 1999:72). Assim, na busca por centralizar o poder português, aproximando-o do rei e distanciando-o da Companhia de Jesus e da Igreja como um todo, Marquês de Pombal escreve o decreto de 3 de setembro de 1759, no qual é decidida a expulsão dos jesuítas em territórios dominados por Portugal.

As consequências da expulsão dos jesuítas nos sistemas educacionais e na mentalidade portuguesa e brasileira são imensas. Em Portugal, o Marquês de Pombal, em grande parte inspirado pelo texto de Verney (ver mais adiante), introduz na Universidade de Coimbra conhecimentos e métodos iluministas, como os provenientes de Descartes, Newton, Locke e enciclopedistas. Como não havia ensino superior no Brasil colonial, os filhos de famílias abastadas estudavam na Universidade de Coimbra²², assim, o iluminismo adentra também a colônia, e, de acordo como Hallelwall (1995) e Werebe (1985), isso teria sido definitivo para que as elites se movimentassem em direção à independência no século seguinte.

Em relação ao ensino primário e secundário, no Brasil, a organização e unidade da educação que havia no ensino jesuítico é perdida, como menciona Azevedo, afirmando que entre

a expulsão dos jesuítas em 1759 e a transplantação da corte portuguesa para o Brasil em 1808, abriu-se um parêntese de quase meio século, um largo hiato que se caracteriza pela desorganização e decadência do ensino colonial. Nenhuma organização institucional veio, de fato, substituir a poderosa homogeneidade do sistema jesuítico, edificado em todo o litoral latifundiário, com ramificações pelas matas e pelo planalto, e cujos colégios e seminários foram, na Colônia, os grandes focos de irradiação da cultura. (Azevedo 1996)

²² Hallelwall (2005:96) ressalta a precária educação superior no Brasil no período: “Em questões espirituais, a colônia portuguesa na América apresentava um triste contraste com suas vizinhas espanholas. Após a expulsão dos jesuítas, por exemplo, não havia educação superior no Brasil, e enquanto Coimbra, a única universidade em todo o império português, formou apenas 720 brasileiros entre 1775 e a Independência [em 1822], somente a Universidade do México, exatamente no mesmo período, formou 7850 bachareis e 473 doutores. A falta de educação superior na colônia obrigou os fazendeiros a mandar seus filhos para formar-se na Europa, de onde trariam novas ideias, fatais para a sobrevivência do mesmo domínio colonial português.”

Seria somente depois de treze anos da expulsão dos jesuítas, em 1772, que a Coroa Portuguesa proporia um projeto para o estabelecimento de aulas régias que tinham a desvantagem da descontinuidade e do fato de serem avulsas. De acordo com Ribeiro (1992:34), essa mudança pode ser considerada um retrocesso, por causar a perda da centralidade e constância do projeto jesuíta, mas um avanço, na medida em que são admitidos novos métodos e livros. Werebe (1985:366) também ressalta que a única vantagem da instauração dessas aulas foi a introdução de matérias que eram, até então, ignoradas, como línguas vivas, matemática, física, ciências naturais, dentre outras. O Seminário de Olinda, criado em 1798, é, de acordo com Azevedo, um exemplo das reformas pombalinas, as quais eram em grande parte inspiradas pelos enciclopedistas.

No ensino de língua portuguesa, houve, na busca de uma valorização de Portugal, uma inversão de prioridades: a língua portuguesa passou a ser ensinada obrigatoriamente; além disso, passou a ser ensinada antes da língua latina. Outrora, o latim deveria ser ensinado antes e com base nas estruturas da língua latina é que se deveria ensinar a língua portuguesa. Assim, foi escrita uma gramática especificamente para o ensino do português naqueles moldes, como afirma Crudis (2009:20):

A maneira encontrada para que a língua nacional passasse a figurar como um valor foi, além de seu ensino efetivo, a elaboração de uma gramática que privilegiasse a língua portuguesa, buscando romper com a tradição até aí existente de se adequá-la aos moldes da latina. O livro que deveria cumprir essas funções era a *Arte da Grammatica* de Reis Lobato, que foi adotada como manual de ensino nas classes de português, que passaram a ser obrigatórias em Portugal também a partir dessas reformas de Pombal.

Ademais, no Brasil, o uso de outras línguas que não a portuguesa foi proibido. Isto devido ao fato de que o uso do Nhengatu era frequente e ameaçava a sujeição dos povos brasileiros ao monarca português (Villalta 2008:93-4). A gramática de Reis Lobato foi, dessa forma, também utilizada no Brasil.

Posteriormente, em 1808, com a chegada da família Real ao Brasil, ocorrem importantes mudanças na educação brasileira. Anteriormente a essa data, os brasileiros tinham de ir ao exterior em busca de educação superior, da mesma forma que não podiam imprimir livros no Brasil, já que a imprensa era proibida nas colônias de Portugal (cf. Hallewall 2005:299). Azevedo (1996) ressalta a criação de escolas técnicas e utilitárias por D. João em seus anos no Brasil. Diz que o Príncipe Regente e sua corte, “criando escolas, visavam antes de tudo as formações especializadas e a preparação de um pessoal capaz de atender ao serviço público”, em concordância com Werebe (1997:368), que comenta:

D. João VI fundou o ensino superior, dando-lhe um sentido exclusivamente utilitário, pois tornara-se urgente a formação dos profissionais exigidos pelas novas condições. A Academia de Marinha, criada em 1808, e a Academia Real Militar, em 1810, destinavam-se a preparar os oficiais e engenheiros encarregados da defesa militar da Colônia; os estudos médicos, assegurados pelo curso de cirurgia, criado em 1808, no Hospital Militar da Bahia e pelos cursos de anatomia e de cirurgia do Rio de Janeiro, aos quais se acrescentou [sic], em 1809, os de Medicina, deveriam formar os médicos para a Corte, para o exército e a marinha. Foram ainda instituídos: -- na Bahia, a cadeira de Economia, em 1808, o curso de Agricultura, em 1817, o de desenho técnico, em 1818; -- no Rio de Janeiro, o laboratório de Química, em 1818, o curso de Agricultura, em 1814, a Escola de Ciências, Artes e Ofícios (criada em 1816 e transformada, em 1820, na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e em Academia de Artes em 1826).

Segundo Ribeiro (1992:41), um dos aspectos mais interessantes da criação desses cursos é que, pela primeira vez, estavam relacionados com a necessidade do Brasil, ainda que essas necessidades estivessem relacionadas ao fato de o Brasil ser a então sede do Reino.

Após a Independência, em 1822, iniciou-se o processo para a criação de uma constituição, que ficaria pronta em 1824. Nela estava presente a ideia de que a educação, em todos os seus níveis, era de responsabilidade do Império. Dava-se também grande importância ao ensino popular, como uma promessa de desfazer as diferenças educacionais que havia entre a elite e o povo.

Entretanto, no *Ato Adicional de 1834*, apenas o estudo superior é mantido como responsabilidade do Império, os estudos primários e secundários passam a ser responsabilidade das províncias, o que traz diversas consequências como a não promoção adequada do ensino popular, na medida em que, conforme, por exemplo, Ribeiro (1992:47), “[t]ais níveis de instrução sofrem [...] as consequências da instabilidade política, da insuficiência de recursos, bem como do regionalismo que imperava nas províncias, hoje estados”. Ao longo do tempo, são criados liceus provinciais, que, de acordo com Ribeiro (1992), não seriam mais do que uma reunião de aulas avulsas num mesmo prédio.

Nesse momento, entre as décadas de 1830 e 50, também ganha força o método de ensino mútuo e o método de Lancaster²³, que é amplamente divulgado no Brasil, pois permitiam que um grande número de alunos pudesse ser educado por um número pequeno de educadores, e, assim, buscava-se resolver o problema da falta de escolas para a classe popular (Azevedo 1996:553). Nesse período há também um crescimento

²³ O método consistia na presença de poucos professores numa escola ou até mesmo um só professor, que deveria(m) instruir os alunos mais adiantados, para que esses instruissem os outros.

extraordinário de escolas particulares nas províncias (Azevedo 1996:553), devido à liberdade para fazê-lo, por conta da descentralidade do ensino.

O ensino superior teve avanços importantes após a Independência e as Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda, ambas fundadas em 1827, teriam papel muito importante não apenas na educação, mas na formação do país. Com elas, não era mais necessário ir à Europa e, mais especificamente, à Universidade de Coimbra, para estudar leis, o que correspondia a mais um fator de independência brasileira em relação a Portugal. A maioria dos bacharéis e doutores dessas faculdades se tornariam políticos brasileiros, fazendo, dessa forma, com que a política brasileira pouco se envolvesse em questões técnicas e econômicas, visto que sua formação era predominante humanística.

Como se sabe, não há fundação de universidades no Brasil no século XIX. Na falta delas, entretanto, consideravam-se bacharel em Letras os alunos do Pedro II que completassem o sétimo ano do curso secundário, igualmente, na Escola Militar, conferia-se-lhes o grau de bacharel em ciências físicas e matemáticas (cf. Azevedo 1996:558).

Como vimos, na segunda metade do século XIX, a economia brasileira melhora, em grande parte por conta das lavouras de café. É nessa época que, de acordo com Hallewall (1995:216), a produção de livros escolares aumenta. Entretanto, seria somente depois da década de 1880 que as escolas, ao menos das províncias mais ricas, iriam criar um mercado de livros, ainda muito pequeno.

A volta dos militares da Guerra do Paraguai com um novo status, faz com que passem a ter maior impacto na vida brasileira. Na educação, vimos que em 1874 é fundada a Escola Militar, onde Benjamin Constant Botelho de Magalhães ministrava aulas de matemática e levava o Positivismo para a sala de aula. Com essa escola, os militares passaram a ter um espaço próprio e prestigiado de instrução e a se assemelharem aos doutores em direito, medicina e engenharia (cf. Azevedo 1996:607).

O Positivismo teria adentrado não somente a Escola Militar, mas grande parte das escolas técnicas da capital do Império. De acordo com Tambara (2005:172-3), os colégios em que havia professores positivistas eram a Escola Militar do Rio de Janeiro, o Colégio Militar, a Escola Naval do Rio de Janeiro, a Escola de Medicina. Havia também colégios mais humanistas que tinham professores positivistas, como o Colégio Pedro II.

De acordo com Ribeiro (1992:58), na segunda metade do século XIX, começa-se a discutir uma questão educacional que ocorria de forma semelhante na França, em que

se buscava uma conciliação entre a formação literária e científica. Como dissemos, de forma geral, o Positivismo estaria mais próximo desse viés científico, ao passo que a educação literária correspondia à tradição vigente até então.

Nesse mesmo momento entravam em São Paulo algumas escolas protestantes norte-americanas, como a Escola Americana (1871), futuro Mackenzie College, e Colégio Piracicabano (1881). Em Minas Gerais, havia também o Colégio Granbery (1889), em Juiz de Fora.

Ademais, com o advento da República, foram criadas diversas instituições científicas dedicadas à educação²⁴. Porém, como ressalta Schwartzman (2001), essas instituições, criadas nos primeiros anos da República, tinham como função suprir necessidades prementes do Brasil, como a exploração dos recursos naturais, a expansão da agricultura e também o saneamento dos principais portos e cidades. Sua função, portanto, não era expandir a cultura científica no Brasil, tinham, na verdade, caráter utilitário (cf. Azevedo 1996).

3.1.1.3. Clima intelectual

Um dos aspectos marcantes do ambiente intelectual brasileiro do século XIX é a grande abertura para a arte das palavras e as leis, e um mais tímido investimento no conhecimento científico e técnico em geral. Azevedo (1996:381) disserta longamente acerca do “desinteresse do brasileiro pelas ciências”, cuja causa, segundo ele,

longe de residir numa inaptidão natural, é antes o tipo de ensino quase exclusivamente literário, livresco e retórico, que se implantou no Brasil, desde a Colônia até os fins do Império. Uma cultura demasiadamente verbal, demasiadamente afastada do concreto, demasiadamente cheia de retórica e de poesias, demasiadamente afastada das humildes realidades terrestres, sem contrapeso científico, “não se encaminha para essa atrofia de caráter, para essa forma de impotência que se chama o diletantismo?”, pergunta Léon Flavien (Azevedo 1996: 381)

²⁴ “Surgiram também novas instituições dedicadas à educação. Em São Paulo, a Escola Politécnica foi fundada em 1893; em 1896 foram fundadas a Escola de Engenharia Mackenzie, em São Paulo, e a Escola de Engenharia de Porto Alegre; em 1898 a Escola Livre de Farmácia de São Paulo e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro; em 1901 a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, na cidade de Piracicaba; em 1902, as Escola de Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo” (Schwartzman 2001)

Esse alegado carácter anticientífico de parte dos brasileiros é fortemente criticado por Julio Ribeiro – um dos gramáticos que aqui estudamos. Em suas **Cartas Sertanejas**²⁵ (1885), cita uma poesia escrita por um aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, do qual reproduzimos parte, incluindo os comentários de Ribeiro:

Em vista disto commetteria injustiça grave quem applicasse á maioria da corporação de lentes da Academia de S. Paulo os versos dicacissilabos que, com endereço á Universidade de Coimbra, escreveu Mello Franco?

Creio que não; e aqui transcrevo uns trechos do poema venenoso do terrível estudante:

[...]

« Historias-naturaes, Phoronomias,
« Khimicas, Anatomias, e outros nomes,
« Difficeis de reter, são as sciencias,
« Que vieram trazer os Estrangeiros.
« Ha cousa mais cruel, mais deshumana
« Mais contraria á razão, que ver os Médicos
« Um cadaver humano espatifando,
« Um corpo, que habitou o Esp'rito-Santo?

.
.

« Quem póde sem desprezo vêr um Lente,
« De inumeros estudantes rodeado,
« Pelos campos vagar ali colhendo
« Uma hervinha, uma flôr, um gafanhoto?
« Acolá c'um fuzil ferindo as pedras?
« Deixemos pois, um dia, ó sabia gente!
« Estes prestigios que nos têm cegado;
« Ponhamos, como d'antes, estas cousas
« Em seu antiguo ser: como bons Filhos
« Recebamos a nossa Protectora,
« O que foi sempre seu em paz governe. »(nota: *Reino da Estupidez*, canto III)
(Ribeiro 2007:150-2)

Esse trecho das **Cartas Sertanejas** de Ribeiro nos mostra dois lados do cisma entre o que podemos chamar provisoriamente de “científico” e “anticientífico” no final do século. Nota-se no texto, em primeiro lugar, os comentários de Ribeiro que antecedem o poema, no qual ele diz que existe semelhança entre a opinião do autor do poema e dos professores da Academia de S. Paulo, a Faculdade de Direito. Ribeiro também se apresenta como contrário a esse posicionamento. Nas primeira das duas estrofes do poema que citamos, há primeiramente o nome de diversas ciências, as quais teriam sido trazidas pelos estrangeiros, e que seriam cruéis e desumanas, da mesma forma que um médico abrir um cadáver iria contra as leis da religião. Na segunda estrofe, algumas ações características daqueles que praticam o que eu-lírico está chamando de ciência, como observar insetos, plantas e pedras são ridicularizadas. O eu-

²⁵ Textos em que, mais polemista do que gramático, Ribeiro procurava responder a críticas anônimas, assinadas por um tal de Demócrito, que apareceram no jornal *A Província*. Falamos mais acerca disso quando abordamos a biografia de Ribeiro no item 3.1.2.5.

lírico diz que se deve voltar ao que havia antes e novamente cita a religião católica como o conhecimento que deve ter primazia.

A partir de agora vamos analisar as causas dessa oposição presente no *clima intelectual* que se pode perceber no Brasil do século XIX, que acreditamos ser central. Também descrevemos outros aspectos que estão, de certa forma relacionados a este primeiro, como outro cisma entre o catolicismo, o deísmo generalizado e outras religiões, o ecletismo filosófico, o positivismo, o evolucionismo e o materialismo.

Para tanto, será necessário, em alguns momentos, retornar a dados referentes a séculos anteriores, mencionados em partes iniciais deste capítulo.

Iniciamos esta reflexão pela, já mencionada, fundação da Companhia de Jesus, em 1534, cuja função era fazer novas conversões ou manter na igreja aqueles que já eram católicos, no movimento da Contra-Reforma. Em Portugal e em suas colônias, como vimos, a Companhia foi responsável pela educação de crianças, jovens, universitários e mesmo “pessoas ignorantes” (como era o caso dos índios, por exemplo). O ensino aplicado pelos jesuítas guiava-se pelo *Ratio Studiorum*, o qual tinha como base o Tomismo, que agregava elementos da filosofia de Aristóteles e da teologia de São Tomás de Aquino (cf. Schwartzman 2001). O Tomismo baseava-se na ideia de que a fé estava acima da razão, mas que ambas estavam em harmonia. Um desencontro entre elas só podia ocorrer caso a razão quisesse ir contra a fé, visto que a fé era única e sempre correta. Dessa forma, o desenvolvimento científico que se dava na Europa renascentista perdeu espaço em Portugal, tornando o país, que tinha feito grandes avanços marítimos, em um viveiro humanista (cf. Cruz Costa s/d: 23-4).

Essa cultura humanista, que tinha como base a retórica, a gramática, a erudição livresca (cf. Cruz Costa s/d: 23) e, sobretudo, a escolástica, mantinha seu monopólio em Portugal devido ao Tribunal do Santo Ofício, mantido entre 1569 e 1821, que não permitia que se levantassem questões acerca do ensino ministrado pelos jesuítas e o catolicismo em geral. Schwartzman (2001), menciona, por exemplo, que os educadores deviam seguir normas estritas acerca dos livros que podiam ser lidos e dos temas que podiam levantar. Também menciona que em um levantamento da condição social dos condenados pela Inquisição a maioria era da classe superior e mais intelectualizada.

Embora no Brasil as restrições do Santo Ofício não tenham sido tão frequentes, a educação ministrada tinha, também, base jesuítica, da mesma forma que na Universidade de Coimbra, que era procurada por alguns brasileiros abastados. O pensamento brasileiro, portanto, nos anos coloniais, teria sido fortemente impactado

(segundo essas interpretações) pelo ensino jesuítico, que, ainda segundo essas leituras da história, teria tornado o Brasil um local de pouco ou nenhum estudo científico, e de larga cultura humanística e escolástica.

Em meados do século XVIII, aparece em Portugal o **Verdadeiro Metodo de Estudar** (1746), de Luís Antônio Verney (1713-1792). Neste livro, o autor português, que residia em Roma, apresentava um ponto de vista iluminista e empirista, oposto ao aristotelismo tomista. Como já vimos, em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o Marquês de Pombal se utilizou bastante da obra de Verney para “renovar a mentalidade portuguesa”. No último quarto século XVIII, as ideias iluministas, liberais e democráticas começaram a chegar ao Brasil, em geral por meio de filhos das elites, que iam estudar na Europa. Neste período, a Universidade de Coimbra já havia sido reformada por Pombal (1772) (cf. Azevedo 1996). Essas ideias novas tiveram impacto, como se pode ver pelos integrantes da Inconfidência Mineira (1789), que vinham quase todos de estudos na Europa²⁶.

Da mesma forma, no Seminário de Olinda, em Pernambuco, criado em 1798 por Azeredo Coutinho, também já adentravam as propostas pombalinas, como se pode ver pelo fato de lá se estudarem línguas vivas, como o francês, além de línguas pouco estudadas anteriormente, como o grego clássico, além de geometria, física e história natural (cf. Azevedo 1996:548). Ademais, diz-se que foi a educação, com base, muitas vezes, em enciclopedistas, proporcionada no Seminário que possibilitou a irradiação de ideias liberais por ali, as quais culminariam na Revolução Pernambucana de 1817 e também, posteriormente, na Confederação do Equador de 1824. De acordo com Cruz Costa (1960:27), no fim do século XVIII, o Brasil se afastava da tutela intelectual de Portugal para se aproximar do pensamento francês.

Observamos que o início do século XIX no Brasil é marcado, por um lado, por uma cultura humanística que foi consolidada ao longo do período colonial, e, por outro, pela entrada e consolidação de ideias de teóricos liberais, sobretudo os enciclopedistas. Juntamente com os livros, vinham também as informações referentes à Independência

²⁶ Veja-se os exemplos de Cruz Costa e Azevedo. “Dessa influência das ideias francesas há uma significativa amostra na biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva, um dos inconfidentes mineiros. Possuía o Cônego, para o tempo, respeitável livreria que passava de oitocentos volumes. Nela, ao lado da Suma Teológica, de Sto. Tomás; da Filosofia Peripatética, de Mayr; das Disputações Metafísicas, de Aranha, figuravam livros de Descartes, de Montesquieu, de Voltaire, de Mably e alguns volumes da Enciclopedia de Diderot e de D’Alembert.” (Cruz Costa 1965:180) “Álvares Maciel, de Vila Rica, que chegara em 1788 da Inglaterra, formado em ciências naturais e filosóficas, e Domingos Vidal Barbosa, vindo neste mesmo ano da França, onde se formou em medicina, e um dos estudantes brasileiros que em Montpellier, em 1735, já sonhavam com a nossa libertação.” (Azevedo 1996:547)

norte-americana (1776) e à Revolução Francesa (1789). Esse todo acabava por trazer a noção liberal de que a soberania se encontrava no povo, e não nos reis, e por isso deveria haver uma Constituição ou mesmo a República, e, caso o povo não fosse respeitado nesse aspecto, deveriam surgir insurreições como um meio de consegui-lo (cf. Fausto 2010).

Como vimos, em 1808 a família real portuguesa e sua corte mudaram-se para o Brasil. Uma das primeiras medidas de D. João foi a abertura dos portos a nações amigas. Este ato proporcionou um maior contato dos brasileiros com culturas diferentes, o que não acontecia com tanta facilidade durante o período colonial. Também, ao longo de dez anos, D. João VI fundou uma série de instituições educacionais e culturais. Um aspecto dessas ações ressaltado por Azevedo (1996) é que as instituições eram muitas vezes profissionalizantes, visto que com a chegada da corte e da família real, eram necessários novos tipos de empregados, como militares, agrônomos, engenheiros e médicos. Assim, D. João VI acabou, indiretamente, por aproximar o Brasil a tendências científicas. Porém, de acordo com Azevedo, a cultura *livresca*, já arraigada na cultura brasileira, fez com que o direito fosse a profissão de maior autoridade e prestígio ao longo de praticamente todo o século XIX, sobretudo após a criação das Faculdades de Direito de São Paulo e em Olinda, em 1827. Além disso, os homens livres influenciados pela cultura da escravidão evitavam a todo custo a desonra dos trabalhos manuais e procuravam no trabalho mental e contemplativo a nobreza (cf. Azevedo 1996:560). Na década de 1820 o *Ecletismo* de Victor Cousin, filósofo francês, também adentrava o Brasil, sobretudo via o Frei Francisco Mont'Alverne, que lecionava no Seminário São Joaquim, futuro Colégio Pedro II. O Ecletismo é descrito por Cruz Costa (1965) como “um tratado de paz”, no sentido de que tinha como princípio a conciliação de diversas teorias filosóficas e, deste modo, correspondia, no Brasil, nas palavras de Cruz Costa (1965:182) “precisamente ao desejo de evitar os excessos dos revolucionários e dos reacionários. Filosofia do justo meio²⁷ condizia com os ideais do liberalismo burguês”. Assim, o Ecletismo servia como meio para evitar as revoluções; acreditava-se que, havendo uma Constituição, já não seria necessário revolucionar (cf. Cruz Costa 1965). De acordo com Cruz Costa, que se apóia em Sylvio Romero para fazer essa afirmação, o Ecletismo foi, junto com o Positivismo, da segunda metade do século, a influência filosófica mais importante no Brasil oitocentista.

²⁷ Proveniente de Aristóteles, a filosofia do justo-meio corresponde à moderação e sensatez em oposição aos excessos (*hybris*).

A religião católica, por sua vez, embora tenha desempenhado tão importante papel na época colonial, perdeu-o aos poucos ao longo do século XIX. De acordo com Barros (1974), os próprios religiosos tinham cedido às ideias iluministas, bastava ver o número deles nas insurreições regionais do início do século. Juntavam-se também à maçonaria, grande divulgadora das ideias liberais e iluministas no Brasil²⁸ (Fausto 2010). Assim, diz Barros (1974), embora a religião oficial do Império fosse a católica, a maior parte das pessoas cultas, na segunda metade do século XIX, era deísta. O próprio ensino da Faculdade de Direito e dos colégios era deísta. Assim, quando ocorre a Questão Religiosa, em que o papa Pio IX (1792-1878) inicia, em 1872, uma campanha “purificadora” da Igreja, ao expulsar qualquer vestígio maçônico da religião católica, os católicos ficam proibidos de participar de lojas maçônicas (cf. Lopez & Mota 2012:527). Os bispos brasileiros que apoiaram a campanha papal acabaram presos. Esse tipo de atitude seria uma reflexo não apenas da força da maçonaria no país, em detrimento de rígido catolicismo, mas também das ideias que circulavam no Brasil no período.

De acordo com Sylvio Romero, “o decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual”, pois foi ao longo desses dez anos que entraram no Brasil, nas palavras de Cruz Costa (1967:97), “um bando de ideias novas”.

Por volta de 1870 firmaram-se entre as nossas elites, as novas correntes de ideias que já se delineavam desde 1850: o positivismo, o evolucionismo, principais expressões do pensamento filosófico do século passado [refere-se ao século XIX]. Aos nossos *filosofantes*, seguidores do ecletismo, ou aos que se ligavam às doutrinas recomendadas pela Igreja, viriam juntar-se, a partir de então, as novas gerações de positivistas, ortodoxos ou heterodoxos, os espencerianos e alguns poucos materialistas. (Costa 1967: 330)

De acordo com Cruz Costa (1967:331), a primeira manifestação pública do Positivismo no Brasil seria de 1865, quando o maranhense, filho de um dono de terras e escravos, Francisco Brandão Júnior, publicou em Bruxelas um opúsculo sobre a escravidão no Brasil, o que se transformou num escândalo. Neste período, como ressalta Cruz Costa, “o positivismo apresentava-se [...] como verdadeira teoria subversiva”, visto que o ponto de vista positivista era absolutamente contra a escravidão.

Na década de 1870, porém, começam a surgir livros acerca do Positivismo Comtiano no Brasil, os quais tinham teor reformista e nacionalista. Em 1876, foi criada a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro na qual havia pessoas que liam e

²⁸ O que deu certa particularidade à maçonaria brasileira, visto que a maçonaria francesa era anticlerical (cf. Fausto 2010).

interpretavam o *Cours de Philosophie Positive* de Comte em diversos níveis (cf. Cruz Costa 1967); dentre elas estava Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), militar que havia participado da Guerra do Paraguai e, lá tendo se ferido, passou a lecionar matemática na Escola Militar, influenciando diversos militares e burgueses que encabeçariam, anos depois, a busca pela novidade e pela república.

A Escola Politécnica do Rio de Janeiro²⁹ do Rio de Janeiro, onde muitos dos positivistas se formaram era o local onde os burgueses ascendentes colocavam seus filhos para fazerem o estudo superior, visto que não podiam muitas vezes arcar com os gastos da Faculdade de Direito. Assim, segundo a historiografia referente ao período, no final do século, havia uma divisão clara entre os bacharéis em direito, humanistas, e os bacharéis da Escola Politécnica, militares ou não, especializados em ciências naturais e matemáticas. Os primeiros eram filhos de donos de terra e de escravos e tinham uma forte cultura humanística, ao passo que os segundos eram, em geral, burgueses, e conheciam o Positivismo comtiano, que adentrou a Escola Militar sobretudo através de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (Cruz Costa 1976; Lopez & Mota 2012).

Porém, como mencionamos anteriormente, outras correntes, como o Evolucionismo e o Materialismo, também adentravam o país.

Não foi, naturalmente, apenas o Positivismo que influenciou na história intelectual do Brasil na segunda metade do século XIX. Outras correntes do pensamento filosófico europeu também aqui atuaram e, entre elas, a concorrer com o Positivismo, o Evolucionismo. Foi ainda o caráter *científico*, positivo, dessa tendência filosófica, tão próxima do Positivismo, que atraiu as elites brasileiras. A doutrina evolucionista de Hebert Spencer, embora não negue, põe em dúvida o valor da Metafísica e afirma que todo conhecimento está contido nas ciências. (Cruz Costa s/d:49)

Assim, o Evolucionismo viria principalmente através do nome de Spencer. Por outro lado, o Materialismo viria através de Haeckel. Ambas as correntes filosóficas tinham em semelhança com o Positivismo a aproximação de “métodos científicos”, sobretudo com a cientifização do estudo da sociedade, pela adoção do método das ciências naturais e, ao menos no caso do Materialismo, o combate às doutrinas idealistas ou metafísicas da realidade, para as quais a explicação do mundo não era mecânica e empírica (cf. Sabino s/d). As novas ideias que adentravam o país no fim do século tinham, portanto, certa convergência, no sentido de negar o que antes estava, em grande parte, estabelecido, e no sentido de vincularem-se a requisições de cientificidade – o

²⁹ Desde sua criação até 1858, a escola chamou-se “Escola Militar”, passando em seguida a se chamar “Escola Central”, nome que permaneceria até 1874, quando seria modificado para o nome afrancesado de “Escola Politécnica”. Schwartzman (2001) menciona que essa mudança de nome reflete o modo como a própria escola se via; uma vez que a classe dos militares não tinha prestígio no país, a dimensão civil da Escola sempre foi maior.

que, naquele momento, poderia ser definido como a metodologia das ciências naturais, com forte apelo à taxionomia e comparação morfológica.

O *clima de opinião intelectual* no Brasil no fim do século XIX é, portanto, marcado por novas tendências, como acontecia em grande parte do mundo ocidental. No contexto brasileiro especificamente, como vimos, a ciência não fora tradicionalmente cultivada, sobretudo em sua forma instrumental, devido ao conceito que se tinha sobre o trabalho manual e à a força da reflexão religiosa e humanística dos jesuítas, que foram responsáveis pela educação do país até a segunda metade do século XVIII. Assim, as novas ideias que chegavam na segunda metade do século XIX tiveram grande impacto. Como vimos no trecho citado do texto de Julio Ribeiro – o qual é, aliás, o gramático que será responsável ao menos por reivindicar um novo posicionamento da gramaticografia brasileira –, esse impacto criou uma controvérsia, já que, ao menos naquele momento, haverá defesa de ambos os lados. Como vimos nas resenhas de Cruz Costa e Sílvio Romero, e com base em Bloor (1976), o lado “verdadeiro” seria aquele das “ideias científicas”. Adiante, nos Capítulos 4 e 5, faremos o exame de seis gramáticas brasileiras do português do século XIX, procurando, diferentemente, levar em conta o conceito de *simetria* blooriano, no qual tanto o lado “verdadeiro” quanto o “falso” de uma controvérsia do passado são analisados pelos mesmo parâmetros.

3.1.1.3.2 A identidade nacional e o português brasileiro

Dizer quando se inicia o processo de reflexão acerca da existência de uma identidade nacional brasileira é uma tarefa complexa. Trazemos duas opiniões que, até certo ponto, convergem. A primeira delas é de Lopez & Mota (2012:446), que afirmam que ter “*‘estrangeiros’ da família dos Braganças à frente do Estado independente*” *amorteceu o caráter revolucionário da descolonização, e fez com que o conflito colônia/metrópole se prolongasse em diversas “negociações”*. Reis (2000), por sua vez, enfatiza o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que teria tido a função justamente de “criar” essa identidade. Atrelando-se mais à história do que à geografia promovida pelo Instituto, Reis relata que, em 1840, o IHGB estabeleceu um prêmio para aquele que fizesse o melhor plano de escrita para a história do Brasil. O ganhador, como se sabe, foi o botânico e viajante alemão Karl Philipp von Martius (1794-1868), que estabeleceu em seu plano a tarefa de se enfatizar a unidade do país, promovendo

também o patriotismo. Quem realizou esse projeto na década seguinte foi Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), em sua *História Geral do Brasil*. Enviesada, de acordo com Reis (2000) e muitos outros revisores, essa é a história de um Brasil cujo maior desejo é ser outro Portugal; na visão de Reis, na obra, a independência brasileira só é tolerada porque manteve no poder a Casa de Bragança. O olhar de Varnhagen é, portanto, segundo Reis, o olhar do colonizador português, aquele que venceu os negros e os índios e, assim, confirma uma superioridade presumida. Alinhado ao tom dessa história do Brasil (a mais impactante do século), o nacionalismo brasileiro caminha muito próximo do nacionalismo português.

E o que dizer da língua portuguesa falada e escrita no Brasil e sua relação com a língua portuguesa de Portugal? O português não era a língua mais comum no Brasil até o último quarto do século XVIII. Geraldi (2002:107), Bessa Freire (2003) e outros revisores demonstram que havia predominância da língua geral ou nheengatu no Brasil, até que essa língua fosse proibida e o português se tornasse a língua obrigatória da colônia, por meio do decreto de Marquês de Pombal, em 1757. A partir de então, a língua portuguesa iria iniciar um processo de consolidação, que se acentuaria com a vinda da família real portuguesa e sua corte ao Brasil (cf. Geraldi 2002:107-8).

Já no início do século XIX, logo após a independência política brasileira, inicia-se a confecção de textos acerca da questão de haver ou não uma língua portuguesa propriamente brasileira. Coelho (2008) comenta como essa discussão apenas se acentuou ao longo do século:

Debates acerca das chamadas línguas nacionais são uma espécie de lugar-comum nos momentos em que há alguma (re)definição do estatuto político dos povos - o que torna o século XIX um período especialmente rico para o tratamento desse tema na América. Notamos, com efeito, em obras produzidas em países americanos que se tornaram independentes à época, uma busca reiterada de aspectos lingüísticos que contribuíssem para o delineamento de um quadro político ainda em formação. E o Brasil não escapou a essa tendência: nos anos 1800, o grau de autonomia da modalidade de língua portuguesa utilizada no país foi tema de calorosas e recorrentes discussões. A *língua nacional* converteu-se em um dos focos de maior mobilização de intelectuais - das mais diversas especialidades nascentes - em torno das questões de linguagem. Perpassando de estudos estritamente lingüísticos a textos literários, etnográficos, históricos, folclóricos, projetos políticos, o assunto esteve em evidência e sua discussão se manteve bastante aquecida até, pelo menos, as quatro primeiras décadas do século XX. (Coelho 2008:142)

Pinto (1978) discute as características dos textos que discutiam esse tema ao longo de todo o século XIX. Em princípio, o que ocupava os autores eram questões que hoje denominamos fonológicas e léxicas. O primeiro texto destacado por Pinto

(1978:XV), de Pedra Branca³⁰, de 1824-5, já destacava essas questões, sem, contudo, ter qualquer implicação ou impulso político nacionalista. A defesa de uma língua nacional, de acordo com Pinto (1978), apenas se iniciou após meados do século XIX, com o texto de Varnhagen³¹. Esse texto trata de uma *unidade linguística* no português utilizado em Portugal e no Brasil, mas ressalta que havia no Brasil uma grande diversificação da língua falada, que ele atribuía ao acastelhamento do português na América.

Posteriormente, houve duas correntes principais de opinião acerca da língua portuguesa que se falava no Brasil. Uma delas se caracterizava pelo racionalismo e a exposição de fatos, era representada, por exemplo, por João Francisco Lisboa (1854)³². A outra pelo “desalinho romântico”, em que predominavam as emoções nos julgamentos e argumentações, era representada, por exemplo, por Junqueira Freire³³. Havia, porém, convergências entre as correntes, que eram: a defesa da modalidade brasileira da língua, e também a aceitação dos *neologismos*, fossem eles empréstimos línguas indígenas ou do francês. Houve também a oposição entre os separatistas, que acreditavam haver uma língua especificamente brasileira, e os dialetistas, que consideravam o português falado no Brasil apenas um dialeto.

A partir da década de 1880, são introduzidas citações de teóricos estrangeiros, como Whitney, entretanto, de acordo com Pinto (1978), muitas vezes essas citações são incoerentes e não comprovam a leitura efetiva das obras. Ademais, no fim do século se iniciaria a questão da “colocação pronominal”, que se diferencia dos temas anteriores, fonológicos e lexicais, por ser um tema sintático.

Em textos de autoria de dois gramáticos estudados neste trabalho, encontramos um posicionamento que converge com a concepção de que a “identidade nacional” tarda a chegar no século XIX, tendo os autores, muitas vezes, preferências por aspectos da fala portuguesa, sobretudo a lisboense.

Coruja, na introdução de seu artigo “Collecção de Vocabulos e Frases usados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul” escrito para a Revista do IHGB, tomo XV, de 1852, afirma:

Na Província de São-Pedro do Rio Grande do Sul, posto que não esteja muito apurada a língua portugueza, não se pôde comtudo dizer, que ella ahi seja pronunciada com vicios, ou, como

³⁰ “Brasileirismos” (1824-5), publicado inicialmente no *Atlas Ethnográfico do Globo*, de Adrien Balbi. Publicado no Brasil pela primeira vez em *A língua nacional*, de João Ribeiro, cuja primeira edição é de 1921.

³¹ “Prólogo” (1847) a seu *Florilégio da Poesia Brasileira*.

³² “A escravidão e Varnhagen”.

³³ “Pureza” (1853).

vulgarmente se chama, sotaque; o que aliás se nota em algumas outras provincias do Brazil, cujos naturaes mais ou menos se distinguem pelo metal da voz. (Coruja 1852:205)

É possível destacar dois detalhes acerca da língua portuguesa falada da província a que se remete Coruja: (1) não é uma linguagem apurada, (2) porém, não há “sotaque”, o qual é caracterizado como um vício que está presente em outras províncias brasileiras e que se remete a certa distinção no “metal da voz”. Parece-nos, assim, que Coruja declara que há uma linguagem simples na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas que não há nela distorções fonológicas. Ele prossegue:

todavia a industria peculiar, dos habitantes desta provincia seu character particular seus divertimentos apropriados ás circumstancias e recursos locaes, o continuo commercio dos habitantes da campanha com estados visinhos, que exclusivamente falam a lingua castelhana, e sua antiga communicação com differentes tribos indigenas, tem feito que seus habitantes para exprimirem certas idéas e o communicarem certos pensamento tenham adaptado alguns vocabulos e frases que não tem equivalentes nem no uso commum nem nos dictionarios da lingua: muitos d’estes são tirados por analogia, outros desviados de seu sentido natural e obvio para os adaptarem ás suas necessidades, outros (mui poucos) alterados na pronuncia, outros finalmente ou inventados ou procedentes de uma origem talvez desconhecida. (Coruja 1852:205)

Coruja, assim, menciona que há na província certas frases e vocábulos adaptados, muitas vezes por conta do contato com línguas indígenas e o castelhano, para a expressão de ideias que não constam nos dicionários de língua portuguesa. Seu texto, posteriormente, será dedicado apenas aos vocábulos. Vemos, assim, que o texto de Coruja se debruça sobre dois temas recorrentes no período, como vimos ao comentar Pinto (1978), que são o aspecto fonológico e questões lexicais, muitas vezes relacionadas a neologismos, na língua portuguesa falada no Brasil. O gramático ainda acrescenta que há ideias transmitidas por frases, mas são frases feitas, equiparáveis a lexis. Ademais, Coruja faz um comentário acerca da posição social dos falantes e acerca da semelhança entre a fala culta da província e a língua portuguesa falada em Lisboa:

Si nos paizes que passam por cultos acontece, que em muitas provincias, por motivos que me não é agora dado expôr, se acha a língua nacional alterada por dialectos tivesse logar á vista de sua posição geographica e de tantos elementos oppostos, que poderiam desconcertar sua linguagem: assim porém não acontece, a apenas os homens menos civilizados da campanha têm uma pronuncia, que se resente do sotaque castelhano, ao mesmo tempo que os Rio-Grandenses de trato mais civil passam nas outras provincias por naturaes de Lisboa. (Coruja 1852:206)

Coruja diferencia dois tipos de variação linguística, uma geográfica, e outra que se refere à condição social e cultural dos indivíduos. O gramático diz não haver no Rio Grande do Sul o primeiro tipo de variação, mas apenas variações referentes ao nível

cultural dos indivíduos. Ademais, a fala semelhante à de Lisboa parece ser vista de forma positiva, por estar ligada à classe mais culta.

Parece, assim, haver dois aspectos relevantes no artigo: por um lado, existe a descrição dos vocábulos usados especificamente numa região do Brasil, por outro, valoriza-se o português falado em Portugal como sendo aquele livre de vícios (que foram mencionados no primeiro trecho citado).

Sotero dos Reis, quatorze anos depois, em 1866, na introdução do primeiro volume do seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, cita um trecho de um texto de Varnhagem em que é mencionada a diferença entre o falar do português e o do brasileiro, por conta do acastelhamento deste.

O sr. Varnhagem que viajou pela Hespanha e esteve na Galiza diz no seu Florilegio da Poesia Brasileira que o *accento* do Brazil acastelhou-se muito, logo desde o princípio. Eis as suas palavras: «Antes de passarmos adiante, diremos em poucas palavras a nossa opinião acerca do *accento* do Brazil, que não obstante variar em algumas entoações e cacoetes segundo as províncias, tem sempre certo *amaneirado*, diferente do *accento* de Portugal, pelo qual as duas nações se conhecem logo reciprocamente... Alguma observação a este respeito nos chegou a convencer, que as diferenças principaes que se notão na pronunciação brasileira, procedem de que a lingua portuguesa no Brazil, desde o principio se *acastelhou* muito.» (Sotero dos Reis 1866:XVII-XVIII)

Em seguida, comenta a descrição de Varnhagem, destacando que é preciso considerar as diferenças entre a fala do sul e do norte do país.

A observação porem refere-se sem duvida ao *accento* dos brasileiros do sul, e principalmente de S. Paulo que foi a provincia do Brazil que primeiro se povoou, porque no Norte, e com especialidade no Maranhão, ultimamente povoado, o *accento* é *aportuguezado*; pois, para servir-me do proprio exemplo que traz mais adiante o auctor citado, dizemos *u bobu*, como os Portuguezes, e não, *ô bobô*, como os Paulistas. (Sotero dos Reis 1866: XVII-XVIII)

Dessa vez, diferentemente de Coruja, que faz a avaliação de uma única província e suas classes sociais, Sotero dos Reis diferencia o Brasil entre sul e norte e, mais especificamente, entre São Paulo e Maranhão. Este teria uma fala próxima ao português falado em Portugal, enquanto aquele teria o português “acastelhado” de que fala Varnhagen.

Mesmo autores da atualidade, como Hallewall (2009), apresentam o Maranhão do século XIX como um local de maior incidência da influência portuguesa, sobretudo da lisboense:

O Maranhão continuou próximo de Portugal em outros aspectos, além da língua. Mesmo suas realizações culturais muito ficaram a dever ao seu isolamento do resto do país. A separação geográfica (pelo menos três semanas do Rio, nos tempos do veleiro), que por si só bastaria para atenuar qualquer influência das províncias do Sul, combinou-se com os laços históricos com a Europa para retardar a integração da província ao Brasil. Fundada pelos franceses (de cujo santo guerreiro a cidade tomou o nome), o povoado e território de São Luís tornou-se, logo no

início do domínio português, o Estado do Maranhão, uma possessão direta de Lisboa, sem qualquer conexão formal com o Estado do Brasil, que abrangia as demais colônias. Durante o resto de sua história colonial, os laços culturais, comerciais e administrativos do Maranhão com o outro lado do Atlântico permaneceram muito mais fortes, do que aqueles que mantinha com o resto do Brasil. As viagens para a metrópole eram feitas com menos dificuldade e praticamente não implicavam maior distância que a lenta viagem costeira até as capitânicas do Sul. (Hallewall 2009:168-9)

Além dessas breves descrições do português falado no Brasil, houve sobretudo na segunda metade do século, diversos debates entre portugueses e brasileiros a respeito de questões sintáticas. Nascentes (1939) expõe alguns desses debates. O primeiro deles é entre José de Alencar e o escritor português Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, ocorrido em 1870. Como se sabe, Pinheiro Chagas fez reparos à linguagem de “Iracema”, romance de Alencar, em seu texto “Novos ensaios críticos”, e o criticou dizendo que o escritor brasileiro teria “mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais”. Tais insubordinações seriam, de acordo com Nascentes (1939),

“[o] uso parcimonioso do artigo definido, na omissão do pronome *se* junto aos verbos reflexivos, na colocação dos pronomes pessoais que servem de complemento ao verbo (a celebre colocação de pronomes!), meia duzia de galicismos (pleno regimen do cardeal Saraiva)”

Outros dois importantes debates que partiram de questões similares aconteceram entre Camilo Castelo Branco e Carlos Laet e também entre Julio Ribeiro e o Padre Senna de Freitas.

3.1.1.3.2 Os a gramaticografia brasileira oitocentista do português

Nesta seção, buscamos oferecer um quadro geral acerca dos estudos da linguagem no Brasil, juntamente com a descrição das obras estrangeiras, europeias e norte-americanas, que tiveram alguma *influência*, atestada por comparação textual ou citações explícitas, sobre o tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português. Adicionamos, em alguns casos, comentários gerais acerca das gramáticas analisadas.

3.1.1.3.2.1. Descrição e periodizações da gramaticografia brasileira do século XIX

Antes de falar propriamente da gramaticografia brasileira do século XIX, é preciso mencionar alguns detalhes acerca da gramaticografia portuguesa dos séculos anteriores e também falar um pouco de obras estrangeiras dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX que, de acordo com a literatura secundária e/ou nossas análises dos textos selecionados, parecem ter *impacto* sobre a produção gramatical brasileira em língua portuguesa do século XIX. Assim, iniciamos nossa contextualização com uma breve história da gramaticografia portuguesa.

Como a maior parte das gramaticografias de línguas vernaculares, a gramaticografia de língua portuguesa se inicia no Renascimento, com duas obras exemplares para as gramáticas posteriores, a saber, **Grammatica da Lingoagem Portuguesa** (1536), de Fernão de Oliveira (1507-1581) e a **Grammatica da Lingua Portuguesa** (1540), de João de Barros (1496-1570). Essas gramáticas, como a maior parte das gramáticas renascentistas de línguas vernaculares desse período, eram fortemente baseadas em gramáticas latinas (cf. Auroux 1992). A produção gramatical de língua portuguesa do século XVII é pequena. Já no século XVIII, a gramática de Jerônimo Contador de Argote. (1676-1749), **Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina** (1725), começa a inserir alguns elementos da chamada “gramática geral”, porém, ainda ensina o português por meio do latim. Já na segunda metade do século (cf., por exemplo, Crudis 2009), há uma gramática que teve como objetivo justamente promover mudanças na maneira como se escreviam gramáticas então. Esta foi a **Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa** (1770), de Reis Lobato (1721?-1804?), que, como já mencionamos anteriormente, foi escrita dentro do projeto escrito pelo Marquês de Pombal. Assim, dentre os objetivos dessa obra, estavam ensinar a língua portuguesa antes da latina, entretanto, ao menos no tratamento da sintaxe, é possível ver que as regras estavam muitas vezes baseadas na comparação entre latim e o português (cf. Crudis 2009).

Já no começo do século XIX, em 1822, é publicada a **Grammatica Philosophica** de Jerônimo Soares Barbosa, que já estava pronta desde 1803. Schäfer-Prieß (2002), entre outros, afirmam que essa gramática de fato proporcionou uma ruptura teórica na gramaticografia lusitana, aproximando-a sobretudo de preceitos presentes na gramática de Port-Royal. No mesmo século há, como na gramaticografia brasileira, algumas gramáticas que romperam com esse modelo teórico para seguirem

um modelo aproximado do método histórico-comparativo, que era estudado então em outros países da Europa. A principal gramática que articula essa mudança é **A língua portuguesa** (1868), de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) (cf. Schäfer-Prieß 2002).

Em relação a outras obras estrangeiras que, de acordo com as fontes secundárias, têm *impacto* sobre a produção gramatical brasileira do século XIX, uma é citada com destaque, a **Grammaire Générale et Raisonnée**. Vulgarmente conhecida como Gramática de Port-Royal, publicada em 1660, foi, como sabemos, escrita por dois intelectuais de Port-Royal, o gramático Claude Lancelot (1615-1695) e o filósofo Antoine Arnauld (1612-1694), e corresponde a uma tentativa de união da pedagogia do ensino de línguas a noções de lógica que pudessem ser aplicadas a uma gramática geral. Na visão de seus autores, era uma gramática destinada não só aos estudiosos da linguagem, mas também às crianças e aos professores das Petit-Écoles de Port-Royal, principalmente para um estudo mais simplificado de latim e de francês; era também uma obra que inseria uma série de noções novas no estudo da gramática (cf. Chevalier 1968:493 e 501).

No prefácio da obra, Lancelot conta que a motivação inicial para a GGR-PR foi seu trabalho anterior com gramáticas pedagógicas de diversas línguas³⁴, experiência que o levou a buscar razões para coisas que eram comuns a todas as línguas e outras que eram particulares a algumas delas. Tendo, porém, encontrado certas dificuldades em desenvolver estudos acerca de tais razões, Lancelot teria procurado o auxílio de Arnauld, que, sem ter ainda trabalhado em gramáticas, teria desenvolvido diversas reflexões sobre os “verdadeiros fundamentos da arte de falar” baseando-se na lógica (a ‘arte de pensar’³⁵) (cf. Arnauld & Lancelot 1780[1660]:VII-IX).

A gramática, como sabemos, é dividida em duas partes. A primeira trata dos signos que transmitem o pensamento, em sua própria natureza, sejam falados ou escritos. A segunda aborda a significação de tais signos, de forma a observar a maneira pela qual os homens se servem deles para expressar seus pensamentos. É a segunda parte que nos interessa neste trabalho, pois é nela que os autores tratam da expressão das operações

³⁴ Entre os anos de 1644 e 1660, Claude Lancelot publica seus “Nouvelles Méthodes pour apprendre la langue” do latim (primeira versão de 1644, a qual terá, em 1650, uma segunda edição modificada, e, em 1653, outra, também modificada), do grego (1655), do italiano (1660) e do espanhol (1660) (cf. Swiggers 1997:184).

³⁵ Pois a GGR-PR é intimamente conectada à obra *Logique, ou l’art de penser* (1662), do próprio Arnauld e de Pierre Nicole, escrita também na abadia de Port-Royal, e que levava em conta as mesmas três operações mentais (concepção, julgamento e raciocínio – ver item 2, adiante) da *Grammaire*, com adição de uma quarta, ordenação (cf. Graffi, 2001, p.74).

mentais através da proposição. Esse tratamento da língua como expressão de uma razão, que seria universal, não só permite que a gramática tenha regras gerais para todas as línguas³⁶, como também dá margem à criação de dois níveis da linguagem: um que está no pensamento e um que é expresso. A relação pensamento-linguagem que a GGR-PR promove e suas consequências foram capitais para seu impacto não somente em gramáticas brasileiras, mas também em outras tradições, sobretudo do século XVIII – por exemplo, há uma corrente de estudos linguísticos que a historiografia de língua francesa costuma chamar de “grammaire générale” (cf. Dominicy 1989).

Uma das particularidades da Gramática de Port-Royal era seu tratamento da sintaxe, que se baseava na ideia de que a língua era prioritariamente expressão do pensamento lógico, o qual se constituiria de três operações: a *concepção*, o *julgamento* e o *raciocínio*. As últimas duas operações realizavam-se na *proposição* (ou sentença), a qual, por sua vez, continha um *sujeito*, um *atributo* e a *ligação* entre eles, como podemos ver no trecho abaixo:

Todos os filósofos ensinam que há três operações de nosso espírito: CONCEBER, JULGAR, RACIOCINAR. CONCEBER não é outra coisa que um simples olhar de nosso espírito sobre as coisas, seja de uma maneira puramente intelectual, como quando eu conheço o ser, a duração, o pensamento, Deus; seja com as imagens corporais, como quando eu imagino um carro, uma roda, um cão, um cavalo. JULGAR é afirmar que uma coisa que nós concebemos é tal, ou não é tal: como quando tendo concebido que isto é a *terra* e que isto é *redondo*, eu afirmo da *terra*, que ela é *redonda*. RACIOCINAR é se servir de dois julgamentos para fazer um terceiro: como quando tendo julgado que toda virtude é louvável. Daí se vê que a terceira operação do espírito não é senão uma extensão da segunda; e assim será suficiente, para o nosso tema, considerar as duas primeiras, ou o que da primeira está contido na segunda. [...] O julgamento que fazemos das coisas, como quando dizemos *a terra é redonda*, chama-se PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição contém necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquele de que se afirma, como *terra*; e o outro chamado atributo, que aquilo que se afirma, comme *redonda*; e mais a ligação entre esses dois termos, *é*.³⁷

³⁶ Embora apenas trate, efetivamente, de seis línguas (latim, grego, hebreu, francês, italiano e espanhol), a submissão da língua à razão autoriza que se fale de todas as línguas.

³⁷ Tradução livre de “Tous les philosophes enseignent qu’il y a trois opérations de notre esprit: CONCEVOIR, JUGER, RAISONNER. CONCEVOIR, n’est autre chose qu’un simple regard de notre esprit sur les choses, soit d’une manière purement intellectuelle, comme quand je connais l’être, la durée, la pensée, Dieu; soit avec des images corporelles, comme quand je m’imagine un carré, un rond, un chien, un cheval. JUGER, c’est affirmer qu’une chose que nous concevons est telle, ou n’est pas telle: comme lorsqu’ayant conçu ce que c’est que la *terre*, et ce que c’est que *rondeur*, j’affirme de la *terre*, qu’elle est *ronde*. RAISONNER, est se servir de deux jugements pour en faire un troisième : comme lorsqu’ayant jugé que toute vertu est louable. D’où l’on voit que la troisième opération de l’esprit n’est qu’une extension de la seconde; et ainsi il suffira, pour notre sujet, de considérer les deux premières, ou ce qui est enfermé de la première dans la seconde. [...] Le jugement que nous faisons des choses, comme quand je dis *la terre est ronde*, s’appelle PROPOSITION; et ainsi toute proposition enferme nécessairement deux termes : l’un appelé sujet, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; et l’autre appelé attribut, qui est ce qu’on affirme, comme *ronde*; et de plus la liaison entre ces deux termes, *est*. » (Arnauld & Lancelot 1780[1660] :64-66).

Numa estrutura como a *proposição*, observamos que não se fala de verbo; fala-se, na verdade, da *ligação* entre *sujeito* e *atributo*, que se dá através da forma “é”, o verbo “ser” na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Na seção destinada ao verbo da **Grammaire**, observamos que para Arnauld e Lancelot há somente um verbo real, o chamado ‘verbo substantivo’.

Pode-se dizer que o verbo não deveria ter outro uso senão o de marcar a ligação que nós fazemos no nosso espírito de dois termos de uma proposição; mas há somente o verbo *ser*, que se chama substantivo, que seja mantido nesta simplicidade, e ainda pode-se dizer que só é propriamente mantida a terceira pessoa do presente, *é*, e em certas ocasiões. Pois como os homens tendem naturalmente a abreviar suas expressões, eles juntaram quase sempre à afirmação outras significações em uma mesma palavra. [...] a palavra *vive* encerra em si a afirmação e o também o atributo de ser vivente; e assim é a mesma coisa que dizer, *Pierre vive* e *Pierre é vivente*.³⁸

O verbo substantivo nada mais é do que o verbo “ser” na terceira pessoa do singular do presente, ou seja, o “é” que citamos acima. Este verbo faz a ligação entre *sujeito* e *atributo* e, portanto, de acordo com os autores, sua função é a de afirmar. Os outros verbos seriam criados a partir do verbo substantivo com a junção de um atributo. Assim, seria a mesma coisa dizer ‘Pierre vive’ ou ‘Pierre é vivente’.

De acordo com diferentes revisões historiográficas (cf. Cavaliere 2002, por exemplo), o *impacto* dessa gramática seria central na primeira fase da gramaticografia brasileira (na periodização do autor, de 1806 a 1881). Na segunda fase (de 1881 a 1941), fala-se de diversas obras que tiveram *impacto* sobre as diversas gramáticas brasileiras, como se pode notar pela longa lista que Cavaliere (2000:95-115) seleciona³⁹. Nas gramáticas de Julio Ribeiro e Maciel, notamos, de forma geral, principalmente o *impacto* de William D. Whitney, Max Müller e Charles P. Mason, impacto que procuraremos explorar melhor adiante.

³⁸ Tradução livre de: “[...] on peut dire que le verbe de lui même ne devoit point avoir d’autre usage que de marquer la liaison que nous faisons dans notre esprit des deux termes d’une proposition; mais il n’y a que le verbe *être*, qu’on appelle substantif, qui soit demeuré dans cette simplicité, et encore l’on peut dire qu’il n’y est proprement demeuré que dans la troisième du présent, *est*, et en de certaines rencontres. Car comme les hommes se portent naturellement à abrégier leurs expressions, ils ont joint presque toujours à l’affirmation d’autres significations dans un même mot. [...] le mot de *vivit* enferme seul l’affirmation et de plus l’attribut d’être vivant ; et ainsi c’est la même chose de dire, *Pierre vit*, que de dire *Pierre est vivant*. » (Arnaud & Lancelot 1780[1660]:159)

³⁹ São citados: Franz Bopp, Friedrich Diez, Franz Miklosich, Anton Marty, Domenico Pezzi, Mathia Duval, Léon Cledat, Émile Littré, Berthold Delbrück, Karl Brugmann, Hermann Paul, Karl Vossler, Wilhelm von Humboldt, Michel Bréal, Joseph- Ernest Renan, Georg von der Gabelentz, Henry Sweet, Wilhelm Meyer-Lübke, entre outros.

Em nossas análises, que dizem respeito a dois aspectos específicos da gramática, podemos dizer que encontramos outras obras estrangeiras que exerceram *impacto*, senão *influência*, ao menos nas seis obras selecionadas. São elas:

O **Hermes or a philosophical enquiry concerning language and universal grammar**, publicado em 1751, que é citado diversas vezes por Morais Silva (1806) ao longo de seu **Epitome**. De acordo com Robins (1977:123), a sua visão era orientada principalmente por seu conhecimento de Aristóteles, diferentemente do que ocorria na Europa continental, onde os estudos gramaticais baseavam-se principalmente em Descartes. Dois aspectos de sua obra que nos parecem ter, ao menos, *impacto* sobre Morais Silva são a concepção de ‘gramática’ e de ‘sentença’.

Em relação à concepção de ‘gramática’ de Harris, observa-se que frequentemente ele utiliza o *termo* ‘gramática universal’ e assim o define:

GRAMÁTICA UNIVERSAL; essa *Gramática*, que sem observar as diversas Idiossincrasias das Línguas particulares, *apenas considera aqueles Princípios, que são essenciais para todas elas*.⁴⁰

Nota-se que diferentemente do que há na **Encyclopédie** francesa, Harris não opõe a ‘gramática universal’ a uma particular. Entretanto, existe similaridade entre a concepção entre esta e a ‘gramática geral’ francesa. Ademais, outra semelhança é que ambas apresentam a ‘sentença’ como importante objeto de análise. Harris assim a define:

Agora os PODERES DA ALMA (para além do mero nutritivo) podem ser todos incluídos naqueles da PERCEPÇÃO e aqueles da VOLIÇÃO. Por PODERES da PERCEPÇÃO, eu quero significar os *Sentidos* e o *Intelecto*; por Poderes da VOLIÇÃO, eu quero significar, em um sentido amplo, não apenas o *Desejo*, mas as várias *Paixões* e *Apetites*; em suma, *todos aqueles movimentos para a Ação, se racionais ou irracionais*. Se, então, os mencionados Poderes da Alma forem esses dois, é claro que todos Discurso ou Sentença, na medida em que exibem a Alma, devem, claro, respeitar um ou outro desses [poderes].⁴¹

Outra obra do século XVIII que parece ser bastante importante para as gramáticas analisadas é a **Encyclopédie**, por exemplo, na definição do artigo ‘gramática’, escrito por Beauzée, além de outros artigos escritos por Du Marsais. Na

⁴⁰ Tradução nossa do original: “GRAMMAR UNIVERSAL; *that Grammar, which without regarding the several Idioms of particular Languages, only respects those Principles, that are essential to them all*” (11)

⁴¹ Tradução nossa do original: “Now the POWERS OF THE SOUL (over and above the mere nutritive) may be included all of them in those of PERCEPTION and those of VOLITION. By the POWERS of PERCEPTION, I mean the *Senses* and the *Intellect*; by the Powers of VOLITION, I mean, in an extended sense, not only the *Will*, but the several *Passions* and *Appetites*; in short, *all that moves to Action, whether rational or irrational*. If then the leading Powers of the Soul be these two, ‘tis plain that every Speech or Sentence, as far as it exhibits the Soul, must of course respect one or other of these.” (15-6)

definição de gramática, pode-se ver que é feita uma diferença clara entre ‘gramática geral’ e ‘gramática particular’.

A distinção entre uma ‘gramática geral’ e outra ‘particular’ ganha força especial a partir do artigo **Grammaire** da **Encyclopédie**, escrito por Beauzée, em que a ‘gramática geral’ é definida como ‘ciência’, ao passo que a ‘particular’ seria ‘arte’ (cf. Dominicy 1989). Além disso, o significante ‘gramática geral’ seria preferido a ‘gramática universal’, como expõe Beauzée em um artigo da **Encyclopédie Methodique**, em 1782-1832:

“A Gramática *geral* examina os princípios que são ou podem ser comuns a todos as língua, e não considera os processos particulares de umas ou de outras senão quando são fatos que estabelecem visões *gerais*: mas a ideia de uma gramática *universal* é uma ideia quimérica; nenhum homem pode saber os princípios particulares de todos os idiomas; e caso os soubesse, como poderia reuni-los em um só *corpus*.⁴²

A Gramática *geral* é, portanto, a ciência racional dos princípios imutáveis e gerais da Palavra pronunciada ou escrita em todas as línguas. Uma Gramática *particular* é a arte de aplicar, aos princípios imutáveis e gerais da Palavra pronunciada ou escrita, as intuições arbitrárias e usuais de uma língua particular.⁴³

O termo ‘gramática geral’ é, para Dominicy (1989), próprio da tradição francesa da “gramática geral”. De acordo com Dominicy, esta tradição se iniciaria com a publicação da **Grammaire Générale et Raisonnée** de Port-Royal, de Arnauld e Lancelot, em 1660, e seguiria, na França, até o primeiro quarto do século XIX. Exemplos de autores dessa tradição seriam Cesar Chesneau Du Marsais (1676-1756), Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) e Nicolas Beauzée (1717-1789).

De acordo com Graffi (2001), é gramática da língua alemã de Karl Ferdinand Becker (1775-1849) que provoca, pela primeira vez, uma ruptura na concepção tripartite de ‘sentença’, proveniente da **Grammaire** de Port-Royal:

Como observou Glinz (1947:52)⁴⁴ a ausência do papel da cópula força Becker a introduzir uma inovação terminológica, isto é, distinguir ‘predicado’ de ‘predicativo’: uma sentença como

⁴² Tradução nossa do original: “Le Grammaire *générale* envisage les principes qui sont ou peuvent être communs à toutes les langues, et ne considère les procédés particuliers des unes ou des autres que comme des faits qui établissent des vues *générales*: mais l’idée d’une grammaire *universelle* est une idée chimérique; nul homme ne peut savoir les principes particuliers de tous les idiomes; et quand on les saurait, comment les réunirait-on en un seul corps?” (Tome II:146 *Apud* Dominicy 1989: 429).

⁴³ Tradução nossa do trecho original: “La Grammaire *générale* est donc la science raisonnée des principes immuables & généraux de la Parole prononcée ou écrite dans toutes les langues. Une Grammaire *particulière* est l’art d’appliquer, aux principes immuables & généraux de la Parole prononcée ou écrite, les institutions arbitraires & usuelles d’une langue particulière”. (Tome XVI: 490).

⁴⁴ GLINZ, Hans. 1947. *Geschichte und Kritik der Lehre von den Satzgliedern in der deutschen Grammatik*. Bern: Francke.

“The dog is black” [O cão é preto] poderia ser analisada, de acordo com a concepção tripartite de proposição, em sujeito, cópula e predicado. Becker, em vez disso, distinguiria um sujeito (“the dog”) [o cão] e um predicado (“is black”) [é preto], o qual, por sua vez, deveria ser analisado em cópula (“is”) [é] e predicativo (“black”) [preto].⁴⁵

Na versão inglesa da gramática da língua alemã de Becker, que teria sido aquela com que Ribeiro travou contato, caso o tenha feito, temos o seguinte trecho:

Uma sentença é formada pela combinação de um *Sujeito* e um *Predicado* [combinação predicativa]. O *sujeito* é a pessoa ou coisa de que se fala. O *predicado* é a ação, afirmada para ser ou não ser uma ação do sujeito. O sujeito de uma sentença simples é expresso por um *substantivo*, ou por um *pronome*; por exemplo, *der Mensch denkt* [o homem pensa] ou *er denkt* [ele pensa]. O predicado é expresso por um *verbo*, um *adjetivo*, ou um *substantivo com a cópula ser*; por exemplo, *der Mensch lebt* [o homem vive]; *er ist sterblich* [ele é mortal]; *ich bin ein Mensch* [eu sou um homem]. O predicado sempre concorda com seu sujeito em *Pessoa* e *Número*; [...] Quando o predicado é expresso por um adjetivo ou substantivo com o verbo auxiliar *ser*, ou por uma das formas composta da conjugação, o verbo auxiliar que recebe as flexões de pessoa e número é chamado *Cópula*.⁴⁶

Um seguidor de Becker, ao menos no que diz ao tratamento da sintaxe, foi o norte-americano Charles Peter Mason (1820-1900), que escreveu diversas gramáticas da língua inglesa. Uma delas, a **Essentials of English Grammar** (1868), é citada explicitamente no prólogo da segunda edição da gramática de Ribeiro, de 1884. Embora a citação seja posterior, é possível encontrar semelhanças entre os dois que nos fazem suspeitar que Ribeiro pode ter tido contato com a obra anteriormente, quando escrevia a primeira edição. No trecho abaixo, extraído dessa obra, destacamos a noção de ‘sentença’ de Mason:

A cópula gramatical em toda sentença consiste em flexões pessoais [*nota: isto é, as flexões pelas quais número e pessoa são marcados, e pelas quais o verbo torna-se um verbo *finito*] do verbo. Na sentença “Time flies” [o tempo voa], o sujeito é *Time*; o que é predicado ou afirmado do tempo é *flying* [voar]: a terminação pessoal do verbo *flies* une a ideia ao sujeito.

⁴⁵ Tradução nossa do original: As observed by Glinz (1947:52) this lessening of the copula role forces Becker to introduce a terminological innovation, i.e. to distinguish ‘predicate’ from ‘predicative’: a sentence like „The dog is black” would be analyzed, according to the tripartite conception of the proposition, into subject, copula and predicate. Becker would instead distinguish a subject („the dog”) and a predicate („is black”), which in turn should be analysed into copula („is”) and predicative („black”). (Graffi 2001: 137).

⁴⁶ Tradução nossa do original: “A sentence is formed by the combination of a *Subject* and *Predicate* [predicative combination]. The *subject* is the person or thing spoken of. The *predicate* is the action, asserted to be or not to be an action of the subject. The subject of a simple sentence is expressed by a *substantive*, or *pronoun*; e.g. *der Mensch denkt*, or *er denkt*. The predicate is expressed by a *verb*, or by an *adjective* or *substantive with the copula to be*; e.g. *der Mensch lebt*; *er ist sterblich*; *ich bin ein Mensch*. The predicate always agrees with its subject in *Person* and *Number*. The predicative verb, therefore, or the auxiliary verb is *inflected* by *Person* and *Number*; [...] When the predicate is expressed by an adjective or substantive with the auxiliary verb *to be*, or by one of the compound forms of conjugation, the *auxiliary verb* taking the inflections of person and number is termed *Copula*.” (Becker 1845[1830]:71-2)

Na sentença “The rose is red”, the subject is *rose*; o que é predicado acerca da rosa é *being red*; a flexão pessoa pela qual *is* torna-se terceira pessoa do singular é a cópula. [...] Na medida em que as terminações pessoais do verbo não têm existência separadas do verbo ele mesmo, é usual (e conveniente) na gramática tratar a cópula como uma parte do predicado. [...] mas deve ser compreendido que, doravante, ao usar a palavra *predicado* nos queremos dizer *o predicado e a cópula combinados*.⁴⁷

William Dwight Whitney (1827-1894) foi um conhecido linguista norte-americano, que é referido, em geral, pelo destaque que dá ao aspecto social da língua. Seu **Essentials of English Grammar**, de 1877, é citado por Ribeiro e Maciel. O primeiro, que parece sofrer mais *influência* de Whitney do que aquele, cita o americano quando define ‘gramática’ e também como referência para seu estudo da sintaxe; já Maciel menciona Whitney, juntamente com outros autores, como referência para a divisão da ‘proposição’ em ‘sujeito’ e ‘predicado’.

A gramática não cria regras e leis para a linguagem; ela apenas apresenta os fatos da boa linguagem, e de forma organizada, para que assim eles possam ser facilmente encontrados, ou aprendidos, por qualquer um que tenha oportunidade de fazê-lo. Nem é o estudado da gramática da língua nativa de alguém, por quaisquer meios, necessário, a fim de corrigir o discurso. A maior parte das pessoas aprenderam um ótimo inglês da mesma forma que aprenderam o inglês absolutamente -- a saber, por escutar e escrever; por escutar e imitar bons oradores, por estudar livros escritos bem e corretamente, por corrigirem a si próprios e serem corrigidos por outras pessoas, e assim por diante. Mas atenção para as regras do bom uso tal como estão nas gramáticas, com ilustrações e exercícios práticos, frequentemente auxiliam e aceleram esse processo [de aprendizado]; e é especialmente útil para aqueles que foram infelizes o suficiente para aprender primeiramente um mau tipo de inglês. [...] O estudo da linguagem tem um grande objetivo que é nos contar sobre a história do homem e o que ele fez no mundo. E como a linguagem é o instrumento das operações da mente, e o principal meio pelo qual a mente é revelada, não se pode estudar o funcionamento da mente e sua natureza por outro meio que não a linguagem.⁴⁸

⁴⁷ The grammatical copula in every sentence consists of the *personal inflections* [*nota: That is, the inflections by which number and person are marked, and by which the verb is made a *finite* verb] of the verb. In the sentence “Time flies”, the subject is *Time*; that which is predicated or asserted of *time*, is *flying*: the personal termination of the verb *flies* unites the idea to the subject. [...] Inasmuch as the personal terminations of a verb have no existence apart from the verb itself, it is usual (and convenient) in grammar to treat the copula as a part of the predicate. Thus in the sentence, “Time flies,” *time* is called the subject, and *flies* the predicate. [...] but it must be understood that, henceforth, in using the word *predicate* we mean *the predicate and copula combined*. (Mason 1858:91-2–negritos meus)

⁴⁸ Grammar does not at all make rules and laws for language; it only reports the facts of good language, and in an orderly way, so that they may be easily referred to, or learned, by any one who has occasion to do so. Nor is the study of the grammar of one's own native language by any means necessary, in order to correctness of speech. Most persons learn good English in the same way that they learn English at all, — namely, by hearing and reading ; by hearing and imitating good speakers, by studying books written correctly and well, by correcting themselves and being corrected by others, and so on. But attention to the rules of good usage as laid down in grammars, with illustrations and practical exercises, often helps and hastens this process; and it is especially useful to those who have been unfortunate enough to learn at first a bad kind of English. [...] The study of language has a great deal to tell us about the history of man, and of what he has done in the world. And as language is the instrument of the mind's operations, and the principal means by which they are disclosed, who cannot study the mind's workings and its nature without a thorough understanding of language. (Whitney 1877)

Uma sentença é, portanto, no sentido explicado, a expressão de um julgamento. [...] Uma sentença é composta por duas partes: 1. o sujeito, significando sobre o que a asserção é feita; e 2. o predicado, significando o que é afirmado sobre o sujeito.⁴⁹

Por fim, Maciel define a ‘gramática geral’ de modo bastante particular e apresenta referências dos autores Friedrich Maximillian Müller (ou Max Müller simplesmente) (1823-1900) e Archibald Henry Sayce (1846-1933). De Max Müller, Maciel parece ter se referido ao seguinte trecho:

A ciência da linguagem é muito recente : ela não é anterior ao início de nosso século [XX], as outras ciências, suas irmãs mais velhas, dificilmente a admitem em pé de igualdade. Seu nome mesmo é ainda indeterminado, e as denominações diversas que ela recebeu na Inglaterra, na França e na Alemanha são tão vagas e tão móveis que elas deram ao público ideias mais confusas sobre os reais assuntos desta nova ciência. Nós já ouvimos chamá-la de *Filologia comparada*, *Etimologia científica*, *Fonologia*, e *Glossologia*. Na França, ela é conhecida sob um nome cômodo, mas um pouco bárbaro, de *linguística*.⁵⁰

Já o livro citado, **Principes de Philologie Comparée** (1884), de Archibald Sayce é inteiramente permeado pela concepção de que existe uma relação entre pensamento e linguagem, e também trata constantemente de regras abstratas e gerais da linguagem (caracterizadas como psicológicas, em geral), como nos trechos abaixo:

A linguagem não é somente fonologia. A linguagem é o pensamento falado. (p. 24)

A linguagem é a expressão exterior do pensamento consciente. (p.130)

As leis ou generalizações que somos chamados a estudar são de duas espécies: empíricas e primeiras [...]; uma lei empírica, resultado imediato da observação, que explicará qualquer lei mais alta e mais compreensível. (p. 25)

3.1.2 As gramáticas brasileiras do português⁵¹

⁴⁹ A sentence is, then, in the sense thus explained, the expression of a judgment. [...] A sentence is composed of two parts: 1. the subject, signifying that about which the assertion is made; and 2. the predicate, signifying that which is asserted of the subject. (Whitney 1877)

⁵⁰ La science du langage est de date très-récente : elle ne remonte pas beaucoup au-delà du commencement de notre siècle, et les autres sciences, ses soeurs aînées, l'admettent à peine sur un pied d'égalité. Son nom même est encore indéterminé, et les dénominations diverses qu'elle a reçues en Angleterre, en France et en Allemagne, sont si vagues et si mobiles qu'elles ont donné lieu, dans le public, aux idées les plus confuses sur les sujets réels de cette nouvelle science. Nous l'entendons appeler la *Philologie comparée*, l'*Étymologie scientifique*, la *Phonologie* et la *Glossologie*. En France, elle est connue sous le nom commode, mais un peu barbare, de *linguistique*. (Max Müller 1867 :4-5)

⁵¹ É possível que esse elenco seja maior. No entanto, essas são as obras comprovadamente publicadas e registradas em diferentes trabalhos que buscaram estabelecer o conjunto de textos gramaticais sobre o português elaborados em território brasileiro no período.

No século XIX, foram publicadas ao menos vinte e nove gramáticas do português escritas por brasileiros ou publicadas no Brasil. Abaixo, uma lista das gramáticas desse século, feita a partir dos trabalhos de Castilho (1962), Coelho et al. (2010) e de Parreira (2011).

AUTOR	ANO	TÍTULO	LOCAL
Antônio Morais Silva	1806	<i>Epitome da Grammatica Portugueza</i>	Lisboa
Antônio da Costa Duarte	1829	<i>Compendio de Grammatica Portugueza.</i>	Maranhão
Antônio Álvares Pereira Coruja	1835	<i>Compendio da Grammatica da Lingua Nacional</i>	Porto Alegre
Salvador Henrique de Albuquerque	1844	<i>Breve Compêndio de Grammatica Portugueza</i>	Recife
José Alexandre Passos	1848	<i>Compendio de Grammatica Portugueza pelo método analítico</i>	Rio de Janeiro
José Alexandre Passos	1855	<i>Resumo da Grammatica Portugueza</i>	
Policarpo José Dias da Cruz	1859	<i>Compendio de Grammatica Portugueza</i>	Rio de Janeiro
Manoel Soares da Silva Bezerra	1861	<i>Compendio de Grammatica Philosophica</i>	Ceará
Ortiz e Pardal	1862	<i>Novo sistema de estudar a grammatica portugueza por meio da memoria, intelligencia e analyse</i>	-
Francisco Sotero dos Reis	1862	<i>Postillas de Grammatica Geral Aplicada à languagegem portuguesa pela analyse dos classicos</i>	Maranhão
Francisco Sotero dos Reis	1866	<i>Grammatica portugueza</i>	Maranhão
Charles Adrian Oliver Grivet	1865	<i>Pequena gramática da língua portuguesa</i>	Rio de Janeiro
Laurindo José da Silva Rabelo	1872	<i>Compendio de Grammatica da Lingua Portugueza</i>	Rio de Janeiro
Frei J. do Amor Divino Caneca	[1817] 1875	<i>Breve Compendio da Grammatica Portugueza</i>	Bahia
Augusto Freire da Silva	1875	<i>Breve Compendio de Grammatica Portugueza</i>	Maranhão
Ernesto Carneiro Ribeiro	1877	<i>Grammatica Portugueza Philosophica</i>	Bahia
Júlio Ribeiro	1881	<i>Grammatica Portugueza</i>	São Paulo
Charles Adrian Oliver Grivet	1881	<i>Nova gramática analítica da língua portuguesa</i>	Rio de Janeiro
A. Estevão Costa e	1883	<i>Principios de Grammatica Historica e</i>	-

Cunha		<i>Comparada</i>	
Pacheco da Silva Jr. & Lameira de Andrade	1887	<i>Grammatica da Lingua Portuguesa</i>	Rio de Janeiro
Alfredo Gomes (1887),	1887	<i>Grammatica Portuguesa</i>	Rio de Janeiro
João Ribeiro (1887),	1887	<i>Grammatica Portuguesa</i>	Rio de Janeiro
Maximino de Araújo Maciel	1887	<i>Grammatica Analytica</i>	Rio de Janeiro
José de Noronha Nápoles Massa	1888	<i>Grammatica analytica da lingua portugueza, composta e offerecida aos brasileiros</i>	Rio de Janeiro
Ernesto Carneiro Ribeiro	1890	<i>Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa.</i>	Bahia
Maximino de Araújo Maciel	1894	<i>Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas</i>	Rio de Janeiro
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	1897	<i>Primeira Grammatica da Infância e Segunda Gramática da Infância</i>	Pará
Zillah do Paço Mattoso Maia	1899	<i>Grammatica da lingua portugueza.</i>	Rio de Janeiro
José Ventura Boscoli	1899 (2ed)	<i>Grammatica Portuguesa</i>	Rio de Janeiro

Quadro 3 - Gramáticas brasileiras do português do século XIX

Como menciona Cavaliere (2002), existe uma polêmica acerca da nacionalidade de Moraes Silva (1806), visto que o gramático nasceu em 1771 no Rio de Janeiro, momento em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. Neste trabalho, estamos considerando o autor brasileiro, com a justificativa de que ele é, de fato, o primeiro gramático descritor da língua portuguesa que nasce em território americano. Deste modo, é Moraes Silva (1806) que inaugura a gramaticografia brasileira do português. Grivet é o único autor da lista atestadamente não brasileiro, nascido na Suíça em 1816, lecionou na Rússia e veio para o Brasil, onde ficou até sua morte, em 1876.

Pode-se observar que no início do século XIX a produção gramatical é bastante escassa. Vemos que nos primeiros cinquenta anos, foram publicadas somente cinco gramáticas. Na segunda metade do século, são publicadas, ao menos, vinte e quatro obras gramaticais. A razão pode ser econômica, como abordamos anteriormente, nos itens relativos a questões sociopolíticas e educação no Brasil do século XIX, visto que no Segundo Império o país prosperou economicamente, sobretudo pela nova lavoura, a

cafeeira. Ademais, a criação de escolas era intensa no país recém-independente, o método Lancaster fez sucesso entre as décadas de 1830 e 50, sendo talvez o responsável pela produção massiva de “compêndios” até a década de 1870, que eram em geral versões mais simplificadas da gramática.

Se observarmos a publicação a cada década do século XIX, vemos que até 1830, há apenas uma publicação por década, exceto pelos anos de 1810, em que não há nenhuma publicação. Já entre 1840 e 1850, há, em cada década, a publicação de duas gramáticas. A partir da década de 1860, serão publicadas ao menos cinco gramáticas por década. Na década de 1880, o número de gramáticas publicadas é oito. São publicadas quatro gramáticas de impacto apenas no ano de 1887. Esse dado parece ter relação estreita com o fato de ter sido este o ano em que surge o **Programa de Estudos de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II**, escrito por Fausto Carlos Barreto (1852-1908)⁵², que era professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II. As gramáticas desse ano foram feitas dentro dos critérios desse programa, o qual, por ser do prestigiado Colégio Pedro II, ganhou importância nacional. Faremos uma descrição mais detalhada desse programa adiante.

Outro fator é que a maior parte das gramáticas, precisamente quatorze, foi publicada na capital do Império. No Maranhão, há a publicação de quatro gramáticas, na Bahia, há três, e em outras cidades e estados (nomeadamente, São Paulo, Pará, Ceará, Porto Alegre, Recife) há somente uma publicação em cada um. A gramática de Moraes Silva é a única publicada fora do Brasil, em Lisboa, visto que não eram permitidas prensas no Brasil antes de 1808.

A seleção das obras para análise, como já mencionamos anteriormente, se deu sobretudo pelo seu prestígio. Entretanto, pode-se ver que, exceto por Freire da Silva e Sotero dos Reis, ambos do Maranhão, cada uma delas foi publicada em um estado diferente, o que demonstra que gramáticas estavam sendo escritas em diversas regiões do país. É de se notar, porém, que são de épocas diferentes e que os estados em que foram publicadas poderiam estar em ascensão no momento da publicação. Isto parece ter ocorrido no que diz respeito às gramáticas publicadas no Maranhão e em São Paulo,

⁵² De acordo com Sacramento Blake, Fausto Barreto, cearense, matriculou-se na faculdade de medicina do Rio de Janeiro em 1874, fez quatro primeiros anos e depois passou a trabalhar com magistério, como professor livre de português, francês, latim e inglês. Tornando-se em professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II, ao apresentar as teses *Archaismos e Neologismos da língua* em 1879 e a tese *Themas e raízes* em 1883. Esta última obra, ao menos pelo título, nos informa que Fausto Barreto estava a par das novas doutrinas linguísticas do século XIX referentes ao estudo da morfologia, nas quais os *termos* ‘temas’ e ‘raízes’ são parte do instrumental teórico.

visto que o momento de ascensão econômica daquele se deu na década de 1860, enquanto em São Paulo, ela passa a se dar a partir da segunda metade do século, sobretudo no final. O Rio de Janeiro, por ser a capital do Império e depois da República, manteve uma posição central ao longo de todo o século, como já comentamos anteriormente. Já Porto Alegre parece ser uma exceção, dado que em 1835 iniciava-se a Revolta Farroupilha; a cidade provavelmente não estava com estabilidade econômica e social, como as outras mencionadas.

Como já mencionamos anteriormente, há alguns estudos acerca da periodização da gramaticografia brasileira do português (cf. Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2002, Parreira 2011).

Nota-se que todos apresentam Ribeiro (1881) com *revolucionário*, e, em verdade, ele era assim considerado pelos gramáticos do período também. Por conta disso, Gurgel (2008) o classifica como *líder intelectual* da gramaticografia portuguesa, visto que as ideias novas – ainda que, segundo Maciel (1918), fossem essencialmente cópias de estudos estrangeiros – que apresenta na sua gramática foram determinantes para uma mudança nos estudos gramaticais brasileiros. Haveria para a autora, porém, outro agente relevante nesta ruptura, o qual, embora não tenha escrito nenhuma gramática, teve papel central na divulgação dos novos métodos de análise gramatical. Este foi Fausto Barreto (1852-1908), que Gurgel apresenta como *líder organizacional*, visto que ele escreveu o **Programa de Estudos do Colégio Pedro II de 1887**, no qual são definidos diversos critérios avaliativos gramaticais que, por conta do prestígio do Colégio, tornaram-se modelo para o restante do país⁵³. No ano de 1887, como vimos anteriormente, são publicadas quatro gramáticas seguindo esse modelo.

Esse Programa de Estudos era constituído por quarenta e seis itens que um aluno deveria saber para passar no exame de português. O primeiro versava sobre espécies de gramática: “1. – Observações geraes sobre o que se entende por grammatica geral, por grammatica histórica ou comparativa e por grammatica descriptiva”⁵⁴. Em relação ao tratamento da sintaxe, estão os itens 29 a 46, que reproduzimos abaixo:

“29. – Da syntaxe em geral. Breves noções sobre a estructura oracional, do Latim popular e do Latim culto. Typos syntaxicos divergentes da língua portuguesa. **30. – Syntaxe da proposição simples. Especies de proposição simples quanto á fôrma e á significação. Dos membros da**

⁵³ Podemos também pensar que, por organizar conteúdos específicos e da nova doutrina do período para as obras gramaticas que viriam posteriormente, Fausto Barreto também seria líder intelectual.

⁵⁴ Os trechos do Programa de Estudos são retirados da transcrição feita por Julio Ribeiro em suas *Procellarias*, das quais foi publicada em 2007 uma versão fac-símile (cf. Ribeiro 2007).

proposição simples. 31. – Syntaxe da proposição composta ou do período composto. Coordenação. Subordinação. Classificação das proposições. 32. – Regras de syntaxe relativas a cada um dos termos ou membros da composição. 33. – Regras de syntaxe relativas ao substantivo e ao adjetivo. 34. – Regras de syntaxe relativas ao pronome. 35. – Regras de syntaxe relativas ao verbo. Do emprego dos modos e tempos, correspondência dos tempos dos verbos nas proposições coordenadas e nas proposições subordinadas. 36. – Regras de syntaxe relativas às fórmulas nominaes do verbo. 37. – Regras de syntaxe relativas às palavras invariáveis. 38. – Syntaxe do verbo *haver* e do pronome *se*. 39. – Da construcção: ordens das palavras na proposição simples e das proposições simples no período composto. 40. – Da collocação dos pronomes pessoais. 41. – Das notações syntaxicas; pontuação; emprego de letras maiúsculas. 42. – Figuras de syntaxe. Particulas de realce. 43. – Dos vícios de linguagem. 44. – Das anomalias grammaticae; idiotismos; provincialismos; brasileirismos e dialecto. 45. – Das alterações léxicas e syntaxicas; archaismo e neologismo. 46. – A syntaxe e o estilo.” (cf. Ribeiro 2007:90-92 – negritos nossos)

Desses dezessete itens, oito, que deixamos em negrito, nos importam particularmente por conta dos problemas sintáticos que elegemos para este trabalho, como se verá adiante, na análise da *capa técnica*. Desses oito, destacamos por ora já três deles, que são 38, 40 e 44, pois os dois primeiros tratam de questões específicas do português, como o “verbo *haver*”, o “pronome *se*” e a “colocação dos pronomes pessoais”, os quais, como se verá adiante, têm relação estreita com a noção de que o português falado no Brasil já não era idêntico ao falado em Portugal, o que se vê no item 44, em que se fala de “dialecto” e “brasileirismos”. Retomaremos esse tema adiante.

Nos próximos subitens fazemos uma breve apresentação biográfica e bibliográfica dos autores das seis gramáticas selecionadas, e também uma descrição geral e breve dessas obras gramaticais⁵⁵.

3.1.2.1 Morais Silva e seu *Epitome da Grammatica Portugueza* (1806)

Antônio de Morais Silva nasceu na capitania do Rio de Janeiro, no Brasil Colonial, em 1755. Com 19 anos, foi a Portugal realizar o Curso Jurídico da Universidade de Coimbra, pouco tempo depois de a Universidade ter sido reformada por Pombal, isto é, quando adentraram nela conhecimentos considerados iluministas. Há certas controvérsias sobre se ele chegou a se formar como bacharel (cf. Sacramento Blake 1883, Murakawa 2006). Em 1779, que seria seu último ano na Universidade, foi

⁵⁵ No *Projeto Documenta Grammaticae et Historiae*, que tem como um de seus objetos de estudo a produção gramatical brasileira do século XIX, há o objetivo, em parte já cumprido, de se fazer Fichas Descritivas nas quais constam uma detalhada descrição da obra gramatical juntamente com a bibliografia do autor, de algumas das obras citadas que não analisamos neste trabalho, o que poderá valorizar pesquisas posteriores a respeito da produção gramatical brasileira do século XIX.

denunciado à Inquisição – a causa da acusação também é controversa⁵⁶ – junto com outros colegas; assim, fugiu de Coimbra para Lisboa, e de lá para a Inglaterra, onde recebeu a proteção de Luis Pinto de Sousa Coutinho (Visconde de Balsemão, Tendaes e Ferreiros e representante de Portugal na Inglaterra).

Permaneceu na Inglaterra até 1783, indo em seguida para Roma, e depois para a França, de onde voltou para Portugal por ter recebido um indulto. Lá se apresentou ao Tribunal da Inquisição, confessando os atos praticados e sendo condenado a um ato público de fé. No fim de 1785, Morais Silva fez a abjuração, i.e. abandonou publicamente a religião cristã. Em 1788 publicou sua primeira obra, a tradução da *História de Portugal*, escrita originalmente por um grupo de literatos ingleses. No mesmo ano iniciou a impressão de *Recreações de um homem sensível*, tradução do texto de François-Thomas-Marie de Baculard d'Arnauld.

Em 1789, publicou a primeira edição de seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, o qual tinha como base o *Vocabulário Português e Latino* (1712-1728, 8 vol., 2 supl.), de Raphael Bluteau (1638-1734). Morais Silva fez nele algumas modificações, como tornar o dicionário monolíngue, e diminuiu o número de volumes para dois.

Em 1794 casou-se, retornou ao Brasil, passando a residir em Pernambuco, e começou a advogar. No mesmo ano, foi nomeado Juiz de Fora da Paraíba, mas não aceitou o cargo. Em 1795 foi nomeado pelo governo português Juiz de Fora e Provedor dos Ausentes na Bahia, contudo ficou apenas um ano no cargo. Comprou um engenho de cana-de-açúcar em Moribeca, Pernambuco. Em 1802 terminou, neste engenho, a redação de seu *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa*, o qual foi publicado em Lisboa em 1806.

No ano de 1813, publicou a segunda edição de seu *Dicionário*, ao qual anexou o *Epítome* nas primeiras quarenta e oito páginas. Foi somente esta edição do dicionário que Morais Silva considerou verdadeiramente sua, porque nessa edição introduziu um grande número de inovações lexicográficas como apresentar a classe da palavra e indicar, com diacrítico, a sua sílaba tônica. A partir dessa edição, seu dicionário do português se tornou um dos mais importantes do século XIX.

⁵⁶ Sacramento Blake (1883) diz que a acusação pode ter se dado pelos conhecimentos de Morais Silva. Já Murakawa (2006) diz que ela foi causada por uma brincadeira com um colega, na qual se fazia uma falsa iniciação na maçonaria.

Em 1813, foi nomeado Conselheiro de Estado, mas não aceitou o cargo. Abatido e enfermo, foi morar em Recife. Viu a publicação da terceira edição de seu *Dicionário*, ampliada por Pedro José Figueiredo, em 1823. Faleceu em 11 de abril de 1824.

Seu *Epítome* teve menos repercussão que seu dicionário. Entretanto, era obra conhecida entre os gramáticos posteriores, como Coruja (1873[1835]) e Ribeiro (1881), citam Moraes Silva. De acordo com Hackerott (1994), é a primeira gramática que trabalha com as bases lógicas da *Grammaire* de Port-Royal (1660), sem mais influência da base morfológica das gramáticas latinas renascentistas, notadamente a *Minerva* (1587), de Sanchez de las Brozas (1523-1600); isto é, ela seria a primeira a “prever estruturas subjacentes de natureza lógico-semântica” (Hackerott 1994:214).

A gramática é composta por uma seção inicial chamada “Ao leitor benévolo”, na qual Moraes Silva expõe alguns aspectos de sua gramática, expondo quais foram os autores de língua portuguesa dos quais apresenta trechos seus exemplos, faz críticas à explicação da gramática da língua portuguesa por meio da gramática latina. Em seguida, há um capítulo chamado “Introdução”, no qual o autor apresenta noções gerais, como a de ‘gramática’ e também descreve quais são os ‘sons’ e ‘letras’ da língua portuguesa. Em seguida, vêm os dois capítulos principais da obra. O primeiro, chamado “Das palavras por si sós ou partes da Sentença”, refere-se à descrição das classes de palavras. O segundo, chamado “Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe”, refere-se ao tratamento da sintaxe.

3.1.2.2 Coruja e sua *Grammatica da Lingua Nacional* (1835)

Coruja nasceu no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no dia 31 de agosto de 1806. O nome por que ficou conhecido, “Coruja”, não é um sobrenome familiar, mas, diz a lenda, que se trata de uma alcunha da infância que “ficou”, como menciona Bastos ao citar trecho do *Antigualhas* do próprio Coruja:

“Seus pais para a estréia [na aula do padre Tomé] tinham-lhe mandado fazer uma casaquita de pano mescla, cor da pele do quiabo ou cor de burro quando foge. Ao apresentar-se na aula pela primeira vez com este fato novo, gritou logo o Cândido Batista lá do seu banco da direita: Olhem, parece mesmo uma coruja. E como Coruja foi proclamado pelo Cabo-Regente, e como Coruja foi aclamado por toda a assembléia latinante: e Coruja ficou, e... pegou.”⁵⁷

⁵⁷ CORUJA, A. A. P. 1996. *Antigualhas*. Reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: UE/Porto Alegre.

Estudou, ao longo dos anos, latim, Filosofia Racional e Moral, francês, cantochoão. De acordo com Bastos, Coruja foi um dos precursores do ‘ensino mútuo’ ou ‘método lancasteriano’ na Província de São Pedro, no Rio Grande do Sul:

“Em 18 de dezembro de 1825 firmou um contrato com o Conselho da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo qual se comprometia a ir ao Rio de Janeiro habilitar-se na prática do método mútuo, para, posteriormente, assumir a primeira escola de ensino mútuo da Província. O contrato assinado estabelecia que se dispusesse ir à Corte do Rio de Janeiro, onde se *doutrinaria* no método lancasteriano, para, por este método, ensinar a mocidade” (Bastos 2006:7)

Em 1827, já de volta a Província de São Pedro, funda a escola pública no método lancasteriano. Em 1831, candidatou-se à cadeira de professor de Língua Latina, sendo aprovado. Em 1835, candidatou-se à cadeira de professor de Filosofia Racional e Moral, também sendo aprovado. No mesmo ano publicou a gramática que analisamos neste trabalho. No ano seguinte foi preso por conta de sua posição política na Revolta Farroupilha (1835-1845).

Em 1837, muda-se com a família para o Rio de Janeiro, onde fundou o Liceu Minerva em 1841. Lá se ensinavam as primeiras letras, a Gramática da Língua Nacional e princípio de religião moral e cristã, dentre outras matérias. O Liceu acabou por ser fechado em 1862. Em 1860, tentando um novo rumo, Coruja fundou a “Companhia de Seguros Feliz Esperança”, mas ela acabou por ser fechada em pouco tempo, da mesma forma que fundou a “Caixa Depositária Sociedade Glória do Lavradio”, em 1870, que faliu em 1880 (cf. Bastos 2006).

Ademais, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1839, e seu tesoureiro por vinte anos. Publicou diversos artigos para a **Revista do IHGB**, dos quais destacamos anteriormente trechos da “Coleção de Vocábulos de Frases usadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, de 1852.

Grande parte de suas publicações é composta de livros escolares, evidentemente pelo forte vínculo do autor com o ambiente pedagógico e educacional. Ao lado do **Compendio da Grammatica da Lingua Nacional**, que já citamos, estão obras como **Manual dos Estudantes de Latim** (1838), **Compendio da Ortografia da Língua Nacional** (1848), **Manual de Ortografia da Língua Nacional** (1850), **Aritmética para meninos, contendo unicamente o que é indispensável e se pode ensinar nas escolas de primeiras letras** (1852), **Lições de história do Brasil** (1855), **Compendio da Gramática Latina do Pe. A. Figueiredo** (1852).

Todos esses livros escolares tiveram, pelo menos, duas edições. De acordo com (Scheneider 1993 *Apud* Bastos 2006), seus livros foram diversas vezes recomendados para as escolas elementares e dos liceus do Rio Grande do Sul. Seu **Manual dos Estudantes de Latim** também foi adotado no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, nos programas de ensino para o ano de 1856 e 1858, na segunda e terceira séries. Após seu Liceu falir e seus insucessos em outras carreiras, Coruja acabou por falecer, em 1889, na miséria e morando em repúblicas de estudantes.

Sua gramática, como quase toda a sua obra, era um livro escolar. O caráter pedagógico pode ser observado pela simplicidade da explicação, que procurava ser didática a todo momento. Pode-se também pensar que, pelo momento em que foi escrita e pela biografia de seu autor, a obra tenha alguma relação com o método de Lancaster. Dois aspectos do título da obra são de interesse. O primeiro é o autor mencionar a “língua nacional”, treze anos após a independência política do Brasil. O que pode significar não necessariamente já a busca pela diferenciação idiomática (o que seria um tanto precoce para época, como vimos no anteriormente), mas, talvez, um “manifesto” de independência em relação a gramáticas escritas por autores portugueses. O segundo é o autor dedicar sua obra à mocidade rio-grandense. Considerando que a gramática é publicada um ano após o **Ato Adicional sobre a Constituição de 1824**, essa dedicatória já pode funcionar como um índice do processo de descentralização da educação no período.

O **Compendio** de Coruja apresenta uma pequena introdução e quatro capítulos. Na introdução, no qual define ‘gramática’ e também faz uma breve definição de cada um dos capítulos que virão adiante. O primeiro capítulo é chamado “Da Etimologia” refere-se às classes de palavras. O segundo trata “Da sintaxe”. O terceiro, chamado “Da Prosodia”, versa sobre a pronúncia e figuras de dicção. Por fim, o último capítulo, nomeado “Da orthographia” trata de noções como pontuação, utilização de letras maiúsculas.

3.1.2.3 Sotero dos Reis e sua *Grammatica Portugueza* (1866)

Francisco Sotero dos Reis nasceu em 22 de abril de 1800, em São Luís do Maranhão, local em que permaneceria até sua morte, em 1871. É, em geral, considerado um autodidata, pois teria apenas frequentado a escola primária, a despeito do amplo conhecimento que tinha de português, francês, latim e literatura. Aos doze anos,

começou a trabalhar como caixeiro na loja de familiares, no município de Guimarães. Lá passou a estudar latim no Convento de Nossa Senhora do Carmo, onde conheceu Manuel Odorico Mendes (1799-1864), conhecido poeta romântico brasileiro que posteriormente compôs, junto com Sotero dos Reis, o Grupo Maranhense, que foi um grupo romântico voltado para a literatura (Nascentes 1939; Elia 1975).

Com seu rápido aprendizado, logo passou a dar aulas para classes menos adiantadas, dentro, provavelmente, do princípio do ‘método lancasteriano’, além de estudar também filosofia, retórica, francês e aritmética. Aos 18 anos, passou a lecionar francês e latim em sua própria residência. Em 1821, foi nomeado pelo governador do Maranhão para lecionar latim em um colégio de instrução primária. Com o tempo, seu prestígio e reconhecimento no Maranhão aumentaram. Foi deputado provincial em 1832, e reeleito por várias legislaturas seguintes. Foi também o primeiro diretor do *Liceu Maranhense*, fundado em 1838, e primeiro inspetor da Instrução Pública do Maranhão.

Desde 1825 participou ativamente da imprensa como jornalista. Fundou uma série de periódicos, o mais importante deles, *A Revista*, foi fundado em 1840. Nela, estão seus mais célebres artigos de crítica literária. Escreveu para a **Revista Trimestral do IHGB** a biografia do falecido presidente da província do Maranhão, Eduardo Olímpio Machado. Ao longo da década de 1860, publicou quatro livros. Em 1862, foram impressas as **Postillas de Grammatica Geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos classicos**, obra que tratava especificamente de sintaxe e teve sua segunda edição em 1868. No ano de 1863, foi publicada sua tradução do texto **Comentários sobre a Guerra Gálica**, escrito por Júlio César. Em 1866, publicou a primeira edição de sua **Grammatica portugueza acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica** em que tratava de lexicologia, sintaxe, ortografia e prosódia. Entre os anos de 1866 e 1868, escreveu os volumes de seu conhecido **Curso de litteratura portugueza e brasileira**. Faleceu em 10 de março de 1871. De acordo com as revisões historiográficas disponíveis, como a de Nascentes (1939), a **Grammatica** e as **Postillas** de Sotero dos Reis tiveram bastante prestígio no período de sua publicação, da mesma forma que seu **Curso de Literatura**.

A gramática de Sotero dos Reis foi publicada em um dos períodos mais prósperos da província do Maranhão, visto que a exportação de algodão estava em alta, principalmente por conta da Guerra da Secessão (1861-1866) nos Estados Unidos, maiores concorrentes nessa produção (cf. Hallewall 2005). Nesse período, São Luís era

conhecida como a “Atenas Brasileira”, principalmente por conta de suas ‘Belas Letras’, constituídas, dentre outros, por Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Sotero dos Reis. Outro fator interessante é que, embora o Brasil já fosse independente havia algumas décadas, havia certo orgulho em São Luís pela semelhança entre os modos lisboenses e seus modos, que iam desde a fala, como vimos anteriormente no trecho do próprio Sotero dos Reis, até a arquitetura. Assim, poder-se-ia esperar que sua gramática tivesse poucas ou nenhuma alusão a um português brasileiro.

O público-alvo da gramática de Sotero dos Reis parece ser escolar, justamente por conta de seus “modelos de análise”, que são seções no fim dos capítulos de tratamento da sintaxe, em que o autor analisa sentenças de acordo com as categorias que passou anteriormente. Por outro lado, talvez por uma característica intelectual do autor, é comum ver trechos em que ela coloca duas maneiras de analisar um mesmo dado linguístico, o que faz com que às vezes sua gramática tenha um viés mais teórico do que puramente pedagógico.

A primeira edição da **Grammatica** de Sotero dos Reis é dividida em apenas dois capítulos, um referente às classes de palavras, “Etymologia”, e outro, à sintaxe, “Syntaxe”, sem qualquer introdução. Já na segunda e na terceira edição, há uns “Prolegômenos”, nos quais são apresentadas a concepção de ‘gramática’ de Sotero dos Reis e, a partir delas, de suas afiliações teóricas, que são, sobretudo, a gramática de Port-Royal e Du Marsais.

3.1.2.4 Freire da Silva e seu Compendio da Grammatica Portugueza (1875)

Augusto Freire da Silva nasceu em 17 de outubro de 1836, na cidade de São Luís do Maranhão. Depois de lá ter feito estudos de humanidades, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se tornou comerciante. Porém, a convite de um amigo, que fundou o Colégio Ipiranga, em São Paulo, lá exerceu o cargo de subdiretor e professor. Ao longo desse tempo, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1862. Fundou em seguida colégios em Santos e em São Paulo, mas fechou-os por conta de epidemias, respectivamente, de febre amarela e varíola nas cidades. (cf. Sacramento Blake 1883) Por meio de concurso, foi nomeado professor de gramática no curso anexo à Faculdade de Direito. A maior parte de sua obra é composta de gramáticas escolares: **Novo Método de ensinar a ler e escrever** (1863); **Noções de Prosódia e ortografia: para**

uso da infância do primeiro grau do Instituto Santista, intercaladas de um resumo da etimologia e sintaxe, extraído da Gramática portuguesa de Sotero dos Reis (1871); **Compêndio da gramática portugueza** (1875); **Rudimentos da gramática portuguesa para uso dos alunos de primeiras letras** (1879) e, ao menos, muitas outras edições de sua **Grammatica Portugueza** que, até onde tivemos contato, vai até a nona edição de 1906.

Na contra-capá de seu **Compêndio da Grammatica Portugueza**, que é a obra que aqui analisamos, afirma-se que constam na obra uma

“parte mechanica ou material das Noções de Prosodia e Orthographia compuladas pelo Bacharel em Direito, Augusto Freire da Silva, professor da lingua nacional do curso de preparatorios annexo á Faculdade de S. Paulo; e na parte logica ou discursiva, de um resumo de Etymologia e Syntaxe extrahido com algumas alterações e acrescimos da Grammatica Portugueza de Francisco Sotero dos Reis”.

Assim, vemos que seu **Compêndio** é mais uma compilação revisada de dados que já estavam em outros livros do que propriamente uma gramática proposta pelo autor como original.

A obra, porém, teve muitas reedições, e, ao longo do tempo, seu conteúdo será bastante modificado. Sacramento Blake (1883) afirma que a terceira (1879) e a quarta (1883) edições tornam a obra mais complexa, de forma que ela passa a ser utilizada não mais para o ensino primário, mas para o secundário. Por conta disso, o autor escreveria os *Rudimentos* (1879), que citamos acima. Em nossa análise, tivemos contato também com a nona edição (1906) da gramática de Freire, e notamos que a diferença é tal que Parreira (2011)⁵⁸ a considerou uma gramática de ruptura em relação ao modelo de descrição da sintaxe anterior, baseado na *Grammatica Portugueza* de Sotero dos Reis.

É uma obra curta, com apenas 157 páginas. As subdivisões da gramática são as seguintes: “Prolegômenos”, em que o autor trata de temas gerais, como a definição de ‘gramática’, ‘língua’ e também uma breve descrição do que são as outras seções da gramática; “Prosódia”, em que trata da pronúncia das palavras, embora mencione frequentemente as ‘letras’; “Etymologia”, em que trata das classes de palavras; “Syntaxe”, em que trata da coordenação e subordinação de palavras e proposições; e, por fim, “Orthografia”, em que trata da forma como as palavras são escritas. Não são

⁵⁸ Parreira, entretanto, analisou a edição de 1906, mas considerou o ano de publicação da primeira edição, de 1875. Assim, de acordo com sua tese, a gramática de Freire teria rompido com os métodos “filosóficos” antes da gramática de Ribeiro (1881), o que nos parece um equívoco derivado dessa escolha da edição.

feitas referências a outros textos (salvo a referência a Sotero dos Reis, que já comentamos), nem há opiniões do autor sobre outras gramáticas brasileiras do período.

3.1.2.5 *Grammatica Portuguesa* (1881), de Ribeiro

Filho de um cidadão norte-americano e de uma brasileira, Júlio César Vaughan Ribeiro nasceu em 1845, na cidade de Sabará, em Minas Gerais. Em 1862, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde seguiu três anos do curso da Escola Militar, deixando-o ao meio para se dedicar ao magistério e ao jornalismo. Foi nomeado de professor de latim no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo. Deu aula em diversas escolas do interior do estado de São Paulo, como o Culto à Ciência, de Campinas. Morou também em Lorena, Sorocaba, Campinas, Capivari e Santos. Já no fim da vida, quando o Brasil tornou-se república, Ribeiro foi nomeado professor de retórica do Instituto de Instrução Secundária. Escreveu dois textos gramaticais, a **Grammatica Portuguesa**, de 1881, e a **Nova Grammatica de Lingua Latina**, que ficou inacabada e foi publicada em edição póstuma, em 1895. Sua gramática é dada como aquela que promoveu a primeira ruptura epistemológica na gramática efetivamente brasileira do português (cf. Maciel 1910, Nascentes 1939, Elia 1975, Cavaliere 2001).

Além de jornalista, Ribeiro foi proprietário e diretor de diversos jornais: o *Sorocabano* (1870-72), *A Procelária* (1887) e *O Rebate* (1888). Com fama de temido polemista, Julio Ribeiro escreveu as *Cartas Sertanejas*, as quais saíram ao longo de 1885 no *Diário Mercantil* como resposta a artigos que saíram no jornal *A Província*, da autoria de “Demócrito”. Nas *Cartas Sertanejas* ele responde a diversos ataques à sua gramática e às filosofias ou teóricos que defendia. Julio Ribeiro respondia a essas críticas tanto com a resposta à questão que lhe faziam quanto com desmoralizações de seu oponente por meio do apontamento de seus erros de português.

Escreveu também os romances: **O padre Belchior Pontes** (1876-1877) e **A Carne** (1888). Este último, um romance naturalista, foi duramente criticado na época, por conta de suas acentuadas descrições sensuais. De uma dessas críticas surgiu a *Polêmica Célebre* entre Julio Ribeiro e o Padre Senna Freitas, na qual, além de trocarem diversas ofensas, o gramático acaba por analisar os erros sintáticos do padre.

Em suas *Cartas Sertanejas*, pode-se encontrar um perfil de Julio Ribeiro por ele mesmo, que resumimos a seguir. Ribeiro dizia-se ateu, embora já tivesse sido católico e presbiteriano, seria também republicano e intransigente (cf. Ribeiro 2007:15). Tinha a

tese de que um bom político devia ser “cientificamente preparado”, o que significava ter conhecimentos, ao menos elementares, nas seguintes áreas:

“mathematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psykologia-moral. Deve ter boas noções de arithmetica, de algebra, de geometria, de mekhanica, de cosmologia, de astronomia sideral e planetária, de geodesia, de geographia physica, de geologia, de mineralogia, de paleontologia, de botanica, de zoologia, de anatomia, de histologia, de linguistica, de historia e geographia-historica, de industria, de arte, de litteratura, de sociologia, de legislação, de politica” (Ribeiro 2007:23)

Acusa os bacharéis (ou, ao menos, a maioria deles) de metafísicos, o que, na concepção de Ribeiro quer dizer atrasado. Naquele período, o prestígio dos formados nas Faculdades de Direito era tal que eles eram a grande maioria dos políticos brasileiros, como afirmamos anteriormente.

Em alguns momentos de sua obra, recorrerá novamente à noção de ‘metafísica’, sempre num sentido negativo (para mais detalhes, ver adiante a análise do *termo externo* ‘metafísica’). Ribeiro faz menções a outros gramáticos brasileiros e alguns portugueses. Dentre os primeiros, estão Moraes Silva, Freire da Silva e Sotero dos Reis, a respeito dos portugueses, cita Argote.

Na primeira edição, a gramática de Ribeiro é composta por dois capítulos principais, um chamado “Lexeologia”, em que apresenta a descrição da fonologia, das classes de palavras e morfologia, e outro “Syntaxe”, em que faz o tratamento da sintaxe. Há também um capítulo introdutório, no qual ele define gramática. Na segunda edição há também um prólogo em que Ribeiro apresenta suas principais fontes teóricas, os abandonos em relação à primeira edição e também algumas críticas em relação à maneira “metafísica” que se fazia gramática anteriormente.

3.1.2.6 *Grammatica Descriptiva* (1894), de Maciel

Sacramento Blake (1906) descreve Maximino de Araújo Maciel (1866-1923) como um recém-formado em direito que se encaminhava para se formar em medicina.

Dr. Maximino Maciel – natural de Sergipe – Formado em medicina e em direito, professor cathedratico do Collegio Militar, membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, do Instituto Historico e Geographico de Sergipe.

Maciel publicou livros de química geral, agronomia e botânica — como as obras **Licções de botanica geral** (1901), **Noções geraes de agronomia** (1903), **Elementos de chimica geral** (1913 – 2ª Ed.) —, uma gramática e uma obra de filologia. A primeira

edição de sua **Grammatica Analytica** foi escrita tendo como parâmetro o **Programa de Estudos do Colégio Pedro II**, elaborado por Fausto Barreto, em 1887. A segunda edição, de 1894, bastante modificada, com o título de **Grammatica Descriptiva**, foi reeditada ainda mais sete vezes, até 1921 (cf. Moraes 1997), o que mostra o seu prestígio no período.

Maciel parece ser o caso de um gramático precoce, visto que publicou sua primeira gramática aos 21 anos, em 1887. Posteriormente, em 1894, na segunda edição da obra, modificará largamente o conteúdo lá presente, como ele mesmo diz no prólogo desta:

Em 1887 publicámos o nosso primeiro trabalho -- *Grammatica Analytica* em que, baseando-nos nas doutrinas modernas, concorresmos de algum modo para romper com a velha tradição, quebrando os antigos moldes em que vasava a grammaticographia. E certo que esse trabalho nosso a que alludimos, posto que houvesse sido acceito pelos competentes e exaltado pela imprensa, se resentia de muitos defeitos, devidos á transição em que se achavam as doutrinas d'então. Além disso, nós o escrevemos baseados mais no que havíamos lido do que na observação e até *experimentação* dos phenomenos da lingua, de sorte que actualmente discordamos de alguns pontos, graças á longa pratica do magisterio em que consolidamos o que sabíamos e adquirimos o que hoje se acha exarado no corpo dessa *Grammatica Descriptiva*. (Maciel 1902[1894]: VIII)

Assim, vemos que Maciel procurou desde a primeira edição de sua gramática, em 1887, renovar a tradição da gramaticografia brasileira do português. Essa atitude é similar em 1894, mas com o acréscimo da experiência pedagógica do autor juntamente com correções das partes que sofreram críticas.

Ademais, é interessante que no prólogo específico da terceira edição, consultada por nós, Maciel define qual deve ser o público específico de sua gramática:

Bem sabemos que para os que se iniciam na aprendizagem é pesada a nossa Grammatica e até inconveniente, desde que ao alumno não prescreva e limite o professor o que tem de ser estudado. [...] Mantemos por isso a mesma orientação, porque pode leccionar por qualquer compendio quem sempre se acha de possa da materia para saber dosal-a aos alumnos: no que se contitue o merito do professor. (Maciel 1902[1894]: V)

Sua obra, portanto, não era destinada exatamente a alunos, mas aos professores para que estes, por sua vez, repassassem os assuntos, seletivamente, aos alunos. A obra, na terceira edição, de 1902, é dividida em quatro seções de conteúdo gramatical, são elas: a “Phonologia”, que abarca ‘ortografia’ e ‘fonética’; a “Lexicologia”, que tem como alguns de seus objetivos a ‘morfologia’ e a ‘etimologia’; a “Syntaxologia”, que diz respeito ao tratamento da ‘sintaxe’; e, por fim, a “Semiologia”, em que trata de ‘semântica’ e ‘tropologia’. Em relação a essa divisão de conteúdos, Maciel parece ser bastante criterioso, pois critica a maneira como Ribeiro fez a divisão de sua gramática,

apenas em dois capítulos, como vimos anteriormente. Há também na **Grammatica Descriptiva** de 1902, um prefácio a atual edição, em que o autor menciona que houve correções em relação à segunda edição, e que, pela “probidade científica” citará todos os autores de quem tirar algum conteúdo, também critica brevemente aqueles que não fazem isso, sobretudo quando a fonte é sua própria gramática. Ademais, está presente nesta edição o “Prólogo” da segunda edição, no qual é mencionada a grande mudança ocorrida em relação à edição de 1887, e, por fim, um capítulo chamado “Noções Propedêuticas”, em que Maciel define noções mais gerais como ‘gramática’, ‘língua’ e mesmo ‘syntaxologia’ e outros.

3.1.3 Termos externos

Nesta seção analisamos os *termos externos* encontrados nas obras em duas categorias, a primeira refere-se ao português falado no Brasil, e, a segunda, a termos que pensamos poder ser sintomáticos do impacto de alguma tradição específica sobre essas obras gramaticais.

3.4.3.1 Relacionados ao português brasileiro

Como vimos anteriormente, ao longo do século XIX surgem diversas questões e mesmo debates acerca do português falado no Brasil. Reunimos nesta seção *termos externos* que encontramos nas obras que parecem ter alguma relação com a questão da percepção da diferença entre o português falado no Brasil e em Portugal.

3.1.3.1.1 Dialeto

O *termo externo* ‘dialeto’ é utilizado apenas por Maciel, na seção relativa à ‘syntaxe literária’, na qual ele trata de estilo e de vícios. O ‘dialeto’ se enquadra nesta segunda categoria, sendo uma ‘infração literária’ relativa à ‘pureza’ (cf. Maciel 1902:323). Adiante, apresentamos o trecho em que Maciel define o termo ‘dialeção’ para, em seguida, falar de quatro dialetos portugueses, sendo um deles o brasileiro:

“As modificações por que passa a lingua geral nas diversas zonas em que se fala dizem-se **dialectos**. Essas modificações se referem a prosodia, de significação e ao uso de termos

regionaes, isto é, apenas conhecidos em certas localidades. [...]A lingua portugueza conta quatro dialectos: a) O gallego [...] b) O açoriano ou africo [...] c) O indo-portuguez [...] d) **O brasileiro, que se fala no Brazil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construcção irregular, proprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex. : estar na janella, isto é para mim ver, vi elle entrar, a pessoa que eu falei com ella, tem missa hoje.** Muitas palavras têm significação differente da que se dá em Portugal, taes como : puxado (a uma casa), a obrigação (familia), babado (orla de saia), quitanda (venda de hortalica), azular (fugir), gererè (rede de pescar).” (Maciel 1902[1894]:324-5 – negritos nossos)

Nota-se que, em relação à sintaxe, o dialeto português apresenta “certos processos de construcção irregular”. Há cinco exemplos, no primeiro a preposição utilizada “em” estaria no lugar da preposição “a”; no segundo o pronome pessoal “mim” estaria em posição de sujeito, quando o correto seria o pronome “eu”; o terceiro exemplo é de uma situação semelhante, mas oposta, o pronome “ele” está em lugar de objeto, quando deveria estar o pronome “o”; o quarto exemplo é uma construcção específica com o pronome relativo; no último exemplo, o verbo “ter” estaria no lugar de “haver”. Dessa forma, quando Maciel apresenta o português falado no Brasil como um dialeto que contém construcções irregulares, ele parece estar de acordo com a noção de que existem certas “impurezas” ao menos na sintaxe do português falado no Brasil, as quais podem, como vimos no trecho citado, ser notadas em diversos contextos.

3.1.3.1.2 Caipira

Ribeiro, que com frequência cita o *termo externo* ‘caipira’ referindo-se à maneira como o português é falado por esse grupo social⁵⁹, é certamente o autor, dentre os seis analisados, que cita elementos declarados específicos do português brasileiro com mais frequência. O termo ‘caipira’ especificamente é mencionado em dois contextos diferentes, ambos positivos. O primeiro refere-se a relações entre a fala dos ‘caipiras’ e de um português mais antigo, do latim ou de outras línguas românicas, como se pode ver nos trechos citados abaixo:

373. A clausula substantivo começa sempre pela conjuncção *que*, ou pela preposição *de*, ou por uma palavra interrogativa. Nos escriptos classicos muitas vezes omitte-se a conjuncção, ex.: << *A grande reputação que Gil Vicente adquiriu entre seus contemporaneos e a celebridade que ainda hoje seu nome gosa entre os litteratos, juncto á singularidade de suas obras, PARECE DEVERIAM ter animado a algum zeloso de nossa litteratura a emprehender uma nova edição deste nosso antigo escriptor* (1) >>. **Os caipiras de S. Paulo praticam frequentemente a mesma omissão, dizendo : << Podia ELLE VIESSE hoje >>, etc.**(Ribeiro 1881:203-4)

⁵⁹ Provavelmente, Ribeiro refere-se aos moradores do interior do Estado de São Paulo, local onde viveu grande parte de sua vida.

Os caipiras, fieis aos usos arkhaicos da lingua, como sóe sel-o a gente do povo, exprimem-se de modo analogo ao dos francezes: põem claro um pronome que represente o sujeito neutro e impessoal dos verbos impessoaes. Dizem: << ELLE *chove muito lá*—ELLE *hai ainda algũas fruias*—ELLE *corre por ahi que o rei vem vindo* (1) >>. (Ribeiro 1881:257)

A preposição a liga-se por vezes ao nome que rege, de modo que fórma com elle um todo susceptível de ser regido por outra preposição, ex. : << *Vou de a pé*—*Andamos de a cavallo* >>. Estas locuções usadissimas entre nós pelos *caipiras* constituem um **romanicismo extreme**, que tambem se encontra no Hespanhol, ex. : << *Mozos de hasta veinte años*—*Rimas de a seis versos* >>. A construcção franceza do chamado artigo partitivo *du, de la, des* outra cousa não é sinão o mesmo romanicismo, ex. : << *Avec du sucre*—*Sans de la farine* >>. (Ribeiro 1881:263-4)

Nada, nenhum, ninguém, nunca empregam-se 1) sós na clausula si precedem o verbo, ex. : << NADA *tenho* —NENHUM *veio*—NINGUEM *vemos*—NUNCA *estudamos* >>. 2) reforçados por *não*, si estão depois do verbo, ex. : << NÃO *tenho* NADA—NÃO *veiu* NENHUM—NÃO *vemos* NINGUEM—NÃO *estudamos* NUNCA >>. 3) reforçados por *nem* em estylo familiar, ex. : << NÃO *vi festas*, NEM *nada*—NEM NENHUM *tenho*—NEM NINGUEM *veio*—NEM NUNCA *estudamos*>>. E’ este o uso actual da lingua : os classicos reforçavam com a negativa *não a nada, nenhum, ninguém, nunca*, estivessem muito embora antes do verbo, ex. : << *Para que* NINGUEM NÃO *saiba* >>. Empregavam ás vezes como reforço, sinão como pleonasmio, uma triplice negação, ex. : << Eu NÃO VOU NUNCA *á casa de* NINGUEM (1) >>. **Os caipiras dizem :** << NÃO *deixa de* NÃO *fazer mal*—NÃO *deixa de* NÃO *atrapalhar* >> em vez de << *Não deixa de fazer mal*—*Não deixa de atrapalhar* >>. O preceito de *grammatica latina*—*duas negativas equivalem a uma affirmativa*—preceito aliás falso em muitas construcções latinas, não passou para as linguas romanicas. (Ribeiro 1881:261)

No primeiro exemplo existe a correspondência entre a fala ‘caipira’ e “escritos clássicos” do português, como o trecho citado de Gil Vicente. No segundo trecho, é feita uma comparação entre a maneira de expressar o verbo impessoal “haver” dos caipiras e a forma como o verbo “avoir” está no francês. Por fim, o terceiro trecho destaca uma construção sintática utilizada pelos caipiras que seria um “romanicismo extreme”. Neste contexto, é possível observar que Ribeiro compara frequentemente a língua portuguesa falada especificamente pelos caipiras e as línguas românicas, o que, de certa forma, revela sua tendência para os estudos histórico-comparativos. Um ponto de destaque é que Ribeiro, diferente de Maciel, parece valorizar a fala caipira, ainda que ela não esteja de acordo com as regras do português falado em Portugal ou mesmo dos clássicos.

O segundo contexto em que a fala dos caipiras é citada é em simples descrição, sem a menção de que essas construções sejam irregulares, como vemos nos dois trechos abaixo:

Substituem tambem ter a haver, e dizem : << TEM *muita gente na egreja*—Agora TEM *muito peixe no tanque* >>. Este uso vai-se tornando geral no Brazil, até mesmo entre as pessoas illustradas. **Empregam ainda haver como synonymo de existir**, dizendo : << *No tempo da revolução eu ainda não* HAVIA—*Quando eu me casei, elle já* HAVIA >>. Só no imperfeito do indicativo é que usam deste verbo com esta accepção. (Ribeiro 1881:257)

O verbo *poder*, além de sua significação própria, tem também a de *ser possível* (2) : neste caso assume o kharacter de impessoal, ex. : << PÓDE *haver muitas mortes*, isto é, E' POSSIVEL *haver muitas mortes* >>. **Os caipiras accentuam muito esta significação, dizendo : << PÓDE *que chova*—PÓDE *que elles venham* >>.** (Ribeiro 1881:257)

Por fim, Ribeiro apresenta um contexto curioso para a fala dos caipiras, e, neste caso, também cita a fala de escravos, como aqueles que, por sempre terem escutado a língua portuguesa, falarem-na melhor do que estrangeiros que a estudaram longamente.

Não é pretensão do auctor que estas regras abranjam todos os casos possíveis do uso do subjunctivo. Este uso nas linguas arianas, mórmente nas indicas, hellenicis e italicis, é um verdadeiro Proteu : quando o grammatico julga tel-o sob si vencido, atado, captivo, eil-o que se escapa fremente, livre, indomavel. O uso do subjunctivo é uma cousa instinctiva, como que o producto de uma faculdade criada no individuo pelo meio linguistico que o rodeia desde a infancia. **Entre nós ouvem-se a escravos e a caipiras analphabetos formulas complicadas e correctissimas do subjunctivo portuguez, ao passo que estrangeiros litteratos, versados em grammatica e philologia, após longos annos de residencia no paiz, naufragam quasi sempre quando as têm de empregar.** (Ribeiro 1881: 238n)

3.1.3.1.4 Língua falada nas colônias

Morais Silva (1806) cita brevemente numa nota de rodapé da seção de tratamento da sintaxe de seu *Epitome* uma característica da língua falada nas colônias:

“Quando o verbo tem um termo da sua acção, e é a primeira pessoa, ou segunda, usamos de *me, te*; e sendo terceira pessoa usamos de *lhe* (b) [...] (b) O caso *lhe, e lhes* é termo, e não paciente: v. g. “*tomou-lhe a noite* com historias velhas; *tomou-o* a noite ali: » i. é, sobreveyo *lhe* naquelle lugar. [...] **Eu *lhe amo, lhe adoro*; são erros das Colonias; quero-*lhe* como á minha vida; sc. quero-*lhe* bem, como &c. é correcto.**”

O pronome “*lhe*” é, para Moraes Silva, ‘termo’ que é referente ao que hoje chamamos de objeto indireto, assim, utilizá-lo no local determinado para o pronome “*te*” que se refere ao ‘paciente’, que seria o objeto direto, seria um erro. Na única citação que Moraes Silva faz da língua portuguesa falada nas colônias, a qual, provavelmente refere-se ao Brasil, visto que pela sua biografia, Moraes Silva nunca foi a outras colônias de Portugal, ela é dada como erro, o que seria o mais comum na época, visto que não havia ainda gramáticas escritas por Brasileiros, pouco ou nada se falava sobre a distinção linguística do português falado nos dois países.

3.1.3.1.5 Brasil

Ribeiro, como já mencionamos, é o autor que mais vezes cita especificidades do português falado no Brasil. Quando fala do português falado por ‘caipiras’, a citação é

sempre positiva ou, minimamente, neutra. Já quando menciona o português falado no Brasil, existem citações com aspecto negativo, como vemos abaixo:

Como em Portuguese não se declinam os substantivos, a aplicação desta regra só se torna patente quando o sujeito é um pronome substantivo, ex. : << EU *vejo as arvores*—TU *queres pão* >>. Há a notar as seguintes excepções : 1) O pronome substantivo sujeito de um verbo no infinito dependente de um verbo no finito (1) põe-se em relação objectiva, ex. : << Eu *vi-o caminhar ás pressas*—*Deixa-o ir* >>. Esta syntaxe, commum a varias linguas romanicas, é tomada directamente do Latim, em o qual o sujeito do verbo no infinito vai para accusativo. **E' erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva ; diz-se, por exemplo, << Vi ELLE *caminhar ás pressas*—*Deixa ELLE ir* >>.** (Ribeiro 1881:228)

462. Toda a palavra que serve de objecto a um verbo põe-se em relação objectiva. Como em Portuguese não se declinam os substantivos, a aplicação desta regra só se torna patente quando o objecto é representado por um pronome substantivo, ex. : << Eu *o vejo*—*Queres-ME muito* >>. **Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos : ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas << Eu *vi elle*—*Espere eu* >>.** (Ribeiro 1881:230)

455. Os pronomes substantivos em relação adverbial nunca podem servir de sujeitos, nem mesmo nas phrases infinitivas que vêm depois de uma preposição. Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex. : << *Esta laranja é para EU comer* >>. **No Brazil pecca-se contra este preceito dizendo-se << Para MIM *comer*, etc. >>.** (Ribeiro 1881:228)

Os dois primeiros trechos tratam de um fenómeno linguístico semelhante ao que Maciel descreveu quando falou do ‘dialecto brasileiro’, o qual se refere à utilização do de uma forma pronominal que normalmente é colocada na posição de sujeito na posição de objeto. No terceiro trecho, vemos um fenómeno semelhante, já que o pronome que deveria servir em situações adverbiais aparece em posição de sujeito. Todos são tratados como erros. No segundo trecho é importante destacar que Ribeiro menciona que mesmo os “doutos” cometem tais erros. Em outros momentos, porém, apenas descreve a especificidade do português falado no Brasil, sem afirmar se ela é errada ou correta.

A verdade é que em taes construcções o verbo *haver* conserva-se transitivo, e assume o kharacter de verdadeiro verbo impessoal; e que não necessita mais de sujeito claro do que *chove*, *troveja*, ou outro qualquer.[...] **Substituem tambem ter a haver, e dizem : << TEM muita gente na igreja—Agora TEM muito peixe no tanque >>.** Este uso vai-se tornando geral no Brazil, até mesmo entre as pessoas illustradas. (Ribeiro 1881:256)

531. Não é a palavra de negação perfeita, ex.: << NÃO *posso* —NÃO *dou*—NÃO >>. **Em algumas provincias do Brazil, como Bahia, Minas, não duplica-se, ex. : << NÃO posso, NÃO. NÃO dou, NÃO >>.** Nas sentenças exclamativas *não* emprega-se como particula intensiva para reforçar a expressão, ex. : << *Quantos a estas horas NÃO estão mortos ! — Que poeta que NÃO era Da linda Ignez o cantor !* >>. (Ribeiro 1881:260)

2) Nas sentenças interrogativas pospõe-se o pronome sujeito ao verbo, ex. : << *Queres TU vir almoçar comigo?* >>. **Cumprer notar que, principalmente no Brazil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo sómente da inflexão da voz, ex. : << TU *queres vir almoçar comigo?* >>.** (Ribeiro 1881:221)

3.1.3.2 Relacionados a correntes teóricas

3.1.3.2.1 Arte

O termo ‘arte’ é usado em definições gerais de gramática desde a Antiguidade. Esse uso, por exemplo, se encontra nas gramáticas de Donato (século IV antes de Cristo). Neste sentido, ‘arte’, que vem do latim ‘ars’, o qual, por sua vez, é tradução do grego ‘téchné’, tem um significado próximo da ideia de “manual”. Assim, a ‘arte’ teria, em sua origem, um significado aproximado de um objeto relacionado ao ensino, sobretudo o ensino prático.

Observamos o termo na definição de ‘gramática’ de alguns dos autores. No caso de Morais Silva e Coruja, cuja definição é bastante similar, o sentido de ‘arte’ parece ser o de manual.

grammatica é uma arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras. (Morais Silva 1806)

grammatica é uma arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras. (Coruja 1873[1835])

Já Sotero dos Reis e Freire da Silva, este muito possivelmente inspirado naquele, embora mantenham esse significado, também opõe ‘arte’ a ‘ciência’, visto que essa se refere a ‘gramática geral’ (como veremos adiante, na análise do *termo externo* ‘ciência’), enquanto aquela é relacionada à ‘gramática particular’.

A *Grammatica Particular* é a arte de aplicar aos princípios imutaveis e geraes da palavra as instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua. (Freire da Silva 1875:5)

A *Grammatica Particular* é a arte de aplicar aos princípios imutaveis e geraes da palavra as instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua. (Sotero dos Reis 1871:V-VI)

Sotero dos Reis leva a discussão sobre essa oposição adiante e cita um trecho da *Encyclopédie* que ele atribui a Du Marsais:

Tal é a bella e succinta definição que nos dá da Grammatica com a distincção sobredita o profundo grammatico Du Marsais, que a fundamenta com as seguintes razões, que para aqui transcrevo [...] “A **Grammatica Geral é uma sciencia**, porque tem por objecto a especulação razoada dos **princípios imutaveis e geraes da palavra**; a **Grammatica Particular é uma arte**, porque respeita a **aplicação pratica das instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua aos principior geraes da palavra**. A sciencia grammatical é anterior a todas as linguas, porque seus princípios são de eterna verdade, e supõem a possibilidade das linguas: a arte grammatical pelo contrario é posterior ás linguas, porque os usos destas devem preceder á sua aplicação artificial aos princípios geraes. Não obstante esta distincção da sciencia e da arte grammatical, não pretendemos insinuar que se deva ou possa separar o estudo de uma do de outra. **A arte nenhuma certeza poderá dar á prática, si não for esclarecida e dirigida pelas**

luzes da especulação; a sciencia nenhuma consistencia poderá dar á theoria, si não observar os usos combinados e as diferentes praticas, para levar-a por grãos a generalisação de princípios. Mas nem por isso é menos razoável distinguir uma da outra; assignar a cada uma seu objecto próprio; prescrever-lhe os respectivos limites, e determinar-lhes a differença.” (Sotero dos Reis 1871:V-VI – negritos nossos)

Nesta definição vemos que ‘arte’ e ‘ciência’ não são apenas opostas, mas também dependentes. Funcionam, de certa forma, como uma “dicotomia”, visto que a ‘arte’ deve ter os pressupostos teóricos da ‘ciência’ da mesma forma que esta precisa dos elementos prático dessa.

Ademais, Sotero dos Reis também menciona o termo ‘arte’ quando cita a definição de ‘gramática’ da *Grammaire* de Port-Royal, no seguinte trecho:

“N.B. – A Grammatica de Port Royal, generalizando define a Grammatica: “Arte de fallar” Esta é a definição de Grammatica mais concisa que conhecemos porque, Fallar, abrange tudo o mais.” (1877:VII).

A citação de Port-Royal feita pelo gramático maranhense corresponde apenas à primeira frase do prefácio da *Grammaire*. Em seguida, lá se diz: “*Falar é explicar os pensamentos por meio de signos que os homens inventaram para este fim*”, estes signos podem ser de observados por seu material, o som ou a escrita, ou por sua função, expressar os pensamentos. Assim, diferentemente do que há na citação da *Encyclopédie*, não existe na *Grammaire* uma oposição clara entre ‘ciência’ e ‘arte’. Dessa forma, Sotero dos Reis parece estar entre duas maneiras de significar o termo ‘arte’.

Ribeiro e Maciel não utilizam o termo ‘arte’.

3.1.3.2.2 Ciência

O termo ‘ciência’ é mencionado por Sotero dos Reis e Freire da Silva. Ambos definem a ‘gramática geral’ como uma ‘ciência’. Ademais, como vimos anteriormente, Sotero dos Reis cita o trecho da *Encyclopédie* em que essa oposição e dependência, entre ‘arte’ e ‘ciência’ aparece.

A Grammatica Geral é a sciencia dos principios immutáveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as linguas. (Sotero do Reis 1871[1866]:V-VI)

A partir desses trechos, pode-se inferir que o significado dado ao termo ‘ciência’ nessas duas gramáticas refere-se ao que é imutável e geral, em oposição ao que seria arbitrário e usual, características essas da ‘arte’.

Ribeiro também menciona o termo ‘ciência’ no trecho abaixo:

A generalidade dos grammaticos, não admittindo clausula principal sem verbo no indicativo, explicam estas construcções por meio de ellipses. E’ uma doutrina metaphysica que a sciencia já não acceita hoje: as theorias deduzem-se dos factos, e não os factos das theorias. (1881:238)

Ribeiro, assim, parece opor a ciência contemporânea a ele à ‘metafísica’, termo que analisamos adiante.

3.1.3.2.3 Metafísica

O termo externo ‘metafísica’ é mencionado somente por Ribeiro. O nosso interesse nele se vale porque o autor normalmente relaciona o termo a procedimentos de descrição gramáticos utilizados por gramáticos anteriores a ele. Abaixo, vemos quatro trechos em que o termo ‘metafísica’ aparece, ao longo do tratamento da sintaxe:

A generalidade dos grammaticos, não admittindo clausula principal sem verbo no indicativo, explicam estas construcções por meio de ellipses. E’ uma doutrina **metaphysica** que a **sciencia** já não acceita hoje : as **theorias** deduzem-se dos **factos**, e não os **factos** das **theorias**. (1881:238)

Tambem não passa de subtileza **metaphysica**, condemnada pelos **factos linguisticos**, a explicação que desenvolvidamente dá **Sotero dos Reis**. (1881:256)

Como a de **Sotero** pecca ainda por **metaphysica** e falsa a doutrina de Moraes, exposta pelo sr. Dr. Freire da Silva. (1881:256)

Subtilezas só engendram confusão: em **metaphysica** cada qual discreteia a seu modo, e há sempre tantas sentenças quantas são as cabeças. (1881:291)

Nota-se que ‘metafísica’ é um termo negativo, de acordo com a concepção de Ribeiro, assim, quando esse termo é utilizado para se referir a gramáticos do passado, sua atitude é de ruptura, como veremos mais adiante, ao falar de *escolha de retórica*. Como sabemos, esta gramática de Ribeiro é considerada como aquela que promoveu uma ruptura importante na gramaticografia brasileira do português, assim, seria esperado que houvesse críticas a gramáticas anteriores.

Embora estudemos a primeira edição da obra neste trabalho, expomos um trecho do prólogo à segunda edição da gramática de Ribeiro, em que ele opõe a ‘metafísica’ aos ‘fatos’: “as antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua” (Ribeiro [1884]1900:I).

Essa oposição já podia ser notada anteriormente, nos trechos da primeira edição a que aludimos. Como veremos adiante, a gramática de Ribeiro, segundo ele próprio, trata de *factos*, assim, ela também estaria em oposição à metafísica.

3.1.3.2.4 Fatos e Normas

Ribeiro apresenta o *termo externo* ‘fatos’ em diversos momentos. Um deles é na definição de gramática e de outros tipos de gramática:

Grammatica é a exposição methodica dos **factos** da linguagem. (p.1)

Grammatica geral é a exposição methodica dos **factos** da linguagem em geral.

Grammatica particular é a exposição methodica dos **factos** de uma lingua determinada.

Grammatica portugueza é a exposição methodica dos **factos** da lingua portugueza. (p.2)

É claro que sua gramática irá, então, tratar de ‘fatos’. Como vimos anteriormente, de acordo com Ribeiro (1881), as gramáticas anteriores tratavam muitas vezes de ‘metafísica’ e, assim, a declarada oposição de Ribeiro às gramáticas anteriores pode, dentre outras formas, ser simbolizada pela oposição entre esses *termos externos*.

Ademais, Ribeiro elogia doutrinas que, segundo ele, deduzem-se ‘fatos’, como se pode ver nesse trecho em que ele cita F. Diez, importante romanista alemão: “*Esta é a doutrina de F. Diez, deduzida dos factos, positiva, simples, satisfactoria.*” (1881:241)

Mas não é somente Ribeiro que utilizará esse *termo externo*. Maciel também o utiliza para definir gramática, como se pode ver nos trechos adiante:

gramática é a systematização logica dos **factos** e **normas** de uma lingua qualquer. [...] Grammatica descriptiva, que tambem se diz expositiva, é a systematização organica dos **factos** e **normas** próprios de uma lingua, isoladamente considerada. Grammatica portugueza é a systematização organica das **normas** e **factos** da lingua portugueza, isoladamente considerada. Grammatica historica é a systematização das normas e factos da lingua desde a sua origem até nossos dias, isto é, aquella que trata da evolução da lingua nos seus diversos períodos de formação. Grammatica comparativa é a systematização das **normas** e **factos** de duas ou mais linguas comparadas entre si, isto é, nas suas diversas relações e divergencias. (Maciel (1902[1894]:1-2 – negritos nossos)

Similarmente a Ribeiro, Maciel define as gramáticas como uma sistematização de ‘fatos’, por outro lado, acrescenta também as ‘normas’. Os ‘fatos’ pelo que veremos nos trechos abaixo, parecem se referir aos fenômenos linguísticos eles mesmos, já as ‘normas’, por conta do teor gramática de Maciel, nos parece referirem-se à norma linguística padrão, o que identificaria a gramática de Maciel como prescritiva.

Outros trechos em que Maciel utiliza o termo ‘fato’ nos mostram, por um lado que, como Ribeiro, ele dizia dar primazia aos fatos, e, por outro, que desconsidera a noção de figuras porque, naquele momento, elas eram também fatos linguísticos.

Alguns professores, sem minimo fundamento, reputam erroneas taes construcções, como si a grammatica não fosse o registro dos **factos da lingua** (1902:267n)

Comquanto lhes seja improprio o nome de figuras, por serem **factos** syntacticos proprios ao estylo individual, entretanto persiste-lhes o titulo por ter a sancção do tempo e do uso geral. (1902)

Assim, no que diz respeito aos ‘fatos’, Ribeiro e Maciel têm uma concepção similar. Já no caso de ‘normas’, o fato de Ribeiro não apresentá-la como parte da gramática pode ser sintomático da sua própria noção de ‘gramática’ (ver adiante).

3.1.3.2.5 Lógica

Maciel (1902) utiliza o termo ‘lógica’ ao menos três vezes em sua gramática. Entretanto, os significados do termo parecem ser diferentes a cada uma dessas vezes. Por exemplo, no primeiro trecho, citado adiante, o adjetivo ‘lógica’ parece referir-se a algum tipo de organização:

gramática é a systematização **logica** dos factos e normas de uma lingua qualquer. (Maciel 1902[1894]:1-2 – negritos nossos)

Já no segundo, parece referir-se a concepção de que existem dois níveis da linguagem, sendo o conceito lógico aquele em oposição ao exterior.

Prova de que analyse attende mais a forma exterior da proposição do que ao seu conceito **lógico**. (Maciel 1902[1894]:235 – negritos nossos)

Por fim, prefere o *significante* ‘proposição’, pois este estaria mais de acordo com as ‘teorias da lógica’. Resta saber, porém, de que lógica Maciel fala, visto que na própria **Grammaire de Port-Royal** e na **Lógica de Port-Royal** o termo utilizado é também ‘proposição’.

As proposições tambem se dizem *clausulas, phrases, sentenças* ou *orações*, mas todos esses termos se devem substituir pelo de *proposição*, por ser este mais geral e estar mais de accordo com as **theorizações da logica** (nota: Alem disso, o termo *oração* se refere mais a um discurso

inteiro, a uma sucessão de períodos: *phrase* a uma expressão peculiar á indole de uma lingua: *clausula* á contextura dos contractos juridicos). (Maciel 1902[1894]:279)

3.1.3.2.6. Orgânico e organismo

Os *termos externos* ‘orgânico’ e ‘organismo’ são mencionados somente por Maciel. Como se sabe, este é um termo relevante no século XIX, que, de acordo com Davies,

Organic” and “organism” in nineteenth-century linguistics have often been discussed. The meaning of the words varies according to the authors and often within works of the same author. Organism can be understood in a number of ways. People can refer to the living and developing aspect of the linguistic entity; they can stress the organized nature of the whole, where the emphasis is on the whole as different from the sum of its parts (if this is a meaningful statement); they can concentrate on the functional aspect of the constitutive parts of the organism. (Davies 1987:82)

Maciel utiliza o *termo externo* ‘organismo’ num contexto bastante específico, que é o da proposição. Assim, nos três trechos citados abaixo, a expressão destacada é “organismo da proposição”:

Seis são as funções das palavras ou expressa no **organismo da proposição**, a saber : A) Função *subjectiva*, B) Função *predicativa*, c) Função *attributiva*, D) Função *objectiva*, E) Função *vocativa*, F) Função *adverbial*. (1902:225)

Syntaxe relacional é o tractado das funções e relações das palavras, isto é, da sua concordancia e posição no **organismo da proposição** simples. (225)

Concordancia é a conformidade das flexões das palavras no **organismo da proposição**. (247)

Chamam-se figuras syntacticas as modificações que, aparentemente irregulares, ocorrem no **organismo das proposições**, para maior efeito e elegancia da expressão. (1902)

Nota-se que o *termo* ‘organismo’ está, portanto, estritamente ligado à noção de ‘proposição’. Ao passo que o adjetivo ‘orgânico’ é mencionado em dois contextos, o primeiro é relativo à definição de dois subtipos de ‘gramática’, a ‘descritiva’ e a ‘portuguesa’; o segundo contexto refere-se a proposição:

Grammatica descriptiva, que tambem se diz expositiva, é a **systematização organica dos factos e normas** próprios de uma lingua, isoladamente considerada. Grammatica portugueza é a **systematização organica das normas e factos** da lingua portugueza, isoladamente considerada.

“O **princípio organico da construcção** funda-se na atração exercida pelo verbo sobre as demais palavras da proposição.” (p.291)

O termo ‘organismo’ parece se aproximar da segunda definição que Davies apresenta, como a natureza organizada de um total, quando o total é diferente da soma de suas partes. Da mesma forma, é possível notar um *significado* similar no termo ‘orgânico’ que se refere ao “princípio orgânico da construção” de uma proposição. Quando o termo ‘orgânico’ aparece nas definições dadas para dois subtipos de ‘gramática’ parece se referir ao último significado apresentado por Davies (1987), isto é, a concentração na parte funcional das partes constitutivas do organismo.

3.1.3.2.7 Teórica geral das línguas

Morais Silva (1806), ao justificar ‘concordâncias’ e ‘regências’ que eram apenas *aparentemente* irregulares, visto que eram ‘figuras’, menciona o uso dos “bons autores” e também a “theorica geral das Linguas”, como se pode ver no trecho adiante:

Estas são as concordancias regulares, e naturaes dos nomes c’os adjectivos, e c’os verbos; outras concordancias ha de nomes no singular com adjectivos no plural, e com verbos no plural; e dos adjectivos em diversos generos; dos verbos em diversas pessoas das expressas nas sentenças, as quaes concordancias dão á cõposição apparencias, ou figuras irregulares; mas não o são, sendo usadas dos bons autores, e fundadas na **theorica geral das Linguas**; chamão se pois as taes concordancias *Figuradas*, de que direi no Capit. segundo (a) , e ahi mesmo das *regencias figuradas*. (Morais Silva 1806)

Quando Moraes Silva justifica as figuras por meio de uma ‘teórica geral das línguas’, de certa forma, é possível encaixá-lo numa tradição que, em primeiro lugar, determina haver algo de geral nas línguas e, em segundo lugar, por meio desses aspectos gerais justifica ou explica as irregularidades da língua. Mais adiante, quando as ‘figuras de syntaxe’ forem estudadas, no item X, esse tema será visto em maior detalhe.

3.2 Capa teórica

3.2.1. Escolha de retórica

Neste item, apresentamos os diálogos dos autores com a tradição, seja sob a forma de crítica ou de concordância. Como foi mencionado no capítulo de metodologia,

utilizamos a noção de *escolha de retórica* de Murray (1994) para fazer essa análise, distinguindo a *retórica de continuidade* da *retórica revolucionária*. Tal análise procura nos oferecer alguns índices da percepção dos próprios autores acerca de suas obras e do lugar delas no amplo conjunto de trabalhos produzidos sobre a língua ao longo do tempo.

3.2.1.1 Morais Silva (1806)

A epígrafe do *Epítome* de Morais Silva, que é uma citação de Condillac, adianta aspectos das críticas de Morais Silva a gramáticas do português que continham reflexões provenientes de gramáticas latinas, algo que era, como vimos ao tentar reconstruir um contexto mais geral, comum no período (a chamada “gramática latina estendida” (cf. Auroux 1992).

Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'après les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu'autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours.⁶⁰ (Morais Silva 1806:II)

Essa crítica repete-se na seção introdutória, onde o autor menciona a descrição do nome com base nos casos Nominativo, Genitivo, Dativo, Acusativo etc. Comentários a esse respeito aparecem tanto nas seções introdutórias como no tratamento da sintaxe:

além de que são idéyas falsas dizer, que há genitivos, dativos &c. em Portuguez, tambem seriam falsas noções as que se desse de correspondencias entre o Latim, e o Portuguez. (p.IV).

Alias que quer dizer: tal nome, adjectivo, verbo, ou preposição rege em Portuguez genitivo, dativo, accusativo? Isto é dar idéyas falsas, porque não temos táes casos; e se o quizermos explicar por meyo dos casos Latinos, e seus usos, daremos outras ideyas falsas, e explicaremos o que se ignora, e é difficil, por meyo de outras coisas mais ignotas, e difficeis: e com tudo os nossos Gramma ticos reconhecendo, que não temos casos, todos torpeçarão nos Nominativos, Genititivos, Dativos, &c. (Morais Silva 1806:102-103n)

Uma segunda crítica de Morais Silva a gramáticos anteriores é o excesso de conjugações, em detrimento de uma explicação mais detalhada da sintaxe:

Quase todos os Grammaticos, que tenho visto, engrossão os seus livros com conjugações: as regras da composição, parte tão principal das Grammaticas, reduzem nas a muito poucas. Eu

⁶⁰ Referência fornecida por Morais Silva: “Condillac, Gramm. p. 2. chap. 21. note (*) pag. 205, édit. de 1780, à Genève.”

cuido que te expliquei esta parte da Grammatica com assás curiosidade, propondo-te o que nella é mais recondito, e m~uitos exemplos dos bons autores [...]. (Morais Silva 1806:IV)

Mas o autor não apenas critica, também acata um conjunto de ideias disponíveis no contexto de produção da obra. Assim, pode-se ver também no capítulo intitulado “Ao leitor benévolo”, que Moraes Silva concorda com as propostas de alguns autores, como, por exemplo Condillac, ao menos no que diz respeito à crítica mencionada. Outros autores citados de forma positiva são Bispo Lowth (*Short Introduction to the English Grammar*), Dr. Priestley e Mr. Wailly, os quais, segundo Moraes Silva, exemplificam em trechos de Clássicos tanto o que consideram correto, como o que consideram errado na língua descrita.

Fala também de descritores da língua portuguesa anteriores a ele, dando especial destaque a Duarte de Nunes de Leão por sua descrição do ‘artigo’:

“Nenhum Grammatico, á excepção de Duarte Nunes do Lião (nota: na Ortografia da Lingua Portuguesa, pag. 306 e seg. da edição de 1784) te diz quando debes usar do artigo, e quando omitti-lo.” (p. III)

3.2.1.2 Coruja (1873[1835])

Coruja, diferente da maioria dos autores de que tratamos, não apresenta críticas ou elogios a determinados autores em sua gramática. Entretanto, ao longo da gramática de Coruja é possível encontrar citações positivas do gramático português Soares Barbosa (1822) e do brasileiro Moraes Silva (1806), o que indica que ao menos esses dois autores faziam parte de seu *horizonte de reflexão*.

3.2.1.3 Sotero dos Reis (1866)

Sotero dos Reis, nos prolegômenos presentes apenas a partir da segunda edição (1871), dialoga positivamente com a gramática filosófica francesa, ao menos no que diz respeito a *Grammaire* de Port-Royal e Du Marsais, afirmando que possuem boas definições de ‘gramática’. É de se notar que Sotero dos Reis em alguns momentos expõe duas formas de se analisar um mesmo fenômeno linguístico (ver capítulo 4), o que demonstraria que possuía um vasto conhecimento da área.

3.2.1.4 Freire da Silva (1875)

De forma semelhante a Coruja, Freire da Silva pouco ou nada fala de autores ou gramáticas anteriores. Em verdade, sua maior influência, ao menos no tratamento da sintaxe seria Sotero dos Reis, já que ele assume logo na capa de seu *Compendio* que ele consta:

“na parte Logica ou Discursiva de um resumo de Etymologia e Syntaxe extrahido com algumas alterações e acrescimos da Grammatica Portugueza de Francisco Sotero dos Reis” (Freire da Silva 1875)

Assim, as similaridades entre Freire da Silva e Sotero dos Reis, no que diz respeito ao tratamento da sintaxe, são frequentes. Sua retórica, portanto, seria predominantemente de *continuidade*.

3.2.1.5 Ribeiro (1881)

Julio Ribeiro (1881), da mesma forma que Moraes Silva, inicia sua gramática com epígrafes que revelam como será sua escolha de retórica no restante de sua obra:

Tentei ensinar aos meus naturaes o que eu de outrem não pude apprender. DUARTE NUNES DE LEÃO.

Pour les langues, la méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation. – Rien n’est explicable dans notre grammaire moderne si nous ne connaissons notre grammaire ancienne. LITTRE.

Na primeira epígrafe, Ribeiro apresenta-se como similar a Duarte Nunes de Leão, autor da frase citada, no que diz respeito a originalidade. É importante ressaltar que Duarte Nunes de Leão foi o primeiro a sistematizar a ortografia do português enquanto língua vernacular, em sua *Ortografia da Lingua Portugueza*, de 1606. Na segunda epígrafe, citação de Émile Littré, Ribeiro apresenta elementos da corrente de estudos linguísticos que está seguindo, isto é, que a análise da língua atual deve ter como premissa o estudo de seu passado.

Ao longo de sua gramática muitos gramáticos portugueses e brasileiros serão mencionados, por vezes com elogio, outras vezes, sendo criticados. Adiante citamos alguns desses trechos:

Tambem não passa de **subtileza metaphysica**, condemnada pelos **factos linguisticos**, a explicação que desenvolvidamente dá Sotero dos Reis [...] Como a de Sotero pecca ainda por **metaphysica** e falsa a doutrina de Moraes, exposta pelo sr. Dr. Freire da Silva. (Ribeiro 1881:256)

Em quatro momentos ao longo da gramática, o estudioso da linguagem menciona, em tom pejorativo, certa abordagem ‘metafísica’ dos fatos gramaticais:

“Esta é a **doutrina de F. Diez**, deduzida dos **factos, positiva, simples, satisfactoria**. As regras cerebrinas que na diferença de sujeitos baseiam **Soares Barbosa, Sotero** e cem outros, só servem para gerar **incerteza no espirito de quem estuda**. Segundo taes regras os escriptos de **Camões, de Frei Luiz de Souza, de Vieira, de Herculano**, estão inçados de erros !!!” (Ribeiro 1881:241)

Ademais, neste trecho, como nos observados acima, é possível encontrar críticas a diversos gramáticos da língua portuguesa, brasileiros e portugueses. Dois deles são também estudados neste trabalho, Moraes Silva e Sotero dos Reis. Os outros citados de forma negativa são: Jerônimo Contador de Argote (1676-1749), Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), Augusto Freire da Silva (1836-1917), Vergueiro e Pertence (gramática de 1861).

Por outro lado, recorre, de forma positiva, muitas vezes ao gramático do português, de nacionalidade suíça, Adrian Grivet (obra de 1861), e também ao filólogo português Francisco Adolpho Coelho (1849-1919). É comum ver referência positiva a autores alemães, como Friedrich Diez (1794-1876) presente no trecho acima, e a autores franceses.

3.2.1.6 Maciel (1902[1894])

Maciel, de forma semelhante a Ribeiro, reclama por algo novo que ele acredita que sua gramática veicula, por outro lado, menciona sua filiação a determinados autores:

A nossa grammatica pode não prestar, mas a orientação é inteiramente differente do que se tem publicado sobre grammatica portugueza, e a maior parte dos pontos, quasi toda a doutrina, estão consolidados por auctores de nomeada. (Maciel 1902:VII)

A menção de quem são esses autores vêm ao longo da gramática, quando estão relacionados ao tema de que Maciel fala. Ainda eu seu Prólogo à segunda edição (1894), o gramático critica gramáticas em que os próprios autores criam os exemplos:

É um dos maiores defeitos e até falta de critério formular o auctor a regra e fazer o exemplo; o que largamente tem contribuido para o divórcio entre a grammatica e os phenomenos da linguas, quando aquella deve ser o codigo, o registro em que esses se achem consignados.

Neste comentário pode-se observar também a assunção de Maciel de que os fatos ou fenômenos linguísticos vêm antes da análise ou descrição e que essa ordem deve ser respeitada. Esse tipo de argumento será utilizado por diversas vezes na gramática, como pudemos ver na análise o *termo externo* ‘fato’. Maciel reclama originalidade mesmo em relação a Ribeiro, quando diz, por exemplo, que divide sua gramática em quatro seções e não apenas duas. O plano sinóptico de Maciel era composto por Fonologia, Lexiologia, Syntaxologia e Semiologia.

A maior parte dos grammaticos e professores seguem a divisão da grammatica em *morphologia* e *syntaxologia*, de accordo com o que estatuiu o prof. Julio Ribeiro, a quem não damos razão neste ponto e por isso persistimos na nossa divisão, conforme o nosso plano synoptico. (Maciel 1902:3).

Ademais, ao longo do tratamento da sintaxe, há algumas críticas em relação a gramáticas do passado, sem, porém, que Maciel, diferentemente de Ribeiro, mencione muitas vezes que obras especificamente critica.

3.2.2 Gramática, linguagem e Língua

Nesta seção, avaliamos os *termos* ‘língua’, ‘linguagem’ e ‘gramática’, tal como definidos nas partes introdutórias das obras selecionadas.

3.2.2.1 O termo ‘gramática’

3.2.2.1.1 As definições de ‘gramática’

Morais Silva (1806) apresenta como definição de ‘gramática’ a “*arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras*” (p.9). Ademais, em sua definição, apresenta um objeto preferencial de análise, a ‘sentença’, ao afirmar que: “[t]rata pois a Grammatica das Sentenças, (isto é, ensina a fazer proposições, ou sentidos perfeitos) e das diversas partes, de que ellas se compõem.” (p.9). Ao mesmo tempo diz que determinados elementos não devem ser objeto do estudo gramatical: “o

som contínuo não articulado, insignificante, não é objecto da Grammatica, nem o são palavras, ou particulas, que por si nada significão, como alguns chamão ao adverbio, interjeição, preposição, &c.” (p.9).

Coruja (1873[1835]:5), de forma mais breve, define ‘gramática’, afirmando, de forma semelhante a Morais Silva (1806), que ela “*é uma arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras*”.

Sotero dos Reis (1871[1866]), apenas na segunda edição, já póstuma, apresenta o seguinte conceito de ‘gramática’, numa citação proveniente da *Grammaire* de Port-Royal feita numa nota:

N.B. – A Grammatica de Port Royal, generalizando define a Grammatica: “Arte de fallar” Esta é a definição de Grammatica mais concisa que conhecemos porque, Fallar, abrange tudo o mais. (p. VII).

Nesta definição o autor retoma a introdução da *Grammaire* de Port-Royal. Que citamos adiante:

A Gramática é a arte de falar. Falar é explicar os pensamentos por meio de signos que os homens inventaram para este fim. Pode-se ver que os signos mais cômodos são os sons e a voz. Mas como os sons são passageiros, inventaram-se outros signos para torná-los duráveis e visíveis, que são os caracteres da escritura, aos quais os gregos chamam *γραμματική*, de onde vem o nome Gramática. Assim, podem-se considerar duas coisas sobre os signos. A primeira; sua natureza, isto é, sons ou caracteres. A segunda; sua significação, isto é, a maneira pela qual os homens se servem para expressar seus pensamentos.⁶¹

Freire da Silva define “*Grammatica* é o conjuncto dos principios que nos ensinam a exprimir com exacção nossos pensamentos, por meio da palavra.” (1875:5). E define sintaxe como “a parte da grammatica que ensina a coordenar as palavras e as proposições” (Freire da Silva 1875:6)

Julio Ribeiro (1881:1) define o conceito de ‘gramática’ mais concisamente como “*a exposição methodica dos factos da linguagem*”, citando o *Essentials of English Grammar* de W. D. Whitney (1827-1894), linguista norte-americano. Em seguida, o autor apresenta o que seria e o que não seria tarefa da ‘gramática’:

⁶¹ Em tradução nossa. O original: “La Grammaire est l’art de parler. Parler, est expliquer les pensées par des signes que les hommes ont inventées à ce dessein. On a trouvé que les plus commodes de ces signes étoient les sons & les voix. Mais parce que ces sons passent, on a inventé d’autres signes pour les rendre durables & visibles, qui sont les caracteres de l’écriture, que les Grecs appellent *γραμματική*, d’où est venu le mot de Grammaire. Ainsi l’on peut considérer deux choses dans ces signes. La premiere; ce qu’ils sont par leur nature, c’est-à-dire, en tant que sons & caracteres. La seconde; leur signification, c’est-à-dire, la maniere dont les hommes s’en servent pour signifier leurs pensées.” (Arnauld & Lancelot 1780[1660]:1-2)

“A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o único meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua língua.” (Ribeiro 1881:1)

Assim, observamos que Ribeiro não confere unicamente à ‘gramática’ o papel de difusor de bons usos, visto que esses bons usos podem ser aprendidos de outras maneiras.

Maciel (1902[1894]:1) define ‘gramática’ como “*a systematização logica dos factos e normas de uma lingua qualquer.*”.

Por fim, Maciel (1902[1894]), como já vimos, define como tarefas da ‘gramática’ a exposição de certos fatos linguísticos ao mesmo tempo apresentação de suas normas.

Ao observarmos esses dados, podemos analisar qual a concepção das tarefas e do estatuto da gramática dos autores selecionados num *nível retórico*. Num primeiro momento, apresentaremos uma breve análise dos dados recolhidos referentes à definição do termo ‘gramática’, tomado isoladamente. Em seguida, observamos cada um dos subtipos de ‘gramática’ que os autores assinalam e definem.

No quadro abaixo, tentamos delinear os traços de semelhanças e diferenças nos significados presentes nas definições de ‘gramática’ analisadas:

	Expressão do pensamento	Fatos	Normas
Morais Silva (1806)	+		
Coruja (1873[1835])	+		
Sotero dos Reis (1866)	+		
Freire da Silva (1875)	+		
Ribeiro (1881)		+	
Maciel (1902[1894])		+	+

Quadro 4 - Semelhanças nos *significado* de ‘gramática’

Assim, é possível ver que existe uma clara ruptura a partir de Ribeiro no que diz respeito à definição de ‘gramática’. Os autores anteriores, cada um a sua maneira, enfatizam que a gramática ensina um bom modo de realizar a expressão do pensamento.

Ao passo que Ribeiro e Maciel já a descrevem como a organização de fatos, e, no caso de Maciel, também as normas, da língua.

3.2.2.1.2 Taxionomia de gramática

Morais Silva (1806) afirma que há dois tipos de gramática, uma chamada ‘grammatica universal’, que “*ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas.*” (p.9), e outra, chamada ‘grammatica particular’, que “*applica os principios communs de todos os idiomas ao nosso, segundo os usos adoptados pelos que melhor o falão.*” (p.9).

Coruja (1873[1835]) não apresenta espécies de gramática. Sotero dos Reis, define a ‘gramática geral’ e a ‘gramática particular’.

A Grammatica divide-se em Grammatica Geral e Grammatica Particular. A Grammatica Geral é a sciencia dos principios immutáveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as linguas. A Grammatica Particular é a arte de applicar aos principios immutaveis e geraes da palavra as instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua. (Sotero do Reis 1871[1866]:V-VI)

A ‘gramática geral’, assim, é dada como uma ciência que se refere a princípios imutáveis referentes a todas as línguas, ao passo que a ‘gramática particular’ seria uma arte por aplicar esses princípios ao uso arbitrário de uma língua. Como um complemento da definição desse *conceito*, o gramático maranhense cita a tradução de trechos escritos, segundo ele, por Du Marsais, no artigo ‘gramática’ da *Encyclopédie*:

Tal é a bella e succinta definição que nos dá da Grammatica com a distincção sobredita o profundo grammatico Du Marsais, que a fundamenta com as seguintes razões, que para aqui transcrevo [...] “**A Grammatica Geral é uma sciencia**, porque tem por objecto a especulação razoada dos **princípios immutaveis e geraes da palavra**; a **Grammatica Particular é uma arte**, porque respeita a **applicação pratica das instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua aos principior geraes da palavra**. A sciencia grammatical é anterior a todas as linguas, porque seus princípios são de eterna verdade, e supõem a possibilidade das linguas: a arte grammatical pelo contrario é posterior ás linguas, porque os usos destas devem preceder á sua applicação artificial aos princípios geraes. Não obstante esta distincção da sciencia e da arte grammatical, não pretendemos insinuar que se deva ou possa separar o estudo de uma do de outra. **A arte nenhuma certeza poderá dar á prática, si não for esclarecida e dirigida pelas luzes da especulação; a sciencia nenhuma consistencia poderá dar á theoria, si não observar os usos combinados e as diferentes praticas, para levar-a por grãos a generalisação de princípios.** Mas nem por isso é menos razoável distinguir uma da outra; assignar a cada uma seu objecto próprio; prescrever-lhe os respectivos limites, e determinar-lhes a differença.” (Sotero dos Reis 1871:V-VI – negritos nossos)

Dessa forma, pela semelhança entre elas, nos parece que o *conceito* de ‘gramática geral’ e de ‘gramática particular’ apresentados por Sotero dos Reis são provenientes dessa citação de Du Marsais. Além disso, Sotero dos Reis acrescenta que a ‘gramática geral’ depende da ‘gramática particular’ e vice-versa, pois, em verdade, uma faz parte da outra. Há também de *definições* de ‘gramática portuguesa’ no texto de Sotero dos Reis (1871[1866]:VI):

Grammatica Portugueza, pois, é a arte de applicar aos princípios imutaveis e geraes da palavra os usos e idiotismos da lingua portugueza. *Grammatica Portugueza* tambem se pode definir a arte de fallar e escrever correctamente a lingua portugueza.

Uma delas seria a mesma definição de ‘gramática particular’, apenas especificada para a língua portuguesa. Outra trata do caráter normativo da gramática, ao dizer que ela é a arte de falar e escrever corretamente a língua portuguesa.

Julio Ribeiro (1881), apresenta três espécies de ‘gramática’. A ‘grammatica geral’, que é “*a exposição methodica dos factos da linguagem em geral*”, a ‘grammatica particular’, que é “*a exposição methodica dos factos de uma lingua determinada*”, e a ‘grammatica portugueza’, que “*é a exposição methodica dos factos da lingua portugueza.*”.

Por fim, Maciel (1902[1894]) distingue quatro tipos de ‘gramática’, ‘descritiva’, ‘portuguesa’, ‘histórica’, ‘comparativa’ e ‘geral’.

A grammatica póde ser *descriptiva*, *historica* e *comparativa*. **Grammatica descriptiva**, que tambem se diz expositiva, é a systematização organica dos factos e normas próprios de uma lingua, isoladamente considerada. **Grammatica portugueza** é a systematização organica das normas e factos da lingua portugueza, isoladamente considerada. **Grammatica historica** é a systematização das normas e factos da lingua desde a sua origem até nossos dias, isto é, aquella que trata da evolução da lingua nos seus diversos períodos de formação. Grammatica **comparativa** é a systematização das normas e factos de duas ou mais linguas comparadas entre si, isto é, nas suas diversas relações e divergencias. Ha tambem a **grammatica geral**, que se poderia chamar glossologia, isto é, o tratado das normas geraes e abstractas que se poderiam applicar á expressão do pensamento ou á linguagem (nota 1: MAX MULLER, *La science du langage*, pag. 4.) “Linguagem, diz Sayce, é a manifestação exterior do pensamento consciente. (nota 2: SAYCE, *Philologie comparée*, pag. 130.)” (Maciel (1902[1894]:1-2 – negritos nossos)

No quadro abaixo, pode-se ver, a *taxionomia* de espécies de ‘gramáticas’ separadas por *significantes*.

Morais Silva (1806)	Coruja (1873[1835])	Sotero dos Reis (1871[1866])	Ribeiro (1881)	Maciel (1902[1894])
Gramática Universal				
		Gramática Geral	Gramática Geral	Gramática Geral

Gramática Particular		Gramática Particular	Gramática Particular	
				Gramática Descritiva
				Gramática Histórica
				Gramática Comparativa

Quadro 5 – Subtipos de gramática separados por *significante*

Nota-se que os significantes ‘gramática geral’ e ‘gramática particular’ foram bastante difundidos ao longo do século. Já a ‘gramática universal’ de Morais Silva e as ‘gramáticas’, ‘descritiva’, ‘histórica’ e ‘comparativa’ de Maciel não tiveram tal alcance.

Quando, porém, observamos as semelhanças e diferenças entre os *significados* das espécies de ‘gramática’, chegamos ao seguinte quadro:

Morais Silva (1806)	Sotero dos Reis (1871[1866]) e Freire da Silva (1875)	Ribeiro (1881)	Maciel (1902[1894])	Significado
Gramática Universal	Gramática Geral			Princípios gerais de todas as línguas
		Gramática geral		Fatos de línguas em geral
			Gramática Geral	Normas gerais e abstratas expressão do pensamento -- Glotologia
Gramática Particular	Gramática Particular			Princípios gerais de todas as línguas aplicados a uma língua específica
		Gramática Particular	Gramática Descritiva	Fatos de uma língua específica
			Gramática Histórica	Fatos e normas da evolução da língua
			Gramática Comparativa	Fatos e normas de duas ou mais línguas comparadas entre si

Quadro 6 – Aproximações de *significados* dos subtipos de gramática

A ‘gramática universal’ de Morais Silva aproxima-se da ‘gramática geral’ de Sotero dos Reis, porém está distante da ‘gramática geral’ de Ribeiro e de Maciel, as quais são distintas entre si. Ademais, a concepção de ‘gramática particular’ de Morais Silva também se aproxima da de Sotero dos Reis, porém a noção de Ribeiro de

‘gramática particular’ estaria mais próxima da de ‘gramática descritiva’ de Maciel. Por fim, nenhum outro autor apresenta algo semelhante as ‘gramática histórica’ e ‘gramática comparativa’ de Maciel.

3.2.2.2 As definições e taxionomia dos termos ‘língua’ e ‘linguagem’

Morais Silva e Coruja não apresentam definições para ‘língua’ nem ‘linguagem’ em suas introduções, assim, como neste item tratamos especificamente de *definições*, as gramáticas não serão consideradas por ora.

Sotero dos Reis diz haver dois tipos de ‘linguagem’, a gestual e a de sons articulados, mas que sua obra se ocupa de apenas um tipo:

“D’ahi a divisão da linguagem em linguagem de sons articulados, a que consta de palavras, e linguagem de acção, a que consta de gestos. Escusado é dizer que a linguagem dos sons articulados é a unica que nos occupa neste tratado.” (Sotero dos Reis 1877:VIII)

Dessa forma, a concepção de ‘linguagem’ de Sotero dos Reis seria mais ampla que sua concepção de língua. Sotero dos Reis define também ‘língua’ como um sistema de sinais que pode ser mais ou menos completo:

Uma língua pois, quando se toma esta palavra em sentido figurado, ou no de idioma de um povo, não é mais do que um systema de signaes, o qual pode ser mais ou menos completo, segundo a lingua se acha mais ou menos aperfeiçoada. (Sotero dos Reis 1877:VIII)

Freire da Silva, define ‘língua’ da seguinte maneira:

“Língua é todo systema de signaes que directamente manifestam o pensamento. Esta definição comprehende a linguagem articulada e a linguagem de acção.

Ademais, diferencia ‘língua’ e ‘linguagem’ explicitamente, além de apresentar dois tipos de ‘linguagem’, sendo uma delas a própria ‘língua’, de forma semelhante a Sotero dos Reis (1877).

“Referindo-nos, porem, á linguagem articuladas, *lingua* é a collecção de vocabullos de que usa qualquer nação. A linguagem da acção consiste nos gestos, movimentos do rosto e sons inarticulados.” (Freire da Silva 1875:5-6)

Júlio Ribeiro, diferentemente dos dois anteriores, embora utilize os dois significantes, ‘língua’ e ‘linguagem’, não dá indícios explícitos de que os distinga. É possível, porém, notar que o *significante* ‘língua’ é sempre colocado em contextos de especificidade, ao

passo que o *significante* ‘linguagem’ é usado quase sempre⁶² em contextos de generalidade. Ribeiro apresenta a ‘linguagem’ como expressão do pensamento ao mesmo tempo em que é o meio pelo qual o pensamento se dá:

“Como a linguagem é o instrumento e o meio principal das operações da mente, claro está que não podemos estudar essas operações e a sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem.[...] *Linguagem* é a expressão do pensamento por meio de sons articulados.” (Ribeiro 1881:3)

Ademais, observamos que Ribeiro enfatiza que as ‘línguas’ são várias no tempo e no espaço, mas que servem sempre ao mesmo fim:

Muitas pessoas terão ainda de aprender linguas extranhas, linguas que servem aos mesmos fins a que serve a nossa, mas de modo diverso. Nós temos mais de estudar as fôrmas várias por que passou a nossa lingua, temos de comparar essas fôrmas com a actual para que melhor entendamos o que esta é, e como veio a ser o que é. (Ribeiro 1881:3-4)

Finalmente, Maciel também apresenta os dois termos, ‘língua’ e ‘linguagem’ e propõe que a ‘linguagem’ esteja relacionada ao pensamento, ao passo que a ‘língua’ é um objeto no qual é possível observar ‘fatos’. Além disso, a ‘linguagem’ não é só a falada, mas também a escrita e gestual para Maciel, da mesma forma que para Sotero dos Reis.

Ha tambem a **grammatica geral**, que se poderia chamar glossologia, isto é, o tratado das normas geraes e abstractas que se poderiam applicar á expressão do pensamento ou á linguagem “Linguagem, diz Sayce, é a manifestação exterior do pensamento consciente” O pensamento, pois, ha de manifestar-se mediante signaes cuja theorização constitue actualmente a **semica**. A semica póde ser: A) **Mimica**, desde que a expressão do pensamento se exerça mediante movimentos physiologicos ou gesticulações; B) **Phonetica**, desde que a manifestação do pensamento se exerça mediante a voz humana, isto é, sons articulados. A semica phonetica é propriamente a linguagem no rigor do termo, é a palavra viva; C) **Graphica**, desde que a expressão do pensamento se exerça mediante symbolos literaes. A semica graphica constitue o que vulgarmente se chama linguagem escripta. A semica mímica, anterior ás outras fôrmas de expressão, constitue a linguagem mímica ou accionada que já não pertence ao domínio da grammatica, cujo objeto é o estudo exclusivo da palavra, já constituída por sons laryngeos, já representada por symbolos literaes. (Maciel 1902[1894]:1-2)

Nota-se que todos os autores, de alguma forma, distinguem línguas de linguagem, sendo esta sempre mais geral do que aquela. Entretanto, é possível notar diferença nos significados de ‘língua’, Sotero dos Reis e Freire da Silva descrevem a ‘língua’ como expressão do pensamento e sistema de sinais, já Maciel a apresenta como fatos, Ribeiro, por sua vez, fala de sua variedade temporal-espacial.

⁶² O autor fala, por exemplo, numa ‘linguagem materna’ (cf. Ribeiro 1881:2), contexto em que o conceito de ‘linguagem’ está mais próximo de especificidade do que de generalidade.

Em relação ao termo ‘linguagem’, esta Ribeiro apresenta, tautologicamente, tanto como expressão do pensamento, como meio pelo qual se pode pensar. Já Sotero dos Reis, Freire da Silva e Maciel apresentam a ‘linguagem’ como englobante da língua, visto que a língua tal qual seria uma das linguagens listadas, como demonstramos no quadro abaixo:

Sotero dos Reis	Freire da Silva	Maciel	
L. Articulada	L. Articulada	L. Fonética	<i>Língua</i>
L. de Ação	L. de Ação	L. Mimica	
		L. Gráfica	

Quadro 7 – Subtipos de ‘linguagem’

Ademais, no quadro acima pode-se ver a taxionomia do termo ‘linguagem’ nas obras de Sotero dos Reis, Freire da Silva e Maciel, a qual é correspondente para Sotero dos Reis e Freire da Silva. A diferença de Maciel é considerar também a linguagem gráfica.

Capítulo 4|

Análise: Técnicas de análise e fontes de dados no tratamento da sintaxe

4| Análise: Técnicas de análise e fontes de dados no tratamento da sintaxe

Neste capítulo, partindo do mais geral para o mais específico, procuramos tratar de dois grandes temas: (1) o contexto social, político e intelectual em que essas gramáticas se inserem; (2) os conceitos mais gerais que se pode encontrar nas obras: língua, linguagem e gramática. Para atingir o primeiro objetivo, refizemos uma certa história do Brasil no período, abordando-a por ângulos como o sócio-político, educacional, intelectual, de identidade nacional, e notamos que há diversas rupturas ao longo do século, as quais parecem ter afetado as gramáticas. Em relação aos termos internos mais gerais, pudemos vê-los a partir da escolha de retórica dos autores e também por meio das definições que eles deram para ‘gramática’, ‘língua’ e ‘linguagem’. A partir de agora, trataremos especificamente das seções das obras relativas ao tratamento da sintaxe (salvo o termo ‘verbo’, que estava frequentemente na seção de tratamento das classes de palavras). No tratamento da sintaxe, observaremos as técnicas de análise, por meio da análise de termos, e também qual era as fontes de dados do português utilizadas predominantemente pelos autores no processo de exemplificação.

4.1. Capa técnica: análise de termos

Na *capa técnica* exploramos os termos selecionados, ‘sentença’ (‘proposição’, ‘oração’), ‘sujeito’, ‘atributo’, ‘predicado’, ‘verbo’, ‘concordância’, ‘regência’, ‘complemento’, ‘relação’, ‘função’, ‘sintaxe figurada’. A análise põe em relevo os significados, significantes, taxionomias e, nos casos pertinentes, os exemplos.

4.1.1. O termo ‘sintaxe’

4.1.1.1. O significado de ‘sintaxe’

Morais Silva (1806:82) não define ‘sintaxe’, porém, faz uma paráfrase do título do capítulo acerca da matéria, de onde pudemos tirar seu *significado*: “a boa composição das partes da Sentença entre si”.

Coruja (1873[1835]:5) define na introdução de gramática ‘sintaxe’ como “a parte que ensina a compor a oração”.

Sotero dos Reis apresenta o significado de ‘sintaxe’ nas primeiras páginas da seção relativa ao tratamento desta forma:

O discurso resulta, não só da ligação e da subordinação das palavras de uma mesma proposição, mas ainda da ligação e da subordinação das proposições entre si. As regras a que dão origem esta ligação e esta subordinação, constituem o que se chama, Syntaxe, palavra que vem do Grego, e quer dizer, arranjo. (Sotero dos Reis 1866:151)

Freire da Silva (1875:6) apresenta o significado de sintaxe como “a parte da grammatica que ensina a coordenar as palavras e as proposições”.

Julio Ribeiro (1881:193) define ‘sintaxe’ no seguinte trecho:

A *syntaxe* considera as palavras como relacionadas umas com outras na construcção de sentenças, e considera as sentenças no que diz respeito á sua estrutura, quer sejam simples, quer se componham de membros ou de clausulas.

Maciel (1902[1894]:224) utiliza o significante ‘sintaxologia’, cujo significado é “o tractado das palavras, consideradas colectivamente, isto é, nas suas diversas funcções ou relações lógicas.

A syntaxologia considera as palavras: (a) Como orgams elementares, exercendo funcções no organismo da proposição; (b) Constituindo proposições integrais, neessarias á expressão de um pensamento; (c) Como grupos estheticos cuja fórma exterior se accomoda ás condições individuaes e á natureza do assumpto.

4.1.1.2. A taxionomia de ‘sintaxe’

Morais Silva (1806), ao longo de um capítulo especificamente dedicado ao tema, menciona três tipos de sintaxe: ‘sintaxe de concordância’, ‘sintaxe de regência’ e ‘sintaxe figurada’. O significado de ‘sintaxe de concordância’ é:

As regras, que ensinão a mostrar as connexões entre os nomes, e os adjectivos, e os verbos se dizem *Sintaxe de Concordancia*. [...] 1. Nós mostramos, qual é o adjectivo, que modifica um nome, usando do adjectivo na variação respondente ao genero, e numero do nome: v.g. *bom homem, mulher honesta, varões doutos, mulheres devotas*. Isto é *concordar o adjectivo com o seu substantivo*. 2. Se os adjectivos tem uma só terminação para os dois generos, e numeros, por-se hão junto dos nomes, a quem pertencem: v.g. *nobre marido* da Senhora: o marido *da nobre Senhora*: a *casa*, ou *casas*, *prestes* de tudo. 3. A relação, que ha entre o nome sujeito da proposição, e o verbo d’ella, móstra se, usando do verbo na variação pessoal, e no numero

correspondentes á pessoa do sujeito, e ao numero d'elle: v.g. *Eu amo, Tu amas, Pedro ou elle ama; Nós amamos, Vós amais, Elles amão.* (Morais Silva 1806: 85-86)

Assim, a 'sintaxe de concordância' tem a função de demonstrar as 'conexões' entre 'adjetivos' e 'nomes' e também entre o 'sujeito' e o 'verbo' da oração. Nos primeiros, essa conexão se apresenta por meio da variação de 'gênero' e 'número', ou mesmo, em casos em que o adjetivo só tem uma terminação para ambos os gêneros, a conexão se dá somente por 'número'. A conexão entre 'sujeito' e 'verbo' se dá por meio da variação pessoal e de número.

Já 'sintaxe de regência' é a 'relação' que um nome mantém com outro. Essa relação pode se dar por meio de preposições, de casos ou da colocação ou posição da palavra na sentença.

A palavra, que muda de caso, ou é acompanhada de preposição, e é segundo termo de uma relação, se diz **regida** pela palavra antecedente correlata, ou pela preposição, ou pelo verbo: e as regras, que ensinão a mostrar as relações entre os nomes, por meyo das preposições, e casos, ou da collocação, são a **Sintaxe de Regencia**. (Morais Silva 1806:85-6)

Por fim, a 'sintaxe figurada' refere-se às concordâncias e regências que não estão de acordo com as regras exibidas anteriormente, mas que não são irregulares, pois, nas palavras de Moraes Silva (1806:87-88), estão fundadas na "teórica geral das línguas" e são utilizadas por bons autores.

Estas são as concordancias regulares, e naturaes dos nomes c'os adjeccivòs, e c'os verbos; outras concordancias ha de nomes no singular com adjectivos no plural, e com verbos no plural; e dos adjectivos em diversos generos; dos verbos em diversas pessoas das expressas nas sentenças, as quaes concordancias dão á côposição apparencias, ou figuras irregulares; mas não o são, sendo usadas dos bons autores, e fundadas na theorica geral das Linguas; chamão se pois as taes **concordancias Figuradas**, de que direi no Capit. segundo [**Sintaxe Figurada**], e ahi mesmo das *regencias figuradas*.

Coruja (1873[1835]:61), no início da seção relativa ao tratamento da sintaxe, menciona que "a Sintaxe ou é natural, ou figurada". 'Sintaxe natural' é: "a que se funda nas regras ordinárias da Grammatica." Ela pode ser dividida em 'sintaxe de concordância' e 'sintaxe de regência', as quais têm seus significados expostos no trecho abaixo:

Sintaxe natural ou é de **Concordancia**, ou de **Regencia**: pela de *Concordancia* os adjectivos, pronomes e particípios concordão com seus substantivos em genero e numero, como se vê em *Bons meninos; Estes homens; Probidade conhecida*: e os verbos concordão com sos seus sujeitos em numero e pessoa, como se vê nos exemplos seguintes; *Vós estudaís; A mocidade trabalha*. Pela *Regencia* os Verbos e Preposições podem ter por seu regime o Substantivo, o Pronome, a Oração, o simples Verbo do Infinito, e mesmo alguma outra parte da Oração, como adiante se verá. (Coruja 1873[1835]:61)

A sintaxe natural de concordância apresenta a concordância de gênero e número entre adjetivos, pronomes e participípios, da mesma forma que a de número e pessoa dá-se entre verbos e sujeitos. Já a sintaxe natural de regência refere-se ao que o verbo e as preposições podem ter por regime. Por fim, o *significado* da ‘sintaxe figurada’ é exposto assim:

Sintaxe figurada é a composição mais elegante das partes da oração. Esta consiste no uso das Figuras, e por meio della *augmentamos*, *diminuimos* ou *transpomos* palavras em uma oração; donde vem que as podemos reduzir a tres, que são: Pleonasma, Ellipse, Hiperbato. (p.73)

Coruja qualifica de ‘elegante’ a ‘sintaxe figurada’; ele a explica dizendo que nela pode haver ‘aumento’, ‘diminuição’ ou ‘transposição’ de ‘palavras’ de uma ‘oração’.

Sotero dos Reis (1866:151) distingue a ‘sintaxe de palavras’ em relação à ‘sintaxe de proposições’.

E como tal ligação e tal subordinação são duplas, porque são ao mesmo tempo de palavras e proposições; dahi tambem duas especies de Syntaxe, syntaxe de palavras, e syntaxe de proposições.

Sotero dos Reis (1866) menciona ainda a divisão da sintaxe em ‘sintaxe figurada’ e ‘sintaxe natural’, a qual poderia se aplicar tanto à ‘sintaxe das palavras’ como à ‘sintaxe das proposições’. Entretanto, não considera gramaticalmente relevante essa separação entre sintaxe natural e figurada, por pensar que o discurso é sempre mais ou menos figurado:

Dividem ainda os grammaticos a Syntaxe em syntaxe natural e syntaxe figurada, o que tanto se pode applicar á syntaxe das palavras, como á das proposições: mas esta divisão não tem verdadeira importancia grammatical, visto como o discurso é sempre mais ou menos figurado em toda e qualquer lingua; por isso deixo de lhe dar aqui seguimento. Basta que o alumno saiba que pela syntaxe natural se deve dizer:—*Deus creou o mundo em seis dias, e Deus descansou no septimo dia*;—*Eu pergunto donde vens tu?*— e que, pela figurada se pode dizer:—*Deus creou o mundo em seis dis, e descansou no septimo*;—*Donde vens?*” (Sotero dos Reis 1866:250-1)

Freire da Silva (1875:95) concebe a existência de uma ‘sintaxe de palavras’ e uma ‘sintaxe de proposições’.

Das palavras formam-se as proposições, e das proposições o discurso, sendo coordenadas, umas e outras, sob as relações que entre si se dão. E como tal coordenação, objecto da Syntaxe, é dupla, porque é ao mesmo tempo de palavras e de proposições, d’ahi a divisão desta parte da grammatica em *Syntaxe de palavras* e em *Syntaxe de proposições*.

Ribeiro (1881) distingue a ‘sintaxe léxica’ da ‘sintaxe lógica’. A primeira considera a relação entre palavras para a formação de sentenças, enquanto a ‘lógica’ considera as sentenças em sua estrutura, sejam simples ou compostas.

Divide-se a syntaxe em syntaxe lexica e syntaxe logica” “A *syntaxe lexica* considera as palavras como relaciona das umas com outras na construção de sentenças.” (p.195) “A *syntaxe logica* considera as sentenças no que diz respeito á sua estrutura, quer sejam ellas simples, quer sejam compostas.

Maciel (1902[1894]) afirma que a ‘sintaxologia’ considera as palavras de três maneiras diferentes, cada uma delas relacionada a um tipo de ‘sintaxe’, que são a ‘sintaxe relacional’, ‘sintaxe fraseológica’ e ‘sintaxe literária ou estilística’, como podemos ver nos trechos adiante:

A syntaxologia, pois divide a syntaxe em syntaxe *relacional*, syntaxe *phraseologica* e syntaxe *litteraria*. (p.224)

Syntaxe relacional é o tractado das funções e relações das palavras, isto é, da sua concordancia e posição no organismo da proposição simples. (p.224)

Syntaxe phraseologica – Phraseologia é o tractado das proposições e das suas diversas relações (p.277)

“Syntaxe litteraria ou estylistica é o tractado do estylo nas suas diversas manifestações” (p.318)

Assim, observamos que a *taxionomia* de ‘sintaxe’ difere entre os seis gramáticos selecionados. Morais Silva e Coruja, autores do começo do século, parecem ter algo em comum quando consideram a ‘sintaxe de concordância’ e ‘de regência’ como opostas à ‘sintaxe figurada’, entretanto, Morais Silva (1806) não situa a ‘sintaxe de concordância’ e a ‘sintaxe de regência’ dentro de uma ‘sintaxe natural’. Por outro lado, os gramáticos posteriores apresentarão uma *taxionomia* da ‘sintaxe’ em que a oposição entre uma ‘sintaxe de palavras’ e uma ‘sintaxe de proposições’ será nuclear, como fica bem claro em Sotero dos Reis (1866) e Freire da Silva (1875). Por fim, Ribeiro (1881) e Maciel (1902[1894]) preservarão essa tendência a distinguir a relação entre palavras da relação entre proposições, entretanto, acrescentam, cada um deles, elementos diferentes às seções de sintaxe de suas obras. Ribeiro (1881) adicionou um subitem chamado ‘regras de sintaxe’, no qual apresenta quais são as regras de sintaxe relativas a cada uma das partes do discurso apresentadas na seção de ‘lexeologia’ de sua gramática (como o artigo, o adjetivo etc.). Maciel (1902[1894]) apresenta uma seção destinada à ‘sintaxe literária’, onde se encontram as ‘figuras de sintaxe’, os ‘vícios’ e ‘modelos estilísticos de escrita’.

O quadro abaixo esquematiza esses dados.

Obra	subseções da seção de sintaxe	
Moraes Silva (1806)	Sintaxe de Concordância (86-87)	
	Sintaxe de Regência (88-102)	
	Sintaxe Figurada (102-114)	
Coruja (1873[1835])	Sintaxe Natural (61-73)	Concordância
		Regência
	Sintaxe Figurada (73-75)	
Freire da Silva (1875)	Sintaxe de Palavras (95-111)	
	Sintaxe de Proposições (111-126)	
Sotero dos Reis (1866)	Sintaxe de Palavras (153-161)	
	Sintaxe de Proposições (197-251)	
Ribeiro (1881)	Sintaxe Léxica (195-200)	
	Sintaxe Lógica (200-205)	
	Regras de Sintaxe (205-273)	
Maciel (1902[1894])	Sintaxe Relacional (225-276)	
	Sintaxe Fraseológica (277-318)	
	Sintaxe Literária (318-332)	

Quadro 8 – Taxionomia do termo ‘sentença’

Os conteúdos explorados nessas diferentes seções das gramáticas selecionadas são variados e permitem complementar esse panorama relativo às questões sintáticas tomadas como essenciais pelos autores. Apresentamos, a seguir, quadros nos quais podemos encontrar, resumidos, os temas explorados em cada uma dessas divisões apresentadas no tratamento da sintaxe das seis obras analisadas.

Morais Silva (1806)

Capítulo I (correspondente à Sintaxe de concordância e Sintaxe de regência)	Sentença Sujeito Attributo Verbo Paciente Termo Circunstancia Syntaxe de Concordancia - Nome e adjetivo - Adjetivo com uma única terminação - Sujeito e verbo Syntaxe de Regencia - Casos - Lugar - Preposições
Capítulo II - Syntaxe, ou Composição Figurada	Ellipse - Zeugma Pleonasmo Enallage Hyperbato Synchise
Capítulo III - Composições viciosas	Anfiologia Barbarismo Solecismo Cacofonia
Capítulo IV – Sinaes Ortographicos, e da Pontuação	Acentos oratórios Parentesis Ápices Virgula Ponto e virgula Ponto

Quadro 9 – Seções e temas do texto de tratamento da sintaxe de Moraes Silva (1806)

Coruja (1873[1835])

Sintaxe natural	Concordancia Regencia Sujeito Predicado ou Attributo Paciente ou Predicado Regido Verbo passivo Complementos - Complemento objectivo - Complemento terminativo - Complemento restrictivo - Complemento circunstancial Circunstancias ou complementos diversos Das orações ou proposições - Oração composta - Oração perfeita - Oração imperfeita - Oração principal - Oração incidente -- Restritiva -- Explicativa - Oração subordinada - Oração integrante - Período
Sintaxe figurada	- Pleonasma - Elipse -- Enallage -- Zeugma -- Silepse -- Sinthese Hiperbato - Tmesis - Anastrofe - Parenthese - Sinchise

Quadro 10 – Seções e temas do texto de tratamento da sintaxe de Coruja (1873[1835])

Sotero dos Reis (1866)

Noções Preliminares	<p>Discurso</p> <p>Proposições</p> <p>Palavras</p> <p>Sujeito</p> <p>Attributo</p> <p>Verbo</p> <p>Ordem direta/ordem inversa</p>
Syntaxe das Palavras	<p>Ligação das palavras pela conjunção</p> <p>Ligação das palavras pela preposição</p> <p>Ligação dos Termos da proposição</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concordância do verbo com o sujeito - Concordância do verbo com muitos sujeitos - Concordância do adjetivo e do nome - Concordância do adjetivo com muitos nomes - Nome attributo - Concordância do adjetivo conjuntivo - Concordância do adjetivo interrogativo <p>Dependencia das palavras</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sua colocação na proposição - Complemento -- Complemento do appellativo -- Complemento do adjectivo -- Complemento do verbo - Conversão gramatical - Equivalentes dos complementos <p>Modelos de análise</p>
Syntaxe das Proposições	<p>Proposições subordinadas circumstanciaes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proposição circumstancial ligada por uma conjunção - Proposição circumstancial ligada pelo adjectivo e adverbios conjunctivos - Proposição circumstancial infinitiva ligada por uma preposição - Proposição circumstancial participio <p>Proposições subordinadas completivas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proposição completiva ligada por conjunção -- Proposição completiva ligada pelo adjectivo e adverbios interrogativos <p>Proposição completiva do infinito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infinito pessoal - Infinitivo impessoal <p>Concordancia dos verbos das proposições do período grammatical</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relação de simultaneidade - Relação de anterioridade - Relação de posterioridade <p>Modelos de Análise</p>

Quadro 11 – Seções e temas do texto de tratamento da syntaxe de Sotero dos Reis (1866)

Freire da Silva (1875)

Sintaxe das Palavras	<p>Das palavras como elementos da proposição</p> <ul style="list-style-type: none"> - Do sujeito e atributo sob varios aspectos - Da construção ou collocação dos termos da proposição <p>Das palavras consideradas segundo as relações que teem umas com as outras</p> <ul style="list-style-type: none"> - Das palavras sob a relação de nexos -- Ligação das palavras pela conjuncção -- Ligação das palavras pela preposição -- Ligação dos termos da proposição - Das palavras sob a relação de concordancia -- Concordancia do verbo com um ou mais sujeitos -- Concordancia do adjectivo com o nome - Das palavras sob a relação de dependencia ou subordinação -- Dos complementos ou da dependencia das palavras -- Conversão gramatical <p>Figuras de Construção</p>
Sintaxe das Proposições	<p>Período</p> <p>Das proposições consideradas segundo as relações que teem umas com outras</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proposições absolutas, ou proposições consideradas sob a relação de nexos - Proposições subordinadas, ou proposições consideradas sob a relação de dependencia ou subordinação -- Proposições subordinadas circumstanciaes --- Proposição circumstancial ligada por uma conjuncção --- Proposição circumstancial ligada pelo adjectivo e adverbios conjunctivos --- Proposição circumstancial infinitiva --- Proposição circumstancial participio -- Proposições subordinadas completivas ou integrantes --- Proposição completiva ligada por conjuncção --- Proposição completiva ligada pelo adjectivo e adverbios interrogativos --- Proposição completiva do infinitivo -- Proposições consideradas sob a relação de concordancia --- Relação de simultaneidade --- Relação de anterioridade --- Relação de posterioridade

Quadro 12 – Seções e temas do texto de tratamento da sintaxe de Freire da Silva (1875)

Ribeiro 1881

Syntaxe Lexica	<p>Relação das palavras entre si</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relação subjectiva - Relação predicativa - Relação atributiva - Relação objectiva - Relação adverbial <p>Particularidades do sujeito, do predicado e do objecto</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sujeito - Predicado - Objecto
Syntaxe Logica	<p>Sentença simples</p> <p>Sentença composta</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação - Subordinação -- Clausulas substantivos -- Clausulas adjectivos -- Clausulas adverbios
Regras de Syntaxe	<p>Substantivo</p> <p>Artigo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concordancia do artigo - Uso do artigo definido antes de um só substantivo - Uso do artigo indefinido antes de um só substantivo - Uso dos artigos antes de substantivos consecutivos <p>Adjectivo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concordancia do adjectivo - Posição do adjectivo - Adjectivos numeraes - Adjectivos conjunctivos - Formação dos comparativos e dos superlativos - Adjectivos correlativos <p>Pronome</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pronomes substantivos em relação adverbial - Pronomes substantivos em relação objectiva adverbial - Posição e influencia dos proome substantivos em relação subjectiva, objectiva e objectiva adverbial - Emprego pleonastico de pronomes substantivos - Uso particular de alguns pronomes demonstrativos <p>Verbo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sujeito - Predicado - Objecto - Significação transitiva e significação intransitiva - Voz activa e voz passiva - Imperativo - Condicional - Formas nominaes do verbo -- Infinito -- Participios - Substituição dos tempos do verbos uns pelos outros - Correspondencia dos tempos dos verbos entre si - Ser e estar - Verbos impessoaes - Concordancia do verbo com o sujeito <p>Negações</p> <p>Preposição</p> <p>Conjunção</p>

	<p>Adverbio</p> <p>Interjeição</p> <p>Pontuação</p> <p>Ordem das palavras e phrases na construcção de sentenças simples</p> <p>Ordem dos membros e clausulas na construcção de sentenças compostas</p> <p>Estylo</p> <p>- Figuras de syntaxe</p> <p>-- Ellipse</p> <p>--- Zeugma</p> <p>--- Syllepse</p> <p>-- Pleonasmó</p> <p>-- Hyperbato</p> <p>--- Anastrophe</p> <p>--- Synkhysis</p> <p>Vicios</p> <p>- Barbarismo</p> <p>- Solecismo</p> <p>- Kakophonia</p> <p>- Hiato</p> <p>- Ekho</p> <p>- Collisão</p>
--	---

Quadro 13 – Seções e temas do texto de tratamento da syntaxe de Ribeiro (1881)

Maciel (1902[1894])

Syntaxe Relacional	<p> Função subjetiva Função predicativa Função attributiva Função objectiva Função vocativa Função adverbial A constituição do sujeito A constituição do objeto O Objecto nominal O Objecto directo proposicional Adjunctos syntacticos Adjuncto predicativo A apposição geral A apposição descritiva A apposição específica Adjuncto adverbial Concordancia Substantivo Concordancia nominal - Adjectivo - Pronome - Participio passado Concordancia verbal - Sujeitos coordenados - Attração - Sujeitos collectivos Concordancia semeiotica Syntaxe do substantivo Syntaxe dos adjectivos - O artigo definido - O artigo indefinito - Omissão do artigo - Repetição dos artigos - Adjectivos descriptivos - Posição dos descriptivos - Posição dos designativos - O Pronome o - O Pronome se - Pronomes relativos - Funções da palavra Que Syntaxe do verbo - Syntaxe dos auxiliares - Ser e estar Syntaxe da preposição Syntaxe do adverbio Syntaxe das conjunções </p>
Syntaxe Phraseologica	<p> Phraseologia A proposição simples A proposição composta - A proposição coordenada - A proposição subordinada -- Função da proposição adverbial -- A proposição reduzida -- A proposição latente -- A proposição contracta -- A proposição interferente </p>

	A ordem das palavras Anastrophe do sujeito A correlação das palavras A correlação dos verbos A substituição dos tempos O infinitivo pessoal A impessoalidade verbal Theoria da negação A voz passiva Transitivização do verbo Synclitismo pronominal - A proclise - Mesoclise - Enclise - Contracção synclitica
Syntaxe Litteraria	As formas de expressão Figuras syntacticas - Ellipse - Zeugma - Asyndeton - Reticencia - Pleonasma - Polysyndeton - Repetição - Particulas decorativas - Anastrophe - Hyperbaton Infracções litterarias - Na pureza -- Barbarismo -- Dialectação - Na syntaxe -- Solecismo -- Synchronise -- Anacolutho - Na esthetica -- Echo -- Hiato -- Collisão -- Cacophonia Expressões similares Classificação do estylo - Estylo archaico - Estylo classico - Estylo gongorico - Estylo contemporaneo Especimens de estylo

Quadro 14 – Seções e temas do texto de tratamento da syntaxe de Maciel (1902[1894])

Ao se observar os temas presentes nas seções de tratamento da sintaxe dessas obras, é possível notar que -- além de haver um maior apego a particularidade de acordo com o passar do século e, conseqüentemente, mais temas se distinguem na análise -- existem cinco temas que perpassam todas as gramáticas ou que, ao menos, estão presentes na maioria delas.

O primeiro deles é a noção de ‘sentença’, que é explorada por todos os autores, juntamente com uma descrição de seus ‘membros’ principais, isto é, ‘sujeito’, ‘atributo’, ‘predicado’ e ‘verbo’.

O segundo é ‘concordância’, que parece ser um tema fundamental em todas as gramáticas. O terceiro tema presente em todas as obras é ‘regência’, por vezes desenvolvido sob a forma de estudo das funções que cada palavra exerce na sentença e como se dá essa hierarquia. Morais Silva e Coruja, como vimos anteriormente, apresentam a ‘concordância’ e a ‘regência’ como parâmetros para a divisão da sintaxe, já os outros autores tratam deste tema na seção da sintaxe referente à análise de palavras, e não de proposições (v. a “Sintaxe de Palavras”, de Sotero dos Reis e Freire da Silva, e a “Sintaxe Relacional”, de Maciel, nos quadros acima). Ribeiro apresenta as funções da palavra na sentença na “Sintaxe Léxica”, mas só trata da ‘concordância’ quando fala sobre as “Regras de Sintaxe” das classes de palavras.

O quarto seria a ‘sintaxe figurada’, presente em todas as obras, mesmo na de Sotero dos Reis, que a cita apenas para negar a pertinência da distinção gramatical entre ‘natural’ e ‘figurada’. Por fim, o quinto tema são os ‘vícios’ ou ‘irregularidades’, que não está presente em parte das obras analisadas, mas cuja ausência é também um fator a ser levado em conta nesta análise, como veremos adiante.

Esses cinco temas serão analisados mais detidamente a seguir. Levamos em conta, nesta exploração da metalinguagem, os *termos* a eles relacionados em cada uma das obras. Tais termos, em conformidade com a nossa metodologia, serão examinados segundo os critérios que elegemos como centrais: *significante*, *significado*, *taxionomia* e *exemplos*.

4.1.2. Termos ‘sentença’, ‘oração’, ‘proposição’

4.1.2.1. Significante

No quadro-resumo abaixo, expomos as formas de nomeação da unidade sintática considerada básica nas seis obras em análise. Ela contempla a expressão de ocorrência mais constante e usada nas definições de ‘sentença’ e “outras possibilidades”, menos frequentes, registradas em cada uma das obras.

Gramática	Significante selecionado	Outras possibilidades
Morais Silva (1806)	sentença	proposição frase
Coruja (1873[1835])	oração	Proposição
Sotero dos Reis (1866)	proposição	oração frase sentença
Freire da Silva (1875)	proposição	oração frase sentença
Ribeiro (1881)	sentença	--
Maciel (1902[1894])	proposição	cláusula frase sentença oração

Quadro 15 - *Significantes* de ‘proposição’, ‘sentença’, ‘oração’ etc.

Nota-se que ‘proposição’ foi o significante preferido pela maior parte dos autores. Ademais, registramos que a maior parte deles concebia haver outras possibilidade de significante, o que demonstra que não havia um estabelecimento tão rígido no período quanto a este significante.

3.2.2.2. Significado: aspecto analítico e holístico

O *significado* de ‘sentença’ pode ser explorado em seus *aspectos holístico e analítico*, seguindo a distinção feita por Graffi (2001), que expusemos no capítulo 1. O *aspecto holístico* corresponde ao que resulta a ‘sentença’ como um todo, e o *aspecto analítico*, às partes de que ela se compõe.

Morais Silva (1806) define a ‘sentença’, em termos *holísticos*, num primeiro momento, afirmando que ela é equivalente à noção de ‘sentido perfeito’, sem, contudo, definir o que é o sentido perfeito. Em seguida, o autor define a ‘sentença’ como composição que pode ser reduzida àquilo que julgamos das coisas ou àquilo que queremos que pessoas ou coisas sejam, façam ou sofram, como vemos abaixo:

*Da boa composição das partes da oração entre si resulta a *sentença*, ou sentido perfeito, com que nos fazemos entender, falando com palavras. Todas as Sentenças se reduzem a declarar o*

que *julgamos* das coisas: v. g. *este pomo é doce*; *João é virtuoso*: ou aquillo que *queremos*, que as pessoas ou coisas sejam, fação, ou sofram: v.g. *Filho sê estudioso*; *trabalha*; *sôfre-te com os trabalhos*; *está-me a tento*. (Morais Silva 1806:81)

Morais Silva (1806), além disso, afirma que formam uma ‘sentença perfeita’ o ‘sujeito’ (de quem se afirma), o ‘atributo’ (que modifica, determina) e o ‘verbo’ (que afirma e une atributo a sujeito). Do ponto de vista do *aspecto analítico*, temos, portanto, uma concepção tripartite dessa unidade da língua:

Nestas [sentenças] são notáveis: O *Sujeito*, de quem se afirma, o qual deve ser um nome só, ou modificado por articulares, e attributivos: v. g. “*este homem virtuoso* foi infeliz: » ou por nomes com preposições: v. g. *O templo de Deus* é lugar santo: » *de Deus* modifica a *o templo*, e determina aquelle de que falamos, que é o de Deus verdadeiro. O *Attributo*, que se declara por adjectivos attributivos; v. g. *infeliz*: outras vezes por nomes com preposições; v.g. “*Pedro é sujeito de verdade, de honra*» por *verdadeiro, honrado*: ou “*é homem sem honra*. » O *Verbo*, que afirma, e ajunta os attributos aos sujeitos; ou exprime a vontade, e mando: v. g. *Tu és amante*; *sê amante*: » o qual verbo muitas vezes é uma só palavra, v. g. *amas* (por *és amante*); *ama tu* (por *sê amante*); faz uma sentença perfeita. (Morais Silva 1806:81)

Na seção introdutória da gramática de Coruja (1873[1835]:5), há uma definição de oração da qual se extrai o *aspecto holístico* seria a ‘afirmação’: “*Oração* é a união ou aggregado de palavras com que affirmamos alguma cousa”.

Coruja (1873[1835]:5), na seção introdutória de seu *Compendio*, define a ‘oração’ como constituída por “*Sujeito, Verbo, Predicado ou Paciente e Circumstancias, quando as ha*”. Na seção de sintaxe, define esses elementos: o ‘sujeito’, aquele que exercita a significação do verbo; o ‘predicado’ ou ‘atributo’, aquilo que se afirma ou nega do sujeito; e o ‘paciente’ ou ‘predicado regido’, o que sofre a ação do verbo. O gramático afirma, porém, que não são imperfeitas orações com

verbo intransitivo, cujo paciente está incluído na significação do verbo; Como *Nasceu o sol*; nem as de verbo unipessoal cujo sujeito e paciente também nelle se incluem como *Venta*; *Chove*, *Troveja*. (Coruja 1873[1835]:72).

Sotero dos Reis (1866) apresenta ‘proposição’ (que segundo ele, pode se chamar também de ‘oração’, ‘frase’ e ‘sentença’) como sendo o enunciado do juízo ou do ato de entendimento, pelo qual se afirma uma coisa de outra coisa (Sotero dos Reis 1866:148).

Sotero dos Reis (1866), tal como Moraes Silva (1806), apresenta também três termos da sentença: ‘sujeito’ (a que se atribui alguma coisa, ideia principal, objeto do juízo), ‘atributo’ (qualidade que se atribui ao sujeito, ideia acessória) e ‘verbo’ (nexo entre sujeito e atributo):

“Toda a reunião de palavras, a qual forma sentido, é uma proposição, em que se contem tres termos, denominados, sujeito, verbo, attributo. Sujeito é a pessoa ou cousa a que se attribue alguma qualidade: é a idéa principal, o objecto do juizo. Attributo e a qualidade que se attribue ao sujeito: é a idea accessoria. Verbo, que já ficou definido em logar competente, é o nexa entre os outros dous termos. Exemplo de uma proposição com seus tres termos: «Deus é eterno.» Deus, sujeito; é, verbo; eterno, attributo.” (Sotero dos Reis 1866:148)

Freire da Silva (1875:95-6) cita trecho de Sotero dos Reis (1866), que, como vimos, inspirou seu compêndio. Assim, para ele a sentença é enunciado de um juízo ou ato do entendimento e composta por ‘sujeito’, ‘atributo’ e ‘verbo’.

Julio Ribeiro (1881) inicia sua definição de ‘sentença’, do ponto de vista *holístico*, dizendo que ela forma o ‘sentido perfeito’. Em seguida, afirma que o termo ‘sentença’ é preferível ao termo ‘período’, pois, enquanto aquele, do latim *sententia*, diz respeito a noções como “juízo, pensamento e expressão completa”, ‘período’, do grego *periodos*, significa “rodeio”, o que estaria mais ligado a uma ‘sentença retórica’, nas palavras de autoridades da Antiguidade, como o filósofo grego Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) e o orador romano Marco Antônio Cícero (106 a.C.-43 a.C.):

“*Sentença* é uma coordenação de palavras ou mesmo uma só palavra formando sentido perfeito, ex.: << As abelhas fazem mel—Os cães ladram—Morro >>. *Sentença* do Latim *sententia* (pensamento, juizo, expressão completa) é denominação preferível a *periodo*. Com effeito, o termo *periodo*, do Grego *periodos* (caminho em volta, rodeio) não traduz bem a noção de pensamento, de juizo. Aristoteles e Cicero empregaram-no com a significação de << sentença rhetorica >>, figurada, ornada. Por << formar sentido perfeito >> entende-se — dizer alguma cousa a respeito de outra de modo completo.” (Ribeiro, 1881, p.193)

Para Ribeiro, portanto, o termo ‘sentença’ é definido a partir do significado da palavra latina “*sententia*”, que podia ser tanto ‘pensamento’ e ‘expressão completa’ como ‘juízo’. Em relação ao *aspecto analítico*, Júlio Ribeiro, diferentemente dos gramáticos anteriores, fala de ‘sujeito’ e ‘predicado’ como sendo os dois elementos essenciais da sentença, como vemos a seguir:

“toda sentença consta de dous elementos: (1) o que representa a cousa a cujo respeito se falla: chama-se *sujeito*; (2) o que representa o que se diz a respeito do sujeito: chama-se *predicado*. Este segundo elemento subdivide-se em dous outros: (a) a idéia que se liga ao sujeito: chama-se *predicado propriamente dito*; (b) o laço que prende o predicado propriamente dito ao sujeito: chama-se *copula*. Neste exemplo << Rosas são flores >> << Rosas >> é o sujeito : << são >> a copula; << flores >>, o predicado. Neste outro << Pedro ama >> << ama >> decompõe-se em << é amante >>, e todo o exemplo analisa-se como acima” (Ribeiro 1881:194)

O ‘predicado’, porém, divide-se em outros dois elementos: o ‘predicado propriamente dito’ e a ‘cópula’, o que faz com que, embora os *aspecto analítico* da ‘sentença’ seja bipartite, exista uma segunda divisão, também binária, em um de seus elementos, a qual mantém a noção de verbo como ‘cópula’.

Na terceira edição da gramática de Maciel (1902[1894]), que carregava as numerosas mudanças feitas na segunda edição, a definição para ‘sentença’, no que diz respeito ao *aspecto holístico*, é “*proposição é um pensamento expresso por uma ou mais palavras*” (p.277). Pela primeira vez, vemos uma definição que fala apenas de pensamento, e não de juízo, o que pode demonstrar ruptura com a noção de sentença precedente. Maciel (1902[1894]) define a ‘proposição’ como contendo dois termos, o ‘sujeito’ e o ‘predicado’ e, diferentemente de Ribeiro, não menciona constituintes do ‘predicado’, nem menciona a ‘cópula’:

“Dous são os termos da proposição: *sujeito* e *predicado*. ex.: Os céus resoam do Senhor a gloria.
 Sujeito } Predicado
 Os céus } resoam do Senhor a gloria
 O Douro } é bem carregado e triste” (Maciel 1902[1894]:277)

Em síntese esquemática, temos:

	Aspecto holístico	Aspecto analítico
Morais Silva (1806)	sentido perfeito juízo mando	S. V. A.
Coruja (1873[1835])	juízo	S. V. A. (P)
Sotero dos Reis (1866)	juízo	S. V. A.
Freire da Silva (1875)	juízo	S. V. A.
Ribeiro (1881)	sentido perfeito juízo pensamento	S. P(C + Ppd)
Maciel (1902[1894])	pensamento	S. P.

Quadro 16 - *Aspecto holístico e aspecto analítico da sentença*

4.1.2.3. Exemplos de ‘sentença’

No quadro abaixo, reunimos os exemplos de ‘sentença’ (e variantes) apresentados pelos seis gramáticos quando definiram e explicaram o termo.

Morais Silva 1806	<i>Este pomo é doce; João é virtuoso; Filho sê estudioso; Trabalha; Sofre-te com os trabalhos; Está-me a tento.</i>
Sotero dos Reis 1866	«Deus é eterno.»
Freire da Silva 1875	«Deus é eterno.»
Ribeiro 1881	As abelhas fazem mel Os cães ladram Morro

	<i>Rosas são flores</i> <i>Pedro ama / é amante</i>
Maciel 1902	Os céus resoam do Senhor a gloria O Douro é bem carregado e triste

Quadro 17 - *Exemplos de ‘sentença’*

Um dos dados que chama atenção é Sotero dos Reis e Freire da Silva utilizarem um mesmo (único) exemplo. Um segundo dado refere-se ao fato de que todos os autores apresentam exemplos com o verbo “ser”, alguns deles têm apenas exemplos com esse verbo. Essa presença massiva de ‘sentenças’ com o verbo “ser” no presente pode remeter à noção de ‘proposição’, em que a cópula era essencial, como veremos adiante. Essa noção fica bastante clara quando observamos o exemplo de Ribeiro (1881), em que “Pedro ama” deve ser analisado como “Pedro é amante”. Ademais, um terceiro fator relevante é a presença de um exemplo sem o sujeito exposto, em Ribeiro. Por fim, Morais Silva é o único a apresentar ‘sentenças’ com o verbo no imperativo; isso se dá por conta do *significado* atribuído ao *termo* ‘sentença’: como vimos, para o autor, ela é “juízo” ou “mando”.

4.1.2.4. Taxionomia de ‘sentença’

Morais Silva (1806) diferentemente dos outros autores, não apresenta uma seção específica para tratar das sentenças. Ele apenas menciona três tipos de ‘sentença’ no parágrafo nono da parte introdutória da seção de ‘sintaxe’. Como podemos ver adiante, na citação, o autor apresenta as ‘sentenças incidentes’ como aquelas modificam alguma palavra da ‘sentença principal’. Ademais, cita dois tipos de ‘sentença incidente’, as ‘explicativas’ e as ‘restritivas’.

9. 6.º São também de notar as sentenças, que modificão uma palavra da sentença principal, explicando-a mais : v. g. “ a virtude , *que sempre é respeitavel*, nem sempre é amada: » ou limitando, e determinando-a a um , ou mais individuos: v. g. “*a casa que que hontem vimos*, é minha: Os *livros, que eu tinha*, perderão-se-me em um naufragio » Estas sentenças, em que entrão os articulares relativos conjunctivos, *que, quem, qual, onde, quando*, &c. (*) chamão-se *incidentes*, e são *explicativas*, ou *determinativas* do sentido de uma palavra da sentença principal. (Morais Silva 1806:83-84)

Coruja (1873[1835]), por sua vez, apresenta uma pequena seção relativa às ‘sentenças’, que ele nomeia de “das orações ou proposições”. Nesta seção, ele apresenta nove subtipos de ‘oração’. Quatro deles dizem respeito às partes de que se compõe a

‘oração’, isto é, se há mais de um ‘sujeito’, se já mais de um ‘juízo’ ou mesmo se há algo faltando na ‘oração’, como vemos nestes quadros-síntese:

As Orações ou proposições em relação às partes de que se compõem, podem ser: <i>Simples, Compostas, Perfeitas, Imperfeitas.</i> (70)	
oração simples	Oração Simples é a que exprimindo um juízo simples, tem um só sujeito e um só attributo: como <i>Deos é bom</i> .
oração composta	Oração Composta é a que exprimindo um juízo composto, tem mais de um sujeito ou attributo; como <i>Deos creou o céo e a terra</i> .
oração perfeita	Oração Perfeita é a que tem claras todas as partes de que se compõe; como <i>Scipião venceu Annibal</i> .
oração imperfeita	Oração Imperfeita é a que não tem claras todas as duas partes; como <i>amo a virtude</i> , em que falta o sujeito <i>Eu</i> . Todavia não se julgão imperfeitas as orações de verbo intransitivo, cujo paciente está incluído na significação do verbo; Como <i>Nasceu o sol</i> ; nem as de verbo unipessoal cujo sujeito e paciente também nelle se incluem como <i>Venta; Chove, Troveja</i> .

Quadro 18 - Taxionomia de ‘oração’ em Coruja (1873[1835])

Os outros cinco subtipos referem-se à relação que pode haver entre orações.

As Orações em relação às outras Orações podem ser <i>Principaes, Incidentes, Subordinadas, Integrantes</i> .	
oração principal oração absoluta	Oração Principal é a que faz sentido absoluto e indepente, e tem o verbo no Indicativo ou Imperativo: esta oração se não vier acompanhada de outras, póde chamar-se <i>absoluta</i> .
oração incidente	Oração Incidente é a que explica ou restringe substantivos de outra oração como são as orações que tem os relativos <i>Quem, Que, Qual, Cujo, Onde</i> . A oração incidente é <i>restrictiva</i> quando é essencialmente necessaria para completar o sentido do nome restringido; e é explicativa quando em nada influe para o completar; v.g. Os homens que amão a virtude, receberão o premio de Deos, que se não esquece dos seus escolhidos. Neste periodo a oração principal é -- Os homens receberão o premio de Deos; incidente restrictiva -- Que amão a virtude; -- e explicativa -- Que se não esquece dos seus escolhidos.
oração subordinada	Oração Subordinada é a que faz sentido suspenso e dependente de outra oração, e tem o verbo no Indicativo ou Conjuntivo, precedido de uma conjunção ou frase conjunctiva que mostre a sua dependencia: v.g. Aqui vos esperarei até que voltei. N’este periodo a oração -- Até que volteis -- é subordinada á principal -- Aqui vos esperarei.
oração integrante	Oração Integrante é a que inteira o sentido outra oração servindo-lhe de Sujeito, Predicado, Paciente, ou Complemento; e tem o verbo no Indicativo e Conjuntivo precedido da conjunção <i>Que</i> , e algumas vezes de <i>Se</i> : taes orações valer por <i>substantivos virtuaes</i> ; v.g. Dizei-me <i>se vireir hojes</i> ; Desejo <i>que venhais</i> . São duas orações integrantes; a primeira complemento objectivo do verbo <i>Dizei</i> , e a segunda do verbo <i>Desejo</i> .

Quadro 19 - Taxionomia de ‘oração’ em Coruja (1873[1835])

Por fim, o autor riograndense apresenta o ‘período’, que se refere ao agrupamento de ‘orações’, e pode ser ‘simples’ ou ‘composto’.

O ajuntamento de muitas orações, fazendo todas um sentido total, chama se <i>Periodo</i> : e os seus membros são as orações de que consta.	
período simples	Poder-se-ha chamar período simples , se o sentido ficar completo com uma só oração;

período composto	e <i>composto</i> quando constar de mais orações: e quantos foram os verbos de um período, tantas orações terá elle.
-------------------------	--

Quadro 20 - *Taxionomia* de ‘oração’ em Coruja (1873[1835])

Sotero dos Reis (1866) menciona haver dois tipos principais de ‘proposições’, as ‘absolutas’ e as ‘subordinadas’. As primeiras podem ser chamadas também de ‘absolutas aproximadas’, quando estão em união com outra ‘proposição absoluta’, ou de ‘principais’, quando estão unidas a uma ‘proposição subordinada’. Dentre as ‘proposições subordinadas’, há as ‘circunstanciais’ e as ‘completivas’. Dentre as circunstanciais, Sotero dos Reis menciona a ‘proposição incidente’, ao dizer que na sentença “«Eneas veio á Italia, *onde* fundou um reino.»”

a proposição subordinada, *onde fundou um reino*, acha-se ligada á principal, *Eneas veio á Italia*, pelo adverbio conjunctivo, *onde*, que se resolve no mesmo adjectivo. O verbo nesta especie de **proposição subordinada vulgarmente chamada incidente** vai tambem, ora para o indicativo, ora para o conjunctivo (Sotero dos Reis 1866:199-200)

Entretanto, é de se notar que essa parece ser mais uma das diversas menções que Sotero dos Reis faz acerca da maneira como outros gramáticos descrevem um mesmo fenômeno (veremos mais adiante, um processo semelhante na descrição da figura ‘enálage’), sem, entretanto, adequar sua gramática a esses modelos de descrição.

Abaixo, um quadro com as principais características das proposições ‘absolutas’ e ‘subordinadas’, na explicação resumida de Sotero dos Reis (1866:203-4):

absolutas	As proposições absolutas podem estar só no discurso, ou aproximadas entre si, sem que n’um ou noutro caso constituão regra alguma especial de syntaxe. Quando aproximadas entre si, estas proposições ligão-se ou por conjuncções de aproximação, ou pela identidade de sujeito, ou simplesmente pelo sentido na falta das duas primeiras ligações.	
subordinadas	As proposições <i>subordinadas</i> não podem estar só no discurso, mas unem-se sempre á uma proposição <i>absoluta</i> , de que dependem, e que se chama <i>principal</i> .	
	subordinadas circunstanciais	As proposições subordinadas <i>circumstanciaes</i> ligão-se á principal ou por conjuncções de <i>subordinação</i> , ou pelos adjectivo e advérbios conjunctivos, ou por preposições quando tomão a forma de proposição <i>infinitiva</i> , ou pelo verbo no participio quando tomão a forma de proposição <i>participio</i> .
	subordinadas completivas	As proposições <i>completivas</i> ligão-se á principal ou por certas conjuncções de <i>subordinação</i> , ou pelos adjectivo e advérbios interrogativos, ou pelo verbo no infinito quando tomão a forma de proposição <i>infinitiva</i> .

Quadro 21 - *Taxionomia* de ‘proposição’ em Sotero dos Reis (1866)

Da mesma forma que Coruja, Sotero dos Reis (1866:197-8) apresenta o ‘período’ como agrupamento de ‘proposições’:

Período simples	A proposição por exemplo, «Deus creou o mundo em seis dias,» é uma proposição absoluta, porque forma um sentido completo e absoluto; e posta por si só no discurso, constitui um período grammatical simples.
Período composto	Si eu porem disser em vez disso, «Deus creou o mundo em seis dias, e descansou no sétimo,» formo um período grammatical composto: porque por meio da conjunção, e, estabeleço um laço, uma relação entre as duas proposições.

Quadro 22 - Taxionomia de ‘proposição’ em Sotero dos Reis (1866)

Freire da Silva (1875:110-111) também possui uma seção relativa às ‘proposições’; sua gramática é, porém, mais resumida que aquela que inspirou seu tratamento da ‘sintaxe’, isto é, a de Sotero dos Reis (1866). Há também outras diferenças em relação à obra inspiradora, como, a inclusão da ‘proposição incidente’ (que será descrita adiante) e a maneira como Freire da Silva organiza os dados. Ele inicia sua descrição das ‘proposições’ com as definições de ‘período simples’ e de ‘período composto’ em termos muito semelhantes ao de Sotero dos Reis (1866)⁶³.

Em seguida apresenta as três maneiras pelas quais as ‘proposições’ podem se unir para formar um ‘período composto’. São elas: ‘aproximação’, ‘concordância’ ou ‘dependência’, que também pode ser chamada de ‘subordinação’. Desses três processos surgem as ‘orações absolutas’ e as ‘subordinadas’.

As proposições que formam o **período composto**, ou **aproximam-se** pelas conjunções de primeira classe, pela identidade do sujeito e pelo sentido, isto é, pela ordem, geração e succeção natural das ideias; ou **concordam entre si** por meio dos tempos dos verbos; ou **subordinam-se umas às outras** pelas conjunções de segunda classe ou de subordinação, pelos adjectivos conjunctivo e interrogativo e adverbios postos por elles, pelo verbo no participio e no infinito, e como complementos das preposições; e, por isso, são também as relações, sob que devemos considerar **as proposições de nexos, de concordancia, de dependencia ou subordinação**. Dahi a divisão das **orações** em **absolutas e subordinadas**. (Freire da Silva 1875:111 - negritos nossos)

Abaixo, um quadro com a taxionomia e os significados das ‘proposições absolutas’ e ‘subordinadas’, segundo o autor.

Proposição absolutas	
Aproximadas	“É a absoluta a que se aproximam, ou de que dependem todas as outras do período composto; ou a que forma por si só período simples.” (p.112)
Principais	“É a absoluta, que, ou só, ou modificada por outras proposições, liga-se á principal por uma conjunção de primeira classe, pela identidade do sujeito, ou simplesmente pelo sentido.” (p.112)

⁶³ “*Periodo grammatical* é um sentido perfeito e absoluto formado por uma ou mais proposições grammaticaes. Divide-se o *periodo grammatical* em *simples e composto*. *Periodo simples* é o que consta de uma só proposição grammatical. Exemplo: «Deus creou o mundo em seis dias.» *Periodo composto* é o que consta de mais de uma proposição grammatical. Exemplo: «Deus creou o mundo em seis dias, e descansou no sétimo.» (Freire da Silva 1866)

Proposição subordinada	
Circunstancial	“É a que exprime uma simples circunstancia da preposição por ella modificada. A <i>Proposição subordinada circumstantial</i> liga-se á proposição por ella modificada, ou por conjuncções de subordinação, ou pelo adjectivo e adverbios conjunctivos [que são as incidentes], ou por preposições, quando toma a forma de <i>proposição infinitiva</i> , ou pela verbo no partípio, quando toma forma de <i>proposição participio</i> .” (p.113)
Completiva	“É a que completa o sentido da proposição por ella modificada. A <i>proposição subordinada completiva</i> liga-se á proposição por ella modificada, ou por certas conjuncções de subordinação, ou pelo adjectivo e adverbios interrogativos, ou por preposição e pelo verbo no infinito, quando toma a forma de <i>proposição infinitiva</i> .” (p.119)

Quadro 23 - Taxionomia de ‘proposição’ em Freire da Silva (1875)

Diferentemente de Sotero dos Reis, porém, Freire da Silva (1875:115) apresenta uma descrição detalhada da ‘proposição incidente’, que é uma ‘proposição subordinada circumstantial’. Como se pode ver abaixo:

As proposições subordinadas circumstanciaes ligadas pelo adjectivo conjunctivo, e chamadas ordinariamente *proposições incidentes*, dividem-se em proposições incidentes *explicativas*, e proposições incidentes *restritivas*. *Incidente explicativa* é a proposição que exprime uma circumstancia inherente ao objecto significado pelo nome que na proposição por ella modificadas, é o antecedente do adjectivo conjunctivo. Exemplo: « Deus, *que é justo*, premeia os bons e castigas os maus.». *Incidente restrictiva* é a proposição que exprime uma circumstancia accidental ao objecto significado pelo nome que na proposição por ella modificada, é o antecedente do adjectivo conjunctivo. Exemplo: «O homem *que sabe regular a sua vida*, é prudente.»

Ribeiro (1881) apresenta uma seção chama ‘Sintaxe Léxica’, na qual trata especificamente das relações entre as ‘sentenças’, como já mencionamos anteriormente. Inicia falando da ‘sentença simples’, que possui uma só ‘asserção’, ao passo que a ‘sentença composta’, possui mais de uma ‘asserção’. Nesta última, as relações entre os ‘membros’ da ‘sentença’ podem se dar por ‘coordenação’ ou por ‘subordinação’, as quais Ribeiro assim define:

360. Os membros de uma sentença composta estão em relação reciproca de *coordenação* quando, relativamente á sua força de expressão, são independentes entre si, formando proposições separadas quanto ao sentido, unidas apenas grammaticalmente por palavras connectivas. (Ribeiro 1881:201)

369. Si um ou mais membros de uma sentença composta dependem de outro membro da mesma sentença, ha relação de *subordinação*. 370. Na sentença composta o membro de que dependem outros membros chama-se *clausula principal* ; ao membro ou membros dependentes dá-se o nome de *clausulas subordinadas*. (Ribeiro 1881:203)

Ribeiro ainda menciona três relações de coordenação, são elas: a ‘copulativa’, a ‘adversativa’ e a ‘contracta’. Os *significados* apresentado por Ribeiro para elas estão no quadro abaixo.

Copulativa	Si os membros de uma sentença composta não estão em opposição uns aos outros, mas simplesmente ligados, a relação de coordenação entre elles existente chama-se <i>copulativa</i> .
Adversativa	Si os membros de uma sentença composta, além de acharem-se ligados, exprimem ainda opposição, a relação de coordenação entre elles existente chama-se <i>adversativa</i> .
Contracta	Quando as sentenças coordenadas têm ou o mesmo sujeito, ou o mesmo predicado, ou o mesmo adjuncto adverbial, acontece frequentemente ser a parte commum expressa uma só vez. Taes sentenças chamam-se <i>contractas</i> .
Colaterais	Encontram-se muitas vezes sentenças que, estando a par umas de outras, todavia não se acham ligadas por conjuncção alguma. Taes sentenças chamam-se <i>collaterales</i> .

Quadro 24 - *Taxionomia* de ‘sentença’ em Ribeiro (1881)

Na ‘relação de subordinação’, há dois tipos de ‘membros’, de acordo com Ribeiro, a ‘cláusula principal’ e a ‘cláusula subordinada’.

Principal	Na sentença composta o membro de que dependem outros membros chama-se <i>clausula principal</i> .
Subordinada	ao membro ou membros dependentes dá-se o nome de <i>clausulas subordinadas</i> [...] As clausulas subordinadas são de tres especies : clausulas substantivos, clausulas adjectivos, clausulas adverbios.

Quadro 25 - *Taxionomia* de ‘sentença’ em Ribeiro (1881)

As três espécies de cláusula subordinada, as quais sempre equivalem a uma classe de palavras, a saber, o substantivo, o adjetivo ou o advérbio, são assim definidas:

Cláusula substantivo	<i>Clausula substantivo</i> é aquella que, em sua relação com o resto da sentença, equivale a um substantivo . A clausula substantivo póde ser 1) sujeito do verbo da clausula principal[...] 2) objecto desse verbo [...] 3) predicado delle. 4) adjuncto attributivo do sujeito ou do objecto do mesmo verbo. 5) complemento de uma preposição.
Cláusula adjetivo	<i>Clausula adjectivo</i> é aquella que em sua relação com o resto da sentença equivale a um adjetivo . A clausula adjectivo está sempre em relação attributiva com um substantivo expresso ou subentendido, ao qual se prende por meio de um pronome relativo.
Cláusula advérbio	<i>Clausula adverbio</i> é aquella que, em sua relação com o resto da sentença, equivale a um advérbio . A clausula adverbio está sempre em relação adverbial para com um substantivo (346), para com um adjectivo, ou para com um verbo, [...] Ha clausulas adverbios 1) <i>de tempo</i> . 2) <i>de logar</i> . 3) <i>de ordem</i> . 4) <i>de modo</i> . 5) <i>de duvida</i> .

Quadro 26 - *Taxionomia* de ‘sentença’ em Ribeiro (1881)

Maciel (1902[1894]) dedica grande parte da seção ‘sintaxe fraseológica’ às relações que as ‘proposições’ têm entre si e como é possível classificá-las. É, certamente, na *Grammatica Descriptiva* que encontramos o maior número de espécies de ‘proposições’. Primeiro, são descritas as espécies de ‘proposição simples’, i. e. aquelas que têm apenas uma ‘asserção’, a saber: ‘expositiva’, ‘imperativa’, ‘optativa’, ‘interrogativa’ e ‘exclamativa’, diferenciadas pelo autor so seguinte modo:

expositiva	“si exprime e assevera um facto e é expressa pelo <i>modo indicativo</i> ou <i>condicional</i> ” (278)
imperativa	“si exprime uma ordem, uma noção de mando e é expressa pelo <i>modo imperativo</i> ” (278)

optativa	“si exprime permissão, desejo e é expressa pelo modo subjuntivo” (278)
interrogativa	“si exprime para interrogar acerca de um facto” (278)
exclamativa	“si exprime o facto sob a fôrma interjectiva” (278)

Quadro 27 - *Taxionomia* de ‘proposição’ em Maciel (1902[1894])

A ‘proposição composta’ é definida como “aquella que é constituída por duas ou mais proposições simples” e é seguida pela seguinte nota de rodapé “a proposição simples também se diz *periodo simples* e a composta *periodo composto*” (p.278). Em seguida, afirma que a proposição pode ser composta por ‘coordenação’, “desde que as proposições sejam independentes entre si”, ou pode ser composta por ‘subordinação’, “desde que as proposições sejam dependentes entre si” (p. 279)

Maciel classifica tanto as proposições ‘coordenadas’ quanto as ‘subordinadas’ por três parâmetros: o conectivo, a natureza e a função. Assim, abaixo vemos a classificação do autor das ‘proposições coordenadas’ e ‘subordinadas’, segundo esses critérios:

Coordenadas

Conectivo	sindéticas	“desde que estejam ligadas por conjuncção coordenativa expressa” (279)
	assindéticas	“desde que não estejam ligadas por conjuncção coordenativa expressa” (279)
Natureza	aproximadas	“desde que sejam (ou possam ser) ligadas por conjuncção approximativa” (280)
	alternadas	“desde que sejam (ou possam ser) ligadas por conjuncção alternativa” (280)
	adversativas	“desde que sejam (ou possam ser) ligadas por conjuncção adversativa” (280)
	ilativas	“desde que sejam (ou possam ser) ligadas por conjuncção illativa ou conclusiva” (280)
	expositivas	“si o verbo estiver no modo indicativo ou condicional” (280)
Função	imperativas	“si o verbo estiver no imperativo” (280)
	optativas	“si o verbo estiver no subjuntivo” (280)

Quadro 28 - *Taxionomia* de ‘proposição’ em Maciel (1902[1894])

Subordinadas

Conectivo	conjuncional	“sempre que se liga a outra mediante conjuncção subordinativa” (281)
	relativa	“sempre que se liga a outra mediante pronome relativo” (281)
	indefinita	“sempre que se liga a outra mediante pronome ou adjectivo indefinito” (282)
Natureza	substantiva	“sempre que valha logicamente por um substantivo” (282)
	adjetiva	“sempre que valha logicamente por um adjetiva” (282)
	adverbial	“sempre que valha logicamente por um adverbial” (282)
Função	subjativa	“desde que sirva de sujeito a outra” (282)
	objetiva	“desde que sirva de objeto directo ou indirecto a outra” (282)
	atributiva	“desde que sirva de adjuncto attributivo a outra” (282)
	predicativa	“desde que sirva de adjuncto predicativo a outra” (283)
	circunstancial	“desde que sirva de adjuncto adverbial a outra” (283)

Quadro 29 - *Taxionomia* de ‘proposição’ em Maciel (1902[1894])

A seguir, propusemos um quadro com aproximações, por vezes bastante gerais, de *significado* entre as espécies de ‘sentença’ mencionadas pelos seis autores.

Morais Silva	Coruja	Sotero dos Reis	Freire da Silva	Ribeiro	Maciel
Sentença Principal	Oração Principal	Proposição Principal	Proposição Principal	Cláusula Principal	
Sentença Incidente	Oração Incidente	Proposição Incidente	Proposição Incidente		
- explicativa	- explicativa	- explicativa	- explicativa		
-determinativa	- restritiva	- restritiva	- restritiva		
	Oração Absoluta	Proposição Absoluta	Proposição Absoluta	Sentença Absoluta	Proposição Absoluta
		Proposições Aproximadas	Proposições Aproximadas	S. Copulativa S. Adversativa S. Contracta S. Colaterais	Proposição Coordenada
	Oração Subordinada	Proposição Subordinada - Completiva - Circunstancial	Proposição Subordinada - Completiva - Circunstancial	Cláusula Subordinada - C. Subst. - C. Adjetivo - C. Advérbio	Proposição Subordinada -Conjuncional - Relativa - Indefinita - Substantiva - Adjetiva - Adverbial - Subjetiva - Objetiva - Atributiva - Predicativa - Circunstancial
	Oração Simples			Sentença Simples	
	Oração Composta			Sentença Composta	
	Período Composto	Período Composto	Período Composto		Proposição Composta
	Período Simples	Período Simples	Período Simples		Proposição Simples

Quadro 30 - Aproximação de *significado* dos subtipos de ‘sentença’

O quadro mostra que existe certa continuidade, ao menos no que diz respeito a questões mais gerais, como a concepção de que há ‘sentenças’ dependentes e sentenças independentes. Entretanto, é possível notar, por exemplo, que o termo ‘sentença incidente’, que foi a única citada por Moraes Silva, desaparece após Freire da Silva. Já era, aliás, deixada de lado por Sotero dos Reis, que a mencionava como um modo “*vulgar*” de se classificar uma sentença. É possível observar também uma grande variedade na terminologia relativa à ‘sentença subordinada’. Apenas Sotero dos Reis e Freire da Silva, entre os quais há assumida influência, coincidem nesse ponto. Ademais,

Ribeiro mobiliza o conceito de ‘cláusulas’, que provavelmente retirou também do tratamento da sintaxe de Mason. Maciel, por sua vez, aumenta bastante a quantidade de correções específicas a serem consideradas no tratamento da subordinação.

4.1.3. Membros da ‘sentença’

Como vimos anteriormente, na análise do *aspecto analítico* da ‘sentença’, nas obras em análise, ela contém quase sempre os mesmos elementos: o ‘sujeito’, que faz parte de todas as descrições, mas também o ‘verbo’, o ‘predicado’ e o ‘atributo’. Ademais, é preciso lembrar que, embora esse elemento só seja dado como necessário por Coruja (1873[1835]), outros autores também tratam do ‘objeto’ ou ‘paciente’. Adiante, dada a sua recorrência, exploramos os *termos* ‘sujeito’, ‘verbo’, ‘atributo’, ‘predicado’, ‘paciente’, ‘termo’ e ‘objeto’.

4.1.3.1. ‘Sujeito’

4.1.3.1.1. Significado

No quadro abaixo, selecionamos os trechos em que acreditamos estar o *significado*⁶⁴ do termo ‘sujeito’, que mantém o mesmo *significante* nas seis gramáticas. Deixamos em negrito as partes que acreditamos merecer destaque:

Morais Silva (1806)	“O <i>Sujeito</i> , de quem se <i>affirma</i> (p.82)
Coruja (1873[1835])	“O <i>Sujeito</i> da Oração é aquelle que exercita a significação do verbo (1); v. g. Os <i>meninos</i> estudam. <i>Vós</i> aprendeis (2). [Notas:] (1) Sujeito de uma oração nem sempre é o agente do verbo , como se vê nas orações de verbo passivo; nestas o sujeito soffre a acção do verbo , a qual é exercitada por outro que se toma depois delle, como se adiante se verá quando se tratar do verbo passivo. (2) <i>Meninos</i> e <i>Vós</i> são os sujeitos ou agentes . No latim o sujeito da oração põe-se em nominativo .” (p.61-2)
Sotero dos Reis (1866)	“Sujeito é a pessoa ou cousa a que se attribúe alguma qualidade : é a idéa principal , o objecto do juízo .” (p.148)
Freire da Silva (1875)	“Sujeito é a pessoa ou cousa a que se attribúe alguma qualidade : é a idéa principal , o objecto do juízo .” (p.95-6)
Ribeiro (1881)	“representa a cousa a cujo respeito se falla : chama-se <i>sujeito</i> ”(p.194)
Maciel (1902[1894])	Sujeito e o ser de quem se diz alguma cousa (p.225)

Quadro 31 - *Significados* de ‘sujeito’

⁶⁴ O significado ressaltado é o sintático, isto é, a posição que o sujeito ocupa na sentença, não apresentamos o *significado* de sujeito às classes classes de palavras que podem exercer essa função.

Morais Silva, Sotero dos Reis, Freire da Silva, Ribeiro e Maciel definem ‘sujeito’ como um elemento do qual se afirma, se fala alguma coisa ou se atribui alguma qualidade. Como se fosse um tema do qual o restante da ‘sentença’ vai tratar. A definição parece, assim, mais semântica. Coruja, por outro lado, menciona que o ‘sujeito’ é, em alguns casos, agente do verbo, e, em ‘orações passivas’, seria aquele que sofre a ação do verbo. Ademais, Coruja faz em nota um relação com o latim ao dizer que nessa língua o ‘sujeito’ está no caso nominativo. O significado de ‘sujeito’ apresentado por Coruja parece ser mais funcional, portanto.

4.1.3.1.3. Exemplos

Adiante um quadro com os exemplos apresentados para o *termo* ‘sujeito’:

Morais Silva (1806)	v. g. “ <i>este homem virtuoso</i> foi infeliz: » ou por nomes com preposições : v. g. <i>O templo de Deus</i> é lugar santo : » <i>de Deus</i> modifica a <i>o templo</i> , e determina aquelle de que falamos, que é o de Deus verdadeiro.” (p.82-3)
Coruja (1873[1835])	“Os <i>meninos</i> estudam. <i>Vós</i> aprendeis (2). [Notas:] (2) <i>Meninos</i> e <i>Vós</i> são os sujeitos ou agentes.” (61-2)
Sotero dos Reis (1866)	“Exemplo de uma proposição com seus tres termos: «Deus é eterno.» <i>Deus</i> , sujeito; <i>é</i> , verbo; <i>eterno</i> , attributo.” (148)
Freire da Silva (1875)	“Exemplo de uma proposição com seus tres termos: «Deus é eterno.» <i>Deus</i> , sujeito; <i>é</i> , verbo; <i>eterno</i> , attributo.” (95-6)
Ribeiro (1881)	“Neste exemplo << <i>Rosas são flores</i> >> << <i>Rosas</i> >> é o sujeito. Neste outro << <i>Pedro ama</i> >> << <i>ama</i> >> decompõe-se em << <i>é amante</i> >>, e todo o exemplo analisa-se como acima.” (p.194)
Maciel (1902[1894])	“Appareceram de repente <i>os Barbaros</i> sobre os lugares dos Christãos” (225)

Quadro 32 - Exemplos de ‘sujeito’

Notamos que, apesar de usarem categorias diferentes de classes de palavras, a noção de sujeito é a mesma na hierarquia da sentença para todos os autores.

4.1.3.1.3. Taxionomia

Também sob a forma de quadro, seguem as classificações encontradas para ‘sujeito’ nas obras.

Sotero dos Reis (1866)

Gramatical:	O sujeito grammatical é representado por nome substantivo, pronome, oração. com complementos. 149
Total:	O sujeito e o attributo totaes são o sujeito e attributo com complemento. 149
Simples:	Sujeito simples é o que representa um só objecto, ou objectos da mesma natureza. Exemplo do sujeito e attributo simples. [...] «O homem é mortal.» 149

Composto:	Sujeito composto é o que representa objectos diferentes ou de natureza diversa. Exemplo: « Pedro e João são irmãos.» 149-150
Complexo:	Sujeito complexo é o que tem complementos. Exemplo: «O homem que sabe regular sua vida, é prudente.» 150

Quadro 33 - *Taxionomia* de ‘sujeito’ em Sotero dos Reis (1866)

Freire da Silva (1875)

Sujeito Gramatical:	O sujeito grammatical é representado por nome substantivo, pronome, parte da oração substantivada, oração. [...] “A <i>virtude</i> é adorável”. 96
Total:	O sujeito total ou logico é o que representa com toda a inteireza a pessoa ou cousa a que convem alguma qualidade. [...] “O <i>sol</i> é <i>brilhante</i> ” [...]96
Sujeito Simples	:Sujeito simples é o que representa um só objecto, ou objectos da mesma natureza. Exemplo do sujeito e attributo simples. [...] «O <i>homem</i> é <i>mortal</i> .» 97
Composto	: Sujeito composto é o que representa objectos diferentes ou de natureza diversa. Exemplo: « <i>Pedro</i> e <i>João</i> são irmãos.» 97
Incomplexo:	Sujeito e attributo incomplexos são o sujeito e attributo que não teem complementos. Ex.: <i>Deus</i> é <i>misericordioso</i> .” 97
Complexo:	“Sujeito e o attributo complexo são o sujeito e attributo que teem complementos. Ex. do sujeito complexo: «O <i>homem</i> que <i>sabe regular sua vida</i> , é <i>prudente</i> .» 97

Quadro 34 - *Taxionomia* de ‘sujeito’ em Freire da Silva (1875)

Ribeiro (1881)

Sujeito Simples:	é <i>simples</i> quando consta de um só substantivo, de um pronome ou de um infinito de verbo, ex. : << CESAR conquistou as Gallias—EU sou ignorante—ERRAR é proprio do homem >>.
Composto:	é <i>composto</i> quando consta de dous ou de mais substantivos, pronomes ou infinitos de verbos, ex. : << CESAR E POMPEU foram rivaes—EU E TU estamos ricos—COMER E DORMIR são cousas diversas >>.
Complexo:	é <i>complexo</i> quando consta de uma clausula substantivo, de uma phrase, ou de uma citação qualquer, ex. : << QUE ELLE O DISSE é certo—<< POR TODA A PARTE >> é uma phrase usada por Luiz de Camões—O << AMAE-VOS UNS AOS OUTROS >> do Evangelho derribou os templos pagãos >>.
Ampliado:	Chama-se <i>sujeito ampliado</i> o sujeito a que se liga um adjuncto attributivo, ex. : << O general morreu—Affonso, REI DE HESPAÑHA, casou-se—A carta QUE ME ESCREVESTE chegou hoje >>

Quadro 35 - *Taxionomia* de ‘sujeito’ em Ribeiro (1881)

Maciel (1902[1894]:232-233)

Simple	O sujeito diz-se <i>simple</i> , desde que seja constituído por: um substantivo [...] Um pronome. [...] Um infinito substantivado. [...] Uma palavra substantivada.
Composto	Diz-se <i>composto</i> , desde que seja constituído por: Mais de um substantivo. [...] Mais de um pronome. [...] Mais de um infinitivo [...]. Mais de uma palavra substantivada.
Complexo	Diz-se <i>comple.ro</i> , desde que seja constituído por expres- são eu citação qualquer substantivada.
Proposicional	Diz-se <i>proposicional</i> , desde que seja constituído por : Uma proposição conjuncional [...] Uma proposição infinitiva [...] Uma proposição indefinita.
Ampliados	Tanto o sujeito simples como o composto se dizem <i>ampliados</i> , e assim os <i>adjuntos attributivos</i> ou <i>adverbias</i> .

Adiante apresentamos um quadro síntese relativo aos significados das espécies de ‘sujeito’ apontadas nas gramáticas. Nota-se que apenas os ‘sujeitos simples’ e ‘composto’ estão presentes com o mesmo significado em todas as gramáticas. As noções de ‘sujeito gramatical’ e ‘total’, presentes em Sotero dos Reis e Ribeiro, se perde em Ribeiro e Maciel. Ademais, a noção de ‘sujeito complexo’ tem três significados diferentes.

Sotero dos Reis (1866)	Freire da Silva (1875)	Ribeiro (1881)	Maciel (1902)
Suj. Gramatical	Suj. Gramatical		
Suj. Total	Suj. Total		
Suj. Simples	Suj. Simples	Suj. Simples	Suj. Simples
Suj. Composto	Suj. Composto	Suj. Composto	Suj. Composto
Suj. Complexo	Suj. Complexo		
	Suj. Incomplexo		
		Suj. Complexo	
		Suj. Ampliado	
			Suj. Proposicional

Quadro 37 - Aproximações de *significado* dos subtipos de ‘sujeito’

4.1.3.2. ‘Atributo’ e/ou ‘predicado’

4.1.3.2.1. Significante

Somente Coruja (1873[1835]) utiliza os termos ‘atributo’ e ‘predicado’ com o mesmo *significado*. Pode-se notar, entretanto, que o ‘atributo’ ou o ‘predicado’ seria o contraponto do ‘sujeito’ na ‘sentença’ em todas as gramáticas. Moraes Silva (1806), Sotero dos Reis (1866) e Freire da Silva (1875) utilizam o significante ‘atributo’, já Ribeiro (1881) e Maciel (1902) preferem o significante ‘predicado’.

Assim, parece-nos que a mudança de *significante*, que é também acompanhada pela mudança de *significado*, como veremos adiante, pode nos fazer crer numa eventual ruptura na concepção do membro da sentença que faria contraponto ao ‘sujeito’ – termo que, por sua vez, permace estável ao longo de todo o século, como vimos no item anterior.

4.1.3.2.2. Significado

O termo ‘atributo’ aparece como parte essencial da ‘sentença’ nas gramáticas de Morais Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866) e Freire da Silva (1875):

Morais Silva (1806)	O <i>Attributo</i> , que se declara por adjectivos attributivos; v. g. <i>infeliz</i> : outras vezes por nomes com preposições; v.g. “Pedro é <i>sujeito de verdade, de honra</i> » por <i>verdadeiro, honrado</i> : ou “ <i>é homem sem honra</i> . »
Coruja (1873[1835])	<i>Predicado</i> ou <i>Attributo</i> é aquillo que se affirma ou nega do sujeito: v.g. João é bom: Os estudos são necessários (3). [Notas:] (3) Bom e Necessarios são os predicados ou attributos.
Sotero dos Reis (1866)	Attributo e a qualidade que se attribue ao sujeito: é a idea accessoria.
Freire da Silva (1875)	Attributo e a qualidade que se attribue ao sujeito: é a idea accessoria.

Quadro 38 - *Significado* de ‘atributo’

Nota-se que, exceto pelo *significado* dado por Morais Silva, que parte da classe de palavra para chegar à função sintática, o ‘atributo’ é definido em função de sua relação como o ‘sujeito’ (atribui-lhe uma qualidade ou afirmando/negando algo a seu respeito). No quadro abaixo, expomos a definição de ‘predicado’ apresentada por Coruja, Ribeiro e Maciel:

Coruja (1873[1835])	<i>Predicado</i> ou <i>Attributo</i> é aquillo que se affirma ou nega do sujeito: v.g. João é bom: Os estudos são necessários (3). <i>Paciente</i> ou <i>Predicado regido</i> (a que tambem chamamos complemento objectivo ou regimen directo) é aquelle que soffre a ação do verbo; v.g. Vós aprendeis <i>Grammatica</i> ; O mestre iustue os <i>discipulos</i> (4). [Notas:] (3) Bom e Necessarios são os predicados ou attributos. (4) Grammatica e Discipulos são os Pacientes ou complementos directos. No latim o paciente põe-se em accusativo.
Ribeiro (1881)	“o que representa o que se diz a respeito do sujeito : chama-se <i>predicado</i> . Este segundo elemento subdivide-se em dous outros : a) a idéia que se liga ao sujeito : chama-se <i>predicado propriamente dito</i> . b) o laço que prende o predicado propriamente dito ao sujeito : chama-se <i>copula</i> .”
Maciel (1902[1894])	Predicado é aquillo que se diz a respeito do sujeito

Quadro 39 - *Significado* de ‘predicado’

Nota-se que Coruja, como já havíamos mencionado, utiliza os significantes ‘predicado’ e ‘atributo’ para um mesmo *significado*. Entretanto, há também o ‘predicado regido’, que também se associa ao *significante* ‘paciente’, que, por sua vez, seria aquele que sofre a ação do verbo. Este *significado* difere daqueles vistos anteriormente, relativos ao ‘atributo’. Já os *significados* atribuídos por Ribeiro e Maciel ao termo ‘predicado’ aproximam-se daqueles de ‘atributo’. Entretanto, quando se observa a constituição do ‘predicado’ de Ribeiro, nota-se que ele é composto pela ‘cópula’, o que nenhum outro autor menciona.

4.1.3.2.3. Exemplos

No quadro abaixo, expomos os exemplos de ‘atributo’ e ‘predicado’ encontrados nas obras:

Morais Silva (1806)	v. g. <i>infeliz</i> : [...] v.g. “Pedro é <i>sujeito de verdade, de honra</i> » por <i>verdadeiro, honrado</i> : ou “é <i>homem sem honra</i> . »
Coruja (1873[1835])	v.g. João é bom: Os estudos são necessários (3). [Notas:] (3) Bom e Necessarios são os predicados ou attributos. PREDICADO REGIDO
Sotero dos Reis (1866)	“Exemplo de uma proposição com seus tres termos: «Deus é eterno.» <i>Deus</i> , sujeito; <i>é</i> , verbo; <i>eterno</i> , attributo.” (148)
Freire da Silva (1875)	“Exemplo de uma proposição com seus tres termos: «Deus é eterno.» <i>Deus</i> , sujeito; <i>é</i> , verbo; <i>eterno</i> , attributo.” (95-6)
Ribeiro (1881)	“Neste exemplo << <i>Rosas são flores</i> >> << <i>Rosas</i> >> é o sujeito : << <i>são</i> >> a copula; << <i>flores</i> >>, o predicado. Neste outro << <i>Pedro ama</i> >> << <i>ama</i> >> decompõe-se em << <i>é amante</i> >>, e todo o exemplo analisa-se como acima.” (194)
Maciel (1902[1894])	“ex.: <i>resoam do Senhor a gloria</i> [da proposição “Os céos resoam do Senhor a gloria]” (277)

Quadro 40 - Exemplos de ‘atributo’ e ‘predicado’

Notamos que todos os exemplos de ‘atributo’ vêm após o verbo ‘ser’ e representam qualidades do ‘sujeito’; nesse ponto há algo de comum com o ‘predicado propriamente dito’ de Ribeiro. Entretanto, para Ribeiro, o ‘predicado’, também carrega esse verbo, que ele nomeia de ‘cópula’, e mesmo quando essa cópula não está clara, como em “Pedro ama”, deve-se fazer a análise do dado linguístico com ela, como se fosse “Pedro é amante”. Assim, notamos que existe semelhança, quanto aos dados de língua descritos, entre o que Ribeiro chama de ‘predicado propriamente dito’ e o ‘atributo’ dos outros verbos. Já Maciel apresenta um dado de língua bastante diferente ao tratar de ‘predicado’: no exemplo fornecido pelo autor, vemos o verbo da sentença, que não é o verbo “ser”, e o complemento desse verbo.

4.1.3.2.4. Taxionomia

Somente Ribeiro apresenta uma taxionomia de predicados, que apresentamos no quadro abaixo:

Predicado simples	é <i>simples</i> quando expresso por um só verbo
Predicado complexo	é <i>complexo</i> quando expresso por um verbo de predicação incompleta acompanhado por seu complemento.
Predicado ampliado	Chama-se <i>predicado ampliado</i> o predicado a que se liga a um objecto ou um

	adjuncto adverbial
--	--------------------

Quadro 41 - Taxionomia de 'predicado'

4.1.3.3 Verbo

4.1.3.3.1 Significado

O 'verbo' é um elemento específico da 'sentença' em grande parte das gramáticas, mas é também uma classe de palavra; assim, procuramos seu *significado* mais geral em tanto nas seções que tratam da sintaxe quanto daquelas que tratam das classes de palavras. Nem todos os autores, porém, definiam verbo na seção de tratamento da sintaxe; no quadro abaixo, exploramos as definições daqueles que o fazem:

Morais Silva (1806)	5. 3.º <i>O Verbo</i> , que affirma , e ajunta os attributos aos sujeitos ; ou exprime a vontade , e mando : v. g. Tu <i>és</i> amante; <i>sê</i> amante: » o qual verbo muitas vezes é uma só palavra , v. g. <i>amas</i> (por <i>és amante</i>); <i>ama</i> tu (por <i>sê amante</i>); faz uma sentença perfeita . 6. 4. Às vezes o Verbo significa acção, que se emprega no paciente : v. g. <i>feri a Pedro</i> , <i>dei um livro</i> ; e termina em alguém : v. g., <i>dei o livro a Pedro</i> ; <i>deu saúde a um enfermo</i> ; ensinei <i>a Gramatica</i> aos meninos.
Sotero dos Reis (1866)	Verbo, que já ficou definido em logar competente, é o nexo entre os outros dous termos . (148)

Quadro 42 - *Significado* de 'verbo' na seção de tratamento da sintaxe

Morais Silva elenca sete características ao definir o *significado* de 'verbo'. Exprime vontade, une atributos e sujeitos, pode significar ação que se emprega no paciente e terminar em alguém, e sozinho é capaz de formar uma sentença perfeita. Sotero dos Reis menciona apenas uma dessas características, a de unir o sujeito ao predicado.

O *significado* do termo 'verbo' da seção referente às classes de palavras está presente em todas as obras e é citado no quadro abaixo:

Morais Silva (1806)	O Verbo é a palavras, com que declaramos o que a alma julga, ou quer á cerca dos Sujeitos, e dos attributos das sentenças; com elle affirmamos, e mandamos : v.g. Eu <i>sou</i> amante: o pomo <i>é</i> doce: Filho <i>sê</i> temente a Deus, e ama o.
Coruja (1873[1835])	Verbo é a palavra com que na oração significamos a acção, afirmando uma cousa de outra . (15)
Sotero dos Reis (1866)	Verbo é a palavra que serve para affirmar a existencia da qualidade na substancia, pessoa ou cousa, e por consequinte o nexo ou copula que une o attributo ao sujeito da proposição, phrase, sentença, ou enunciado de juizo. Diz-se tambem que é a palavra por excellencia, porque dá vida ao discurso que sem ella não pode existir . A forma primitiva do verbo é uma e unica em todas as linguas: na portugueza, Ser , que quer dizer ser <i>ente</i> indeterminadamente: nas outras o equivalente de, <i>Ser</i> . Divide-se porem o verbo em substantivo e attributivo ou adjectivo , segundo se acha em sua forma

	primitiva, ou unido ao attributo, como, <i>Viver</i> , que quer dizer, <i>ser</i> vivente. É pois propriedade essencial ao verbo, ou propriedade pela qual esta se distingue de todas as outras palavras, o exprimir a afirmação : isto, quer a proposição seja affirmativa, quer negativa.” (38-39)
Freire da Silva (1875)	Verbo é a palavra que serve para affirmar a existencia da qualidade na substancia, pessoa ou cousa, e por conseguinte o nexo ou copula que une o attributo ao sujeito da proposição, phrase, sentença, ou enunciado de juizo. É propriedade essencial ao verbo, ou propriedade pela qual esta se distingue de todas as outras palavras, o exprimir a afirmação : isto, quer a proposição seja affirmativa, quer negativa.
Ribeiro (1881)	“Verbo é uma palavra que exprime a existencia de uma relação entre duas idéias ” (61)
Maciel (1902[1894])	“Verbo é uma palavra de tempo que serve para affirmar e a exprimir simultaneamente um facto. ” (114)

Quadro 43 - *Significado* de ‘verbo’ na seção de tratamento da etimologia ou morfologia

Todos os autores, exceto por Ribeiro, definem ‘verbo’ como a palavra que exprime afirmação. Ribeiro inclusive apresenta argumentos contra essa maneira de se definir o ‘verbo’:

Não se justifica melhor do que as precedentes a definição dada pelo auctor da “Grammatica Geral de Port Royal” “*Verbo é uma palavras que significa afirmação*”. *Affirmação* é evidentemente o opposto de *negação*. [...] |Uma dessas fórmulas, a afirmação, não é mais essencial ao juizo do que a outra, a negação: a natureza de juizo consiste na percepção de uma relação entre duas idéias. (Ribeiro 1881:61)

Entretanto, os outros autores parecem não opor a afirmação do ‘verbo’ à negação. Assim, Ribeiro parece ter uma concepção diferente de ‘afirmação’.

Outro *significado* comum, que se encontra em Coruja, Sotero dos Reis, Freire da Silva, Ribeiro e também em Morais Silva (no *significado* exposto anteriormente), é o de ‘relação’, ‘nexo’ ou ‘junção’; assim, o ‘verbo’ é visto como um elemento de articulação entre dois termos ou duas ideias. Este é um traço de *significado* importante porque está relacionado à noção de ‘verbo substantivo’, visto que estava em voga, no século XIX, uma hipótese acerca do verbo “ser” ser o único verbo verdadeiro, ao passo que os outros seriam a junção do “ser” com um attributo. Essa era a hipótese do ‘verbo substantivo’. Adiante, vemos como cada um dos gramáticos tratou desse tema:

Morais Silva (1806)	Os Grammaticos chamão ao verbo <i>Ser</i> substantivo, porque a elle se ajuntão todos os attributivos, e ainda nomes usados comprehensivamente, ou attributivamente; v.g. <i>ser amado, ferido, amante. Ser vosso</i> , Senhora, me condemna (<i>Camões</i>).” “O campo ensina <i>ser justo</i> ós pequenos [...] (60)
Coruja (1873[1835])	O único e principal verbo (essencialmente fallando) é o verbo <i>Ser</i> , por excellencias chamado <i>substantivo</i> , porque elle sô é quem exprime a existencia de uma qualidade ou attributo no sujeito da Oração: os outros verbos se chamão <i>adjectivos</i> , porque não sendo senão uma reducção ou expressão abreviada da linguagem substantiva, por ella affirmão a acção (se são activos), ou o estado (se são neutros) do sujeito da Oração, na qual servem como de attributo ou predicado: v. gr. quando digo: <i>Eu amo</i> , é o mesmo que dizer: <i>Eu sou amante</i> . Quando digo: <i>Eu vivo</i> , é o mesmo que dizer: <i>Eu sou vivente</i> , etc., porém estas explicações não são proprias de um Compendio. (15n)
Sotero dos	<i>Verbo substantivo</i> é o verbo em sua forma primitiva, ou o verbo, <i>Ser</i> , na lingua

Reis (1866)	portuguesa, como fica dito. Chama-se <i>substantivo</i> o verbo quando se apresenda debaixo desta forma, ou separado do attributo com o qual se combina para formar o chamado verbo <i>attributivo</i> ou <i>adjectivo</i> , porque só elle é o vrbo subsistente por si mesmo, ou o único verbo que exprime a affirmação, e pelo qual se podem resolver todas as proposições de qualquer lingua. Verbo <i>substantivo</i> pois é por opposição ao verbo <i>adjectivo</i> , o verbo não combinado com attributo algum, como se vê nestes exemplos: «Tu <i>es</i> estudioso;» «Predo <i>era</i> sabio;» «Elle <i>foi</i> prudente;» «Nós <i>seremos</i> amigos.» (45-6)
Freire da Silva (1875)	Divide-se o <i>Verbo</i> em <i>Substantivo</i> e <i>Attributivo</i> ou <i>Adjectivo</i> , segundo se acha em sua forma primitiva, <i>Ser</i> , ou unido ao attributo, como, <i>viver</i> , que quer dizer, <i>ser vivente</i> . (51) <i>Verbo substantivo</i> é o verbo que, separado do attributo, ou subsistindo por si mesmo, exprime a affirmação. Só há um, que é o verbo, <i>Ser</i> . (56) <i>Verbo attributivo</i> ou <i>adjectivo</i> é o verbo substantivo formamndo uma só palavra com o attributo grammatical, como por exemplo, <i>amar</i> , que é o mesmo que, <i>ser amante</i> ; <i>mover</i> , <i>ser movente</i> ; <i>pedir</i> , <i>ser pedinte</i> . (57)
Ribeiro (1881)	<i>Verbo substantivo</i> é o que indica a relação entre uma idéia qualquer e a idéia simples de substancia, ex.: « <i>Deus é, foi e será</i> » Ha em Portuguez um só verbo substantivo: é <i>ser</i> . [...] Quando o verbo substantivo relaciona a uma idéias qualquer a idéia de substantica modificada por um predicado, o verbo substantivo, é considerado como simples copula, ex.: « <i>Pedro É bom – estes meninos SÃO inteligentes</i> ». <i>Verbo predicativo</i> é o que indica a existencia de uma relação entre uma idéia de substancia, modificadas por um predicado expresso pela raiz verbal, ex.: « <i>Pedro ama</i> » (equivalente de « <i>Pedro é amante</i> »). (64-5)
Maciel (1902[1894])	A doutrina do verbo <i>substantivo</i> e <i>adjectivo</i> cahiu por estar provado que: (a) <i>Ser</i> tem fôrmas de tres verbos latinos: -- <i>sedere, esse e fui</i> . (b) No estados actual da lingua os verbos adjunctivos tambem seriam <i>substantivos</i> , pois exercem igual funcção; (c) <i>Ser</i> apparece na accepção primitiva de <i>existir</i> e na de <i>acontecer</i> , ex.: « <i>Aqui foi a cidade que Meliapor se chama.</i> » « <i>Previamos os factos e assim foi.</i> » (d) A maior parte dos pretensos verbos <i>adjectivos</i> nem sempre são equivalentes a <i>ser</i> , seguido de um adjectivo terminado por <i>nite</i> e, si assim fosse, haveria as seguintes monstruosidades: <i>ter = ser tenente</i> , <i>vir = ser vinte</i> , <i>agir = ser agente</i> , <i>morrer = ser morrente</i> e outras. (e) <i>Ser</i> é o único verbo que, pela sua quase imprestabilidade syntactiva e significativa, está geralmente sujeito a ellipse, posto que não tenha já sido expresso. « <i>Não há mais novidade que (não seja) arder o palacio do Lavra...</i> » (f) <i>Ser</i> tem apenas ás vezes uma a funcção grammatical puramente formal, pois é quase destituído de significação, limita-se apenas a ligar o adjuncto predicativo ao sujeito e não existe em muitas línguas. (116-7)

Quadro 44 - Significado de ‘verbo substantivo’

Como se pode ver, exceto por Maciel, todos os outros gramáticos analisados descrevem o ‘verbo substantivo’ como o verbo “ser” – o qual seria a ‘cópula’ da concepção de ‘sentença’ desses mesmos gramáticos – e também como elemento essencial de todos os verbos, visto que os outros verbos, chamados de ‘atributivos’, ‘adjetivos’ ou ‘predicativos’, não são mais do que a junção do ‘verbo substantivo’ com algum ‘atributo’. Maciel contraria esse ponto de vista não apenas não utilizando a concepção de ‘verbo substantivo’ na sua gramática, mas também a criticando por meio de diversos argumentos; há, assim, um foco de ruptura no tratamento desse tema, na medida em que é criticado não só um *termo*, mas um modo de conceber e analisar a ‘sentença’. A gramática de Maciel pode ter sido responsável pela queda do uso do termo ‘verbo substantivo’ e por uma mudança na concepção e descrição da sentença na gramaticografia brasileira do português.

4.1.3.3 Taxionomia

Não fizemos, por conta das pretensões desse trabalho, uma análise detalhada de todos os subtipos de ‘verbos’ apresentados. Colocamos foco em três tipos que achamos serem essenciais por serem descritos de formas divergentes nas obras analisadas e estarem relacionados diretamente à sintaxe; são eles: o ‘verbo substantivo’, o ‘verbo adjetivo’ ou ‘atributivo’ e o ‘verbo impessoal e/ou unipessoal’.

Sobre o ‘verbo substantivo’, já falamos brevemente na seção do *significado* de ‘verbo’. Neste momento, daremos atenção ao ‘verbo impessoal/unipessoal’ e, posteriormente, a um exemplo de língua que é frequentemente citado na seção de sintaxe dos autores, o verbo *haver*.

A noção de ‘verbo impessoal’, de acordo com Graffi (2001:98-105), teve concepções diversas, e até excludentes, ao longo do século XIX. Ribeiro e Maciel dedicam uma pequena parte de seção do tratamento da sintaxe a este ‘verbo’, os outros autores, porém, tratam dele apenas na seção relativa às classes de palavras. Adiante, os *significados* apresentados em cada uma das seis obras analisadas.

Morais Silva (1806:54) afirma que “a estes verbos chamão os Grammaticos *impessoaes*, ou carecentes de variações pessoaes; mas elles as tem, ao menos d’as terceiras pessoas”. Coruja (1873[1835]:16n) diz que “[verbos impessoais], que melhor se chamarião unipessoaes, só tem as terceiras pessoas” e acrescenta posteriormente que não são imperfeitas “as [orações] de verbo unipessoal cujo sujeito e paciente tambem nelle se incluem como *Venta; Chove, Troveja.*” (Coruja 1873[1835]:71). Para Sotero dos Reis (1866:118), “[c]hama-se *unipessoal* o verbo que só tem a terceira pessoa do singular [...] é propriedade do verbo unipessoal conter em si o sujeito e o attributo”. Freire da Silva (1875:85) tem um trecho idêntico ao de Sotero dos Reis citado anteriormente. Ribeiro (1881:254) afirma que “[o] verbo impessoal [...] só é usado na terceira pessoa do singular, encerra em si um sujeito como impessoal que se não exprime”. Por fim, Maciel (1902[1894]:117) dá significados diferentes para cada termo, quando diz que verbos são “impessoaes, desde que na sua accepção propria se usem apenas nas terceiras pessoas do singular e não possam ter sujeito determinado, pois exprimem factos que não se pódem attribuir a ninguém”; e que verbos são “unipessoais,

desde que na sua acepção própria se usem tanto na terceira pessoa do singular como na do plural e possam ter sujeito determinado”.

Podemos ver os dados sistematizados no quadro abaixo:

Gramática	Termo	Definição (resumo)
Morais Silva (1806)	Impessoal (discordância)	Tem apenas a 3ª pessoa sg. (e pl).
Coruja (1873[1835])	Impessoal e unipessoal (preferência por este)	Tem apenas a 3ª pessoa sg. e contém sujeito e paciente
Sotero dos Reis (1866)	Unipessoal	Tem apenas a 3ª pessoa sg. e contém sujeito e atributo
Freire da Silva (1875)	Unipessoal	Tem apenas a 3ª pessoa sg. e contém sujeito e atributo
Ribeiro (1881)	Impessoal	Tem apenas a 3ª pessoa sg. e sujeito impessoal
Maciel (1902[1894])	Impessoal	Tem apenas a 3ª pessoa sg. e sujeito indeterminado
	Unipessoal	Tem apenas a 3ª pessoa sg. e pl. e sujeito determinado

Quadro 45 - Dados das definições de ‘verbo unipessoal’ e ‘verbo impessoal’

Observamos que todos os autores falam sobre a defectividade do ‘verbo impessoal ou unipessoal’ em suas definições, ressaltando que este só tem a terceira pessoa (alguns incluem o plural, outros não). Moraes Silva (1806) define o ‘verbo impessoal’ apenas pela sua defectividade. Coruja (1873[1835]) menciona que no nesse ‘verbo’ se incluem o ‘sujeito’ e o ‘paciente’. Sotero dos Reis (1866) e Freire da Silva (1875) dizem que o ‘verbo unipessoal’ contém em si o ‘sujeito’ e o ‘atributo’, isto é, da mesma forma que Coruja, eles assumem que, embora não estejam aparentes (de forma clara), esses elementos, que são também para eles essenciais para a formação de uma ‘sentença/oração/proposição’ (ver adiante, item 5), estão presentes. Ribeiro (1881) e Maciel (1902[1894]) mencionam o ‘sujeito’, que, para Ribeiro é ‘impessoal’ e para Maciel, ‘indeterminado’. Dessa terminologia, pode-se depreender que Ribeiro considera a presença não aparente do ‘sujeito’, visto que o ‘verbo’ o encerra em si. Por fim, o ‘sujeito indeterminado’ de Maciel não pode deixar dúvidas quanto a esse tema após a afirmação do autor de que “o critério da impessoalidade se estatue pela falta do sujeito.” (Maciel 1902[1894]:302). Dessa forma, Maciel é o único autor que expressamente afirma não haver ‘sujeito’ em sentenças com ‘verbos impessoais’.

Em relação ao *significante*, vemos que os autores que utilizam o ‘verbo unipessoal’, exceto por Maciel, o definem de forma semelhante, isto é, um ‘verbo’ que tem somente a terceira pessoa do singular e no qual estão contidos o ‘sujeito’ e o ‘atributo’ ou, no caso de Coruja, o ‘sujeito’ e o ‘paciente’. Já, entre os autores que

utilizam o *significante* ‘verbo impessoal’, existe uma maior variedade. É, entretanto, possível observar que em Ribeiro e Maciel o foco da definição estaria no ‘sujeito’, ao passo que para Moraes Silva, que parece não acatar o uso do termo, ao atribuí-lo a outros gramáticos, não existe nenhuma menção a esse respeito. A partir desses dados, supomos que haja uma correlação entre o termo utilizado (ou criticado) e a definição dada ao termo. É possível também pensar em relações entre a concepção de ‘verbo’ e outros *termos*, as quais procuramos fazer no Capítulo 5, em que observamos o *conteúdo contrastivo* dos *termos internos* e *termos externos* e outras informações presentes nos dois capítulos de análise.

Moraes Silva inicia seu trecho relativo ao verbo “haver” rejeitando a possibilidade de existir uma ‘concordância irregular’, e afirma que existe um ‘sujeito do singular’ para esse ‘verbo’, o qual poderia se tornar “claro”:

Ha homens é uma sentença elliptica, cõ sujeito do singular; i. é, *o mundo, a especie humana* tem homens: “*nesta terra ha boas frutas*; » i.é, a especie das frutas (*ha*) tem, contém: “Em mim *ha dois eus*; » i. é, o meu individuo, sujeito, supposto contém dois eus. [...]” (Moraes Silva 1806:62n)

Para Coruja (1873[1835]:76), há um ‘sujeito’ que costuma vir ‘oculto’, e que pode ser suprido por algumas palavras:

O verbo *Haver*, quando não auxilia, é sempre activo, e costuma vir como sujeito occulto; v.gr. *Ha frutas*; *Ha homens*; *Em mim ha dous eus*: estas sentenças ellipticas devem ser supridas com as palavras seguintes: no primeiro exemplo subentende-se *A terra*; no segundo *A espécie humana*: e no terceiro *O meu individuo*. O verbo *Ser*, quando auxilia tem sempre depois de si *particípio do pretérito*.

Há, para Sotero dos Reis, um ‘sujeito oculto’, em decorrência de um idiotismo da língua, que pode ser pensado em palavras como ‘número’, ‘classe’, ‘especie’ etc.

Ha na lingua portugueza um verbo *unipessoal* que se emprega quasi sempre com sujeito occulto, o verbo *Haver*, com a significação de *existir*. Este sujeito é de ordinario, numero, classe, especie, quantidade, periodo, como se vê nos seguintes exemplos: « *Ha homens* extraordinarios; isto é, *numero, classe, especie* de homens.»; «*Ha dias* que não te tenho visto; isto é, *numero, quantidade* de dias. «*Ha tempos* bem calamitosos; isto é, *espaço, periodo* de tempos.» N. B. O emprego deste verbo com sujeito occulto é um dos idiotismos da língua. (Sotero dos Reis 1866:120-1)

Já Ribeiro (1881) diz que o ‘verbo impessoal’ não pode ter ‘sujeito claro’, que *haver* não necessita mais de ‘sujeito’ do que um verbo como ‘chover’. Diferentemente dos outros três autores, não busca suprir o ‘sujeito’, assumindo que ele não é necessário, como vemos no trecho abaixo:

O verbo *haver* em sentenças como “*Ha homens— Ha fructas—Ha leis*”, conservando-se transitivo, assume o kharacter de verdadeiro verbo impessoal, e não póde ter sujeito claro. [...] não necessita mais de sujeito claro do que *chove, troveja*, ou outro qualquer. (Ribeiro 1881:255)

Além disso, Ribeiro (1881) procura criticar a descrição desse ‘verbo’ feita por gramáticas anteriores, dentre elas as de Moraes Silva (1806) e Sotero dos Reis (1866). Ribeiro afirma que essas gramáticas se utilizam do conceito ‘metafísico’ da ‘elipse’ para descrever o verbo “haver”, o que seria incorreto:

Tambem não passa de **subtileza metaphysica**, condemnada pelos **factos linguisticos**, a explicação que desenvolvidamente dá **Sotero dos Reis**: “O verbo unipessoal *haver*, cuja significação é a mesma de *existir* emprega-se ordinariamente com o sujeito grammatical occulto—*classe, genero, especie, porção, quantidade, numero, tempo, espaço*, etc.—e um complemento expresso desse sujeito precedido da preposição *de*, tambem occulta. Ex. : “Dizei-lhe que tambem dos Portuguezes /Alguns traidores houve algumas vezes” (CAMÕES) A syntaxe regular neste caso é— “Dizei-lhe que tambem numero de alguns traidores portuguezes, ou de entre os Portuguezes, houve algumas vezes. Como a de **Sotero** pecca ainda por **metaphysica** e **falsa** a doutrina de **Moraes**, exposta pelo sr. **Dr. Freire da Silva** nos seguintes termos: “Muitos grammaticos chamam o verbo *haver* de unipessoal, quando empregado, como nas phrases seguintes : *Ha homens extraordinarios—Havia iguarias—Si houver tempo, irei visita-lo*. E’ elle, ao contrario, o mesmo verbo *haver* pessoal e transitivo, com a significação de *ter* ou *possuir*, derivado de *habere* que, em tal caso, é elegantemente usado no singular com o sujeito occulto, o qual facilmente se subentende pelo sentido, como se vê das mesmas phrases que em seguida se acham repetidas com os sujeitos claros : << *Ha homens extraordinarios*, isto é, *O mundo HA* ou *TEM homens extraordinarios—Havia iguarias*, isto é, *a mesa HAVIA* ou *TINHA iguarias —Si houver tempo, irei visita-lo*, isto é, *Si eu HOUVER* ou *TIVER tempo, irei visita-lo* ». (Ribeiro 1881:256 – negritos nossos).

Por fim, Maciel (1902) afirma de forma explícita que o verbo *haver* não tem ‘sujeito’:

O verbo *haver* é impessoal e assim não tem sujeito, do mesmo modo que *chove, troveja, faz calor, esta fazendo do frio* e outras phrases similares e analogas. Além disso, deixaria de ser impessoal, desde que tivesse sujeito, pois o critério da impessoalidade se estatue pela falta do sujeito. (Maciel 1902[1894]:302)

Observamos que os quatro primeiros autores assumem que existe um ‘sujeito oculto’, que pode ser suprido, ao passo que os dois últimos já eliminam tal possibilidade. Este fato nos interessa sobretudo porque, mesmo que Ribeiro aceite a possibilidade de existir um sujeito ‘impessoal’ para ‘verbos impessoais’, como vimos anteriormente, este ‘sujeito’ não pode ser suprido. Parece-nos, assim, que o que Ribeiro critica, e nomeia de “doutrina metafísica” é o fato de os autores anteriores – Moraes Silva, Coruja e Sotero dos Reis, entre outros – procurarem uma forma de suprir esses ‘verbos’, como se eles estivessem subentendidos. Ao procurarem suprir o ‘sujeito’

faltante, os quatro autores indicados acabam por usar o conceito da figura ‘elipse’, ainda que não utilizem esse *termo* claramente, como se dá com Sotero dos Reis.

4.1.4. Concordância

O *termo* ‘concordância’ está presente com o mesmo *significante* em todas as gramáticas analisadas. Seu *significado* é predominantemente funcional, na medida em que não se define ‘concordância’ semanticamente, mas apenas pelos procedimentos que a propiciam. Subtipos de ‘concordância’ aparecem apenas em duas obras gramaticais, de Moraes Silva (1806) e Maciel (1902). A *taxionomia* de ‘concordância’ no *Epítome* de Moraes Silva (1806) compõe-se de uma ‘concordância regular’, a qual deve se dar dos ‘adjetivos’ para com os ‘nomes’, e dos ‘verbos’ para com os ‘sujeitos’, e uma ‘concordância aparentemente irregular’, que se refere às ‘figuras de sintaxe’, que será explicada por meio de figuras como a ‘silepse’ e a ‘síntese’ posteriormente.

1. Nós mostramos, qual é o adjectivo, que modifica um nome, usando do **adjectivo na variação respondente ao genero, e numero do nome**: v.g. *bom homem, mulher honesta, varões doutos, mulheres devotas*. Isto é *concordar o adjectivo com o seu substantivo*. 2. Se os adjectivos tem uma só terminação para os dois generos, e numeros, **por-se hão junto dos nomes**, a quem pertencem: v. g. *nobre marido da Senhora: o marido da nobre Senhora: a casa, ou casas, prestes de tudo*. 3. A relação, que ha entre o nome sujeito da proposição, e o verbo d’ella, móstra se, **usando do verbo na variação pessoal, e no numero correspondentes á pessoa do sujeito, e ao numero d’elle**: v. g. *Eu amo, Tu amas, Pedro ou elle ama ; Nós amamos, Vós amais, Elles amão*. [...] 4. Estas são as **concordancias regulares, e naturaes dos nomes e os adjectivos, e e os verbos**; outras concordancias ha de nomes no singular com adjectivos no plural, e com verbos no plural; e dos adjectivos em diversos generos; dos verbos em diversas pessoas das expressas nas sentenças, as quaes **concordancias dão á cõposição apparencias, ou figuras irregulares**; mas não o são, sendo usadas dos bons autores, e fundadas na theorica geral das Linguas; chamão se pois as taes **concordancias Figuradas**, de que direi no Capit. segundo, e ahi mesmo das *regencias figuradas*. (Moraes Silva 1806:86-7 – negritos nossos)

Coruja, embora não proponha tipos específicos de concordância, também ressalta que ela pode-se dar entre ‘adjetivos’, ‘pronomes’ e ‘participios’, que concordam em gênero e número com ‘substantivo’, ou entre ‘verbos’ que concordam em ‘número’ e ‘pessoa’ com o ‘sujeito’.

Sintaxe natural ou é de Concordancia, ou de Regencia: pela de **Concordancia os adjectivos, pronomes e participios concordão com seus substantivos em genero e numero** (nota: No latim tambem concordão em caso.), como se vê em *Bons meninos; Estes homens; Probidade conhecida* (nota: *Bons* é o adjectivo; *Este* o pronome; *Conhecida* o participio; concordando cada um delles com o substantivo a que vem unido); e **os verbos concordão com seus seus sujeitos em numero e pessoa**, como se vê nos exemplos seguintes; *Vós estudaís; A mocidade*

trabalha (nota: *Estudais* concorda com *Vós* na 2ª pessoa do plural; *Trabalha* concorda com *Mocidade* na 3ª do singular). (Coruja 1873[1835]:61 – negritos nossos)

Sotero dos Reis (1866) apresenta um leque mais variado de *significado* em que se pode dar a ‘concordância’. Como se pode ver nos trechos citados abaixo, há: (1) a ‘concordância’ do verbo com o sujeito em pessoa e número, (2) quando há mais de um sujeito coordenados, ainda que ambos estejam no singular, o verbo deve ir ao plural, (3) o adjetivo concorda com o nome em gênero e número, e (4) se houver mais de um substantivo, ainda que estejam no singular, o adjetivo deve ir para o plural (5) o nome atributo, que seria o nome com função de atributo, não precisa necessariamente concordar com o nome, (6) o adjetivo conjuntivo deve concordar em gênero e número com o termo antecedente claro e um conseqüente quase sempre oculto (7) por fim, o adjetivo conjuntivo deve concordar em gênero e número com um termo antecedente quase sempre oculto.

O *verbo* concorda com o sujeito em pessoa e numero, acomodando-se pela forma á pessoa e numero do sujeito. Exemplos: «Eu *delibero*», «O homem *pensa*.», «Vós *estudais*».[...] Com mais de um sujeito, ainda que seja cada um do singular, o verbo se põe regularmente no plural, concordando com todos, quer elles estejam ligados por conjunções, quer não. Por isso dizem os grammaticos que muitos sujeitos do singular fazem um do plural. Exemplos: «Camões e Tasso compuzerão epopéas.» O *adjectivo* concorda em genero o numero [...] com o nome que qualifica, ou determina, accomodando-se a elle pela forma. Exemplo do *adjectivo*, qualificando o nome: «As orações *fervorosas* agradão a Deus.» Exemplo do *adjectivo*, determinando o nome. «*Este* homem é sabio.» [...] O nome que se *adjectiva* pela suppressão do artigo [nome atributo], pode servir de attributo, sem que seja necessário ser do mesmo genero e numero do sujeito. Exemplos:— «A ira é *furor*.» «Os captivos forão *presa* dos soldados.» [...] Quando o *adjectivo* qualifica muitos nomes põe-se no plural. Exemplos: «A terra e a lua são *redondas*.» [...] O *adjectivo conjuntivo* [...] concorda em genero e numero com um termo antecedente claro, e outro conseqüente quasi sempre occulto. Exemplos:— «A guerra, *que* se preparava, não chegou a realisar-se: isto é, a *guerra*, a qual *guerra*.» «O navio, *cuja* vinda se esperava, não chegou; isto é, o *navio* do qual *navio* se esperava a vinda.» [...] O *adjectivo interrogativo* [...] concorda em genero e numero com um termo antecedente quasi sempre occulto, ou puramente mental, e outro conseqüente claro. Exemplos: «Que dizes; isto é, quero saber a cousa que, ou qual *cousa* dizes?» «Por quem esperas; isto é, desejo conhecer o *homem*, o individuo, por que, ou por qual *homem*, ou *individuo* esperas?» [...] Estas proposições tambem se podem explicar pela seguinte maneira: «Pergunto pela coma que, ou qual *cousa* dizes?» «Pergunto pelo indivíduo por que, ou por qual *individuo* esperas ?» (Sotero dos Reis 1866:153-161)

Freire da Silva (1875) elenca as mesmas sete possibilidades de ‘concordância’ apresentadas por Sotero dos Reis (1866).

Na gramática de Ribeiro, diferentemente das outras cinco obras analisadas, não se encontra uma seção específica para o tratamento da ‘concordância’. Há, no entanto, na seção chamada “Regras de Sintaxe”, o *significado* da ‘concordância’ para certas classes de palavras: o ‘artigo’, o ‘adjetivo’ e o ‘verbo’. A seção apresenta uma

minuciosa descrição das regras de concordância para essas classes de palavras, assim, na citação de trechos que fazemos abaixo estão apenas as primeiras regras, mais gerais:

O artigo concorda sempre em gênero e número com o substantivo cuja significação particulariza, ex.: << **O** homem—**A** mulher—**Os** homens—**As** mulheres >>. (Ribeiro 1881:206 – negritos do original)

Geralmente o adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo a que se refere, ex. : << *O* homem branco—*A* mulher branca—*Os* homens brancos—*As* mulheres brancas >>. (Ribeiro 1881:212)

O verbo concorda com o sujeito em número e pessoa, ex. : << *O* homem é mortal—*Eu* sou estimado >>. O verbo na voz passiva também concorda em gênero com o sujeito, ex. : << *Tu* eras casada—*As* filhas de Loth não foram poupadas >>. (Ribeiro 1881:258)

Maciel (1902[1894]), por fim, apresenta a ‘concordância nominal’ e a ‘concordância verbal’ como sendo as duas espécies de concordância. Abaixo, o *significado* atribuído por Maciel a elas, conjuntamente com os outros tipos de ‘concordância’ que delas sucedem.

Concordância nominal	Concordância nominal é a conformidade da flexão nominal com o gênero e número do substantivo.
	O adjetivo, de função predicativa ou atributiva, assume a flexão do gênero e número do seu substantivo.
	O particípio passado, em função predicativa ou atributiva, assume o gênero e número do substantivo modificado. [...] Ficará, porém, invariável nas expressões constituídas com os verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> .
Concordância verbal	Concordância verbal é a conformidade da flexão verbal ou conjugativa com o número e pessoa do sujeito
	Sujeitos coordenados – Assumirá sempre o plural do verbo cujos sujeitos são coordenados pelos equivalentes da conjunção <i>e</i> .
	Diz-se que a concordância se effectua por <i>attracção</i> , sempre que o verbo não concorda com o sujeito, mas com o adjuncto d’estes.

Quadro 46 - Subtipos de ‘concordância’ em Maciel (1902[1894])

Além disso, há a ‘concordância semiótica’, que seria referente ao sentido e não às flexões de palavra, seja em relação à concordância nominal, seja em relação à verbal, como vemos no *significado* abaixo:

Concordância semiótica ou latente é aquella em que as flexões não se governam pelas palavras expressas, mas por outras accommodadas ao sentido. Assim nos tractamentos politicos e familiares, constituídos pelas expressões — V. S.^a, V. Ex.^a, V. Alteza, V. Majestade, V. Mercê, Você, os adjectivos e particípios concordam nessas expressões conforme a pessoa a quem ellas se referem e assim dizemos : V. Exa. é *amado* ou *amada*. V. Alteza está *grata* ou *grato*, pois são communs aos dous sexos. Os autores, imperantes, professores, escriptores, os bispos, etc., empregam o verbo na 1.^a pessoa do plural, mas os adjectivos e particípios podem assumir a flexão do singular, ex. : « Antes sejamos breve que prolixo ». (Maciel 1902[1894]:255-6)

Em relação aos procedimentos linguísticos eleitos como concordância, pode-se ver nas obras gramaticais de Morais Silva e Coruja, que os *significados* são os mesmos, e são em número pequeno. Já Sotero dos Reis e Freire da Silva aumentam consideravelmente os *significados* em que se pode observar ‘concordância’, a qual muitas vezes se dá com termos ocultos. Ribeiro, por sua vez, menciona a concordância apenas ao tratar de determinadas classes de palavras na seção de sintaxe. Maciel, por fim, parece se aproximar da simplicidade do conceito de ‘concordância’ que havia no início do século, entretanto, com novas maneiras de expressá-la.

Em relação à *taxionomia*, apenas Morais Silva e Maciel propõem tipos mais gerais de ‘concordância’. Esses tipos, consideradas os significados a eles atribuídos pelos autores, poderiam ser aproximados neste quadro:

Morais Silva	Maciel
C. regular	C. nominal
	C. verbal
C. irregular	C. semiótica

Quadro 47 - Aproximações de *significado* dos subtipos de ‘concordância’

Por fim, em relação aos *exemplos*, muitos deles são correspondentes. Chamam atenção os seguintes exemplos de tanto Sotero dos Reis quanto Freire da Silva:

- «A guerra, *que* se preparava, não chegou a realizar-se: isto é, a *guerra*, a qual *guerra*.»
- «O navio, *cuja* vinda se esperava, não chegou; isto é, o *navio* do qual *navio* se esperava a vinda.»
- «Que dizes; isto é, quero saber a *cousa* que, ou qual *cousa* dizes?»
- «Por quem esperas; isto é, desejo conhecer o *homem*, o indivíduo, por que, ou por qual *homem*, ou *indivíduo* esperas?»
- «Pergunto pela *coma* que, ou qual *cousa* dizes?»
- «Pergunto pelo indivíduo por que, ou por qual *indivíduo* esperas ?»

Esses *exemplos* configuram ‘concordâncias’ bastante particulares, apenas mencionadas por eles, e que têm como uns dos elementos envolvidos na relação de da concordância uma palavra que, como eles mesmo dizem, está “quase sempre oculta”. O que mostra que esses dois autores consideravam haver ‘elipses’ de determinados pronomes; tais ‘elipses’ são citadas somente por eles.

4.1.5. Hierarquia das partes da sentença: ‘regência’, ‘complemento’, ‘relações’ e ‘funções’

Neste tema não estamos tratando de um único *termo*, mas de uma concepção abstrata que está presente nas seis gramáticas analisadas, que é justamente a hierarquia das partes da ‘sentença’, isto é, como, no entendimento de cada um dos autores, as palavras travam relações entre si, sobretudo as relações de dependência, para formar uma ‘sentença’. Morais Silva, como veremos adiante em maior detalhe, utiliza o *termo* ‘regência’, já Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva, parecem ter o *termo* ‘complemento’ como base dessa reflexão acerca desse tipo de relação. Ribeiro e Maciel, por sua vez, utilizam os *termos*, próximos em significado, ‘relação’ e ‘função’, respectivamente.

Como já mencionamos anteriormente, Morais Silva (1806) apresenta o seguinte *significado* para a ‘regência’: “as regras, que ensinão a mostrar as relações entre os nomes, por meyo das preposições, e casos, ou da collocação”. Assim, é notável que este *termo* esteja relacionado a outros três: ‘preposições’, ‘casos’ e ‘colocação’. Abaixo, o primeiro parágrafo da seção dedicada à ‘sintaxe de regência’:

As relações dos nomes mostram se pelos **casos** em *Me, Te, Se, Lhe, Nos, Vos, Lhes* sem preposições ; pelos casos *Mim, Ti, Si, Migo, Sigo, Nós, Vós, Nosco, Vosco*, acompanhados de preposições. As **relações** dos **nomes, que não tem casos**, indicão se pelo **lugar, que tem na sentença; ou por preposições**, que significão a **relação**, em que o **nome regido**, ou o segundo termo de uma relação está com o seu **antecedente** só, ou acompanhado de adjectivo, ou verbo. (Morais Silva 1806:88-89 - negritos nossos)

Pode-se ver, assim, que, para Morais Silva, há três modos de se estabelecer a ‘regência’, ou as ‘relações’ que os ‘nomes’ travam entre si. A primeira opção é o ‘caso’, que, como se pode ver, é efetivamente o que hoje chamamos de “caso morfológico”. A segunda refere-se a posição em que a palavra ocorre na ‘sentença’, dessa forma, como exemplifica Morais, “Se o sujeito é nome sem caso, e o verbo tem paciente sem preposição, antepõe-se o sujeito ao verbo: v.g. “A aguiã matou a serpente:»”. Por fim, a terceira maneira é a presença de ‘preposições’, como neste caso:

A indica o *paciente*; e o *termo* da acção; o *lugar para onde alg~ua coisa se move*; *a que outra está proxima*; v. g. mora *ao* arco da Graça : *o modo porque al- g~ua coisa se faz* ; v. g. *á* pressa; ir *a* cavallo; supirar *a* medo; *estar a tento*; *á conta*; *a direito* com alguem. (Morais Silva 1806:94)

É importante ressaltar que Morais Silva passará as seguintes oito páginas de sua curta seção de tratamento da sintaxe (a qual tem apenas quarenta páginas) apresentando

outras preposições e suas funções. Pode-se concluir que o autor tinha um interesse especial em descrever a ‘regência’ por meio de preposições.

Coruja, embora, como já vimos, distinga na ‘sintaxe natural’ a ‘sintaxe de concordância’ e a de ‘regência’, pouco falará sobre essa última, considerando que o termo ‘regência’ aparece poucas vezes na seção de tratamento da sintaxe do autor, as quais apresentamos abaixo:

Sintaxe natural ou é de Concordancia, ou de **Regencia**: pela de *Concordancia* os adjectivos, pronomes e particípios concordão com seus substantivos em genero e numero, como se vê em *Bons meninos*; *Estes homens*; *Probidade conhecida*: e os verbos concordão com sos seus sujeitos em numero e pessoa, como se vê nos exemplos seguintes; *Vós estudaís*; *A mocidade trabalha*. Pela **Regencia** os Verbos e Preposições podem ter por seu regime o Substantivo, o Pronome, a Oração, o simples Verbo do Infinito, e mesmo alguma outra parte da Oração, como adiante se verá. (Coruja 1873[1835]:61 – negritos nossos)

Posteriormente, entretanto, Coruja não falará de ‘regência’ apenas quando tratar de preposições, no seguinte trecho:

Sobre **as preposições que devem reger as circumstancias de uma oração**, não se póde estabelecer regra certa: as circumstancias pódem ser regidas daquellas preposições que parecerem mais convenientes ao sentido da oração. Por meio de exemplos farei uma exposição mais clara **das circumstancias e das preposições que as regem**. (Coruja 1873[1835]:65-6 – negritos nossos)

De forma semelhante a Morais Silva, Coruja faz uma lista de circunstâncias e de que proposições podem servir para expressá-las, seguidas de exemplos. Entretanto, antes dessa seção, há um dedicada aos ‘complementos’, a qual parece ser relevante para o tema que estamos tratando, isto é, a hierarquia dos elementos da sentença.

Complemento, grammaticalmente fallando, é a **palavra ou palavras que servem de complementar o sentido de outra palavra, determinando-o ou explicando-o**. Ha complementos de substantivo, de adjectivo, de verbo, e de preposição, v.g. Em—Filho de Deos—*De—Deos* é complemento da preposição *De*. Em — Tenho saude — *Saude* é complemento do verbo *Tenho*. Em rico de outro — *De ouro* é complemento do adjectivo *Rico*. O complemento póde ser **Objectivo, Terminativo, Restrictivo, ou Circunstancial**. (Coruja 1873[1835]:64-5 – negritos nossos)

Abaixo, um quadro com a *taxionomia* de ‘complemento’ dessa gramática:

Compl. objetivo	<i>Paciente ou Predicado reqido</i> (a que tambem chamamos complemento objectivo ou regimen directo) é aquelle que soffre a acação do verbo; v.g. Vós aprendeis <i>Grammatica</i> ; O mestre instrue os <i>discipulos</i> (nota: <i>Grammatica</i> e <i>Discipulos</i> são os Pacientes ou complementos directos. No latim o paciente pões-se em accusativo). (p.62)
------------------------	--

	Complemento <i>objectivo</i> é a palavra sobre que recebe a acção do verbo activo, i. é, o paciente do verbo; e por isso sempre o acompanha. Nestas orações -- Tenho saúde; Amo a Deos; Feriste-me, -- as palavras <i>Saude</i> , <i>a Deos</i> , e <i>Me</i> são complementos objectivos do verbo a que vem unidos. O complemento, ou complemento directo, para o distinguir dos outros que são indirectos. (p.64)
Compl. terminativo	Complemento <i>Terminativo</i> é a palavra em que vai terminar a significação relativa do verbo ou adjectivo a que vem unido na oração. Nestas orações -- Deu meus livros a Pedro; Francisco tem sido util a sua mãe, -- <i>A Pedro</i> é complemento terminativo do verbo <i>Dei</i> ; e <i>A sua mãe</i> é complemento terminativo do adjectivo <i>Util</i> . Quando dizemos -- Horas proprias para a lição; Saudades da patria; Contento com a sua sorte: as palavras -- <i>Para a lição</i> . <i>Da patria</i> , <i>Com a sua sorte</i> são complementos terminativos. (p. 64)
Compl. restritivo	Complemento <i>restrictivo</i> é a palavra que restringe a significação vaga do sunstantivo, a que vem unido. Nestas palavras -- Filho de Deos; Homem de honra -- <i>De Deos</i> é complemento restrictivo de <i>Filho</i> ; <i>De honra</i> é complemento restrictivo de <i>Homem</i> . Quando este complemento se faz por pronome pessoal, exprime-se pelos possessivos pois dizemos: <i>Meu filho</i> e não <i>Filho de mim</i> ; <i>Vosso livro</i> e não <i>Livro de vós</i> . Muitas vezes os adjectivos qualificativos se tomão como complementos restrictivos dos substantivos com que concordão; como em <i>Homem probo</i> . <i>Senhora distincta</i> , que exprime o mesmo que <i>Homem de probidade</i> ; <i>Senhora de distincção</i> . Em geral as circunstancias que indicão relações de posseção e de qualidade são complementos restrictivos. (p.65)
Compl. circunstancial	Complemento <i>circunstancial</i> é todo aquelle que não é essencialmente necessario é integridade grammatical da oração. Taes são as circunstancias que indicão relações de lugar, causa, modo, companhia, instrumento, tempo, materia; cujos exemplos abaixo se encontrão quando se trata das circunstancias da oração. (p.65)
	oracional Também há circunstancias ou complementos oracionais (a que os Latinos chamão Ablativos absolutos ou oracionais) os quaes ordinariamente são regidas de proposições occultas; v.g. <i>Concluido o negocio: Governando Nero</i> ; que é o mesmo que dizer: <i>Depois de concluido o negocio; Em governando Nero</i> . Chamão-se oracionais, porque dellas se podem formar Orações: v.g. <i>Depois que o negocio se concluiu; Quando Nero governar</i> .

Quadro 48 - Taxionomia de ‘complemento’ em Coruja (1873[1835])

Sotero dos Reis (1866) não menciona o termo ‘regência’ e dedica grande parte de sua seção de tratamento da sintaxe ao *significado* e *taxionomia* do termo ‘complemento’. O *significado* é este:

Nas linguas que teem casos como o Latim e o Grego, as relações de subordinação das palavras entre si são expressas pelos casos, isto independentemente das preposições claras ou subentendidas que os possão ligar, o que no Latim só tem cabimento a respeito do accusativo, quando não é complemento directo ou objectivo, e do ablativo; pois a proposição, *tenus*, que se pospõe algumas vezes ao genitivo, é uma excepção, ou faz antes suppôr algum ablativo occulto. Nas linguas que não teem casos como o Portuguez e suas analogas derivadas do Latim, essas relações são expressas pelos complementos das preposições, que se ligão por ellas ás palavras de que são dependencia, com excepções unicas do complemento directo ou objectivo, que ainda assim é no Portuguez ligado ao verbo pela preposição, *a*, quando é nome de pessoa como já fiz ver, e do complemento indirecto ou terminativo, quando é algum pronome. (p.164)

Vemos, portanto, que, para Sotero dos Reis, os ‘complementos’, os quais são em maioria acompanhados por ‘preposições’, exercem funções similares às que os ‘casos’

tinham em línguas como o grego e o latim, isto é, expressar relações de subordinação ou dependência das palavras entre si. Adiante, a sua *taxionomia* do ‘complemento’.

Compl. objetivo	O <i>complemento directo</i> ou <i>objectivo</i> do verbo transitivo, que já ficou definido que cousa seja quando tratei deste verbo, pode ser nome, pronome, qualquer parte da oração substantivada, oração. (p. 173)
Compl. terminativo	O complemento <i>terminativo</i> , que já em outro lugar defini, modifica também o appellativo quando é relativo, determinando-lhe a relação. Por exemplo. <i>inclinação</i> , é um nome relativo, de relação indeterminada, porque pode ser inclinação á qualquer cousa; mas si lhe juntarmos o complemento, ás armas, fica a relação do nome determinada, <i>inclinação ás armas</i> , pelo complemento <i>terminativo</i> . (p.168)
Compl. restritivo	Chama-se <i>restritivo</i> o complemento que restringe a significação vaga do appellativo, determinando-a. Por exemplo, <i>amor</i> , é um nome de significação vaga, porque significa qualquer amor; mas se lhe juntarmos o complemento, <i>da virtude</i> , fica a significação da palavra restringida á de, <i>amor da virtude</i> , e por conseguinte determinada. O <i>complemento restrictivo</i> exprime principalmente: 1.º A propriedade, a possessão. 2.º O fim, o objecto. (p.165-166)
Compl. circumstancial	Chama-se <i>circumstancial</i> o complemento que acrescenta alguma circumstancia ao adjectivo, ou ao verbo, e que especificarei em cada uma dellas quando tratar dos complementos do ultimo. (p. 171) O <i>complemento circumstancial</i> que se junta ao verbo <i>attributivo</i> , modifica-o, acrescentando alguma circumstancia ao attributo nelle incluido, o pode ser, como o directo e o indirecto, nome, pronome, parte de oração substantivada, oração. São principaes circumstancias expressas por este complemento:—O <i>modo</i> ; o <i>meio</i> ; o <i>instrumento</i> ; a <i>causa</i> ; a <i>origem</i> ; o <i>fim</i> ; a <i>companhia</i> ; a <i>ordem</i> ; a <i>op- posição</i> ; a <i>exclusão</i> ; a <i>materia</i> ; o <i>preço</i> ; a <i>medida</i> ; o <i>espaço</i> ; a <i>distancia</i> ; o <i>tempo</i> que se divide era <i>tempo anterior</i> , <i>actual</i> , <i>posterior</i> ; o <i>logar</i> que se divide em <i>logar onde</i> , <i>donde</i> , <i>para onde</i> , <i>por onde</i> . (p.178)

Quadro 49 - *Taxionomia* de ‘complemento’ em Sotero dos Reis (1866)

Embora possamos notar que a *taxionomia* de ‘complemento’ de Sotero dos Reis é bastante similar à de Coruja, a forma como o autor maranhense organiza a exposição dela é diferente. Sotero dos Reis apresenta os ‘complementos’ de acordo com a classe de palavra que ele complementa, as quais são o ‘nome apelativo’, o ‘nome adjectivo’ e o ‘verbo attributivo’, da seguinte forma:

Nome apelativo		Compl. restritivo
	n. ap. relativo	Compl. terminativo
Nome adjectivo	n. adj .relativo	Compl. terminativo
		Compl. circumstancial
Verbo attributivo	v. transitivo	Compl. directo/objectivo
	v. relativo	Compl. terminativo
		Compl. circumstancial

Quadro 50 - Organização da *taxionomia* de ‘complemento’ em Sotero dos Reis (1866)

Em seguida, explica quais são as funções de cada um desses ‘complementos’ em relação a essas classes de palavras que estão no quadro.

Freire da Silva, embora inspirado em Sotero dos Reis e apresentando a mesma *taxionomia* para o termo ‘complemento’, organiza as informações de forma diferente, indo do ‘complemento’ para as classes de palavras que ele complementa, da seguinte forma:

Compl. Restritivo	nome apelativo
Compl. objetivo ou direto	verbo transitivo
Compl. terminativo ou indireto	verbo relativo
	adjetivo relativo
	nome relativo
Compl. Circunstancial	adjetivo
	verbo

Quadro 51 - Organização da *taxionomia* de ‘complemento’ em Freire da Silva (1875)

Os *significados* de cada um dos ‘complementos’ apresentados por Freire da Silva (1875) são:

Compl. restritivo	“é o que restringe a significação vaga do apellativo, determinando-a. Este complemento é sempre regido da preposição, <i>de</i> , e pode ser nome, verbo ou oração. (p.103)
Compl. objetivo ou direto	“é o que representa o objecto – pessoa ou cousa – sobre que recae a acção do sujeito do verbo transitivo. Este complemento, quando nome de pessoa é precedido da preposição <i>a</i> ; quando nome de cousa, não; e pode ser nome, pronome, qualquer parte da oração substantivada, oração. (p.105)
Compl. terminativo ou indireto	“é o termo que modifica o verbo, o adjectivo e nome relativos, determinando-lhes a relação. Este <i>complemento</i> ou <i>termo de relação</i> , que tambem pode ser nome, pronome, parte da oração substantivada, oração, é precedido de preposição, excepto quando é algum dos casos dos pronomes pessoaes, porque então pode deixar de levar preposição antes de si.” (p.105)
Compl. circunstancial	“é o que modifica o adjectivo ou o verbo, accrescentando-lhes alguma circumstancia por preposição accommodada. Como o objectivo e terminativo pode este complemento ser nome, pronome, parte da oração substantivada, oração.” (p.106)

Quadro 52 - *Taxionomia* de ‘complemento’ em Freire da Silva (1875)

Significados estes que se assemelham aos de Sotero dos Reis e também Coruja.

Para tratar da hierarquia dos elementos da ‘sentença’, Ribeiro utiliza o conceito de ‘relação’. São ‘cinco’ as relações que palavras ou grupos de palavras podem ter na construção de sentença: ‘relação subjectiva’, ‘relação predicativa’, ‘relação atributiva’, ‘relação objetiva’ e ‘relação adverbial’, das quais são apresentados os seguintes *significados*:

R. subjectiva	<i>Relação subjectiva</i> é relação em que o sujeito de uma sentença está para com o seu predicado. Póde estar em relação subjectiva um nome, um pronome, uma parte da oração substantivada, uma clausula, uma sentença. (p. 196)
R. predicativa	<i>Relação predicativa</i> é a relação em que o predicado de uma sentença está para com o

	seu sujeito. A relação predicativa pôde ser expressa, ou por um verbo sómente, quando é completa a sua predicação ; ou por um verbo de predicação incompleta juncto com o seu complemento. (p.196)
R. attributiva	<i>Relação attributiva</i> é a relação em que a palavra que representa alguma qualidade, alguma circumstancia da cousa de que se falla, está para com a palavra que representa tal cousa, isso sem que haja asserção, sem que se faça uso do verbo para mostrar a connexão entre ambas existentes. (196)
R. objectiva	<i>Relação objectiva</i> é a relação em que está para com um verbo de acção transitiva o objecto a que se dirige, ou sobre que se exerce essa acção. [...] A palavra que está em relação objectiva para com um verbo chama-se <i>objecto</i> ou <i>paciente</i> desse verbo. Como uma acção só pôde ser exercida sobre uma cousa, só podem tambem servir de objecto substantivos ou então palavras, phrases, clausulas e sentenças tomadas como taes, isto é, substantivadas.
R. adverbial	<i>Relação adverbial</i> é a relação em que está para com um substantivo, adjectivo, verbo ou adverbio a palavra que modifica a natureza das relações entre elles existentes. 1) <i>de tempo</i> 2) <i>de logar</i> 3) <i>de ordem</i> 4) <i>de modo</i> 5) <i>de conclusão</i> 6) <i>de quantidade</i> 7) <i>de affirmacão</i> 8) <i>de negação</i> 9) <i>de duvida</i> 10) <i>de exclusão</i> 11) <i>de designação</i> . As palavras que na construcção de sentenças já estejam em diferentes relações, podem estar em qualquer relação para com outras.

Quadro 53 - *Taxionomia* de ‘relações’ em Ribeiro (1881)

Maciel (1902[1894]:224) apresenta o termo ‘função’, que tem o seguinte significado: “Diz-se *funccção* o papel que na proposição exerce a palavras, como resultado syntactivo das sua relações”. São seis: ‘subjectiva’, ‘predicativa’, ‘attributiva’, ‘objectiva’, ‘vocativa’ e ‘adverbial’. No quadro abaixo estão os *significados* de cada uma delas.

Função subjectiva	A palavra ou expressao em função subjectiva diz-se <i>sujeito</i> . <i>Sujeito</i> é o ser de quem se diz alguma cousa. O sujeito pôde ser expresso a) Por um <i>substantivo</i> b) Por um <i>pronome</i> c) Por um <i>infinitivo substantivado</i> d) Por qualquer palavra substantivada.
Função predicativa	A palavra ou expressão em função predicativa diz-se <i>predicado</i> . Predicado é aquillo que se diz a respeito do sujeito e pode ser constituido : A) Por um verbo de predicação <i>completa</i> isoladamente, B) Por um verbo de predicação <i>completa</i> modificado por um ou mais <i>adjuntos adverbiaes</i> , c) Por um verbo de predicação incompleta, integralizado por objecto directo ou indirecto, d) Por um verbo de predicação incompleta, integralizado por adjunto predicativo, referente ao sujeito, E) Por um verbo de predicaçao dupla, integralizado ao mesmo tempo pelo objecto directo e o indirecto, F) Por um verbo de predicaçao dupla, integra lizado por adjunto predicativo referente ao objecto.
Função attributiva	A palavra ou expressão em função attributiva diz-se adjunto attributivo. Adjunto attributivo vo é toda palavra ou expressão modificando ao <i>substantivo</i> , mas não constituindo <i>asserção</i> . O adjunto attributivo pôde ser expresso. a) Por adjectivo descriptivo, b) Por adjectivo <i>designativo</i> , c) Por um <i>substantivo</i> (ou palavra substantivada) precedido de proposição, d) Por um apposto, e) Por uma proposição relativa, f) por uma proposição conjuncional, g) Por uma proposição infinitiva, h) Por uma expressão qualquer.
Função objectiva	A função objectiva é exercida por uma palavra ou expressão a que se transmite immediata ou mediatamente a acção do verbo de predicação incompleta. A palavra em função objectiva diz-se <i>objecto</i> , que pó de ser directo ou indirecto O objecto directo pôde ser expresso, a) Por um substantivo, b) Por um pronome, c) Por adjectivo substantivado, d) Por um infinitivo substantivado, e) Por uma proposição infinitiva, F) Por uma proposição conjuncional, G) Por uma proposição indefinita, H) Por uma expressão interjectiva, i) Por uma expressão não interjectiva, j) Por uma

	proposição ou período inteiro, servindo de citação a outro.
Função vocativa	A palavra ou expressão que, posta interjectivamente na proposição, indica a pessoa ou coisa a que nos dirigimos, chama-se vocativo. O vocativo geralmente pôde ser a) Subjectivo, isto é, ter por termo fundamental o -pronome sujeito oculto ou claro b) Objectivo, isto é, servir de objecto ou ter por termo fundamental o pronome objecto.
Função adverbial	A função adverbial é exercida por uma palavra ou expressão que, mediante uma circunstancia, modifica o verbo, o adjectivo e ate outro. A palavra ou expressão em função adverbial diz-se adjunto adverbial. O adjunto adverbial pôde ser expresso A) Por um advérbio, B) Por um adjectivo adverbiado, g) Por uma palavra mediante preposição, D) Por uma palavra sem preposição, e) Por uma expressão adverbial, f) Por uma expressão do verbo haver, expn mindo tempo, G) Por uma proposição conjuncional, H) Por uma proposição infinitiva, I) Por uma phrase do participio passado, j) Por uma plirase do participio presente.

Quadro 54 - *Taxionomia* de ‘funções’ em Maciel (1902[1894])

Num quadro sintético e comparativo, temos as seguintes informações:

Morais Silva	Coruja	Sotero dos Reis	Freire da Silva	Ribeiro	Maciel
<i>Regência</i>	<i>Complemento</i>	<i>Complemento</i>	<i>Complemento</i>	<i>Relações</i>	<i>Funções</i>
Casos Colocação Preposições	Restritivo Objetivo Terminativo Circunstancial	Restritivo Objetivo Terminativo Circunstancial	Restritivo Objetivo Terminativo Circunstancial	Subjetiva Predicativa Atributiva Objetiva Adverbial	Subjetiva Predicativa Atributiva Objetiva Adverbial Vocativa

Quadro 55 - Síntese de dados relativos à hierarquia dos membros da sentença

Notamos que existe uma diferença crucial entre a ‘regência’ de Moraes Silva juntamente com o ‘complemento’ de Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva, e as ‘relações’ e ‘funções’ de Ribeiro e Maciel, pois, enquanto nas quatro primeiras gramáticas a ‘regência’ e o ‘complemento’ não tratam do ‘sujeito’ e do ‘atributo/predicado’, nas duas últimas, isso faz parte da análise de ‘relações’ e ‘funções’. Assim, a análise hierárquica da ‘sentença’ feita pela ‘regência’ e ‘complementos’ seria complementar à noção de ‘sentença’, não interferindo nos membros desta, o ‘sujeito’, o ‘verbo’ e o ‘atributo’. Já a análise feita por Ribeiro e Maciel envolve os dois membros da ‘sentença’ destacados por eles, isto é, o ‘sujeito’ e o ‘predicado’. Embora o ‘atributo’ não constitua asserção de acordo com Ribeiro e Maciel, ele também tem uma ‘função’/‘relação’ específica, qual seja de atribuir qualidades ao sujeito sem a utilização de verbo, o que não é o caso dos ‘complementos’.

Além disso, os ‘complementos’ têm correspondentes em ‘significado’ nas ‘relações’ e ‘funções’, que expomos no quadro abaixo:

Complementos	Funções/Relações
Objetivo	Objetiva
Terminativo	
Circunstancial	Adverbial

Quadro 56 - Aproximações de *significado* entre ‘complementos’ e ‘funções/relações’

Assim, nas gramáticas de Coruja, Sotero dos Reis, Freire da Silva, Ribeiro e Maciel, exceto pelo ‘complemento restritivo’, existem correspondências significativas entre a noção de ‘complemento’ e a de ‘relação’.

Notamos que no século XIX existem, ao menos, três fases em relação ao tema mais geral da hierarquia que se dá na sentença. O primeiro, relativo ao começo do século, encontra-se na gramática de Morais Silva e, parcialmente, na de Coruja, em que ainda se fala de ‘regência’. Posteriormente, como Chevalier (1968) analisa na gramaticografia francesa, a noção de ‘regência’ seria substituída pela de ‘complemento’, o qual aparece já no compêndio de Coruja e nas gramáticas de Sotero dos Reis e Freire da Silva. Quando surgem os *termos* ‘relações’ e ‘funções’, pode-se dizer que houve alguma ruptura, porém, é possível ver que muitas das ‘funções’ e ‘relações’ mencionados têm *significado* aproximado das de ‘complementos’, o que denota certa continuidade em relação a essas noções.

Ademais, é importante ressaltar que os quatro *termos*, quais sejam ‘regência’, ‘complemento’, ‘relação’, ‘função’, selecionados não possuem *significado* explícito; assim, seu *significado* é frequentemente estabelecido pelo exame das subcategorias propostas pelos autores (v. *taxionomia*, acima).

4.1.6. Figuras de Sintaxe

Todas as gramáticas selecionadas tratam de ‘figuras de sintaxe’, algumas tratam esse assunto como uma das partes da ‘sintaxe’, como o fazem Morais Silva (1806), Coruja (1873[1835]), outros o fazem dentro da seção de ‘sintaxe’ relativa ao que podemos chamar de ‘estilística’, como Ribeiro e Maciel (1902[1894]). Já Freire da Silva (1875) trata das figuras como parte da ‘sintaxe de palavras’ e, por fim, Sotero dos Reis (1866) afirma que “todo discurso é mais ou menos figurado”.

Na análise do que cada um dos autores define como ‘figuras de sintaxe’, observaremos três aspectos: (1) o *significado* do termo ‘figuras de sintaxe’, (2) sua *taxionomia* e (3) o *significado* das ‘figuras’ elas mesmas.

4.1.6.1. O *significado* de ‘figuras de sintaxe’

Morais Silva (1806), apresenta as ‘sintaxe figurada’ como incorreção aparente em relação às regras da ‘sintaxe de regência’ e ‘sintaxe de concordância’.

Quando na composição não observamos as regras expostas [‘sintaxe de regência’ e ‘sintaxe de concordância’], a sentença é incorrecta. Mas ás vezes a incorrecção é aparente, e dá uma nova figura, ou apparencia á composição, que por isso se diz figurada. (Morais Silva 1806:)

Já Coruja, acaracteriza a ‘sintaxe figurada’ como elegante.

Sintaxe figurada é a composição mais elegante das partes da oração. Esta consiste no uso das Figuras. (Coruja (1873[1835]:73)

Sotero dos Reis, por sua vez, afirma que o discurso é sempre mais ou menos figurado e, assim, não há importância gramatical em se tratar as ‘figuras’ separadamente.

“Dividem ainda os grammaticos a Syntaxe em syntaxe natural e syntaxe figurada, o que tanto se pode applicar á syntaxe das palavras, como á das proposições: mas esta divisão não tem verdadeira importancia grammatical, visto como o discurso é sempre mais ou menos figurado em toda e qualquer lingua; por isso deixo de lhe dar aqui seguimento. Basta que o alumno saiba que pela syntaxe natural se deve dizer: – Deus creou o mundo em seis dias, e Deus descançou no setimo dia; – Eu pergunto donde vens tu? – e que pela figurada se pode dizer: – Deus creou o mundo em seis dias, e descançou no septimo; – Donde vens?” (Sotero dos Reis 1866)

Ribeiro, de forma semelhante a Moraes Silva, fala da irregularidade das ‘figuras de sintaxe’.

“[...] Ha certos modos irregulares de expressão de pensamento, que é util classificar. Estes modos irregulares de pensar e de exprimir o pensamento manifestam-se alterando a syntaxe regular [...]. As alterações da syntaxe regular acceitas pelo uso chamam-se figuras de syntaxe.” (Ribeiro 1881:283)

Maciel também define as ‘figuras’ como irregulares, porém, ao mesmo tempo as apresenta como “fatos” ou fenômenos sintáticos próprios ao estilo:

“A expressão do pensamento póde apresentar-se sob diversas modalidades, aparentemente irregulares, mas necessarias ao effeito e á natureza do assumpto. [...] A estas modalidades chamam os velhos grammaticos figuras, nome tão improprio quanto incompativel com as doutrinas modernas, pois essas pretensas figuras são factos, são phenomenos syntacticos, necessarios e proprios ao estylo.” (Maciel 1902[1984]: 321-323)

Em suma, pode-se dizer que Moraes Silva (1806), Ribeiro (1881) e Maciel (1902[1894]) enfatizam a irregularidade das ‘figuras’. Maciel acrescenta também o fator do estilo à sua definição. Por outro lado, Coruja (1873[1835]) ressalta que a ‘sintaxe figurada’ é elegante. Sotero dos Reis (1866), diferentemente, afirma não haver real importância na distinção entre a ‘sintaxe natural’ e a ‘sintaxe figurada’.

4.1.6.2. A *taxionomia* das ‘figuras de sintaxe’

Em relação à *taxionomia*, vemos que os autores a estabelecem entre três e quatro características principais das ‘figuras’. Moraes Silva afirma que elas procedem por ‘falta’, que corresponde à figura ‘elipse’, pelo ‘acréscimo’ de uma palavra, que seria o ‘pleonasma’, a ‘substituição’, que se dá pela ‘enálage’, e a ‘alteração de ordem’, que corresponde ao ‘hipérbato’ ou ‘sínquise’.

Estas semelhanças de incorrecção, ou Figuras, procedem **1.º da falta de alg-ua palavra**, que facilmente se suppre para a sentença ser completa; e a figura, que a sentença toma pela dita falta, se diz **Ellipse**; a frase elliptica: **2.º procede a figura de se accrescentar alg-ua palavra desnecessaria** ao complemento da sentença, e se diz **Pleonasma**; a sentença pleonastica: **3.º de se por uma parte da sentença, ou qualquer accidente d'ella por outro**, e se diz **Enallage**; **4.º de se alterar a collocação**, que as partes da sentença devem ter entre si, para ser o sentido claro, o que se diz **Hyperbato**, ou **Synchise**.” (Moraes Silva 1806:103-4 – negritos nossos)

Coruja apresenta apenas três critérios para a sua classificação: o ‘aumento’, correspondente ao ‘pleonasma’, a ‘diminuição’, que se dá pela ‘elipse’, e a ‘transposição’, que é reduzida ao ‘hipérbato’.

“Esta [sintaxe figurada] consiste no uso das Figuras, e por meio della *augmentamos*, *diminuimos* ou *transpomos* palavras em uma oração; donde vem que as podemos reduzir a tres, que são: **Pleonasma**, **Ellipse**, **Hiperbato**.” (Coruja 1873[1835]:73)

Em sua *Grammatica Portuguesa*, Sotero dos Reis, embora não as entenda como separadas da sintaxe regular, apresenta as ‘figuras de sintaxe’ que ele considera principais, que são a ‘elipse’ ou ‘supressão’, ‘hipérbato’ ou ‘transposição e deslocção’ e ‘silepse’ ou ‘discordancia aparente’.

Quanto ás principaes figuras de syntaxe, **Ellipse** ou **supressão**, **Hyperbato** ou **transposição e deslocação**, **Syllepse** ou **discordancia apparente**, &. remetto o alumno ás minhas Postillas Grammaticaes, onde trato largamente da materia.” Sotero dos Reis (1866:250-251)

Além disso, Sotero dos Reis recomenda a leitura de suas *Postillas Grammaticas* para maiores detalhes sobre a ‘syntaxe figurada’. Abaixo, apresentamos trechos referentes às categorias e principais ‘figuras’ que o gramático maranhense apresenta em suas *Postillas* (1868[1862]). A única diferença notável entre as obras quanto ao tratamento desse tema é a menção ao ‘acréscimo’ e ao ‘pleonismo’, além de uma definição mais minuciosa das ‘figuras’.

“A **Ellipse**, que consiste na **supressão** de uma ou mais palavras [...] O **Pleonismo**, que consiste em **acrescentar** alguma cousa á legitima construcção, tem hoje mui pouco cabimento no Portuguez, que repelle demazias. Entretanto reproduziremos aqui algumas passagens dos escriptores classicos mais antigos, em que se nota esta figura, ou antes esta redundancia. [...] A **syllepse**, que consiste na **discordia apparente** de genero, ou de numero, ou de ambos juntos. [...] O **hyperbato**, que consiste na **transposição** de palavras com, ou sem perturbação da ordem grammatical. Sotero dos Reis (1868[1862]:87-127)

Freire da Silva (1875) apresenta as mesmas categorias e ‘figuras’ que Sotero dos Reis apresenta em suas *Postillas*.

“Chamam-se *Figuras de construcção ou de syntaxe* certas formas particulares da linguagem, que, modificando o arranjo das palavras, manifestam a ideia de movo mais nobre, mais enérgico, mais elegante que as formas ordinárias. Há quatro principaes: *Ellipse*, *Pleonismo*, *Syllepse*, *Hyperbato*. A **ellipse** consiste na **supressão** de uma ou mais palavras [...]. O **pleonismo** consiste em **acrescentar** alguma cousa á legitima construcção. [...] A **syllepse** consiste na **discordia apparente** de genero ou de numero, ou de ambos junctos. [...] O **hyperbato** consiste na **transposição** de palavras.” (Freire da Silva 1875:108-9)

Julio Ribeiro (1881) apresenta somente os três tipos gerais, sem mencionar as ‘figuras’ correspondentes. As ‘figuras’ emergem dos processos de ‘omissão’, ‘aumento’ e ‘transposição’ de palavras e frases.

Maciel (1902[1894]) procede como Ribeiro (1881):

Ha certos modos irregulares de expressão de pensamento, que é util classificar. Estes modos irregulares de pensar e de exprimir o pensamento manifestam-se alterando a syntaxe regular,

1) por omissão	} de palavras e phrases.
2) por augmento	
3) por transposição	

“Essas modalidades [figuras] se effectuam por **augmento**, por **omissão** e por **transposição** de palavras ou proposições.” Maciel (1902[1894]: 321-323)

Os dados observados podem ser sintetizados no seguinte quadro comparativo:

Morais Silva (1806)	Coruja (1873[1835])	Sotero dos Reis (1866) e (1868[1862])	Freire da Silva (1875)	Ribeiro (1881)	Maciel (1902[1894])
Falta	Diminuir	Supressão	Supressão	Omissão	Omissão
Acréscimo	Aumentar	(Aumentar)	Acréscimo	Aumento	Aumento
Substituição					
Colocação	Transpor	Transposição	Transposição	Transposição	Transposição
		Discórdia aparente	Discórdia aparente		

Quadro 57 - *Taxionomia* de ‘sintaxe figurada’

Nela, observamos que as únicas categorias que aparecem em todas as obras são ‘omissão’, ‘acréscimo’ (exceto Sotero dos Reis (1866)) e ‘transposição’. A ‘substituição’ aparece somente no *Epítome* de Moraes Silva, já a ‘discórdia aparente’ aparece nas obras de Sotero dos Reis (1866; 1868[1862]) e na gramática de Freire da Silva (1875).

Se observarmos as outras ‘figuras’ que fazem parte das categorias mencionadas, chegaremos ao seguinte quadro:

Morais Silva (1806)	Coruja (1873[1835])	Sotero dos Reis (1866) e (1868[1862])	Freire da Silva (1875)	Ribeiro (1881)	Maciel (1902[1894])
Falta = Elipse Síntese Zeugma Silepse	Diminuição = Elipse Enálage Zeugma Silepse Síntese	Supressão = Elipse Zeugma	Supressão = Elipse	Omissão = Elipse Zeugma Silepse	Omissão Elipse Zeugma Assíndeto Silepse
Acréscimo = Pleonasma	Aumento = Pleonasma	Acréscimo = Pleonasma	Acréscimo = Pleonasma	Aumento = Pleonasma	Aumento Pleonasma Polissíndeto Repetição Partículas decorativas
Substituição = Enálage					
Colocação = Hipérbato	Transposição = Hipérbato Tmése Anástrofe Parêntese Sínquese	Transposição = Hipérbato Anástrofe Tmése Parêntese Sínquese	Transposição = Hipérbato Anástrofe Parêntese Sínquese	Transposição = Hipérbato Anástrofe Sínquese	Transposição Anástrofe Hipérbato
		Discórdia aparente = Silepse	Discórdia aparente = Silepse		

Quadro 58 - *Taxionomia* de ‘sintaxe figurada’ acrescida das figuras de cada categoria

Observamos que as duas categorias que são diferentes em relação ao restante, isto é, a ‘substituição’ e a ‘discordia aparente’ correspondem a figuras que nos outros autores aparecem no domínio da ‘omissão’. Assim, a ‘enálage’ que aparece como tipo de ‘substituição’ no *Epítome* de Morais Silva (1806), aparece como ‘figura’ por ‘omissão’ no *Compêndio* de Coruja (1873[1835]), e não está em nenhuma das categorias das gramáticas posteriores. Similarmente, a figura ‘silepse’, que aparece no domínio da ‘omissão’ nas gramáticas de Morais Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Ribeiro (1881) e Maciel (1902[1894]), é uma ‘figura’ por ‘discórdia aparente’ para Sotero dos Reis (1866) e Freire da Silva (1875). Adiante, analisaremos essas duas ‘figuras’ mais minuciosamente para observar em que medida seu *significado* e seus *exemplos* são modificados, visto que elas mudaram de “lugar” nas gramáticas consideradas.

A ‘silepse’, como podemos ver abaixo, tem um *significado* mais ou menos estável, pois, para todos os autores, ela se refere a algum problema de ‘concordância’, de gênero, de número ou de ambos. Entretanto, alguns, como Morais Silva, Ribeiro e Maciel, atrelam essa questão de ‘concordância’ à omissão de alguma palavra, enquanto Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva apenas mencionam o problema de ‘concordância’. Porém, esses dois últimos autores apresentam um *termo* complementar específico, ‘discórdia aparente’.

Morais Silva (1806)	“a palavra torna a subentender se com accidentes diversos”
Coruja (1873[1835])	“quando muitos sujeitos do numero singular podem levar o verbo ao plural: ou quando um só adjectivo no plural concorda com muitos substantivos do singular: e tambem quando o verbo ou o adjectivo não concorda com todos, mas sim com o mais nobre”
Sotero dos Reis (1868 [1862])	“ Discórdia aparente de genero, ou de numero, ou de ambos juntos”
Freire da Silva (1875)	“A <i>syllapse</i> consiste na discordia aparente de genero ou de número, ou de ambos junctos.”
Ribeiro (1881)	pode ser de gênero, de número ou de ambos, ocorre quando “quando supprime o substantivo ou o pronome com que deveria concordar o verbo ou o predicado”.
Maciel (1902[1894])	“a omissão do termo fundamental a que se appõe outro, gerando assim a concordancia semeiotica”

Quadro 59 - *Significado* de ‘silepse’

Nos *exemplos* apresentados para a ‘silepse’, que reproduzimos no quadro abaixo, pode-se ver que apenas Morais Silva e Maciel apresentam a palavra que estava oculta. Freire da Silva parece apresentar o significado que a palavra “planeta” deveria ter na

mente do falante. Já Coruja, Sotero dos Reis e Ribeiro não apresentam nada oculto, apenas os problemas de concordância. No entanto, é importante ressaltar que Sotero dos Reis afirma que a ‘silepse’ pode ser também analisada por ‘elipse’, isto é, por ‘omissão’.

Morais Silva (1806)	“as aguas cobrarão o sabor (sc. antigo), e a suavidade <i>antiga</i> . » “ <i>Entrarão duas naus, uma (sc. entrou) Ingleza, outra (sc. entrou) Franceza.</i> »
Coruja (1873[1835])	“ <i>Eu e Tu estamos bons; Tu e teu irmão sois socegados; Joaquim e João são estudiosos;</i> ”
Sotero dos Reis (1868 [1862])	“Há syllepse de numero nestes casos Eu e tu <i>passamos</i> bem (...) A concordancia do verbo porém opera-se em casos taes com o sujeito do plural representado pelos do singular por esta forma: “ <i>Nós, eu e tu, passamos</i> bem” [...] Muitos grammaticos explicão esta syllepse por ellipse com bom fundamento.
Freire da Silva (1875)	“«Mas já o <i>planeta</i> , que no ceu primeiro / Habita, cinco vezes <i>apressada</i> ». Isto é, mas já apressada a lua, planeta que no ceu etc.” “Antes sejamos <i>breve</i> , que <i>prolixo</i> ” “Estava o campo coberto de valorosa gente, e todos apostados a vencer, isto, <i>homens todos apostados</i> a vencer.”
Ribeiro (1881)	“<< <i>Eu e tu somos tolos</i> >>. 1) de genero, ex. : << <i>Vossa Magestade é justo e bom</i> >>. 2) de numero, ex. : << <i>Parte dos inimigos fugiram</i> >>. 3) de genero e de numero, ex. : << <i>Parte da gente foram destroçados e mortos</i> >.”
Maciel (1902[1894])	« <i>Vós e eu (nós) estavamos em um mesmo pensamento</i> » (ROD. LOBO. <i>Corte na Aldeia</i>).

Quadro 60 - Exemplos de ‘silepse’

Assim, parece-nos que há duas maneiras de se descrever a ‘silepse’. A primeira é pela omissão, a qual é feita claramente por Moraes Silva e Maciel, visto que esse aspecto aparece em seus *significados*, nos *exemplos* e também na categoria de que faz parte, a ‘falta’ ou ‘omissão’. Ribeiro apenas não apresenta a omissão explicitamente no *exemplo*. Já Coruja, embora afirme ser a ‘silepse’ figura por ‘diminuição’, não apresenta nem em seu *significado*, nem em seus *exemplos* elementos que estejam de acordo com esse aspecto.

A segunda maneira é pela ‘discordia aparente’, que é apresentada claramente nos *exemplos* de Sotero dos Reis e Freire da Silva, nos quais uma palavra que está na mente do falante interfere na concordância, sem, entretanto, que seja necessário supri-lo na sentença, como eram os casos de ‘omissão’.

É interesse, ainda, lembrar que Sotero dos Reis, apesar de eleger a ‘discórdia aparente’ como seu método de análise, lembra que ela poderia ser feita de outra maneira, isto é, pela ‘elipse’, o que deixa claro que as duas maneiras de se descrever a

‘silepse’ coexistiam. Isso pode mesmo ser deduzido a partir do fato de no início do século essa figura era analisada da mesma forma que foi no final deste mesmo século, é somente na metade do século em que há uma breve ruptura que parece não ter continuidade, ao menos nas gramáticas analisadas.

Em relação à ‘enálage’, observamos no quadro abaixo o *significado* dado a ela por Morais Silva e Coruja, além de um comentário que Sotero dos Reis faz em suas *Postillas Grammaticaes* (1862). Nota-se que embora coloquem a figura em categorias diferentes, a ‘substituição’ prevalece em ambas as definições. Ademais, Sotero dos Reis menciona justamente que eventualmente essa figura pode ser analisada por ‘elipse’.

Morais Silva (1806)	“Se por uma parte da sentença, ou qualquer accidente d'ella por outro, e se diz <i>Enallage</i> ”
Coruja (1873[1835])	“Quando na oração se põe uma parte por outra, um tempo por outro, um numero por outro”
Sotero dos Reis (1868 [1862])	“Não nos occupamos com a <i>enallage</i> que quer dizer mudança, porque tal figura de construcção não existe em certos casos, em que alguns grammaticos pretendem reconhecê-la, e em outros se pode explicar por ellipse.”

Quadro 61 - *Significado* de ‘enálage’

Nos *exemplos*, Morais Silva, tal como Sotero dos Reis fez no *significado*, enfatiza a possibilidade de se analisar casos de ‘enálage’ por ‘elipse’. Em outros, porém, simplesmente apresenta uma ‘substituição’ de classes de palavras. Já Coruja, apresenta um único *exemplo* no qual há um processo de substituição, não de omissão.

Morais Silva (1806)	<p>“Que foi daquelle <i>cantar</i> das gentes tão celebrado? » (<i>Camões</i>) Mas cantar é nome, e tem plural os cantares.</p> <p>“Em não querendo-me vós morro por <i>esse não quero</i>: » parece enallage de não quero, como nome; mas é frase elliptica, morro por <i>esse dizer</i>, <i>que é, não quero</i>. (<i>Lobo, Peregr. f.</i> 197.)</p> <p>“Tambem se reputa <i>Enallage</i> usar de preposições, onde ellas não convém; v. g. antes do nome, que está em relação de sujeito do verbo: “O primeiro autor, em quem se lê este nome, <i>é em S. Martinho de Tours</i> : » (<i>Severim, Notic.</i>) deve ser: <i>é S. Martinho</i>: sem preposição.</p>
Coruja (1873[1835])	“Este <i>viver</i> nos incommoda (nota: Viver em lugar de vida);

Quadro 62 - *Exemplos* de ‘enálage’

A partir desses dados, podemos ter três conclusões acerca da taxionomia das ‘figuras de sintaxe’. A primeira é que há uma queda da figura ‘enálage’ na primeira metade do século, o que faz com que a categoria da ‘substituição’ não seja sequer considerada desde Coruja. O próprio Morais Silva, que ainda considerava a ‘substituição’, já considerava que em certos casos, a ‘enálage’ poderia facilmente ser

substituída pela ‘elipse’. Coruja, embora com certa proximidade ainda com a noção de substituição, já recategoriza a figura ‘enálage’ como figura por ‘diminuição’. Por fim, Sotero dos Reis explica que não utiliza a ‘enálage’ porque certos casos dela poderiam ser analisados por ‘elipse’ e outros não eram reais. A queda da categoria de ‘substituição’ se dá, num primeiro momento com a recategorização da única figura que a compunha, a ‘enálage’, para depois que depois essa figura seja criticada até que nem sequer é citada.

A ‘silepse’ é um caso interessante justamente porque sofre um ruptura no início da segunda metade do século XIX que, entretanto, não terá continuidade no final dele. Assim, essa figura era considerada figura por ‘omissão’, até que Sotero dos Reis e a Freire da Silva apresentam a categoria ‘discordia aparente’, na qual inserem a ‘silepse’ para que, posteriormente, a figura volte a ser categorizada como ‘omissão’ e o parâmetro ‘discordia aparente’ desapareça.

Por fim, podemos falar de forma mais geral que há, ao longo do século, três esquemas organizacionais das ‘figuras de sintaxe’, dois que podemos chamar de quadripartites e um tripartite. O primeiro é o esquema quadripartite em que se considera a ‘substituição’, o qual inicia o século, porém não tem continuidade. O segundo é o esquema quadripartite em que se considera a ‘discórdia aparente’, o qual é iniciado na segunda metade do século, mas não tem continuidade nas últimas décadas. Por fim, há o esquema tripartite, em que se considera somente ‘omissão’, ‘aumento’ e ‘transposição’, categorias essas que constavam nos esquemas anteriores. É importante ressaltar que esse esquema tripartite está certamente no final do século XIX e que pode ter tido evidência já no começo do século, com Coruja, entretanto, como a edição analisada é de 1873, a gramática de Coruja pode ter sofrido mudanças.

4.1.6.3. O significado das figuras

Neste item, analisamos as figuras das outras três categorias que ainda não analisamos nos itens precedentes, são elas: ‘omissão’, ‘aumento’ e ‘transposição’.

4.1.6.3.1. Omissão

Morais Silva (1806:103) define a ‘elipse’, que cobre todas as figuras de ‘falta’, como a falta de uma palavra que pode ser suprida facilmente. Da ‘elipse’ procedem outras três figuras: ‘síntese’, ‘zeugma’ e ‘silepse’. A ‘síntese’ diz respeito a questões de concordância, como “concordâncias de um adjectivo numa só forma modificando nomes de diverso genero, e numero”; quando “a concordancia se faz [...] com o nome, que o autor tem na mente, indicado talvez por outros equivalentes”; ou quando “dois nomes do singular levão o verbo ao plural”. A ‘zeugma’ é definida da seguinte forma “[q]uando a palavra v~ei clara nas sentenças compostas por conjunções, e se hade subentender outra vez sem mudar de figura, ou accidentes”. A ‘silepse’, como já vimos, é quando “a palavra torna a subentender se com accidentes diversos”. Ademais, Moraes Silva afirma que a ‘elipse’ pode ser viciosa “quando a palavra expressa póde fazer subentender outra totalmente diversa”.

Coruja (1873[1835]:73-74) define a ‘elipse’ como figura em que “na oração faltão palavras, que se devem supprir para ficar o sentido perfeito”. De acordo com ele, da ‘elipse’ decorrem as figuras: ‘enálage’, ‘zeugma’, ‘silepse’ e ‘síntese’. O gramático riograndense assim as define:

Enallage é quando na oração se põe uma parte por outra, um tempo por outro, um numero por outro. [...] *Zeugma* é uma especie de Ellipse, pela qual o que falta na oração não se suppre com palavras de fóra, mas sim com palavras da oração vizinha. [...] *Sillepse* é quando muitos sujeitos do numero singular podem levar o verbo ao plural: ou quando um só adjectivo no plural concorda com muitos substantivos do singular: e tambem quando o verbo ou o adjectivo não concorda com todos, mas sim com o mais nobre. [...] *Sinthese* é quando o adjectivo ou verbo não concorda com o substantivo que está claro, mas sim com outro que se subentende. (Coruja 1873[1835]:73-74)

Sotero dos Reis (1866), como vimos, define as figuras brevemente e dá a ‘elipse’ como a figura por falta ou supressão. Em suas *Postillas Grammaticaes*, porém, o autor traz detalhes acerca das figuras. A ‘elipse’, para o autor, “consiste na supressão de uma ou mais palavras, que, facilmente se subentendem pelo sentido” (Sotero dos Reis 1868[1862]:87). Ela pode ser do ‘sujeito’, do ‘atributo’, do ‘verbo’, da ‘conjunção’, da ‘preposição’, do ‘advérbio’, do ‘adjetivo conjuntivo’, do ‘partitivo’ e do ‘complemento’. A ‘zeugma’ “consiste em o verbo uma vez expresso atar e regular duas ou mais proposições, ou sentenças, ou ainda uma série delas, embora subentendido em vários números” (Sotero dos Reis 1868[1862]:100).

Ribeiro (1881:283) afirma que a “omissão faz-se pela figura ellipse”, a qual consiste “na supressão de uma ou mais palavras faceis de subentenderem-se”. De

acordo com Ribeiro, a ‘elipse’ pode tomar o nome de: ‘zeugma’ e ‘silepse’. A ‘zeugma’ se dá “quando supprime-se o sujeito ou o verbo da sentença que coordena-se com outra, formando-se assim sentença contracta”. A ‘silepse’, que pode ser de gênero, de número ou de ambos, ocorre quando “quando supprime o substantivo ou o pronome com que deveria concordar o verbo ou o predicado”.

Por fim, Maciel (1902[1984]: 321-322) diz que a ‘omissão’ pode se dar por ‘elipse’, ‘zeugma’, ‘assíndeto’, ‘silepse’ e ‘reticência’. A ‘elipse’ consiste na “omissão de palavras ou phrases apenas necessarias á integralização sintactica da proposição, mas não á interpretação do seu sentido”. A ‘zeugma’ é “a omissão de palavras, por já se acharem expressas em outra proposição proxima, anterior ou posterior”. O ‘assíndeto’ se dá pela “a omissão de connectivos intervocabulares (preposições) ou interproposicionaes (conjunções)”. A ‘silepse’ é a “a omissão do termo fundamental a que se appõe outro, gerando assim a concordancia semeiotica”. A ‘reticência’ é a “omissão proposital de palavras, que se não devem ou se não querem exprimir”.

4.1.6.3.2. Aumento/acrécimo

Para Moraes Silva (1806:111), a ‘figura’ por ‘acrécimo’ é o ‘pleonasma’, que pode ser feita por beleza, mas, quando se torna incorreto, o acréscimo é chamado de ‘perissologia’. O ‘pleonasma’ “consiste em usar mais palavras das necessarias para a perfeita declaração de sentença: se isto se faz por belleza é uma figura Rhetorica”, ao passo que a ‘perissologia’ é definida como “[q]uando porém a redundancia não serve de ornato; é uma incorrecção”.

Coruja (1873[1835]:73) define o ‘pleonasma’ como “quando para maior graça e energia do discurso usamos de palavras que parecem superfluas em uma oração. Usamos desta figura para dar mais força ao que dizemos”, e a exemplifica deste modo “Eu te vejo com meus olhos”.

Sotero dos Reis (1866) não menciona ‘figuras’ por acréscimo ou aumento. Em suas *Postillas* (1868[1862]), entretanto, menciona o ‘pleonasma’, dizendo que esta ‘figura’

consiste em accrescentar alguma cousa á legitima construcção, tem hoje mui pouco cabimento no Portuguez, que repelle demazias. Entretanto reproduzieremos aqui algumas passagens dos escriptores classicos mais antigos, em que se nota esta figura, ou antes esta redundancia. (Sotero dos Reis 1868[1862]:120).

Assim, vemos que Sotero dos Reis, embora mencione o ‘pleonasma’, parece não considerá-la uma ‘figura’ relevante, pois essa figura teve na literatura clássica alguma presença, mas em sua época não tem mais espaço na língua portuguesa.

Julio Ribeiro (1881:284) afirma que o ‘aumento’ se faz pela figura ‘pleonasma’, que, por sua vez, consiste “em junctar ás phrases outras phrases que em rigor deveriam ser omittidas, mas que servem para dar graça e energia ao pensamento”.

Para Maciel, o ‘aumento’ pode ser efetuar de quatro formas diferentes: ‘pleonasma’, ‘polissíndeto’, ‘repetição’ e ‘partículas decorativas’. O pleonasma é “o emprego de palavras ou expressões desnecessarias á integridade syntactica, mas ás vezes proprias para a energia da phrase”. O ‘polissíndeto’ consiste no “emprego de mais conjuncções do que as necessarias á ligação dos pensamentos”. A ‘repetição’ é “o emprego da mesma palavra varias vezes, exercendo a mesma função”. E as ‘partículas decorativas’ consistem no “emprego de monosyllabos, geralmente pronomes e adverbios que, destituídos de função, mais servem para exornar a phrase”.

4.1.6.3.3. Transposição

Morais Silva, ao falar da mudança da colocação das palavras, cita a ‘ordem natural’, como sendo ‘sujeito’, ‘verbo’, ‘paciente’ e ‘termo’ (ver citação abaixo). A mudança nesta ordem pode se chamar ‘inversão’ ou ‘ordem indireta’, ‘hipérbato’ ou ‘sínquise’.

“Os Grammaticos chamão *Ordem Natural*, ou *Directa* da construcção, ou collocação das palavras, á que se guarda quando v~ei primeiro o sujeito da sentença com os seus modificantes, logo o verbo com os seus modificantes, depois o paciente com os seus, e o termo com os , que o modificão. [...] Se mudamos ésta ordem, fazemos uma *inversão*, ou construcção *indirecta* ; se a inversão e desacostumada, toma uma figura, a que os Grammaticos chamãe *Hiperbato*. [...] 18. Quando se perturba m~uito a ordem da construcção da figura, que ella toma, chama se *Synchise*.” (Morais Silva 1806:112-113)

Coruja define diz que o ‘hipérbato’ se dá “quando na oração não se guarda a collocação natural das palavras”, e que existem diversos tipos de ‘hipérbato’: ‘tmése’, ‘anástrofe’, ‘parêntese’ e ‘sínquese’. Além disso, Coruja apresenta exemplos de ‘ordem natural’.

“Ha diversas qualidades de Hiperbato, cujos nomes são os que se seguem. *Tmése* é quando uma palavra composta se divide em duas, mettendo-se-lhe de permio outra. [...] *Anástrofe* é quando certas palavras, que devião estar antes de outras, estão depois. [...] *Patêntese* é quando

se interrompe a oração, e de permeio se mette outra alheia do sentido vai seguindo [...]. *Sinchese* é quando se confunde toda a ordem das palavras [...]. A ordem natural das palavras é: *Em galhardia eras notado com o dedo entre todos os lindos moços d'Arzilla.*” (Coruja 1873[1835]:75)

Sotero dos Reis (1868[1862]:127) afirma que o ‘hipérbato’, figura por transposição, “consiste na transposição de palavras com, ou sem perturbação da ordem grammatical, e comprehende *a anastrophe, a tmesis, o parenthesis, e a synchisis*, é muito mais freqüente no verso, que na prosa”. As ‘figuras’ que dele decorrem são definidas da seguinte forma (p.132-3):

“A *anastrophe*, que consistia ordem prepostera, ou avêssa, das palavras, é especie de hyperbato mui frequente na poesia. A *tmesis*, que consiste na divisão das palavras compostas por outra, que se mette de permeio, é especie de hyperbato mui frequente no Portuguez com as formas compostas dos verbos, quando se juntão a estes por complementos pronomes pessoas, como se nota nos seguintes exemplos: «Fas-te-hei, dir-me-has, escrever-lhe-hei, bem dir-vos-nos, servir-nos-hão, far-se-ha &c.» Fóra destes casos porem é mui rara esta figura ainda entre os poetas. O *parenthesis*, que **consiste n’um** sentido interposto noutro, é especie de **hyperbato** muito mais frequente na prosa, que na poesia, e unicamente toleravel quando a frase interposta é mui curta. Como, porém, não poucos de nossos classicos abusarão excessivamente desta figura, empregando parenthesis extensos e repetidos, apontaremos, alem das adduzidas, as seguintes passagens de João de Barros, e de Bernardim Ribeiro, em que se nota este vicio. A *synchisis*, que consiste na ordem confusa das palavras, ou na transposição destas com perturbação da ordem grammatical, é especie de hyperbato, que tem algumas vezes cabimento no verso, para produzir efeito imitativo.” (Sotero dos Reis 1868[1862]:132).

Ribeiro (1881:284) afirma que a ‘transposição’ se faz pela ‘figura’ ‘hipérbato’, a qual consiste “na inversão das palavras e phrases da sentença”, e pode tomar o nome de ‘anástrofe’ e ‘sínquise’. A ‘anástrofe’ se dá “quando é ordenada a inversão das palavras e phrases”. A ‘sínquise’ ocorre “quando é desordenada a inversão de palavras e phrases”, e pode tornar-se viciosa quando “gera confusão de idéias”.

Maciel (1902[1894]:323) afirma que a ‘transposição’ se efetua mediante a ‘anástrofe’ e o ‘hipérbato’. A ‘anástrofe’ é definida como “inversão na ordem das palavras, exigida tanto pela syntaxe como pela relação das idéas”. O ‘hipérbato’ é “a transposição na ordem das proposições no organismo do periodo”.

4.1.7. Vícios

Nem todas as obras têm um espaço dedicado para falar dos ‘vícios’ ou ‘irregularidades’ da ‘syntaxe’. Nesta seção enumeramos os ‘vícios’ apresentados por Morais Silva, Ribeiro e Maciel.

Morais Silva (1806) apresenta sete ‘vícios’ relativos à ‘sintaxe’. O primeiro é relativo à ‘concordância’, visto que se dão “quando os adjectivos, e os verbos não se usam ’nas variações correspondentes ao genero e numero dos nomes”. Os próximos quatro são ‘anfibologias’ e se dão nos seguintes contextos:

Quando não apparece claramente, quem *é* o paciente, quem o agente, e se confundem as relações. [...] Quando nao se entende bem, a quem *modificação* as incidentes pelo articular *que* , ou *quem* , *qual* , e *ande*; havendo dois nomes antecedentes. [...] Quando não apparece a quem se referem os pronomes , ou articulares, havendo diversas pessoas, ou coisas, que podem trazer á memoria. [...] Quando os participios, e adjectivos podem re- ferir se a nomes , a que não pertencem. (Morais Silva 1806:

Há também o ‘barbarismo’ ou ‘estrangerismo’, que “consiste no uso de palavras estrangeiras, e frases compostas com Sintaxe estrangeira, ou collocação tal”, e o ‘solecismo’, “qualquer outra offensa, ou erro contra as regras das declinações dos casos dos pronomes, das concordancias , das preposições mal usadas”.

Ribeiro (1881) apresenta os seguintes três tipos de ‘vício’, aqueles que “deturpam o discurso já nos seus elementos lexeologicos”, que são chamados de ‘barbarismos’; aqueles que infringem regras da sintaxe, chamados ‘solecismos’, e outros que deturpam “a parte musical do discurso”; afirma, entretanto, que “os rhetoricos têm regras e figuras para fazer de todos estes vicios primores de linguagem. Em relação ao ‘solecismo’, não escreve nenhuma definição, apenas apresenta dois exemplos: “<< *Nós vai—Para tu* >> em vez de << *Nós vamos—Para ti* >>”.

Ao longo do tratamento da ‘sintaxe’, porém, Ribeiro apresenta algumas vezes os *termos* ‘vício’ e ‘erro’, como, por exemplo, no trecho abaixo:

E’ vicioso empregar um substantivo no plural e fazer concordar com elle adjectivos no singular : estas e outras phrases, por exemplo, são incorrectas : << *O primeiro e segundo juizes de paz—As grammaticas franceza e portugueza* >>. Deve-se dizer: << *O primeiro juiz de paz e o segundo—A grammatica franceza e a portugueza*>>. (211)

Certos exemplos relacionados ao português falado no Brasil que são apontados como ‘erros’:

E’ erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva ; diz-se, por exemplo, << *Vi ELLE caminhar ás pressas—Deixa ELLE ir* >>. (228)

Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos : ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas << *Eu vi elle—Espere eu* >>. (230)

Maciel apresenta uma seção chamada “infracções litterarias”, as quais ele define da seguinte maneira: “alterações que, geralmente nos escriptores pouco escrupulosos, se notam attinentemente á pureza, á syntaxe e á esthetica da expressão”. Em relação à ‘pureza’, o gramático menciona o ‘barbarismo’ e a ‘dialectação’. As infracções da syntaxe são o ‘solecismo’, a ‘sinquise’ e o ‘anacoluto’. Por fim, em relação à estética, o autor cita o ‘eco’, o ‘hiato’, a ‘colisão’ e a ‘cacofonia’. Interessa-nos somente as infracções que façam referência à syntaxe, o que exclui as infracções estéticas.

O ‘barbarismo’ é definido como “o emprego de palavras ou expressões estrangeiras que, não existindo em nossos lexico, ainda não se assimilaram á lingua”. É possível encontrar ‘barbarismos sintáticos’ também, como exemplifica Maciel com expressões que imitam a syntaxe francesa: “rogo (*de*) fazeres (que faças). redactos (*em*) chefe, navio *a* vela (de vela), equação *a* duas incognitos, *se* o nota, ter *a* dizer, etc.” (324)

A ‘dialectação’ refere-se às “modificações porque passa a lingua geral nas iversas zonas em que se fala dizem-se *dialectos*. Essas modificações se referem à prosodia, à significação e ao uso de termos *regionaes*”, entretanto, o autor apresenta também exemplos referente à syntaxe. Os dialetos elencados por Maciel são o galego, o açoriano, o indo-português e o brasileiro. É apenas nesse último que Maciel apresenta ‘infracções’, como vemos na citação abaixo:

O *brazileiro* que se fala no Brazil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construcção irregular, proprios dos Brasileiros, principalmente no tracto familiar, ex.: **estar na janela, isto para para mim ver, vi elle entrar, a pessoa que eu falei com ella, tem missa hoje**. Muitas palavras tem significação differente da que se dá em Portugal, taes como: puxado (a uma casa), a *obrigação* (familia), *babado* (orla de saia), *quitanda* (venda de hortaliça), *azular* (fugir), *gereré* (rede de pescar). (Maciel 1902[1894]:325 - negritos nossos)

O ‘solecismo’ é definido como “qualquer infracção attinente ás regras de syntaxe”, as quais podem se dar na fala cotidiana, como nos aludidos exemplos, “*Vende-se* livros. *Haviam* festas. Nós *vae* na cidade.”, ou mesmo na literatura, no exemplo de D. de Goes, autor português do século XVIII, “Pois que *houveram* varões dotados de tão alto fantazia”.

A ‘sinquise’, que vimos em alguns autores como ‘figura de syntaxe’, é considerada por Maciel como ‘infracção’, e assim definida: “obscuridade resultante da construcção da phrase, apresentando sentido duplo e inintellegivel”. Para exemplificá-la, são citados dois trechos escritos por Camões, “Viu *Alexandre Appelles* namorado”, “Que *em terreno* não cabe o altivo peito *tão pequeno*”.

Finalmente, o ‘anacoluto’ é “uma infracção ao encadeiamento logico da proposição, de modo que fique uma palavra ou expressão como que deslocada e suspensa”. Os exemplos são de Alexandre Herculano, escritor português oitocentista, “*Assentada nas margens do Chetawir*, grande numero de embarcações subiam e desciam o rio”, e de Padre J. Agostinho de Macedo, escritor português que viveu entre os século XVIII e XIX, “*A guerra*, este é o maior flagello do mundo moral”.

4.2. Capa documental

Nesta capa, analisamos quais são as fontes de dados linguísticos de cada gramática. Num primeiro momento, observamos o que os autores afirmam a esse respeito. Num segundo, contabilizamos as fontes dividindo-as em cinco espécies.

4.2.1. Retórica acerca das fontes

Morais Silva (1806) afirma na seção introdutória, *Ao leitor benévolo*, de sua gramática que utilizará exemplos de autores denominados clássicos de língua portuguesa:

Ajuntei alg~uas observações á cerca de frases, e construcções erradas, ou menos seguidas, para que imitando o bom dos livros Classicos, não sigas tambem os erros, e descuidos, ou o que já hoje não se usa geralmente (nota c: Isto mesmo praticarão na lingua Ingleza o Bispo Lowth na sua *Short Introduction to the English Grammar*, o Dr. Priestley; e Mr. Wailly em Francez.) Acharás neste Compendio alg~uas palavras, conjugações, e frases, que te dou como antiquadas, para que não as estranhes nos bons autores, e não as imites. Não te contentes toda via com as noções elementares deste compendio: Sivão te sómente de guia para leres os bons autores, que desde os annos de 1500 fixarão, e aperfeiçoarão a nossa lingua, e começarão a escrever tão cultamente, ao menos os seus Dramas, como os Italianos que primeiro o fizerão na Europa moderna, antes que os Francezes, Inglezes, e outros tivessem Poetas correctos, e elegantes, nem Historiadores, e Oradores dignos de se lerem como os **nossos Castanheda, Barros, Couto, Antonio Pinto Pereira, Lucena, Diogo de Paiva d’Andrada, Gil Vicente, Francisco de Sá Miranda, Antonio Ferreira, e a immortal Lusiada**, tão superior aos nossos Epicos em invenção, grandeza e interesse do assumto, elegancia, pureza, e majestade d’estilo, e tão justamente invejada do grande Tasso. **Delles tirei os exemplos, que te propuz; nelles te exercita;** [...] **Sigamos o exemplo dos bons ingenhos, que na Arcadia Portugueza resuscitarão as elegancias do idioma materno;** aproveitemos as reflexões sobre a lingua, que tem feito alguns membros da **Real Academia das Sciencias de Lisboa**, e chegaremos a fazer nos capazes de produzir mais copiosas advertencias sobre o artificio, purezas, e elegancias do nosso idioma, do que por hora temos, sendo elle m~uito digno de occupar os desvelos dos patriotas eruditos. (Morais Silva 1806: iv-vii)

Como vemos, Moraes Silva apresenta um série de autores de onde tirou seus exemplos, sendo todos eles dos séculos XVI, XVII e XVIII e portugueses. Além disso,

afirma que aproveitará reflexões de membros da Real Academia de Ciências de Lisboa. Parece, assim, que sua gramática é prescritiva, baseada nas noções de erro e acerto, e que suas fontes são essencialmente portuguesas e literárias.

Coruja (1873[1835]) não fala de suas fontes e não se veem referências a elas nos exemplos. Entretanto, o título de sua gramática menciona uma ‘língua nacional’. Como o Brasil era um país recém-independente, essa expressão pode sugerir, em interpretações hodiernas, um idioma propriamente brasileiro. Entretanto, é necessário ter em conta, como observamos no Capítulo 3, que a maior parte das discussões acerca desse tema surgem na segunda metade do século XIX.

Sotero dos Reis (1866), da mesma forma que Freire da Silva (1875), não fala de suas fontes de dados linguísticos e pouco utiliza referências.

Ribeiro (1881) inicia sua gramática falando que ela tratará de fatos da linguagem, mas não diz de que natureza são esses fatos (se literários ou não, por exemplo). Seus *exemplos* são raramente acompanhados por referências. Utiliza, entretanto, muitos dados de outras línguas, sobretudo de origem latina, como o francês, o espanhol, o romeno e também exemplos de línguas que já não eram faladas, como o francês antigo, em procedimentos comparativos.

Maciel (1902[1894]), no prólogo, apresenta suas fontes de dados do tratamento da sintaxe como importantes autores, como se pode ver nesse trecho adiante:

A sintaxe mereceu-nos atenção por ter sido uma das partes mais descuradas, e assim se acha desenvolvida tanto quanto nos permittiram as nossas investigações e ao mesmo tempo **exemplificada mediante classicos e estylistas de nota. Rarissos são os exemplos nossos e esses poucos devidos ao trabalho improbo de estarmos folheando escriptores para colher o exemplo adequado, de modo que a nossa syntaxe está de accordo com os monumentos da lingua. É um dos maiores defeitos e até falta de criterio formular o autor a regra e fazer o exemplo: o que largamente tem contribuido para o divórcio entre a grammatica e os phenomenos da lingua, quando aquella deve ser o codigo, o registro em que estes se achem consignados.** (Maciel 1902[1894]:VIII - negritos nossos)

De fato, no texto relativo à seção de sintaxe, pode-se ver que seus exemplos são quase sempre acompanhados de referências relativas a autoridades literárias, tanto brasileiras quanto portuguesas, e de diversos séculos.

4.2.2. Números das fontes explicitamente utilizadas

Para a análise efetiva das fontes de dados linguísticos utilizadas pelos autores, iremos observar em números os exemplos cuja referência nos indica que sua origem é: (1) literária, e, neste caso, de que literatura, isto é, se é portuguesa ou brasileira e também de que séculos são essas literaturas;

(2) a fala cotidiana (como é o caso das citações que autores fazem, como regional do Brasil, do Brasil como um todo, Portugal, ou mesmo, das colônias).

(3) uma “língua idealizada”, a qual, diferente das duas anteriores, não tem uma referência explícita. Estamos chamando de “língua idealizada” *exemplos* em que o autor ou corrige ou o modifica uma sentença por meio da expressão “isto é”. Em geral, as correções são feitas com base na inclusão de um elemento que estava antes implícito (ou elíptico) ou de uma paráfrase da sentença em que ela é melhor explicada, como neste caso: “«Que dizes; isto é, quero saber a cousa que, ou qual *cousa* dizes?»” (Sotero dos Reis 1866:161)

(4) alguma(s) língua(s) distinta do português, como o latim, bastante frequente, ou mesmo o francês antigo, o romeno e outras línguas.

(5) genérica; tratamos, nesse caso, de dados que não se encaixam em nenhuma dessas quatro categorias. Há, entre esses, dados que parecem ser literários ou formas mais ou menos cristalizadas; o critério aqui é a ausência de referência.

As gramáticas têm extensões diferentes e também, como já vimos na análise da *capa técnica*, têm muitas vezes propostas teóricas e metodológicas distintas; assim, alguns autores se dedicam a apresentar mais exemplos do que outros. No quadro abaixo, exibimos o número de exemplos que cada um dos autores apresenta, juntamente com o número de páginas de sua obra que são dedicadas ao tratamento da sintaxe:

	Páginas	Exemplos	Ex/pág.
Morais Silva (1806)	600	39	15
Coruja (1873[1835])	155	21	7
Sotero dos Reis (1866)	513	103	5
Freire da Silva (1875)	184	31	3
Ribeiro (1881)	1373	93	15
Maciel(1902[1894])	1036	108	10

Tabela 1 - Números de exemplos e páginas de tratamento da sintaxe

É notável que a média de exemplos por página, exposta na quarta coluna da tabela demonstre haver uma maior preocupação em expor exemplos de alguns autores, como Moraes Silva, Ribeiro e, em um número um pouco menor, Maciel.

Se distinguirmos os cinco tipos de exemplos que propusemos no início desta seção, chegaremos aos números e percentuais apresentados na tabela abaixo.

	1	2	3	4	5
Morais Silva (1806)	160 (26,7%)	2 (0,3%)	45 (7,5%)	5 (0,8%)	388 (64,7%)
Coruja (1873[1835])	--	--	14 (9%)	--	141 (91%)
Sotero dos Reis (1866)	3 (0,6%)	--	51 (9,8%)	5 (0,9%)	454 (88,7%)
Freire da Silva (1875)	3 (1,8%)	--	21 (11,4%)	--	160 (86,8%)
Ribeiro (1881)	46 (3,3%)	16 (1,6%)	10 (0,7%)	49 (3,4%)	1252 (91%)
Maciel(1902[1894])	651 (62,8%)	18 (1,8%)	--	--	367 (35,4%)

Tabela 2 - Número e percentual de exemplos de acordo com a cinco espécies

Os dados de origem literária têm presença marcada explicitamente em Moraes Silva (1806) e Maciel (1902), que mencionam suas fontes frequentemente, por meio de notas de rodapé ou observações no texto. Da mesma forma, é possível encontrar, em menor quantidade, esse tipo de fonte nas gramáticas de Sotero dos Reis (1866), Freire da Silva (1875) e Ribeiro (1881). Entretanto, é preciso enfatizar que estamos falando do que os autores deixam explícito, pois pode haver casos em que o trecho dado como *exemplo* tem o texto literário como fonte, mas isso não é referido pelo autor da gramática (nesses casos, considerada a ausência de referência explícita, como dissemos, o *exemplo* foi alocado no último grupo que distinguimos para esta análise).

Morais Silva e Maciel, como vimos no item anterior, declaram que é parte de seus objetivos ter predominantemente *exemplos* extraídos de textos literários. Nota-se, pelo quadro acima que apenas Maciel atinge esse objetivo, visto que mais da metade de seus exemplos (62,8%) estão nessa categoria. Moraes Silva (1806), entretanto, apresenta, em maioria, *exemplos* sem referência (64,7%); os extraídos de textos literários encontram-se em segundo lugar (26,7%).

Maciel (1902) apresenta autores bastante diversos, desde os clássicos portugueses, como Luís de Camões, que é o nome mais citado entre suas fontes de dados linguísticos, até os oitocentistas portugueses Alexandre Herculano e, mesmo, brasileiros, como Gonçalves Dias, José de Alencar e o próprio Julio Ribeiro, que, como

vimos, escreveu também romances. A literatura citada por Maciel é, portanto, não baseada num único período ou apenas em literatura proveniente de Portugal, mas a literatura em língua portuguesa ao longo de quatro séculos e, no século XIX, a literatura de dois países. Nota-se que sua fonte de dados é, portanto, predominantemente literária e de uma literatura vasta e variada.

Morais Silva (1806), gramática publicada quase um século antes da de Maciel, tem como fonte somente escritores de origem portuguesa e, predominantemente, do século XVI. Assim, diferentemente de Maciel, ele parece escolher um período da literatura de língua portuguesa para destacar em seus *exemplos*. É, entretanto, necessário lembrar que, embora mais frequentemente apresente esses autores como exemplos do uso da língua, outras vezes apresenta “erros” e mesmo “arcaísmos” em sentenças extraídas de seus textos.

Na gramática de Ribeiro (1881), há *exemplos* extraídos de textos literários em um número relativamente alto (46), embora, se considerarmos o número total de exemplos que há ao longo de sua seção de sintaxe, seu percentual é baixo (3,3%). Os textos citados são predominantemente do século XVI, à semelhança de Moraes Silva. Em alguns casos, é evidente que Ribeiro usa esses textos para falar de um português mais antigo, em outros, porém, são usados como exemplos comuns. Há também autores do século XIX, como Eça de Queiroz (1845-1900) e Guerra Junqueiro (1850-1823); nenhum, porém, é brasileiro.

Freire da Silva, embora se inspire na gramática de Sotero dos Reis e ambos apresentem o mesmo número de exemplos nessa categoria, têm fontes diferentes. Freire da Silva cita os portugueses Camões e Garret, e também o brasileiro (e maranhense) oitocentista Gonçalves Dias. Já Sotero dos Reis cita somente os portugueses Camões e Francisco Manoel, escritores portugueses dos séculos XVI e XVII, respectivamente.

A seleção dos *exemplos* provenientes da “fala cotidiana” se deu por meio de referências tais como “assim falam os caipiras/na colônia”. Apenas três gramáticas contêm esse tipo de exemplo, Moraes Silva (1806), Ribeiro (1881) e Maciel (1902). Em todas, alguns desses *exemplos* foram utilizados como recurso para mostrar ‘erros’ que deveriam ser corrigidos. Ribeiro, porém, apresenta casos em que a descrição da fala cotidiana seria evidência de comprovação de certos aspectos da evolução/mudança da língua portuguesa, como o exemplo transcrito no item 3.1.3.1.2, em que o português falado por caipiras seria um romanicismo extreme, já ocorrido em outras línguas como o espanhol e o francês.

Morais Silva (1806) menciona a fala das colônias uma única vez, e apresenta dois *exemplos*, os quais são considerados ‘erros’ de ‘regência’. Maciel expõe a fala do Brasil, algumas vezes menciona que certos usos, errados, são feitos até por pessoas douradas. Em geral, a fala cotidiana brasileira, única citada por Maciel, é dada como errada ou, ao menos, como uma impureza em relação ao português lusitano. Ribeiro (1881) também apresenta ‘erros’ da fala cotidiana brasileira, entretanto, ao mesmo tempo, exalta a fala cotidiana dos caipiras muitas vezes, como pudemos constatar no capítulo anterior. Conclui-se, portanto, que a utilização de exemplos provenientes da fala cotidiana é escassa e, quando existe, está frequentemente relacionada a erros. Ribeiro, entretanto, apresenta algumas outras análises da fala cotidiana, provavelmente pensando na evolução/mudança da língua portuguesa.

Elencamos o tipo de exemplo língua idealizada porque notamos que alguns autores utilizavam com frequência o recurso de escrever uma determinada sentença e, logo em seguida, rephraseá-la, normalmente adicionando algum elemento à sentença anterior. A noção de “língua idealizada” representaria, assim, uma língua em que as sentenças são completas, isto é, sem qualquer ‘elipse’ ou dado implícito. Adiante alguns exemplos:

- “Quando v~eis? i. é dize me o tempo, quando v~eis.” (Morais Silva 1806:84);
- “Ha homens” [...] subentende-se *A terra*” (Coruja 1873[1835]:76);
- “Fui á capital do orbe christão *que* ha muito desejava visitar; isto é, *porque* ha muito *a* desejava visitar” (Sotero dos Reis 1866:212)
- “No Ceu creou Deus os anjos, no ar as aves, no mar os peixes, na terra as plantas e os animaes, e ultimamente o homem, isto é No Ceu creou Deus os anjos, no ar creou Deus as aves, no mar creou Deus os peixes etc.” (Freire da Silva 1875:109)
- “<<Pedro ama>> <<ama>> decompõe-se em <<é amante>>” (Ribeiro 1881:194)

Fazer esse procedimento pode transparecer um tipo específico de análise da língua, no qual entraremos em mais detalhes quando falarmos da ‘elipse’ no item 5.1. Em relação à capa documental, pode-se dizer que esse tipo de fonte torna-se muito mais escassa em Ribeiro (1881), e desaparece em Maciel (1902). Entretanto, está presente numa faixa expressiva nas gramáticas anteriores, sempre próxima aos 10%.

Em relação à espécie número quatro de fontes, que diz respeito à línguas diferentes da portuguesa, observa-se que estão presentes em somente três das seis gramáticas analisadas. Na gramática de Sotero dos Reis, encontram-se exemplos de língua latina e francês, com fim somente de comparação com o português, eventualmente fazendo-se reflexões acerca da verdadeira origem da língua portuguesa. Moraes Silva utiliza-se do inglês, do francês e do latim apenas com o objetivo de

explicar melhor certos aspectos da língua portuguesa. Ribeiro, por outro lado, utiliza-se de diversas línguas, a saber: espanhol, italiano, francês, latim, dialeto galego, provençal, português antigo, francês antigo, grego, sânscrito e inglês, para, por meio da explicação da evolução/mudança dessas línguas, as quais teriam uma relação familiar com o português, explicar certos fenômenos linguístico do português, esse procedimento possivelmente está ligado aos avanços da linguística histórico-comparativa, de onde vinham muitas fontes de Ribeiro, como Friedrich Diez (1794-1876).

Já os *exemplos* genéricos e sem referência são maioria em todas as gramáticas, salvo pela de Maciel, em que essa categoria figura, ainda que com um percentual alto (35,4%), em segundo lugar. Assim, pode-se pensar que os autores, em sua maioria, estavam pouco interessados em mostrar as fontes dos dados linguísticos que utilizavam.

Buscamos, neste segundo capítulo de análise, atentar para fatores exclusivamente internos e relativos ao tratamento da sintaxe. Assim, primeiramente, analisamos cinco temas -- ‘sentença’, ‘concordância’, hierarquia dos membros da sentença, ‘sintaxe figurada’ e ‘vícios’ -- relativos às técnicas de análise do tratamento da sintaxe. É notável que as rupturas acontecem em momentos diversos em cada um dos temas, além do fato de que no tratamento de alguns temas é possível ver idas-e-vindas mais do que rupturas. Assim, vimos que, a concepção de ‘sentença’ e de hierarquia dos membros da sentença têm rupturas mais claras, ao passo que a ‘concordância’, a ‘sintaxe figurada’ e os vícios não são bem definidos entre continuidade e descontinuidade ao longo do tempo.

Posteriormente, analisamos quantitativamente e qualitativamente (cinco espécies) as fontes de dados linguísticos preferidas pelos autores para expor *exemplos*. Nessa análise, notamos que existe mudança na concepção de *norma* dos autores ao longo do século, em alguns momentos estando mais próxima do *usus* e, em outros, da *ratio*.

No próximo capítulo, de resultados, procuraremos fazer um cruzamento dos dados apresentados nos capítulos 3 e 4.

Capítulo 5|

Resultados: conteúdo contrastivo e periodização

5| Resultados: conteúdo contrastivo e periodização

*Nesta seção, relacionamos os temas analisados nas quatro capas de forma a entrecruzá-los. Chegamos a quatro resultados principais. O primeiro, proveniente do exame das capas teórica (Cap. 3) e técnica (Cap. 4) diz respeito ao aspecto dual da linguagem, sua emergência, no início do século XIX, e sua queda, no último quarto dele. O segundo resultado, proveniente do exame da capa documental (Cap. 4), refere-se à eleição de dados linguísticos feita pelos autores das gramáticas tomada em conjunto com a concepção de tarefas que estes pensavam para esse gênero textual (Cap. 3); observamos a oposição entre *usus* e *ratio*, relacionada também ao contextual educacional do Brasil da época, e discutimos se e de que maneira o português falado no Brasil é introduzido nessas obras, inserindo esse debate nos contextos sociopolítico e intelectual da época. O terceiro resultado diz respeito aos elementos do tratamento da sintaxe (Cap. 4), que podem ser considerados como estáveis ao longo do século e aqueles que sofreram modificações. O quarto resultado é a sugestão de uma periodização complexa, organizada a partir do exame das capas de Swiggers (1995, 2004), para a produção gramatical brasileira do século XIX.*

5.1. Emergência e queda do aspecto dual da linguagem

Em diversas tradições ao longo da história do conhecimento sobre a linguagem houve hipóteses acerca do aspecto dual da linguagem, isto é, a uma hipótese de que linguagem humana seria formada por dois níveis, um explícito e outro implícito, fossem eles iguais ou diferentes. Notamos que essa hipótese está presente nas primeiras gramáticas brasileiras do português, e que vai perdendo, aos poucos, sua credibilidade à medida que se aproxima o final do século XIX.

Quando observamos as definições do termo ‘gramática’, foi possível notar que Moraes Silva (1806), Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866) e Freire da Silva (1875) davam como objeto da gramática a “expressão do pensamento”; assim, consideravam um nível do “pensamento” e outro da “expressão do pensamento”, este último correspondendo à língua. Assumiam, dessa forma, a existência de um nível anterior à língua propriamente dita, um nível implícito, ao passo que a língua seria explícita (e mais do que isso, a explicitação daquele). Já Ribeiro (1881) e Maciel

(1902[1894]) falam apenas de “fatos” e, no caso de Maciel, também “normas” da língua.

Também parece apontar para a mesma hipótese a presença de dados de ‘língua idealizada’ nos *exemplos* de Morais Silva, Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva, quando em Ribeiro e Maciel essa espécie de exemplo é quase ou efetivamente nula. Isto sugere que nas primeiras quatro gramáticas há exemplos que, por serem sentenças “mais completas”, lidam com a possibilidade de dois níveis na linguagem, aquele que está no exemplo e aquele que corresponde à sua versão completa –, muitas vezes, tão demasiadamente completa que dificilmente seria usada na linguagem literária ou cotidiana, como este de Sotero dos Reis “o *navio* do qual *navio* se esperava a vinda”, que seria na fala comum “o navio do qual se esperava a vinda”

O *significado* de ‘sentença’ e *termos* similares é, também, um índice da emergência e queda do aspecto dual da linguagem. Reapresentamos o quadro síntese dos aspectos holístico e analítico da sentença para desenvolver o argumento:

	Aspecto holístico	Aspecto analítico
Morais Silva (1806)	sentido perfeito juízo mando	S. V. A.
Coruja (1873[1835])	juízo	S. V. A. (P)
Sotero dos Reis (1866)	juízo	S. V. A.
Freire da Silva (1875)	juízo	S. V. A.
Ribeiro (1881)	sentido perfeito juízo pensamento	S. P(C + Ppd)
Maciel (1902[1894])	pensamento	S. P.

Em relação ao aspecto holístico, a noção de ‘juízo’, presente na **Grammaire Générale et Raisonnée**, é incorporada a cinco das seis gramáticas analisadas. Esta noção na **Grammaire de Port-Royal** é, como vimos, referente a uma das três operações do pensamento, o julgamento, que é sempre composta por duas entidades concebidas e uma cópula, enquanto na ‘proposição’, unidade linguística, esses elementos seriam, respectivamente, ‘sujeito’, ‘atributo’ e o ‘verbo substantivo’. Entretanto, como se fala na própria **Grammaire**, nas línguas esses três elementos podem ser abreviados, aliás, abreviar seria uma qualidade comum nos homens e, assim, uma sentença como *Pierre est vivant*, pode ser expressa como *Pierre vivit*. Isto mostra que a concepção de sentença como ‘juízo’ estaria dentro de um arcabouço teórico que dispõe de dois níveis, um presente no pensamento e outro que é expreso, os quais

podem ou não ser iguais. Nesse sentido, é interessante observar que na primeira edição de sua gramática, ainda intitulada de **Grammatica Analytica**, Maciel (1887:206) define ‘proposição’ da seguinte maneira “*a proposição ou oração é a manifestação externa de um juízo*”. Retirar essa noção na terceira edição pode ter alguma relação com o distanciamento que Maciel frequentemente, como vimos nas diferentes seções do Capítulo 4, procura estabelecer com as concepções provenientes da **Grammaire de Port-Royal** e com outras obras gramaticais dessa tradição. Ademais, ainda que Maciel ainda fale de ‘pensamento’ em sua definição, “*proposição é um pensamento expresso por uma ou mais palavras*” (p.277), este pensamento não é o que é enfatizado em sua descrição gramatical, como vimos na análise e retomamos na síntese a seguir.

Em relação ao *aspecto analítico*, como se pode ver na tabela, os quatro primeiros gramáticos mantêm-no em formato tripartite, composto por ‘sujeito’, ‘atributo’ e ‘cópula’. Ribeiro, por sua vez, apresenta um esquema binário, ainda que se mantenha próximo de Port-Royal por considerar a ‘cópula’ como parte essencial da ‘sentença’. Maciel desvencilha-se completamente da concepção de ‘proposição’ de Port-Royal. Isto fica mais claro quando observamos os exemplos dados. Reproduzimos adiante o quadro 17 de exemplos de ‘sentença’:

Morais Silva 1806	<i>Este pomo é doce; João é virtuoso; Filho sè estudioso; Trabalha; Sofre-te com os trabalhos; Está-me a tento.</i>
Sotero dos Reis 1866	«Deus é eterno.»
Freire da Silva 1875	«Deus é eterno.»
Ribeiro 1881	As abelhas fazem mel Os cães ladram Morro <i>Rosas são flores Pedro ama / é amante</i>
Maciel 1902	Os céus resoam do Senhor a gloria O Douro é bem carregado e triste

Assinalamos, mais uma vez, que em todas as gramáticas há exemplos com o verbo ‘ser’ no presente do indicativo, e que, entretanto, a análise desse verbo é modificada em Maciel (1902), que em vez de dá-lo como ‘cópula’ apresenta-o apenas como parte do ‘predicado’, o qual pode ser composto por qualquer outro verbo, como é o caso de “ressoar” (presente no exemplo Os céus resoam do Senhor a gloria). É possível relacionar a noção de ‘cópula’ com a mais geral de ‘verbo’ e a mais específica de

‘verbo substantivo’. Em relação à qual, Maciel é a exceção, como vimos no Capítulo 4, pois ele apresenta diversos argumentos contra a utilização da noção de ‘verbo substantivo’ ao passo que os outros gramáticos apresentam essa noção como forma preferencial de análise dos verbos. As noções de ‘cópula’ e ‘verbo substantivo’, diretamente ou indiretamente, possuem relação com o arcabouço teórico articulado na **Grammaire**, assim, estão também relacionadas a um aspecto dual da linguagem.

Ribeiro, apesar de não utilizar mais o modelo tripartite da **Grammaire**, visto que tem como base o modelo binário de Becker e Mason, ainda pensa em dois níveis da linguagem quando diz que a sentença “Pedro ama” deveria ser analisada como “Pedro é amante”. Na segunda edição de sua gramática, de 1884, porém, esse mesmo exemplo será explicado de forma diferente:

“*Pedro ama*, ama decompõe-se em *am* thema, e *a* terminação: o thema *am* fica tido como o predicado, e a terminação *a* como copula. Em geral pôde-se dizer com Mason (nota: (1900, p.223): “*English Grammar*, London, 1864, pag. 95)” (Ribeiro 1900: 223).

Ainda no que diz respeito à análise que fizemos do *termo* ‘sentença’, destacamos o controverso conceito de verbo ‘impessoal’ e/ou ‘unipessoal’, que, como vimos no Capítulo 4, foi criticado ao menos na gramática de Ribeiro (1881). Na tradição epistemológica proveniente da **Grammaire Générale et Raisonnée**, a sentença deveria sempre ser composta por ‘sujeito’, ‘atributo’ e ‘cópula’, mesmo que a *prima facie*, não demonstrasse isso. Por isso, os chamados ‘verbos impessoais’ seriam analisados, nessa tradição, com recurso à ideia de ‘elipse’ do sujeito e não como um verbo que não requer sujeito. Demonstramos no Capítulo 4 que ideia de presença do sujeito (elíptico) é tal que, como se dá na **Grammaire**⁶⁵, o próprio *significante* ‘impessoal’ é motivo de discordâncias, sendo, por vezes, substituído por ‘unipessoal’. Notamos que a defectividade do verbo é enfatizada nas obras de Morais Silva, Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva, ao passo que Ribeiro e Maciel já falam do sujeito que não está claro ou, efetivamente, da ausência desse sujeito. Tal controvérsia torna-se ainda mais complexa num problema específico da língua portuguesa: o verbo

⁶⁵ Assim falam Arnauld & Lancelot: «L’INFINIF, que nous venons d’expliquer au Chapitre précédent, est proprement ce qu’on devoit appeler Verbe IMPERSONNEL, puisqu’il marque l’affirmation, ce qui est propre au Verbe, & la marque indéfiniment, sans nombre & sans personne, ce qui est proprement être *impersonnel*. Néanmoins les Grammairiens donnent ordinairement ce nom d’*impersonnel* à certains verbes défectueux, qui n’ont presque que la troisième personne [...] il semble qu’on ne les ait appelés *impersonnels*, que parce que, renfermant dans leur signification un sujet qui ne convient qu’à la troisième personne, il n’a pas été nécessaire d’exprimer ce sujet, parce qu’il est assez marqué par le verbe même, & qu’ainsi on a compris par le sujet, l’affirmation & l’attribut en un seul mot. » (Arnauld & Lancelot 1780[1660]:191-2)

‘impessoal/unipessoal’ “*haver*”, que gera discussões desde Moraes Silva até Maciel, como vimos.

Moraes Silva inicia a discussão afirmando que Argote estaria errado por dizer que o verbo “*haver*” teria uma concordância irregular, em que o verbo deve permanecer no singular, ainda que o sujeito seja plural. Moraes Silva defende que haja um sujeito oculto, e supre esse sujeito, como em “*o mundo* há homens”. Um procedimento similar é utilizado nas próximas três obras analisadas (Coruja (1873[1835]), Sotero dos Reis (1866) e Freire da Silva (1875)). Ribeiro (1881), por outro lado, critica veementemente esse procedimento e, em seguida, fala de um ‘sujeito’ que não está claro, porém, não tenta supri-lo. Maciel (1902[1894]), por fim, como vimos, é assertivo ao dizer que o ‘verbo impessoal’ não tem ‘sujeito’ algum. O fato de tratar um fenômeno linguístico como ‘eclipse’, isto é, a falta de um elemento que pode ser suprido, em um caso em que na língua portuguesa isso nunca ou raramente acontece, pode ser considerado como um indício da presença da hipótese de dois níveis da linguagem, um, não expresso, que era necessário e, outro, o expresso, que seria contingente.

A gramaticografia oitocentista brasileira do português inicia-se, portanto, dentro da tradição epistemológica da “gramática geral”, cuja obra “primordial” seria **Grammaire de Port-Royal**, e, por conta disso, as técnicas de análise do tratamento da ‘sintaxe’ e mesmo a visão de ‘gramática’ que elas explicitam nos fazem concluir que a linguagem é concebida como articulação de um necessário e completo, e outro contingente e frequentemente incompleto. Podemos dizer que essa visão é predominante, ao menos, até 1875, data a publicação do **Compêndio** de Freire da Silva. Sua queda se iniciaria com a obra de Ribeiro (1881), sem que, entretanto, se desse por completo, pois, como no complexo de Édipo⁶⁶ (Graffi 2001), Ribeiro muitas vezes recorreu à tradição epistemológica que declarara ser necessário superar (ver usos de ‘verbo substantivo’ e ‘cópula’). Maciel (1902[1894]) seria, por sua vez, representante de uma outra tradição epistemológica, que não mais opera com a hipótese do aspecto dual da linguagem. Em seu texto, a única passagem em que será necessário fazer críticas a obras anteriores é aquela em que trata do ‘verbo substantivo’, termo e conceito gramatical que, aparentemente, ainda não tinha desaparecido por completo.

⁶⁶ Indeed, on many occasions we will see that the whole of 19th century syntax is marked by a kind of ‘Oedipus complex’ towards the tradition of General Grammar: the majority of linguists treat it as the whipping boy at the same time they make frequent recourse to its techniques and to its notions.” (Graffi 2001: 20). Trecho já citado anteriormente, no capítulo 1.

Em termos mais gerais, poderíamos dizer que o estabelecimento de uma gramática geral deveria sempre pressupor mais de um nível da linguagem. Beauzée especialmente parece ter essa concepção clara quando fala que uma “gramática universal” seria quimérica por ser impossível carregar todos os dados particulares de todas as línguas. A definição de “gramática geral”, como aquela que “examina os princípios que são ou podem ser comuns a todas as línguas, e não considera os processos particulares de umas ou de outras senão quando são fatos que estabelecem visões *gerais*”, torna necessária uma abstração acerca dos “fatos” linguísticos. Quando sabemos que tal abstração é feita a partir da premissa de que a língua é expressão do pensamento, que ‘sentença’ ou ‘proposições’ são expressões de ‘julgamentos’, podemos afirmar que os autores que consideram um nível dual da linguagem mantêm, no contexto brasileiro, viva essa tradição.

Perguntamo-nos agora em que medida aspectos contextuais podem ter influência sobre a ascensão e a perda de prestígio dessas ideias no Brasil. No âmbito desta pesquisa dedicada ao exame da terminologia das gramáticas, um primeiro dado que nos chama a atenção é o *termo externo* ‘metafísica’, utilizado por Ribeiro (1881) frequentemente para estabelecer um distanciamento entre o tipo de análise que ele fazia em sua gramática e o que era feito anteriormente. Os contextos em que esse *termo* é utilizado estão, em grande parte, relacionados a críticas a análises que consideram dois níveis da linguagem, como a descrição, em gramáticas ‘filosóficas’, do “verbo impessoal haver”.

Como vimos, diversas ideias novas adentram o país nas últimas três décadas do século XIX. Dentre elas estava o Positivismo, o qual Ribeiro, embora conhecedor, diz não acatar. Outra seria o Materialismo hackeliano, mais aceito por Ribeiro. Ambas as correntes filosóficas reverenciam a ciência, e desprezam algo que chamam de “metafísica”. A queda dessa concepção parece ser parte de uma maior mudança no *clima de opinião intelectual* (não apenas brasileiro, mas talvez ocidental), em que procedimentos idealistas de cunho universal passam a perder credibilidade em face de propostas de análises voltadas para dados empíricos (“factos”) e, muitas vezes, mecânicos.

5.2. A norma: *usus* vs. *ratio* e o português brasileiro

Quando o assunto é *norma*, uma das primeiras distinções relevantes é aquela entre *ratio*, isto é, a utilização de (poucas) regras abstratas e gerais, e *usus*, a utilização de dados linguísticos modelo, como o são frequentemente os dados literários, citados como exemplos das regras. Certamente, é preciso observar quais desses dois aspectos prevalecem, porque ambos estão frequentemente nas obras.

Na análise da *capa documental*, há três categorias de fontes de dados linguísticos que podem esclarecer parte dessas noções, a saber: dados com referência literária; dados genéricos ou sem referência e dados de “língua idealizada”. Como vimos, Maciel e Moraes Silva utilizam frequentemente dados de referência literária, o que poderia aproximá-los do *usus*. Entretanto, diferentemente de Maciel, Moraes Silva muitas vezes questiona o uso feito da língua pelas autoridades literárias. Dessa forma, em seu *Epitome*, há diversos momentos em que a *ratio* parece se sobrepor ao *usus*. Ademais, diferentemente de Maciel, existe um número significativo de dados de “língua idealizada” em Moraes Silva.

A “língua idealizada” funcionaria como aquela língua em que os dados estão de acordo com a *ratio*, ela substitui frases que não estariam tão claras por não estarem dentro das poucas regras abstratas da *ratio* e, assim, a gramática as utiliza não só como exemplificação, mas também como meio de explicação dessas regras.

A frequência desse tipo de dado pode, portanto, indicar que existe sobreposição da *ratio* sobre o *usus*. É interessante observar que os autores que utilizam esse tipo de dado com mais frequência (Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva) são os mesmos que não têm uma seção relativa a “vícios” em sua obra e também citam menos ou mesmo nenhum exemplo com referência literária.

Nas gramáticas de Moraes Silva, Ribeiro e Maciel há uma seção relativa a ‘vícios’ e também observações sobre ‘erros’ e ‘vícios’ ao longo da seção de ‘sintaxe’, como vimos ao analisar o termo ‘vícios’. Os ‘erros’ e ‘vícios’ apontados são diversos, mas, desde o princípio desta investigação, pretendíamos checar os dados relativos ao português falado no Brasil. De fato, os exemplos do PB parecem ser vistos como erros nas obras gramaticais que têm como base o *usus*. Moraes Silva, numa época em que pouco falava sobre as diferenças entre o português brasileiro e o europeu, menciona haver uma característica específica do português falado nas colônias, a qual é o seguinte erro de regência: “*são erros das Colonias; quero-lhe como á minha vida; sc. quero-lhe bem, como &c. é correcto.*” Nas gramáticas publicadas posteriormente, esse tipo de

procedimento não será visto, ao menos na seção de sintaxe, embora Coruja e Sotero dos Reis mencionem conhecer diferenças fonológicas e de vocabulário em outros textos que não suas gramáticas – o que foi mais comum por certo período, como menciona Pinto (1978). O título da obra de Coruja, **Compêndio da Língua Nacional**, não tem relação direta com uma variedade de língua específica do Brasil, como se costuma pensar, mas como a língua portuguesa como um todo. Já Ribeiro e Maciel frequentemente mencionam o português falado no Brasil.

Chegamos, portanto, ao resultado de que os autores em que a *ratio* é o valor mais importante, isto é, Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva, não tratam da língua portuguesa falada do Brasil. Provavelmente, pelo pouco valor epistemológico dado ao *usus* – visto que mesmo quando estão próximos do período das controvérsias acerca do português; mesmo quando apontam essas mudanças em outros textos, e mesmo que um gramático anterior (Morais Silva) já tivesse mencionado fenômenos sintáticos referentes a um português especificamente falado nas colônias –, esses gramáticos não se atêm a nada referente a um português brasileiro. Como contra-exemplos, temos Ribeiro e Maciel, os quais aparentemente dão maior valor ao *usus*, e, em consonância com essa opção, apresentam diversos dados.

Notamos, portanto, que a ‘norma’ não pode ser vista como um único bloco, já que podemos encontrar matizes em sua configuração de acordo com a tradição em que se inserem os autores, o que configuraria sua preferência pela *ratio* ou pelo *usus*. Como vimos no item anterior, as gramáticas de Moraes Silva, Coruja, Sotero dos Reis e Freire da Silva consideram o aspecto dual da linguagem, o que faz com que suas regras tenham, em geral, razões abstratas. Ribeiro e Maciel, porém, pensam, sobretudo, no nível explícito da língua e, conseqüentemente, atribuem suas regras ao *usus*. A concepção de ‘linguagem’ e ‘língua’ que inferimos através da análise no item anterior pode ser, então, condicionante da concepção de ‘norma’ que tais gramáticas apresentam.

Ademais, o pensamento distinto que Maciel e Ribeiro têm acerca do português falado no Brasil pode indicar que, mesmo compartilhando uma concepção de linguagem que valoriza o *usus*, eles diferem em relação à postulação de uma ‘norma’. Ribeiro parece sofrer forte influência de Whitney⁶⁷, chegando mesmo a aceitar, em contradição a pensamentos mais comuns em sua época, que a gramática não é

⁶⁷ Como vimos anteriormente no capítulo 3, sobretudo nos trechos em que Whitney fala sobre as funções da gramática, seu posicionamento é de que é possível aprender a língua sem estudar uma gramática. Esta porém pode ser útil para acelerar o processo, além de auxiliar aqueles que aprenderam um tipo ruim de inglês.

necessária e que escravos analfabetos podem usar elementos linguísticos que (outros) estrangeiros que estudaram a língua por muito tempo terão dificuldade em usar. Ribeiro também compara o *usus* local aos que se dão em outras línguas, sobretudo às que seriam parentes do português. Já Maciel parece ter uma visão mais tradicionalista de *usus*, remetendo-o frequentemente à literatura e, portanto, privilegiando um padrão que tende a distinguir-se daquele presente nos fenômenos “anômalos” do português falado no Brasil.

5.3. Permanências e mudanças

Neste item, ressaltamos os elementos da análise que podem nos fazer pensar em uma ou mais *tradições* presentes na gramaticografia brasileira. Observamos que elementos foram seguidos por mais tempo e aqueles que foram apresentados uma vez, não configurando qualquer continuidade. Dos cinco *temas* analisados na seção relativa à *capa técnica*, aquele que obteve maior estabilidade foi certamente o de ‘concordância’. O *termo* conservou seu significante e seu significado. Entretanto, como vimos, as gramáticas de Sotero dos Reis e Freire da Silva, foram guiadas muitas vezes pela noção de ‘elipse’ (que pressupõe a concepção de uma linguagem dual, ver item 5.1), apresentando casos distintos de concordância. No entanto, podemos dizer que este é um *termo* relativamente estável em toda a gramaticografia brasileira do português no século XIX.

Por outro lado, a noção de hierarquia dos membros da sentença é, certamente, a que mais sofre mudanças, de tal forma que não foi possível apresentar um *termo* representativo dela, mas sim quatro: ‘regência’, ‘complemento’, ‘relação’ e ‘função’. Não apenas seus *significantes*, mas também seus *significados*, *taxionomia* e *exemplos* tendem a ser diferentes, embora, de forma mais geral todos sirvam para organizar os constituintes da sentença. Chevalier (1968) observou a passagem da ‘regência’ para o ‘complemento’ na gramaticografia latina e francesa; esse processo parece se dar de forma similar na gramaticografia brasileira. Notamos que, por certo período, ‘complemento’ será o termo (e o conceito operatório) mais relevante para fazer a descrição dos membros da sentença considerados essenciais (‘sujeito’, ‘verbo’ e ‘atributo’). Quando essa noção se perde, parece surgir outra que é utilizada, ainda que

com *significantes* diferentes, por Ribeiro e Maciel, a qual visa abarcar todos os membros da sentença e não apenas os essenciais.

A terminologia de tratamento da ‘sentença’ e seus ‘membros’ é um caso em que podemos observar claramente um ponto de partida para *o discurso seriado*, isto é, a emergência de um texto de referência que adquire significados novos em contextos novos, o que Hassler (2003) também definiu como modo de manifestação de uma *tradição*. Esse texto, que não seria próprio da gramaticografia brasileira, mas teria forte impacto sobre ela por um longo período, é a **Grammaire de Port-Royal**, visto que a concepção de ‘sentença’ veiculada primeiramente por ela e depois por outras diversas obras gramaticais francesas⁶⁸ e portuguesas, foi seguida até, ao menos, 1875 na gramaticografia brasileira. Tal concepção de ‘sentença’, como já afirmamos, em seu aspecto holístico, era correspondente a um ‘juízo’, e no aspecto analítico, deveria ser sempre tripartite, composta que era por um ‘sujeito’, um ‘atributo’ e uma ‘cópula’. É dessa gramática também a concepção de ‘verbo substantivo’ que será utilizada até mesmo por Ribeiro (1881). Assim, pode-se dizer que, ao menos em relação à concepção de ‘sentença’, é possível rastrear determinada continuidade, que teria se perdido posteriormente, com a ruptura inicial, e incompleta, de Ribeiro (1881) e, efetivamente, com a ruptura implementada de Maciel (1902[1894]).

A concepção de ‘sentença’ nos levou a uma constatação interessante no que diz respeito às fontes teóricas dos autores. Notamos que, frequentemente, havia uma espécie de *hibridismo* ou *ecletismo epistemológico*, que seria a união de mais de uma concepção de ‘sentença’ numa mesma definição, o que a tornaria ao mesmo tempo resultado de uma dupla influência e um produto que, em si, poderia ser considerado original. Por exemplo, Moraes Silva usa a definição de Port-Royal para descrever o aspecto analítico da ‘sentença’, entretanto, quando fala do aspecto holístico, há tanto a definição de Port-Royal quanto a de James Harris, já que este fala de *mando* e *asserção*, e aquela fala de *juízo*, e Moraes Silva afirma ser a ‘sentença’ um *juízo* ou um *mando/desejo*. De forma similar, Coruja apresenta, quanto ao *aspecto analítico* da ‘sentença’ uma noção híbrida ou eclética, quando considera haver um ‘paciente’ na sentença tripartite de Port-Royal; parece, assim, como na tradição posterior a Sanchez de las Brozas (1587), pressupor o ‘paciente’ do verbo como sempre existe (ainda que de forma elíptica). Observar tais ecletismos nos fez refletir sobre a possibilidade de uma *tradição*

⁶⁸ Veja-se, por exemplo, Du Marsais e Beauzée na *Encyclopédie*, Condillac em sua *Grammaire* (1775).

construir-se a partir de uma mesma fonte, como menciona Hassler (2003), sem que essa seja a única. Haveria, por vezes, a entrada de outras fontes teóricas, sem que essas encontrassem continuidade semelhante à da fonte que se sobressai como mais importante, no caso a **Grammaire de Port-Royal**.

A ‘sintaxe figurada’ seria um outro exemplo, mais complexo, pois o *significado* dado a esse termo é variável ao longo de todo o século: como vimos, Moraes Silva (1806), Ribeiro (1881) e Maciel (1902[1894]) enfatizam a irregularidade das ‘figuras’. Maciel acrescenta também o fator do ‘estilo’ à sua definição. Por outro lado, Coruja (1873[1835]) ressalta que a ‘sintaxe figurada’ é elegante. Sotero dos Reis (1866), diferentemente, afirma não haver real importância na distinção entre a ‘sintaxe natural’ e a ‘sintaxe figurada’. Não existe, assim, continuidade ao longo do tempo, exceto por Ribeiro e Maciel que apresentam um *significado* similar.

No que diz respeito à taxionomia, porém, é possível ver um quadro de ruptura gradual que, poderíamos dizer que tem quatro fases, apresentadas no quadro-síntese abaixo:

I. Esquema Quadripartite	II. Esquema Tripartite	III. Esquema Quadripartite	IV. Esquema Tripartite
Omissão Substituição Ordem Transposição	Omissão (+Enálage) Ordem Transposição	Omissão Discórdia aparente Ordem Transposição	Omissão Ordem Transposição
Moraes Silva (1806)	Coruja (1873[1835])	Sotero dos Reis (1866) Freire da Silva (1875)	Ribeiro (1881) Maciel (1902[1894])

Quadro 63 - Taxionomia de ‘sintaxe figurada’ ao longo do tempo

Assim, existem dois esquemas quadripartites e dois esquemas tripartites. O esquema tripartite (I) é uma taxionomia de ‘figuras’ que existe desde a Antiguidade e foi bastante utilizada em gramáticas latinas renascentistas e pós-renascentistas (cf. Clérigo 1979). A categoria da ‘substituição’, que inclui a ‘figura’ ‘enálage’, será questionada e paulatinamente substituída pelo conceito e pelo termo ‘elipse’. O esquema (II), utilizado por Coruja, corresponde a um esquema tripartite, entretanto, tem uma questão que o diferencia do esquema (IV), que é justamente a figura ‘enálage’, que opera por substituição, dentro da categoria ‘omissão’. Assim, é notável que Coruja passava por um momento de transição do desaparecimento completo da figura ‘enálage’ que se concretiza no esquema (III). Neste esquema, porém, é inserida uma nova

categoria, a chamada “discórdia aparente”, cuja figura principal era a ‘silepse’. Por fim, no esquema (IV) a ‘silepse’ passa a ser interpretada como ‘omissão’ e o esquema passa a ser tripartite novamente, com as seguintes categorias: ‘omissão’, ‘ordem’ e ‘transposição’. Podemos, a partir dessa descrição, observar três processos: a queda da ‘substituição’ e da ‘enálage’, a emergência da ‘discórdia aparente’, a queda da ‘discórdia aparente’. Neste sentido, concluímos haver, por um lado, esses três processos de transição e, por outro, a manutenção de outros elementos. Na taxionomia de ‘sintaxe figurada’ há, portanto, continuidades e descontinuidades.

Por fim, em relação ao ‘vício’, vemos que a concepção de linguagem que acabamos de observar no item 5.1 tem alguma influência sobre se essa seção terá relevância ou não na constituição dos compêndios gramaticais, como constatamos no item 5.2. Assim, parece-nos que, nos autores que apresentam essa seção, existem, por um lado, problemas similares, que correspondem ao desrespeito às regras de concordância ou de hierarquia dos membros da ‘sentença’. Por outro, porém, é notável que Maciel apresenta um problema específico, que é o da *dialetação*, e, ainda mais, expõe diversos ‘vícios’ referente ao português falado no Brasil. Assim, existe por um lado, também a continuidade de certas categorias, como ‘solecismo’, e, por outro, emerge, no fim do século, a noção de ‘impureza’ e ‘dialeto’.

Notamos, assim, em termos gerais, que não é possível falar de uma mesma *tradição paradigmática*. Há, em relação a alguns aspectos, claras rupturas, na medida em que determinados métodos e bases teóricas são desacreditados e, conseqüentemente, descontinuados, para dar lugar a outros diferentes. Em outros, porém, talvez pela própria continuidade que têm as gramáticas ao longo dos seus mais de dois mil anos de existência, é possível observar permanências e resgates, como a seção de ‘figuras’ sintáticas ser separada na gramática de Maciel, ainda que, por exemplo, ele trate na seção de ‘concordância’ do tema da ‘concordância semiótica’ (“aquella em que as flexões não se governam pelas palavras expressas, mas por outras accommodadas ao sentido”), que concorreria em relação ao *significado* com o termo ‘silepse’ (“a omissão do termo fundamental a que se appõe outro, gerando assim a concordancia semeiotica”).

Em busca de neutralizar as diferenças, se observarmos o tratamento da ‘sintaxe’ a partir dos programas de investigação de Swiggers (2004), é possível, apesar das continuidades mais gerais, ver que existe, em princípio, na formação da gramaticografia brasileira do português, uma forte tendência ao *Programa de Correspondência*, visto que a correlação entre linguagem e pensamento é frequente, além de as análises se darem

em grande medida por meio de relações entre processos mentais e estruturas morfossintáticas, como concluímos no item 5.1. A partir da gramática de Ribeiro, haveria um encaminhamento para o *Programa Descritivista*, visto que tanto Maciel quanto Ribeiro buscam os fatos e normas da língua, e já não analisam a expressão do pensamento, além de suas análises focarem-se frequentemente na comparação entre línguas

5.4. Uma periodização complexa

Como mencionamos em outros momentos, existem ao menos quatro periodizações da gramaticografia brasileira do português que abarcam as obras oitocentistas, a saber: Nascentes (1939), Elia (1975), Cavaliere (2002) e Parreira (2011). Neste trabalho, tivemos o objetivo de revê-las, ao menos no que diz respeito ao tratamento da sintaxe em parte das obras desse século. Com base na análise das *capas* de que se compõe o conhecimento gramatical analisado, acreditamos que seja possível considerar diferentes dinâmicas temporais no acompanhamento da história desses textos. Chamamos essa dinâmica temporal de periodização de “complexa”, tanto porque ela é organizada em função das quatro *capas* propostas por Swiggers (2004), quanto porque dificilmente veremos, na produção considerada, uma mudança transversal (ou revolucionária). Ao contrário disso, parecem-nos mais salientes algumas importantes mudanças parciais.

Um gráfico acerca das mudanças, inspirado novamente no texto de Swiggers, poderia assumir este formato:

	AMS	COR	SDR	FDS	RIB	MAC
Capa Contextual						
Capa Teórica						
Capa Técnica						
Capa Documental						

Neste gráfico, considerado o eixo horizontal, mostramos quatro tipos diferentes de processo: o primeiro é a continuidade, na qual há bastante em comum entre as obras (indicado pela ausência de separação); a segunda, que é expressa pelo pontilhado mais distanciado, seria uma ruptura não completa; a terceira, que é expressa por um pontilhado mais próximo, representa que existe continuidade, mas a ruptura é mais relevante; por fim, propusemos que existe ruptura com o traço contínuo.

Na capa contextual, há mais rupturas do que continuidades. Isto não poderia ser diferente, considerando que a seleção dos autores teve como critério o distanciamento temporal e o distanciamento geográfico dos autores. Explicamos, brevemente, cada uma das fases descontínuas identificadas.

O período referente ao *Epítome* de Moraes Silva poderia ser definido como aquele em que o Brasil, já sem a educação jesuíta e com a entrada de ideias iluministas, iniciava diversos levantes para independência. Os filhos de famílias abastadas estudavam em Coimbra com um currículo repleto de outras ideias iluministas. Ademais, alguns fatos relevantes particulares de Moraes Silva, como fuga da inquisição lusitana e a estadia na Inglaterra – o que minimamente lhe fez conhecer melhor alguns textos ingleses, como a História de Portugal que traduziu, e o *Hermes*, de James Harris – podem ser condicionantes das outras *capas* de sua gramática, como veremos adiante.

Coruja já está em um país independente, parece querer explicitar isso no título de sua gramática que fala de uma “língua nacional”, muito embora, como vimos na *capa documental*, não fale de um português especificamente brasileiro. Sua gramática é publicada pela primeira vez no mesmo ano em que se inicia a Revolta Farroupilha, motivo pelo qual Coruja viria a ser preso e posteriormente se deslocaria para o Rio de Janeiro. De acordo com Hallewall, sua gramática ter sido publicada no Rio Grande do Sul num momento em que a maior parte das prensas encontravam-se na corte configura-se um contexto de exceção. Ademais, o conhecimento do método Lancaster e o fato de ter tido uma vida praticamente inteira voltada para a pedagogia nos faz acreditar que a gramática, para o ensino primário, de Coruja, dá ênfase ao aspecto pedagógico, sobretudo em busca de um ensino mais autônomo, sem a necessidade de um professor.

Sotero dos Reis, maranhense, sem nunca ter saído do estado em que nasceu, foi um literato e conhecedor do latim e do francês, denominado autodidata, escreveu para jornais e compôs o primeiro livro de história da literatura que abordava aquela escrita

por brasileiros. Sua gramática foi publicada no fim do período glorioso do Maranhão em que a ascendência econômica e uma grande efervescência intelectual na cidade de São Luís se davam. Sotero dos Reis escreveu uma gramática em que, de acordo com a introdução presente da segunda edição em diante, inspirava-se sobretudo na **Grammaire de Port-Royal** e na **Encyclopédie**.

Freire da Silva, também maranhense, viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro e em São Paulo, e escreveu uma gramática inspirada, e até assumidamente copiada em algumas seções, na de Sotero dos Reis. Entretanto, procurou deixá-la mais concisa em algumas partes, apresentando-a como uma gramática para o ensino primário. O Maranhão já não vivia seu momento glorioso, e Freire da Silva é de uma geração bastante posterior à de Sotero dos Reis; porém, há aspectos contextuais que os unem, como essa questão da naturalidade e a desvelada admiração do primeiro pelo segundo. Assim, não entendemos haver uma ruptura completa em relação ao contexto.

Ribeiro, mineiro de nascimento, mas tendo vivido a maior parte de sua vida no interior de São Paulo, diferentemente de muitos paulistas, cursou a Escola Militar carioca em vez da Faculdade de Direito. Nesse momento, pode ter entrado em contato com as novas ideias que chegaram ao Brasil uma década antes da publicação de sua gramática, visto que muitas vezes opõe o pensamento “científico” àquele “metafísico”, seja em relação às teorias e metodologias gramaticais, seja em relação à política (cf. Ribeiro 2007). Inaugurando explicitamente a controvérsia de que nos ocupamos aqui, Ribeiro parece ter utilizado frequentemente uma retórica de ruptura.

Maciel, sergipano, viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Formou-se em medicina e direito, e, aos 22 anos, em 1887, publicou a primeira edição de sua gramática, a qual estava dentro dos critérios propostos por Fausto Barreto no Programa de Estudos para o Colégio Pedro II. Dessa forma, pode-se dizer que sua gramática está dentro dos critérios de um grupo que se formava. A segunda edição, publicada sete anos depois da primeira, é bastante modificada. Embora ainda inserido na controvérsia em que se encontrava Ribeiro, não critica tão veementemente as obras vinculadas à escola anterior, talvez porque Ribeiro já houvesse feito isso.

Em relação à *capa teórica*, diferentemente, acreditamos haver somente duas rupturas. O período contínuo que vai de Morais Silva (1806) até Freire da Silva (1875) refere-se a um momento em que a língua era predominante concebida e analisada, como vimos no item 5.1, como dual. Ribeiro (1881) insere-se em um meio termo entre esse ponto de vista, que ele criticava muitas vezes, chamando de “metafísica”, mas que, por

vezes, acaba por adotar (em análises que pressupõem que a linguagem teria dois níveis, como a do verbo substantivo). Isso demonstra que sua concepção de linguagem, ainda que implícita e inferida, ainda não estava totalmente livre da herança de uma tradição racionalista. Já Maciel parece ter já feito a ruptura completa e não recorre mais a técnicas de análise que estejam de acordo com algo que não o exterior da língua, dado o caráter empírico e até mecânico, que ela teria. Ademais, quando definem ‘gramática’, é possível ver uma tendência a relacionar língua e pensamento persistindo até Ribeiro; é apenas Maciel que inclui a definição de ‘gramáticas’ como a ‘histórica’ e a ‘comparada’ no conjunto de definições sobre a área de estudos.

A *capa técnica*, por sua vez, é permeada de rupturas, justamente por sua complexidade. Ao analisar os cinco temas selecionados, notamos não haver exatamente algo que determine uma ruptura total, nem uma continuidade absoluta, como foi possível notar no item 5.3. Mais uma vez, abrimos exceção para Sotero dos Reis e Freire da Silva, já que este baseou seu tratamento da sintaxe na obra daquele.

Assim, considerando os dados da análise, haveria entre Moraes Silva e Coruja uma leve ruptura, como no fato de o último utilizar ‘complemento’ em vez de ‘regência’. Coruja também amplia a quantidade de espécies de ‘sentença’, porém, mantém a mesma estrutura da ‘sentença’ verificada em Moraes Silva, entre outras coisas. Da mesma forma, entre Coruja e Sotero dos Reis e Freire da Silva, encontramos continuidades, como a concepção de ‘sentença’ que se mantém, ao mesmo tempo em que existem diferenças consideráveis, como a concepção particular de ‘concordância’, a noção de ‘sintaxe figurada’. Uma ruptura maior, entretanto, teria ocorrido entre Ribeiro e todos os gramáticos anteriores, porque mesmo temas que ganhavam continuidade, como a noção de ‘sentença’ e a noção de ‘complemento’ foram subvertidos em Ribeiro, entretanto, existe ainda a continuidade, como a concepção de ‘verbo substantivo’ que resulta na ‘cópula’. Por fim, Maciel, tal como *capa teórica*, promove, na *capa técnica*, mais algumas rupturas que, de forma geral, são consolidações de rompimentos já presentes em Ribeiro (como, por exemplo, a exclusão da noção de ‘gramática particular’, que já era definida por Ribeiro de forma semelhante ao que viria a ser a ‘gramática descritiva’ de Maciel, entre outros).

Finalmente, em relação à *capa documental*, pudemos ver, já na seção destinada à análise dela, que existem três momentos diferentes. No primeiro, Moraes Silva refere-se muitas vezes a fonte com referência literária, ao mesmo tempo em que tem um número significativo de fontes de “língua idealizada”. Já as três gramáticas seguintes, de Coruja,

Sotero dos Reis e Freire da Silva, não dão atenção à referência literária e usam um número significativo, sempre por volta de 10%, do total, de exemplos de “língua idealizada”. Ribeiro, por sua vez, apresenta um número significativo dados de “fala cotidiana”, sobretudo do Brasil, da mesma forma que Maciel. No entanto, Ribeiro não apresenta muitos dados com referência literária, ao passo que, em Maciel, esse tipo de dado corresponde à grande maioria e contempla autores brasileiros.

Vistas as razões que nos motivaram a deixar o gráfico naquela configuração, agora compararemos a nossa periodização, que é baseada sobretudo no tratamento da ‘sintaxe’ dessas obras, com as outras quatro que mencionamos no capítulo 1 deste trabalho. Reapresentamos o quadro 2 que mostra que gramáticas promoveram rupturas de acordo com Nascentes (1939), Elia (1975), Cavaliere (2002) e Parreira (2011).

Nascentes (1939)	Elia (1975)	Cavaliere (2002)	Parreira (2011)
		Morais (1806)	Morais (1806)
Coruja (1835)			
			Freire da Silva (1875)
Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)
			Maciel (1894)

Exceto por Sotero dos Reis (1866), todos os outros autores analisados aparecem como agentes de alguma ruptura nas quatro periodizações. Concordamos com Cavaliere (2002) e Parreira (2011) em que Moraes Silva (1806) inauguraria a gramaticografia brasileira do português, visto que além de ser o primeiro autor de gramáticas do português nascido no Brasil, já apresenta ao menos um dado referente a fala cotidiana do Brasil, em oposição àquela de Portugal.

A primeira ruptura na gramaticografia brasileira do português seria, tomando em linhas gerais o que foi visto nas quatro capas, a de Ribeiro que, como se pode ver no próprio gráfico, faz quase uma ruptura transversal, exceto por alguns elementos que têm continuidade nas *capas técnica* e *teórica*. Assim, discordamos de Parreira (2011) no que diz respeito à ruptura que Freire da Silva (1875) teria promovido, visto que sua gramática é, ao menos no tratamento da sintaxe, essencialmente igual à de Sotero dos

Reis (1866)⁶⁹. Por outro lado, concordamos com Nascentes (1939), Elia (1975) e Cavaliere (2002), que apresentam Ribeiro como, pode-se dizer, agente de uma ruptura. Entretanto, não o vemos como totalmente *revolucionário*, visto que acreditamos haver uma segunda ruptura com Maciel, pensando, assim, como Parreira (2011), que haveria uma ruptura gradual, da qual Maciel consolidaria diversos pontos e eliminaria certas heranças que Ribeiro ainda mantinha da corrente teórica anterior. Em síntese, se colocássemos nossa periodização, a qual, ressaltamos, diz respeito ao tratamento da ‘sintaxe’, tomada na sua dimensão terminológica, ao lado das outras, o quadro ficaria dessa forma:

Nascentes (1939)	Elia (1975)	Cavaliere (2002)	Parreira (2011)	Polachini (2013)
		Moraes Silva (1806)	Moraes Silva (1806)	Moraes Silva (1806)
Coruja (1835)				
			Freire da Silva (1875)	
Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)	Ribeiro (1881)
			Maciel (1894)	Maciel (1894)

Quadro 64 - Síntese das periodizações da gramaticografia brasileira do século XIX acrescida de Polachini (2013)

Moraes Silva (1806) seria o primeiro gramático da *tradição nacional* gramaticografia brasileira do português. A formação dessa gramaticografia se daria com base na “gramática geral” francesa sobretudo, que tinha como obra primordial a **Grammaire de Port-Royal**, baseada em regras básicas, como a da sentença triparte, e que muitas vezes considerava dois níveis da linguagem. Entretanto, nas duas últimas décadas haveria rupturas em relação a esse modelo, a primeira, permeada por uma forte *retórica revolucionária*, seria a de Ribeiro (1881), que seria seguida, posteriormente, pela de Maciel (1902[1894]), menos enfática do ponto de vista retórico, mas correspondente à consolidação de conceitos e terminologia novos, cuja fonte eram os estudos histórico-comparativos, amparados em análises de pretensão empírica. Este

⁶⁹ Parreira (2011), como pudemos constatar por suas referências bibliográficas, teve acesso apenas à oitava (1894) e à nona (1906) edições da gramática de Freire da Silva, às quais haviam sofrido consideráveis modificações em relação à primeira.

seria, resumidamente, o percurso da formação da gramaticografia brasileira do português no século XIX.

Capítulo 6|

Conclusões

6| Conclusões

Esta pesquisa examinou, sobretudo, de continuidades e descontinuidades no tratamento da ‘sintaxe’ de seis gramáticas brasileiras do século XIX. Por meio da análise de *termos* (*internos* e *externos*), chegamos a uma periodização complexa, a qual, como vimos, ainda que corresponda em certos pontos àquelas que citamos no princípio da dissertação, permite avaliar certas flutuações ao longo do século. As *capas propostas* por Swiggers (2004), porém, não foram interessantes apenas nesse sentido. A análise feita por meio delas, permitiu enxergar certas minúcias que talvez não se percebêssemos espontaneamente (por exemplo, a relação nem sempre evidente entre fontes de dados linguísticos e concepção de linguagem).

Acreditamos que esse trabalho, embora não tenha se aprofundado em alguns temas por conta da extensão própria de uma dissertação de mestrado, possa contribuir para a história da gramaticografia brasileira do português em alguns aspectos relevantes. Um deles que é o resultado acerca da concepção de linguagem, enquanto objeto de análise, apresentada nas obras, proveniente da análise *holística* do tratamento da ‘sintaxe’ das obras, da forma como os autores definiam a própria ‘gramática’ e do exame de seus contextos de produção.

Outra contribuição talvez possa ser enxergada na discussão da noção de norma dos autores (para a qual eles não propuseram *termo* específico), que também passa por algumas flutuações ao longo do século e que estaria bastante ligada à concepção de linguagem acatada em cada gramática, visto que, exceto por Morais Silva, aqueles que se preocupavam com dois níveis da linguagem, pouco se preocupavam com o *usus*, baseando sua norma frequentemente no *ratio*. Já aqueles que tentaram se desprender dessa tradição, dando ênfase à língua como um elemento autônomo, alargaram a importância do *usus* e, talvez consequentemente, apresentam mais elementos do português brasileiro, considerando que, ao analisar a língua por ela mesma e dentro de um método em que a comparação é central, notar e anotar diferenças entre o português falado em Portugal e no Brasil parece tornar-se mais relevante. Assim, conjuntamente com a análise da noção de norma sustentada pelos exemplos selecionados pelos gramáticos, também analisamos a percepção e anotação de exemplos de um português específico do Brasil nas gramáticas.

É importante ressaltar, entretanto, que esse trabalho não cobre determinados aspectos que poderiam ser complementados por trabalhos posteriores – como uma análise mais demorada dos diversos acréscimos de texto e de temas tratados que as gramáticas adquirem ao longo do século; a utilização inconsciente (ou não ressaltada) de dados do português brasileiro nas gramáticas; o ecletismo epistemológico encontrado em algumas obras, entre outros. Ficam como sugestões.

Referências Bibliográficas|

Referências Bibliográficas

Fontes primárias

MORAIS SILVA, Antonio de. 1806. *Epítome da Grammatica Portugueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. 1873[1835]. *Compendio da grammatica da lingua nacional. Nova Edição Ampliada e Mais Correcta*. Rio de Janeiro: Esperança.

FREIRE DA SILVA, Augusto. 1875/6. *Grammatica Portugueza*. São Paulo; Maranhão: Typ. do Frias.

SOTERO DOS REIS, Francisco. 1866. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida.

SOTERO DOS REIS, Francisco. 1868[1862]. *Postillas de grammatica geral applicada à lingua portugueza pela analyse dos classicos, ou guia para a construção portugueza*. 2ª ed. Maranhão.

SOTERO DOS REIS, Francisco. 1877. *Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. 3a edição revista, corrigida e anotada. Maranhão: Livraria de Magalhães & C.

RIBEIRO, Julio. 1881. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Tip. Jorge Seckler.

RIBEIRO, Julio. 1900. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Tip. da C. Industrial. 6ª ed.

MACIEL, Maximino de Araújo. 1887. *Grammatica analytica baseada nas doutrinas modernas satisfazendo às condições do actual programma*. Rio de Janeiro, Tip. Central

MACIEL, Maximino de Araújo. 1902[1894]. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 3a edição augmentada com muitas notas e resumos synopticos. Rio de Janeiro e Paris: H. Garnier Livreiro-Editor.

Fontes secundárias

ALONSO, Miguel C. “Multidimensionalidad, Complejidad y Dinamismo em la historiografía lingüística y em su definición del concepto *tradición*” *Todas as Letras S.* v. 14. n.1. p.71-86.

ALTMAN, Cristina; COELHO, Olga. *Documenta Grammaticae et Historiae: projeto de documentação lingüística e historiográfica (séculos XVI-XIX)*. São Paulo, CEDOCH - DL - USP. (site: www.fflch.usp.br/dl/documenta)

ALTMAN, Cristina. 1999. “From ‘Insula Vera Crux’ to ‘Terra Brasiliensis’: history, (hy)stories and historiography of brazilian linguistics” In: CRAM; David. LINN, Andrew; NOWAK, Elke (eds.). *History of Linguistics 1996 – Volume 2: From Classival to Contemporary Linguistics*. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia. p.71-80.

ALTMAN, Cristina. 2004. “Em busca do método: observações introdutórias sobre a historiografia lingüística” In: _____. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas. pp. 27-56.

ARAÚJO, Antônio Martins de Araújo. 2003. *A herança de João de Barros e outros estudos*. São Luís: Edições AML.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire Générale et Raisonnée*. Quatrième édition. Paris : Librairie Durand neveu, 1780[1660].

AZEVEDO, Fernando de. 1996. *A Cultura Brasileira – Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed. Brasília: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

AUROUX, Sylvain. 2009[1992]. *A Revolução Tecnológica da Gramatização* [tradução do francês de Eni Puccinelli Orlandi]. São Paulo: Editora Unicamp, 2ª ed.

BASTOS, Maria H. C. 2006. “A escola e o ensino em Porto Alegre, RS: Antigualhas do Professor Coruja” In: *UNIrevista*, vol. 1, nº 2, Abril de 2006.

BEAUZÉE, Nicole. 1778-1779 [1751-1772]. Article ‘Proposition’ In : DIDEROT & D’ALEMBERT (Ed.). *Encyclopédie ou dictionnaire des arts et des mettiers*. Troisième edition. Tome: 27. p. 606-8

BECKER, Karl Ferdinand. 1830. *A Grammar of the German Language*. London: John Murray, Albemarle Street.

BECKER, Karl Ferdinand. 1845[1830]. *A Grammar of the German Language*. Second Edition: greatly improved. [Ed. by Bernhard Becker] London: Longman, Brown, Green, and Longmans.

BESSA FREIRE, José Ribamar. 2013. *Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese de Doutorado (Literatura Comparada), UERJ.

BERCHO, Carolina F. “A educação no império brasileiro: ideias fora do lugar?”. *Trilhas Pedagógicas*, v.1, n.1, Ago. 2011, p. 165-182.

- BLOOR, David. 2009[1976]. “O programa forte na sociologia do conhecimento” In: *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Editora Unesp, p.15-44.
- BREVA-CLARAMONTE, Manuel. 1983. *Sanctius’ Theory os Language. A contribution to the history of renaissance linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. Series III – Studies in the history of linguistics v. 27.
- CAVALIERE, Ricardo. 2000. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Niteroi, RJ: EdUFF.
- CAVALIERE, Ricardo. 2002. “Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil”. *Revista Confluência*. n°23. p.
- CASTILHO, Ataliba, T. de. 1962. Estudos Linguísticos no Brasil. *Alfa* 2. pp. 135-143.
- CHEVALIER, Jean-Claude. *Histoire de la syntaxe: naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*. Genève : Librairie Droz, 1968.
- CHOMSKY, Noam. 1972[1966]. *Linguística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista* [trad. de Francisco M. Guimarães]. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- CLÉRICO, Geneviève. 1979. « Rhétorique et syntaxe. Une « figure chimérique » : l’énallage » In : *Revue Histoire et Épistémologie Langage* : Elipse et Grammaire. Tome 1, fascicule 2, 1979. pp. 3-25. (Disponível em : http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/hel_0750-8069_1979_num_1_2 - acesso em 24/09/2011)
- COELHO, Olga F. 2008. “Os nomes da língua: configuração e desdobramento do debate sobre a língua brasileira no século XIX”. In: *Revista do IEB*. n° 47 – setembro de 2008. pp. 140-160.
- COLOMBAT, Bernard. 1993. *Les figures de construction dans la syntaxe latine (1500-1780)*. Louvain – Paris : Editions Peeters.
- CONDILLAC, Étienne B. 1821[1775]. *Oeuvres complètes de Condillac*, tome sixième: arte de raisonner et grammaire. Paris: Lecointe et Durey & Tourneux.
- CORUJA, Antonio A. P. 1852. “Collecção de Vocabulos e Frases usados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. *Revista do IHGB*, 1852, Tomo XV, p. 205-238.
- CRUDIS Rodrigues, Julia de. 2009. *Descrição gramatical e política linguística. A Arte de Reis Lobato e a tradição precedente ao Período Pombalino (1759-1808)*. Relatório de Iniciação Científica. USP/FFLCH/DL.
- CRUZ COSTA, João. s/d. *Panorama da História da Filosofia no Brasil*. São Paulo: Editora Cultrix.
- CRUZ COSTA, João. 1967. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- CRUZ COSTA, João. 1965. “Capítulo II :As novas ideias”In: HOLANDA, Sergio Buarque (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: o*

processo de emancipação (Tomo II – Vol.1). São Paulo: Difusão Europeia do Livro. p. 179-190.

CRUZ COSTA, João. 1985. “O pensamento brasileiro sob o Império” In: HOLANDA, Sergio Buarque (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: reações e transações (Tomo II – Vol.3)*. 5. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. p. 323-368.

CYRINO, Sonia M.L. 1993. “Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos”. In: I. Roberts & M. A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da UNICAMP. pp. 163-184.

DAVIES, Anna Mopurgo. 1987. « 'Organic' and 'Organism' in Franz Bopp ». In: HOENIGSWALD, H.M.; WIENER, L.F. (Eds.). *Biological metaphor and cladistic classification*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. p. 81-108

DOMINICY, Marc. 1989. “Le programme scientifique de la grammaire générale”. In: AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques - Tome 2: Le développement de la grammaire occidentale*. Liège: Mardaga.

ELIA, Silvio. 1975. “Os Estudos Filológicos no Brasil” In: *Ensaio de Filologia e Linguística*. Rio de Janeiro: Grifo. 2ª ed. pp. 117-176.

FAUSTO, Boris. 2010. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP.

FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Márcia. A. G. 2006. *As Concepções Linguísticas no Século XIX: A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

FORMIGARI, Lia. 2004. *A history of language philosophies* [translated by Gabriel Poole]. Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series III. John Benjamins Publishing Co. Amsterdam.

FORTES, Herbert P. 1956. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Editora.

GALVES, Charlotte. 1993. “O enfraquecimento da concordância no português brasileiro” In: I. Roberts & M. A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da UNICAMP. pp. 185-206

GRAFFI, Giorgio. 2001. *200 years of syntax: a critical survey*. Studies in the History of the Language Sciences 98. Amsterdam: John Benjamins.

GUIMARÃES, Eduardo. 1996. “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil” In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (orgs.). *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*. Campinas: Pontes. pp. 127-138.

GURGEL, Silvana. 2007. “A representatividade como critério de seleção de fontes: um problema epistemológico” In: *Revista Estudos Linguísticos*. XXXVI(2), maio-agosto, p.266-273.

GURGEL, Silvana. 2008. *O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)*. Tese de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo.

HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. 1994. *A passagem da Minerva para a Gramática Geral na História da Gramática Portuguesa*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo.

HALLEWELL, Laurence. 2009. *O Livro no Brasil: sua história*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edusp.

HARRIS, James. 1806[1751]. *Hermes or A Philosophical inquiry concerning vniversal grammar*. The sixth edition. London: Printed for F. Wingrave.

HYMES, Dell H. 1983. "Traditions and Paradigms" In: _____. *Essays in the history of linguistic anthropology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

HOBBSAWM, Eric J. 2000. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. [trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penhel]. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOLANDA, Sergio Buarque. "Capítulo I – Vida Religiosa" In: HOLANDA, Sergio Buarque (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – vol. 4*. p.316-337.

JOBIM, . s/d. Comentários de José Luís Jobim (UFF) ao posfácio da segunda edição de Iracema, de José de Alencar. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/alencar/comentarios.htm> (Visitado em 07/10/2012).

KOERNER, Konrad. 1989a. "Models in Linguistic Historiography" In: _____. 1989. *Practicing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. p.47-59.

KOERNER, Konrad. 1989b. "On the problem of 'influence'" In: _____. *Practicing Linguistic Historiography*. Series III - Studies in the history of the language sciences, v. 50. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

KOERNER, Konrad. 1996. "Questões que Persistem em Historiografia Linguística". In: *Revista da Anpoll*. nº02, p. 45-70.

KOERNER, Konrad. 2012. "O problema da "influência": Georg von der Gabelentz e Ferdinand Saussure" *Todas as Letras S*. v. 14. n.1. p. 54-70

KUHN, Thomas S. 1975[1962]. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Editora Perspectiva, São Paulo.

LAW, Vivien. 2003. *The history of linguistics in Europe from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press.

LECONTE, Claire. 1979. « Figure ou chimère ? » In : *Revue Histoire et Épistémologie Langage* : Elipse et Grammaire. Tome 1, fascicule 2, 1979. pp. 27-32. (Disponível em : http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/hel_0750-8069_1979_num_1_2 - acesso em 24/09/2011)

LYONS, John. 1979. "A Linguística: estudo científico da língua" In: *Introdução à Linguística Teórica* [tradução do original Introduction to theoretical linguistics de Rosa Virgínia Matos e Silva e Hélio Pimentel]. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo. p. 1-54.

- LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. 2012. *História do Brasil: uma interpretação*. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- MACENA de Lima, Fernando. 2009. *Visão e Representação nas Gramáticas de Língua Tupi: Historiografia da descrição dos sistemas de posse*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.
- MACIEL, Maximino. 1918[1910]. “Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa” In: _____. 1918. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 7^a ed.
- MARTINS, Ricardo A. F. 2010. “Breve panorama histórico da imprensa literária do Maranhão oitocentista”. *Animus – Revista interamericana de comunicação midiática*. v. 18, jul-dezembro 2010, p. 108-129.
- MASON, Charles P. 1858. *English Grammar – including the principles of grammatical analysis*. Eighteenth Edition (revises and enlarged). London: Bell & Daldy, York Street, Covent Garden.
- MORAES, Lygia C. de. “A *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel”. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n.1, p. 165-173, 1997.
- MÜLLER, Friedrich Max. 1867. *Leçons sur la science du langage*. Deuxième Édition, revue et augmentée sur la cinquième édition anglaise. Paris : A. Durand et Pedone Lauriel, Libraires-Éditeurs. pp. 1-31.
- MURRAY, Stephen O. 1994. “Chapter 1: Theory Groups in Science” In: _____. *Theory groups and the study of language in North America: a social history*. (Studies in the history of the language sciences, 69.) Amsterdam: Benjamins. p. 1-26.
- NASCENTES, Antenor. 1939. “A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico)” In: _____. *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 21-45.
- OBREGÓN, Diana. 2002. “La construcción social del conocimiento: los casos de Kuhn y de Fleck” *Revista Colombiana de Filosofía de la Ciencia*, año/vol.3, número 6-7. Universidad El Bosque, Bogotá, Colombia, pp.41-68.
- PADLEY, Arthur G. 2001. « A norma na tradição dos gramáticos » In : BAGNO, Marcos. *A norma linguística*. São Paulo : Edições Loyola.
- PARREIRA, Andressa D. *Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX*. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca. Faculdade de Filología. Julio de 2011.
- PERCIVAL, Keith. 1976. “The applicability of Kuhn’s Paradigms to the History of Linguistics”. *Language*, Vol. 52, No. 2. p. 285-294.
- PEREIRA, Eduardo. 1907. *Grammatica Expositiva*. São Paulo: Weiszflog irmãos & Co.
- PEREIRA, Hércius Batista. 2011. *A realização do sujeito pela elite paulistana do início do século XX: uma análise em perspectiva gerativista trans-sistêmica*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo.
- PINTO, Edith Pimentel. 1978. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para teoria e a história*. São Paulo: Edusp.

POLACHINI, Bruna S. 2012. “Considerações sobre o impacto da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras dos português do século XIX”. *Revista Confluência*. v.39-40. p. 296-314.

REIS, José C. 2000. “Anos 1850: Varnhagen - O elogio da colonização portuguesa” In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. p.23-50.

REY-DEBOVE, Josette. 1978. “Données élémentaires sur le métalangage”. In: _____. *Le métalangage*. Collection L’ordre des mots. Paris: Le Robert. p. 13-23.

RIBEIRO, Julio. 2007. “A Procellaria: 17 de Abril de 1887” In: _____. *Cartas Sertanejas; Procellarias* (Edição Fac-símile). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP. p. 85-94.

RIBEIRO, Maria L. S. 1992. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados (Coleção educação contemporânea)

SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1883. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1895. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Terceiro volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1899. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Quinto volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. 1900. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Sexto volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

SAYCE, Archibald. 1884. *Principes de Philologie Comparée* [traduit en français pour la première fois]. Paris : Librairie CH. Delagrave.

SCHÄFER-PRIEß, Barbara. 2002. “Entre a gramática filosófica e a linguística histórico-comparativa: Francisco Solano Constâncio e sua *Grammatica analytica da lingua portugueza* de 1831” In: _____. Rolf Kemmler & Schönberger (eds.). 2002. *Estudos de história da gramaticografia e lexicologia portuguesas*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea.

SCHWARTZMAN, Simon. 2001. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. [Tradução de Sérgio Bath e Oswaldo Biato] (“Capítulo 2: A Herança do Século XVIII”, “Capítulo 3: A ciência no Império”, “Capítulo 4: O auge e o declínio da ciência aplicada”). Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm> (Acesso em 20/01/2013). Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001

SERBAT, Guy. 1881. *Cas et Fonctions*. Paris: Presses Universitaires de France.

SOTERO DOS REIS, Francisco. 1866. *Curso de Litteratura Brasileira* – Tomo Primeiro. Maranhão.

ZWARTJES, O., ALTMAN, C. & FARFÁN, A. 2006. **Crítérios Gerais dos projetos**: Revitalizing older linguistic documentation/ LETERLING (Lexicón de términos lingüísticos). Universidade de Amsterdam, Center of Language and

Communication, coord. Otto Zwartjes, 2006-em andamento, and Documenta Grammaticae et Historiae, CEDOCH/ DL-USP, coord. Cristina Altman e Olga Coelho, 2006-em andamento. Manuscrito

SWIGGERS, Pierre. 1997. *Histoire de la pensée linguistique – analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIX^e siècle*. Paris : Presses Universitaires de France.

SWIGGERS, Pierre. 2004. “Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística”. *Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística*. Actas del IV Congresso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003. p.113-146.

SWIGGERS, Pierre. 2009. “La historiografía lingüística : puntos y reflexiones.”. *RAHL*. v. I, n, 1. p.67-76.

SWIGGERS, Pierre. 2010a. “Le métalangage de la linguistique: réflexions à propos de la terminologie e de la terminographie linguistiques”. *Revista do GEL*. v. 7, n. 2, p. 9-29.

SWIGGERS, Pierre. 2010b. “História e Historiografia de Linguística : Status, Modelo e Classificações” [trad. de Cristina Altman]. *Eutomia*. p.1-17.

SWIGGERS, Pierre. 2012. “Linguistic historiography: object, methodology, modelization”. *Todas as Letras S*. v. 14. n.1. p.38-53.

TASKA, Betty K. 1973. “Grammar and Linguistics in the *Encyclopédie*” In: *The French Review*, volume XLVI, n° 6, May, 1973, Printed in U.S.A.

TAMBARA, Elomar. 2005. “Educação e Positivismo no Brasil” In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. *Histórias e memórias da educação no Brasil – vol. II, século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes. p.166-178

TEIXEIRA, Gisele B. 2008. *Compêndios autorizados, saberes prescritos: uma análise da trajetória dos livros nas escolas da Corte Imperial*. Fundação Biblioteca Nacional – Ministério da Cultura.

THRAX, Dionysios. 1874. *The Grammar of Dyonysios Thrax – translated from Greek by Thomas Davidson*. St. Louis, MO: Printed by The R. P. Studley CO.

TSIAPERÁ, Mária. 1990. “Organic Metaphor in Early 19th-Century Linguistics”. In: NIEDEREHE, Hans-Josef; KOERNER, Konrad (eds.). *History and Historiography of Linguistics* (Papers from the Fourth International Conference of the History of Language Sciences (ICHoLS IV) Trier, 24-28 August 1897) - Volume II - Studies in the history of the language sciences, 51. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. p. 577-588.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. 2010. *A Grammatica portuguesa, de Júlio Ribeiro: um corte epitemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil*. Tese de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo.

VILLALTA, Luiz Carlos. 2008. Livro, língua e leitura no Brasil e em Portugal na Época Moderna In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa. p.91-118

WEEDWOOD, Barbara. 2002. *História Concisa da Linguística* [tradução de *A concise story of linguistics* por Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola Editorial.

WEREBE, Maria José Garcia (1985) “Capítulo III – A Educação” In: HOLANDA, Sergio Buarque (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – vol. 4*. São Paulo: Difel. p.366-383.

WHITNEY. William D. 1879[1877]. “Chapter I. Introductory: language and grammar” In: _____. *Essentials of English Grammar: for the use of schools*. Boston: Ginn and Heath. p. 1-5